



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIO BESTETTI COSTA

INOVAÇÃO TERRITORIAL EM
CONTEXTOS PRODUTIVOS:
a experiência da comunidade de Morada Velha
na formação de um território produtivo.

Salvador

2019

MARIO BESTETTI COSTA

**INOVAÇÃO TERRITORIAL EM
CONTEXTOS PRODUTIVOS:**
*a experiência da comunidade de Morada Velha
na formação de um território produtivo.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa Territorialidade e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Laila Nazem Mourad.

Salvador

2019

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

B561 Bestetti, Mário

Inovação territorial em contextos produtivos: a experiência da comunidade de Morada Velha na formação de um território produtivo / Mário Bestetti Costa . – Salvador, 2019.
204 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laila Nazem Mourad

1. Território 2. Cultura 3. Artesanato I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Mourad, Laila Nazem – Orientadora III. Título.

CDU 711.452(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIO BESTETTI COSTA

INOVAÇÃO TERRITORIAL EM CONTEXTOS PRODUTIVOS: a experiência da comunidade de Morada Velha na formação de um território produtivo.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 15 de março de 2019.

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Laila Nazem Mourad
Universidade Católica de Salvador – UCSal



Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria Macêdo de Alencar
Universidade Católica de Salvador – UCSal



Prof^ª. Dr^ª. Mariana Luscher Albinati
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ

Ao Saudoso Mestre Zé Valdo.

Agradecimentos

Um estudo de caso demanda geralmente levantamento de informações, sejam primárias ou secundárias, que fazem com que este processo seja dependente do apoio de terceiros, envolvidos não só na atividade de coleta, mas nas fontes onde estas estão. Cabe assim um profundo agradecimento à estes apoios e interesses em subsidiar uma análise crítica sobre as ações ocorridas no nosso contexto pesquisado.

Gostaria inicialmente de agradecer o apoio na obtenção de informações e documentos relativos aos projetos executados na região

Na coleta de informações dos projetos institucionais presentes na região, gostaria de agradecer a: Sr. Aliomar Almeida (Projeto Jardins das Araras), Prof. Dr. Alcivantes Santana (historiador de Santa Brígida), Sr. George Arapiraca (Movimento João de Barro), Me. Vitor Vinicius (biólogo do Projeto Bem Diverso / UNB / EMBRAPA). Da mesma forma agradeço a Sra. Isis Patrícia, técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Santa Brígida, pelo apoio na obtenção dos mapas municipais.

Agradeço com especial atenção às analistas do SEBRAE, Sra. Carmen Reis (SEBRAE Salvador) e Nadja Monteiro (SEBRAE Paulo Afonso), presentes em todo o período pesquisado e sem suas informações não teríamos preenchido as lacunas temporais que a pesquisa propõe.

Um processo de análise crítica deve ser respaldado por um estudo teórico o qual a academia tem papel fundamental. Agradeço desta forma à equipe administrativa e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, curso que absorveu a proposta desta pesquisa, e que, através de seus professores, pode me munir de um respaldo teórico conceitual de grande valor. Agradeço assim à equipe administrativa do curso e a todos os professores que pude ter a honra de ser aluno.

Agradeço em especial às Professoras Cristina Alencar, pelo conhecimento transmitido que me geraram (e continuam gerando) embates mentais profundos, e Laila Mourad, que acolheu minha pesquisa no momento inicial das entrevistas e me acompanhou no seu desenvolvimento como orientadora, entendendo minhas dificuldades e me indicando os caminhos a seguir, como uma verdadeira Mestra.

À Professora Mariana Albinatti meu profundo agradecimento por ter aceitado o desafio de se aproximar de minha pesquisa e contribuir como membro externo da banca, com seu conhecimento sobre o tema cultura, trazendo para banca de defesa o verdadeiro conceito de interdisciplinaridade.

Esta pesquisa se baseia em informações coletadas em campo através dos contatos com comunidades produtivas artesanais nos municípios de Santa Brígida, Jeremoabo e Euclides da Cunha, desta forma agradeço aos integrantes da Associação de Artesãos de Santa Brígida, da Associação de Artesãos de Lear de Serra Branca (Euclides da Cunha) e da Associação de Artesãos Arara-Azul-de-Lear do Chuquê (Jeremoabo) pelo apoio (e paciência) nas conversas e reuniões que tivemos.

A comunidade de Morada Velha cabe uma deferência especial, pois não se trata apenas de um objeto empírico, mas sim de um parceiro neste análise, pois entenderam que o papel do pesquisador ali era não apenas de extrair informações, mas de observar e analisar o que ali ocorria e qual o resultado tem trazido para eles, sob a luz de um olhar externo, mas sinceramente engajado no desenvolvimento daquela comunidade. A estes, estendo a coautoria deste documento.

A família tem papel fundamental em etapas da vida como a realização de um Mestrado. Agradeço com profundo carinho à minha família por ter estado ao meu lado, enfrentando as inconstâncias de humor e de atenção inerentes à este processo. Acredito que sem eles não teria conseguido concluir com a tranquilidade que o fiz.

À meu saudoso pai fica a lembrança carinhosa de ter me apresentado o interior do Brasil quando criança e assim me mostrado sua riqueza e a importância de um olhar mais atento para este lado do país. À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, nos bons e maus momentos, sendo um chão onde os pés tem uma base firme para andar, bem como me indicando que o respeito ao próximo é uma condicionante do que é ser um cidadão.

À Bethania, minha companheira, só posso dizer que sem ela não conseguiria. Amor e gratidão eternos.

Resumo

Esta pesquisa trata do processo de formação de territórios produtivos, analisando o desenvolvimento da comunidade de Morada Velha, em Santa Brígida (BA), e do seu papel no fortalecimento de novos grupos produtivos artesanais. Busca-se compreender tal contexto através de um estudo de caso, de abordagem histórico-comparativa, baseado no acervo documental e iconográfico coletado em campo, com informações do período de 2000 a 2018. A despeito de a região apresentar poucas oportunidades e dos dados socioeconômicos demonstrarem baixos índices de desenvolvimento regional, a produção artesanal apresenta-se como a principal atividade produtiva e fonte de renda, possibilitando tanto uma evolução econômica como a melhoria da qualidade de vida daquela população, embora ainda sofrendo com a falta de infraestrutura e de serviços públicos. A atividade também atua como um agente de integração regional que, através das trocas de saberes, tem possibilitado a continuidade daquela expressão cultural através das gerações familiares e das regiões próximas, bem como fortalecido o processo de integração de uma produção extrativista com a preservação ambiental. Na linha histórica pesquisada encontra-se a presença de agentes institucionais de diversas categorias que, através de suas ações e projetos, tem atuado com a proposta do desenvolvimento local e preservação ambiental. Com o questionamento sobre a mobilização democrática e produtiva de um território, através de seus ativos culturais serem uma via de transformação social chega-se à hipótese de que tais ativos podem apoiar o desenvolvimento local e fortalecer sua territorialidade, quando utilizados de forma autônoma e contextualizados, e articulando-se com os agentes institucionais presentes.

Palavras-chave: território; cultura; artesanato.

Abstract

This research deals with the process of formation of productive territories, analyzing the development of the community of Morada Velha, in Santa Brigida (BA), and its role in strengthening new artisanal productive groups. It seeks to understand this context through a case study, a historical-comparative approach, based on the documentary and iconographic collection collected in the field, with information from the period 2000 to 2018. Although the region presents few opportunities and socioeconomic data show low rates of regional development, artisanal production is the main productive activity and source of income, making possible both an economic evolution and the improvement of the quality of life of the population, although still suffering from the lack of infrastructure and public services. The activity also acts as an agent of regional integration that, through the exchange of knowledge, has enabled the continuity of that cultural expression through the family generations and the neighboring regions, as well as strengthened the process of integrating an extractive production with environmental preservation. In the historical line surveyed is the presence of institutional agents from various categories that, through their actions and projects, has acted with the proposal of local development and environmental preservation. With the questioning about the democratic and productive mobilization of a territory, through its cultural assets being a way of social transformation comes the hypothesis that such assets can support local development and strengthen its territoriality, when used autonomously and contextualized, and articulating with the institutional agents present.

Keywords: territory; culture; arcrafts.

Lista de Figuras

Figura 1	Imagens da etapa de levantamento em campo	60
Figura 2	Mapa de localização de Santa Brígida, tendo acima o Rio São Francisco e à sua esquerda o Raso da Catarina	66
Figura 3	Distribuição geográfica do licuri no Brasil e localização da Área de Manejo em Santa Brígida	71
Figura 4	Arara-azul-de-lear voando com cocos de licuri no bico	73
Figura 5	Mapa ilustrativo do contexto ambiental da região	74
Figura 6	Produtor retirando palha de um licurizeiro conforme orientações do Plano de Manejo.....	79
Figura 7	Tradicionalis romeiros de Pedro Batista tendo ao fundo a igreja onde são realizadas as cerimônias e mais ao fundo o “serrote” onde acontece a romaria da Semana Santa	87
Figura 8	Núcleo familiar de Seu Manoel e Dona Rita em Morada Velha.....	87
Figura 9	Perímetro estimado da área que compreende o povoado de Morada Velha	91
Figura 10	Núcleo familiar de Seu Manoel e Dona Rita.....	92
Figura 11	Estrutura familiar encontrada no núcleo pesquisado de Morada Velha.....	93
Figura 12	Atividades produtivas encontrada em Morada Velha	102
Figura 13	Equipamentos encontrados em Morada Velha.....	111
Figura 14	Diferença nas linhas de produtos de Morada Velha.....	114
Figura 15	Integração dos artesãos das localidades de Morada Velha e Araújo.....	119
Figura 16	Mestre Zé Valdo interagindo com artesãos do Assentamento Chuquê.....	127
Figura 17	Mapa de atuação institucional	156
Figura 18	Imagem dos produtos e dos símbolos	167
Figura 19	Zé Valdo em conversa com comprador de São Paulo durante uma de suas viagens de capacitação	175

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Índice de Gini da renda domiciliar per capita	68
Gráfico 2	Comparativo dos plurirrendimentos dos estabelecimentos pluriativos segundo a Agricultura Familiar	105
Gráfico 3	Principais fontes de receita por família em Morada Velha	106
Gráfico 4	Evolução anual de receitas da AASB no período de 2000 a 2017	108
Gráfico 5	Relação entre evolução de receitas e presença institucional	129
Gráfico 6	Linha temporal de crescimento dos integrantes do Projeto Pólo da Palha do Licuri	161
Gráfico 7	Gráfico comparativo da evolução anual dos indicadores coletados.....	169

Lista de Tabelas

Tabela 1	Perfil Demográfico	67
Tabela 2	Índices de Desenvolvimento	68
Tabela 3	Perfil dos rendimentos.....	69
Tabela 4	Infraestrutura básica na residência	97
Tabela 5	Existência de bens duráveis nos domicílios	98
Tabela 6	Ensino fundamental completo.....	98
Tabela 7	Variação de preço dos produtos de Morada Velha	113
Tabela 8	Grupos / povoados capacitados pelos integrantes de Morada Velha	162

Lista de Siglas

AASB	Associação de Artesãos de Santa Brígida
AALC	Associação dos Artesãos de Lear do Chuquê
AALSB	Associação dos Artesãos de Lear de Serra Branca
AGENDHA	Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEMAVE	Centro Nacional de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres
CFA	Coordenação de Fomento ao Artesanato
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CPRAAL	Comitê Permanente para Recuperação e Manejo da Arara-azul-de-Lear
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
ISS	Imposto Sobre Serviço
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> (União Internacional para Conservação da Natureza)
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MINC	Ministério da Cultura
MJB	Associação Movimento João de Barro

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAVES	Associação Brasileira para Conservação das Aves
SAVE Brasil	Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1. Capítulo 1: CULTURA E DESENVOLVIMENTO.....	26
1.1. Adotando uma concepção de desenvolvimento territorial: um ponto de partida ..	27
1.2. A identidade cultural não vista (ou mal vista) como atividade econômica.....	46
2. Capítulo 2: O POVOADO DE MORADA VELHA	57
2.1. Objeto empírico estudado.....	58
2.2. O contexto territorial e geográfico	65
2.2.1. O contexto socioeconômico	65
2.2.2. O contexto geográfico	69
2.2.3. O contexto histórico-cultural.....	80
2.3. A comunidade de Morada Velha.....	86
2.4. Alternativas de fortalecimento da economia local.....	95
2.4.1. Buscando soluções no seu ambiente	100
2.4.2. O impacto econômico da atividade artesanal	109
2.5. Histórico do Fortalecimento da Atividade Artesanal	115
2.5.1. O processo de multiplicação dos saberes	120
2.5.2. O papel das Instituições.....	130
2.5.3. Análise das atuações institucionais	140
3. Capítulo 3: FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO PRODUTIVO	148
3.1. Inovação e territórios.....	149
3.2. Polo da Palha do Licuri: territorialização através da cultura.....	157
3.3. Os desafios e conquistas desta proposta.....	168
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186
6. ANEXOS	193
Anexo I: Histórico de interação com o contexto	194
Anexo II: Mapa ilustrativo da região pesquisada	199
Anexo III: Mapa de localização das moradias em Morada Velha.....	200
Anexo IV: Mapa municipal e suas localidades	201
Anexo V: Questionários das entrevistas realizadas.....	202

Desenvolvimento ... é ...
tudo aquilo que a gente
adquire no dia a dia, né.
Com o trabalho da gente,
com o esforço, com a
dedicação ...

(José dos Santos Braga 'Zé de
Rita', Morada Velha, Santa
Brígida, Bahia)



Artesã Maria Sandra Rosa,
de Morada Velha.
(Fonte: o autor, 2004)

Introdução

A vestimenta branca com detalhes em azul claro já nos indica que estamos entrando em uma região onde a religiosidade predomina, já que se trata da vestimenta tradicional dos romeiros, habitantes daquele local, e muito presente nas manifestações de expressão religiosa, como a Dança de São Gonçalo, conforme pesquisa realizada pela antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998).

A esta característica, de uma região a qual o historiador Nilton Freixinho (2003) descreve como *sertão arcaico*, onde sua população ainda mantém modos de pensar e agir não muito distante da época dos colonizadores, e onde a necessidade por soluções aos problemas naturais faz com que se busquem respostas na religiosidade (e em seus agentes) e no misticismo religioso, soma-se o fato de estarmos à margem do *Raso da Catarina*, situado entre os municípios de Rodelas, Paulo Afonso e Jeremoabo, no estado da Bahia, região esta marcada pela adversidade climática da seca e, sobretudo, pela pobreza de suas populações com conseqüente pressão sobre a natureza.

Não obstante haver a presença de um grande manancial de água oferecido pelo Rio São Francisco, este é destinado principalmente para geração de energia hidroelétrica através das usinas situadas na região de Paulo Afonso, abastecendo outras regiões, enquanto no seu entorno podemos encontrar uma geografia que apresenta deficiência hídrica, taxa de insolação e temperaturas bastante elevadas, sendo um clima considerado entre o semiárido e o desértico. Mas a despeito desta aridez, podemos encontrar em seus limites a Arara-azul-de-lear, espécie endêmica da região e enquadrada como em perigo de extinção.

Também nos chama a atenção a interação da população com o bioma, da mesma forma que a relação deste com a questão espiritual, tal qual nos ensina os indígenas que vêm na natureza as respostas às suas necessidades diversas.

Tal contexto nos apresenta uma diversidade de elementos que, soltos já nos mostra a riqueza identitária das manifestações populares brasileiras, pois ali temos representações de matrizes sertanejas tradicionais, como a religiosidade, através das suas romarias e dos seus “clérigos-místicos” (FREIXINHO, 2003, p.65), como também a produção artesanal tradicional, com o

entalhe da madeira (produtor de itens como os ex-votos¹) e o trançado da palha, base para a produção de itens de uso cotidiano como as vassouras e o característico chapéu de palha.

Percebamos então que tal riqueza de diversidade e patrimônio, tanto material como imaterial, encontra-se em uma região com índices sociais entre os mais baixos do estado da Bahia.

Como já dito, estamos no semiárido nordestino onde, conforme Josué de Castro (1984, p.50), *“nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas”*, bem como deficitária de quase todas as necessidades estruturais de vivência, das mais básicas, como água e saneamento, às mais contemporâneas, como comunicação e lazer. E, ainda assim, encontramos este pequeno local que tem conseguido vencer os desafios deste arcaico sertão, conseguindo não só suprir necessidades humanas básicas, mas agregando outras comunidades nesta busca de um modelo de desenvolvimento que respeite não só a natureza e a história, mas também as pessoas.

A situação desta região e a falta de oportunidades produtivas e econômicas ampliam a problemática das carências sociais e, conseqüentemente, a perda das liberdades individuais de cada habitante daquele contexto, tanto quanto os efeitos negativos da globalização. Cenário propício para a ação de agentes institucionais e suas estratégias de desenvolvimento.

Considerando que o contexto socioeconômico das comunidades tradicionais lá situadas tem algumas similaridades, tais quais carências básicas de melhor qualidade educacional, de saúde e de fontes de geração de renda, embora, em contraponto, possuam riquezas em patrimônio material e imaterial, acreditamos que se faz necessário o fortalecimento de uma nova agenda de desenvolvimento que possa ser adequada à realidade brasileira e, em especial, à realidade de cada região, diversa em vários sentidos.

Para isso, buscamos nesse trabalho levantar a problemática encontrada em um contexto territorial específico, com o confronto entre os conceitos de desenvolvimento aplicados pelas instituições que naquele território atuam, fortalecendo assim uma discussão sobre a possibilidade de um processo de desenvolvimento que combata a desigualdade social e fortaleça a autonomia individual.

Da mesma forma que podemos perceber a presença da institucionalidade como instrumento para redução da desigualdade social, é necessário perceber como estes agentes exógenos

¹ Objeto ou imagem que se oferece a um santo em reconhecimento por graça alcançada. (Aurélio, 2008).

dialogam com os sujeitos da comunidade estudada, e como tal diálogo afeta as práticas e expressões culturais locais.

Temos assim um contexto que nos permite uma variedade de *olhares curiosos* de pesquisador. E dada a riqueza apresentada no âmbito cultural e natural, mesmo frente às limitações climáticas e sociais, nos fez questionar se não haveria ali alguma alternativa que pudesse atender às demandas socioeconômicas daquela população, algum *insight* que possibilitasse um processo de desenvolvimento local e endógeno, permitindo maior autonomia àqueles *assistidos*, como define Serge Paugam (2003) ao distinguir os tipos de beneficiários da ação social aos quais o autor denomina de “*clientela institucional*”.

Trazer o olhar deste sujeito² para um patamar de participação mais ativa já é descrito como essencial por diversas modelagens de desenvolvimento (sustentável, local, local endógeno, regional sustentável, étnica, etc).

O fortalecimento desta autonomia, sempre relativa, através de uma relocação de poderes e de um novo olhar do sujeito para valorização de seu contexto territorial poderia apresentar novos elementos de resposta aos desafios específicos de cada região, podendo inclusive surgir respostas múltiplas para o mesmo problema.

Tendo este autor atuado desde 2000 com projetos de desenvolvimento local em diversas regiões do estado baiano, quando inicia participação em equipes contratadas para execução de projetos de diversos perfis, mas que tinham como objetivo principal o desenvolvimento socioeconômico de regiões rurais e urbanas, em especial com grupos produtivos artesanais e de agricultura familiar, sob a chancela de instituições governamentais e paragovernamentais, buscou-se nesta experiência profissional (empírica, deixemos claro) o que foi visto em termos de exemplos de ações relativas a projetos de desenvolvimento local, trazendo nesta pesquisa um respaldo teórico-conceitual que possa caracterizar esta prática, analisando-a criticamente de forma a fortalecê-la pela *práxis*.

Uma destas experiências foi junto à região onde se encontra a comunidade de Morada Velha, em Santa Brígida (BA), a partir do ano de 2004. Esta tem sido parte integrante de um projeto de desenvolvimento territorial denominado *Pólo da Palha do Licurí*, projeto este formado por outras comunidades produtivas, como o povoado de Araújo, também em Santa Brígida, o

² *Sujeito aqui entendido como um indivíduo que, frente a comunidade e ao mercado, cria sua própria história e que atribui significado a todo o conjunto de experiências de sua vida individual, conforme definido por Alain Touraine. (CASTELLS, 2008, p.26)*

Assentamento Chuquê, no município de Jeremoabo, e do Assentamento Serra da Chapada, no município de Euclides da Cunha. Tais grupos tem na produção artesanal do trançado da palha sua principal fonte de renda, e na fibra da palmeira do licurí sua matéria primária.

Foi possível perceber durante os anos de proximidade com este contexto as mudanças ali ocorridas, tanto no âmbito físico (com as melhorias nas moradias, na construção de um espaço de trabalho e nas aquisições de bens), como no âmbito pessoal (com a formação de lideranças, o empoderamento através do conhecimento, e os reconhecimentos adquiridos). E tal percepção, embora não tenha sido o propósito inicial, resultou nesta pesquisa, que busca entender o que ocorreu a partir daquele período até então.

No contexto territorial bem característico e peculiar daquela região, observou-se, através de uma abordagem metodologia diacrônica (passado) e sincrônica (presente), o que ocorreu no período de 2000 a 2018, após sucessivas ações institucionais, sejam de agentes governamentais, sejam de agentes do Terceiro Setor, que pudesse nos apresentar os resultados das ações de desenvolvimento local ali executadas.

A atuação de instituições governamentais (como Secretaria de Trabalho e Renda do Estado da Bahia e o SEBRAE) e do terceiro setor (ONGs como Movimento João de Barro e AGENDHA) compõe este cenário de diversidade metodológica e de interesses, cuja interação com a comunidade e sua produção gera uma ambiência de tensão (e por vezes conflitos) e de interferência na sua atividade produtiva.

As comunidades, inseridas nestes projetos de mudança provocada por agentes exógenos que chegam com proposta de desenvolvimento endógeno (com visões institucionais por vezes alinhadas, por vezes opostas), são provocadas a se perceberem em uma condição de vida que não ideal, implantando a necessidade de busca de novas oportunidades que as apoiem na obtenção de uma melhoria dessas condições.

Entre os resultados levantados pôde-se perceber uma melhoria de aspectos estruturantes da qualidade de vida, como o bem estar físico de suas moradias ou a possibilidade de acesso à comunicação, mas também percebemos uma dependência da proximidade com estes agentes externos na condição de agentes porporcionadores de tais melhorias.

É através deste recorte que se busca responder à questão levantada, na qual se propõe ser seu capital simbólico, a cultura local, o eixo norteador para os novos conceitos de desenvolvimento territorial, de inclusão socioeconômica e de ampliação da autonomia

individual. Enfim, a transformação social oriunda da mobilização democrática e produtiva dos territórios através de seus ativos culturais.

Para tornar palpável tal discussão, buscamos observar na análise das ações institucionais realizadas na região pesquisada, para fortalecimento da produção do artesanato tradicional do trançado da palha, como (e se) ela tem contribuído com o desenvolvimento socioeconômico daquela comunidade.

Provocado pela busca de novas alternativas que atendam às demandas socioeconômicas de populações situadas em locais com características similares ao local pesquisado, através de um processo de desenvolvimento local e endógeno que permita a autonomia dos indivíduos que dele fazem parte, objetiva-se neste documento, em uma leitura interdisciplinar, a descrição e análise crítica de um processo de inovação territorial em contextos produtivos através do deslocamento do papel da cultura local de um agente passivo para um agente indutor do processo, sendo ela um vetor do desenvolvimento territorial.

Ao fazermos esta ponte entre o uso consciente do patrimônio cultural e ambiental presentes nos territórios e as necessidades geradas por um contexto social e econômico, tal qual encontrado no semiárido nordestino, esta pesquisa justifica-se pela geração de conhecimento que possa subsidiar novas ações de desenvolvimento local, bem como novas provocações para o conceito de desenvolvimento territorial.

Através de um estudo de caso analisar-se-á as ações realizadas em uma comunidade situada no nordeste baiano, através das soluções de desenvolvimento econômico e produtivo adotadas, e que tem como base suas matrizes culturais e ambientais utilizadas como meio para orientar a produção artesanal do trançado do licuri e do entalhe em madeira, em um projeto de desenvolvimento regional denominado *Polo da Palha do Licuri*, visando incremento de renda como também a ampliação da interlocução destes com instituições públicas, do terceiro setor e de agentes de mercado.

Como já dito, a interação com o objeto empírico estudado existe já há um tempo, tendo sido recolhido desde então diversas fontes de informações primárias, sejam de caráter iconográfico, através dos registros fotográficos e videográficos, sejam de caráter documental, através dos relatórios e relatos de trabalho de campo. Vale salientar que estes registros foram feitos de forma livre ao longo do tempo, sem o objetivo específico deste trabalho, viabilizando registros histórico-documentais que pudesse contribuir para geração de conhecimento, e que agora são utilizados nesta pesquisa.

Para lidar com uma complexa variedade de evidências caracterizadas por documentos, artefatos, imagens, depoimentos e observações, e reconhecendo que o objeto em estudo está associado a eventos situados em uma linha de tempo pré-definida, optou-se assim por um estudo de caso de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando-se do método histórico comparativo desenvolvido por meio do levantamento documental e iconográfico, resgate de depoimentos e relatos de campo, bem como coleta de informações atualizadas através de análise de documentos e escuta de integrantes da população local.

Quanto ao acervo iconográfico levantado, as imagens foram editadas e selecionadas de forma a ilustrar e contextualizar este documento, possibilitando o enriquecimento do entendimento dos resultados apresentados, sendo também elaborada uma cartografia ilustrativa de forma a melhor visualizar o contexto geográfico tratado na pesquisa.

As informações colhidas na etapa de levantamento de campo foram sistematizadas e analisadas, podendo assim avaliar o processo de transformação que ocorre em um território, como o apresentado, onde são percebidos diferentes sujeitos como também relações sociais e institucionais.

Pretendemos contribuir a esta leitura o fato de que tanto quanto devem ser preservadas as características definidoras de um território, devem também ser potencializadoras de sua dinâmica social e econômica, fazendo com que fortaleça sua identidade e não se instaure uma busca de novas identidades, reflexos de fora, por vezes vistas como melhores.

Desta forma, e através de uma revisão bibliográfica, levantaremos esta diversidade conceitual frente às características do contexto geográfico estudado, para que se possa observar como tal contexto tem respondido às demandas sociais e econômicas, e em especial, às pessoas localizadas em áreas marginais aos projetos de desenvolvimento (e, por vezes, nem vistas por eles).

Com uma linha de interpretação dialética do estudo, onde tudo se relaciona e se transforma, buscamos aproximar a teorização conceitual sobre a temática do desenvolvimento e seus paradigmas muitas vezes vinculadas ao crescimento econômico, ou a simples ação política “*pró-pobres*” como descreve Anete Ivo (2012, p.206), à temática da cultura, o “*plasma invisível*” segundo Leonardo Brant (2009, p.13), institucionalmente (e fortemente) preservada das “*mãos pesadas*” da contemporaneidade.

Partimos do conceito de desenvolvimento como expansão das liberdades pessoais, de Amartya Sen (2010), expansão esta que contrasta com as visões “*restritas*” como as que o identificam com crescimento econômico. Esta discussão sobre autonomia dos sujeitos sociais presentes nos projetos desenvolvimentistas perpassa uma revisão sobre com quais modelos e conceitos de desenvolvimento estes são envolvidos.

Segundo este autor, o papel do mercado é reconhecido na literatura econômica sobre o tema como parte do desenvolvimento embora sua contribuição seja posterior ao reconhecimento da importância direta da liberdade de troca. A liberdade de entrar no mercado pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização.

Percebe-se, quando tal discussão é aplicada ao nosso contexto, um posicionamento institucional para o fortalecimento de um processo de desenvolvimento local endógeno, onde os sujeitos deste processo são provocados à busca de soluções aos problemas identificados por estes agentes.

Desta forma devemos entender como tal conceito se apresenta. Para tanto, tomamos como referência Ricardo Abramovay (2009), que nos indica ser no plano local a criação das capacidades que permitirão a ampliação das escolhas dos indivíduos, e Tânia Braga (2002) que salienta ser este desenvolvimento local um processo endógeno que há a inclusão social e a solidariedade.

Ações de desenvolvimento econômico-produtivo adotadas em contextos geográfico e culturalmente diversos têm demonstrado que a utilização da matriz cultural local, como base para o desenvolvimento de uma matriz produtiva, tem contribuído para o incremento de renda, inserção e interlocução com instituições e o mercado, como para solução de problemas sociais.

George Yúdice sinaliza que, não obstante a cultura ter se tornado pretexto para melhoria sociopolítica e desmaterialização do crescimento econômico, entendendo-a como um recurso para os discursos desenvolvimentistas contemporâneos ou mesmo como parte do “*novo regime de acumulo capitalista baseado no trabalho cultural e intelectual*” (YÚDICE, 2013, p.545), pode haver nela o *poder* da transformação social e territorial.

Ao trazermos a discussão do fortalecimento das identidades presentes nos territórios, buscamos a visão de Zoran Roca e José Antonio Oliveira de identidade territorial na qual, embora seja frequentemente entendida como “*uma panaceia para a promoção do desenvolvimento sustentável, a nível local ou regional, na era da globalização e da cultura*” (ROCA e OLIVEIRA, 2011, p.4) e a despeito de sua diversidade de sentidos, trata-se de um conjunto de *fixos e fluxos espaciais* que caracterizam uma dada unidade territorial, explicitando tanto seus aspectos tangíveis como intangíveis.

É através da riqueza (idílica ou real) do semiárido brasileiro que nortearmos nosso questionamento sobre o quão valioso ela é, e de que forma ela pode ser convertida em um instrumento de quebra de paradigmas, posicionando-se em um *status* de maior valor, fixando a população da zona rural, evitando a tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural da região, segundo Ricardo Abramovay (2009, p.100).

A proposta de uma utilização de produtos de matriz cultural como ativo econômico, frente ao problema de perda de uma memória histórica promovida pela contemporaneidade, pode ser uma saída tanto para manutenção (e fortalecimento) de seu significado social e conseqüente manutenção dos nossos patrimônios materiais e imateriais, como, também, para a promoção de novas oportunidades de geração de renda, bem como novas propostas para um desenvolvimento local e sustentável, fortalecendo o processo de fixação do homem no campo e de autonomização destes territórios.

Assim, uma questão levantada é saber ser possível a promoção de um processo de desenvolvimento mais humanizado através da utilização de ativos culturais, estes entendidos como expressão dos bens imateriais que formam o patrimônio, pessoal ou coletivo, e que são passíveis de valoração, potencializando e fortalecendo territórios constituídos por comunidades tradicionais, que são formadas não só pela sua tradicionalidade histórica, mas também por relações pessoais intrínsecas, segundo Myrian Baptista (1979).

Tal observação, que tentamos analisar através do levantamento de ações e projetos de desenvolvimento econômico na região estudada, poderia indicar que a interferência externa àqueles contextos levaria também a alguma interferência no seu contexto cultural, ou mesmo na sua identidade cultural e suas representações.

A presença de agentes institucionais nas ações e projetos encontrados no contexto pesquisado, e a relação entre si e entre estes e os sujeitos de suas ações, é algo que precisa ser analisada com atenção de forma a contribuir com o equilíbrio nas relações de poder naturais da

construção de territórios, relações estas, determinista ou aleatoriamente constituídas, segundo Claude Raffestin (1993), pelos atores sociais nele localizados e suas estratégias. Tais relações, que ao se espacializarem formam os territórios, ao passo que originam as relações de poder, permitem também a coesão e a integração.

Tendo o sujeito como ponto de partida, além de uma visão antropológica para o conceito de cultura – “*como o encontro e a reprodução de valores, identidades e retóricas*” (YÚDICE, 2013, p.510) – poderíamos dizer que no *locus* onde esta pesquisa se instala, constrói-se uma territorialidade própria, formada, em um sentido endógeno, através de representações materiais, simbólico-imateriais e do espaço-vivido (HAESBAERT, 2007), pois percebemos ali uma visão de que em sua terra está o caminho de um futuro melhor.

Esta dissertação é estruturada em três capítulos. Iniciamos no primeiro capítulo com uma discussão teórica sobre os conceitos utilizados nesta pesquisa e que norteiam nossa visão, bem como os modelos de desenvolvimento ofertados (por assim dizer) através dos projetos de desenvolvimento e o papel da cultura local nestes projetos, discutindo a questão da cultura como atividade econômica. Desta forma podemos perceber como estes modelos e conceitos se aproximam da realidade pesquisada.

No segundo capítulo, apresentamos o recorte territorial, descrevendo a região e a comunidade estudada, o seu contexto territorial geográfico e suas características particulares, identificando o objeto empírico bem como a metodologia adotada para tal pesquisa. Descrevemos também o manejo da matéria prima, base da atividade laboral ali encontrada, e as alternativas de fortalecimento da economia local apresentadas pelos agentes institucionais.

No terceiro capítulo, trazemos a discussão sobre a formação de um projeto de inovação territorial em contextos produtivos, denominado de *Polo da Palha do Licurí*, analisando historicamente o processo de sua criação, sua origem, composição, abrangência territorial e seus objetivos. Analisamos também sobre o processo de inovação territorial que notamos ali ocorrer, o processo de multiplicação dos saberes neste papel de inovação e fortalecimento territorial, e os desafios e conquistas deste projeto.

Não nos propomos aqui a gerar uma *grande resposta* a tais questionamentos, haja vista entendermos que são os contextos que definem os problemas e suas particularidades, não podendo assim generalizar respostas sem que haja um mergulho nas especificidades.

Mas, em uma posição de proatividade crítica que sinaliza caminhos e através de uma revisão do conceito de desenvolvimento endógeno e local apresentado pelos agentes institucionais que atuam no território pesquisado, propomos a busca soluções para a erradicação de problemas sociais através de um processo de autonomização dos sujeitos sociais destes problemas, evitando assim a dependência da ajuda, ou a “*ilusão da ajuda*”, como descreve Angus Deaton em seu livro *A grande saída* (2013).



Nova geração de Morada Velha
(Fonte: o autor, 2004)

Capítulo 1

Cultura e Desenvolvimento

Como já dito, tratando de uma discussão interdisciplinar, discutiremos aqui **inovação territorial em contextos produtivos** através do deslocamento do papel da cultura de um agente passivo para um agente indutor do processo, sendo ela um vetor de desenvolvimento territorial.

A discussão que aqui se apresenta é sobre como a cultura pode contribuir para os processos de desenvolvimento territorial, em especial em regiões de poucas oportunidades socioeconômicas, mas de grandes potencialidades geográficas e culturais. Temos assim duas categorias que se apresentam e que podem se inter-relacionar de forma a fortalecer uma nova agenda de desenvolvimento. Precisamos, outrossim, entender as problemáticas possíveis desta relação e da interferência do setor econômico nas características identitárias locais.

Neste capítulo pretendemos fazer uma revisão de literatura sobre os conceitos de desenvolvimento e de cultura de forma a nos embasar sobre o que já foi pensado, confrontando com o contexto pesquisado. E por se tratar de duas grandes categorias, discutiremo-las em separado, mas buscando correlacioná-las no decorrer das análises.

1.1. Adotando uma concepção de desenvolvimento territorial: um ponto de partida

Trazemos para discussão a possibilidade de novas soluções que possam combater o problema da desigualdade e da pobreza, em especial junto a “*nação semi-árida*”, como descreve Xico Sá no livro *Nova Geografia da Fome* (2003), composta pelos cerca de vinte milhões de brasileiros que vivem em uma região (que abrange além dos nove estados nordestinos, o norte de Minas Gerais) marcada pelo bioma da caatinga e por imensas áreas de características desérticas.

Temos visto, da mesma forma que Simon Schwartzman em seu livro *Pobreza, exclusão social e modernidade*, que a modernidade tem trazido miséria e sofrimento para estas populações marginalizadas na sua busca pelo crescimento econômico e em detrimento do desenvolvimento social e o bem-estar, sendo questionado por este autor se isto é inerente ao processo de modernização ou se é “*uma dificuldade momentânea em um caminho virtuoso de riqueza crescente*” (SCHWARTZMAN, 2004, p.47-48). De outra forma, entendemos, como o

autor, que não podemos (nem devemos) olhar a modernidade como um inimigo a ser combatido, mas sim como algo a estarmos atento tanto às suas promessas como às suas armadilhas.

Este autor analisa, sob a leitura de Karl Polanyi, que, na sociedade capitalista, **pobreza e miséria** são causadas pela “*destruição da velha ordem social trazida pela introdução sem controle de uma nova economia de mercado*” (*Ibid.*, p.48), e que para funcionar necessitaria da integração dos mercados de bens, trabalho, terra e capital, integração esta complexa e realizada pelos governos e lideranças políticas e empresariais.

Acreditando que a economia de mercado não é capaz de criar uma alternativa viável, para Polanyi a única solução para o confronto entre sociedade e mercado seria “*a retirada das três ‘mercadorias fictícias’ – trabalho, terra e dinheiro – das forças incontroláveis do mercado, e a sua colocação sob o controle da sociedade*” (*Ibid.*, p.61-62).

A pobreza rural e urbana não é mero efeito de uma crise econômica temporária ou de um “modelo” econômico adotado por este ou aquele governo, que possa ser modificado pela simples vontade política dos governantes; e não se pode esperar que a pura transferência de alguma renda para os setores mais pobres da população, embora válida como política compensatória, altere de forma significativa tal situação. (*Ibid.*, p.109)

De outra forma, segundo o autor, apresenta-se uma necessidade da presença institucional como instrumento para redução da desigualdade social. Uma das abordagens utilizadas pelas instituições é a de transformação de cada pessoa em um microempresário, através da oferta de recursos e capital, e que tem sido apresentada como proposta revolucionária para tratar da pobreza, embora Anete Ivo levante a problematização de uma “*perspectiva liberal de autonomia do sujeito ‘empoderado’ - o pobre*” e a possível tradução de pobreza em uma “*virtude emancipatória*”, condenando a estes próprios o papel mais ativo “*no enfrentamento da sua própria condição de pobreza*”. (IVO, 2012)

Para Marcelo Lopes de Souza (1996) a **autonomia** surge como um princípio fundamental sobre o qual se assenta o processo de desenvolvimento, propiciando ao indivíduo (e a sua coletividade) o direito de estabelecer o conteúdo de tal modelo de desenvolvimento. A esta autonomia sobre a gestão do seu espaço/território, o autor denomina “*territorialidade autônoma*”. Segundo ele, o processo de desenvolvimento é

[...] um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais

fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva. (SOUZA, 1996, p.9-10)

Uma busca de alternativas que possibilitem a autonomia de comunidades, em especial as que estão em áreas com poucas alternativas econômicas, seja através de trabalhos formais ou através da geração de renda utilizando o que lhes oferece a vida naquele momento, é algo que se tem visto nas diversas ações realizadas em prol de um desenvolvimento local como também em estudos sobre o tema³.

Sendo tais alternativas feitas de forma consorciada, agregando-se forças, somando-se visões, construindo parcerias, ganhará mais possibilidades de sucesso. E mais, se ela for construída em um modelo *bottom-up*, onde as soluções surjam através da própria necessidade e dos próprios necessitados, “*conscientes dos efeitos devastadores da introdução de valores e comportamentos exógenos nas sociedades tradicionais*” (SWCHARTZMAN, 2004, p.165), e utilizando como insumos os ativos locais, sejam estes materiais ou imateriais, acredita-se que o resultado destas seja mais efetivo.

Através de uma revisão bibliográfica sobre a temática podemos observar a diversidade conceitual e de abordagens sobre o tema, a despeito da definição mais usualmente utilizada de redução de desemprego, da pobreza e da desigualdade, estabelecida por Dudley Seers (BOISIER, 1999, p.42).

Inicialmente pudemos notar, através de alguns autores, que não existe um conceito puro e estático de desenvolvimento (SILVA, 2016; GRUNEWALD, 2003; SOUZA, 1996; LIMONAD, 2013; OLIVEIRA, 2016; IVO, 2012), permeando abordagens como o conceito estruturalista dos *cepalinos* às abordagens contemporâneas de neodesenvolvimentalismo e desenvolvimento alternativo, ou mesmo abdicando de definições fechadas do seu conteúdo, como diz Marcelo Lopes de Souza (1996).

Trazer o olhar do sujeito para um patamar de participação mais ativa é descrito por diversas modelagens de desenvolvimento (sustentável, local, local endógeno, regional sustentável e etnodesenvolvimento, por exemplo) como essencial. Assim, poderíamos entender, na visão de Marcelo Lopes de Souza, que o processo de desenvolvimento é

[...] um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais

³ A diversidade e autonomia do desenvolvimento local e regional em um contexto de globalização foram fortemente discutidas na década de 90 por autores como J.Agnew, T.Haartsten, D.Massey, C.Hadjimikalis, D.Massey. (ROCA, 2011, p.2)

fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva. (SOUZA, 1996, p.9-10)

Esta autonomia não define o conceito de desenvolvimento, mas

[...] propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias. (*Ibid.*, p.9-10)

Anete Ivo apresenta seu paradigma do desenvolvimento, cuja concentração de renda e poder promove um entrave ao desenvolvimento, indagando sobre o “*papel central e intervencionista do Estado como indutor de um desenvolvimento sustentado na consolidação do mercado interno*”. Para a autora, o desenvolvimento virá através da desconcentração do Estado e a emergência de novos atores:

A aplicação massiva das políticas de transferência de renda e seus efeitos sobre o mercado interno e sobre indicadores de desigualdades, ainda que tenham resultado também e, sobretudo, da ação de outras políticas [...], consolidam um convencimento generalizado sobre um novo Estado social “eficiente” pró-pobres, considerado, dessa perspectiva, como socialmente mais justo, porque redistribui renda a aqueles que “efetivamente” dela mais precisam. (IVO, 2012, p.206)

Ester Limonad, Bruno Oliveira e Carlos Bastos compartilham da visão de desenvolvimento como discurso capitalista, constituindo-se de um “*processo de acumulação de capital com mudanças estruturais*” (OLIVEIRA e BASTOS, 2016, p.37) e que está “*relacionada a organização do espaço social, que iria além das propostas do urbanismo*” (LIMONAD, 2013a, p.126).

Ainda segundo Ester Limonad, “*o termo desenvolvimento abarca múltiplas dimensões e significados muito diferentes, que dependem via de regra do sujeito, do objeto e do alvo social do discurso do desenvolvimento*” (*Ibid.*, p.129), e a depender destes, se traduzem em: crescimento econômico e progresso, em modernização, na expressão da relação centro-periferia, na redução da desigualdade econômica, na elaboração de políticas públicas (que segundo a autora atendam aos interesses do poder), ao suprir carências, na melhoria de condições de vida através da formação, nos resultados dos esforços individuais, ou no empoderamento e auto-definição dos grupos sociais (*Ibid.*, p.132).

Silva e Matos (2016) discorrem sobre a setorialização e regionalização do desenvolvimento através do fortalecimento das matrizes produtivas e dos avanços tecnológicos que estas proporcionam, enquanto Rodrigo Grunewald (2013, p.49), fortalecendo o oposto, propõe um

“desenvolvimento alternativo” ao colocar “menos ênfase na produtividade econômica, se comparado com objetivos sociais e ambientais”.

Para compreensão dos conceitos tradicionais de desenvolvimento, surgem também Rosélia Piquet e sua discussão sobre o desenvolvimento baseado na indústria extrativista (SILVA, 2016), William Arthur Lewis (OLIVEIRA e BASTOS, 2016) e o processo econômico da restrição da poupança, Octavio Ianni e Arturo Escobar e o desenvolvimento associado à modernidade (LIMONAD, 2013a), e José Nun com a discussão sobre o crescimento através da modernização (IVO, 2012).

Entre as novas abordagens de desenvolvimento, Jing Gu e Naohiro Kitano, do *Institute of Development Studies*, em um recente artigo denominado *Introduction: Beyond Aid – The Future of Development Cooperation*, discute uma abordagem para o processo de desenvolvimento através da cooperação, que vá além da ajuda, englobando dimensões como a proliferação dos atores, diversificação das finanças, a formação de políticas e o compartilhamento do conhecimento. (GU e KITANO, 2018, p.9)

Para Ester Limonad (2013a) a concepção de desenvolvimento deve ir além da melhoria das condições de vida da população, implicando na formação de cidadãos. E para tanto deve-se não só simplesmente melhorar as condições de vida e da reprodução social, mas também reconhecer e respeitar a diversidade social, o direito a diferença, e juntamente com isso investir em educação, em saúde, em gerar empregos, em infraestruturas de abastecimento, comunicação e transportes.

Anete Ivo, citando Nancy Frazer, considera que

[...] a questão da justiça, nas sociedades contemporâneas, caracteriza-se pela articulação de dois tipos de “injustiça”: a do tipo socioeconômico, manifesta pela exploração do trabalho e pelas condições de reprodução material; e as do tipo cultural e simbólico, submetidas a formas de dominação cultural, desqualificação e invisibilidade social”. (IVO, 2012, p.200)

Para ela surge a discussão de novos desenhos conceituais do desenvolvimento, com as possibilidades e contornos da emergência de um “*neodesenvolvimentismo*”, sendo que este novo-desenvolvimento defende a adoção de uma estratégia de “*transformação produtiva com equidade social*” que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda.

A ideia de sustentabilidade associada ao desenvolvimento endógeno anuncia uma nova utopia de equilíbrio entre crescimento econômico,

equidade social e proteção do meio ambiente (Lebauspain, 2010), mas mostra também a complexidade e a polissemia implícitas nesses processos, que podem “fetichizar o lugar do conflito dos agentes, em favor do mercado”. Para alguns (Veiga, 2005; Sachs, 2002, 2004), a sustentabilidade do desenvolvimento, combinada ao paradigma da igualdade e da proteção social, anuncia uma nova utopia da sustentabilidade, capaz de agregar projetos coletivos. Assim, a noção de “desenvolvimento sustentável”, desde fins do século XX, vem se constituindo num paradigma aglutinador de projetos críticos ao modelo de crescimento econômico, associando a ele a defesa do meio-ambiente e o princípio da equidade social, e recolocando o tema da integração social pela via da luta contra a pobreza como condição fundamental do novo desenvolvimento sustentado. (*Ibid.*, p.200)

Continuando, Anete Ivo cita que

[...] a mobilização das variáveis sociais e culturais como fontes de desenvolvimento pode ocultar o caráter conflitual do mercado em favor das “virtudes morais” da “cooperação”, reconvertidas, então, em bens do mercado. Trata-se de reorientar a sociabilidade do setor popular, transformando qualquer tipo de “inserção” em “bem” de mercado e em supostas virtudes da “integração social” [pelo mercado]. (*Ibid.*, p.204)

Ao contrário de uma visão desenvolvimentista cepalina (e de suas abordagens herdeiras) voltadas para o desenvolvimento e o crescimento econômico, e que encontrou “*um terreno particularmente fértil no Brasil*” (COLISTETE, 2001, p.31), faz-se necessário uma visão mais ampla, que atenda às características das diversidades brasileiras e onde a relação entre o sujeito e seu contexto seja mais evidenciada, daí uma certa aproximação com o conceito do desenvolvimento sustentável.

Embora tal noção de um desenvolvimento mais sustentável tenha surgido da necessidade de rediscussão de uma noção de desenvolvimento vigente, e invadido “*de forma avassaladora o cotidiano e a reprodução das diferentes esferas sociais*”, o conceito ainda não possui um significado definido, sendo percebido de forma “*diferente para diferentes pessoas*” (LIMONAD, 2013b).

O desenvolvimento sustentável, discutido por autores como Dennison Nash, Silvio Lima Figueiredo e Jeffrey Sachs, Thomas Davis, e Rodolfo Stavenhagem, propõe uma quebra de paradigmas frente aos modelos tradicionais de desenvolvimento social e econômico, e que poderia surgir através do crescimento da inovação em convergência com a inclusão social e a proteção do meio ambiente. Em tal proposta poderíamos entender que o caminho seria através de um modelo de desenvolvimento com uma melhor interação do homem e do seu meio, ou o que nas últimas décadas, segundo Ester Limonad, “*passou a integrar e converteu-se em um*

fator emblemático de legitimação dos discursos e práticas do planejamento urbano e regional” (LIMONAD, 2013a, p.123).

Jeffrey Sachs (2015), em seu livro *The age of sustainable development*, fala que o conceito tenta entender a interação de três complexos sistemas: o econômico, o social e o ambiental, aspirando uma vida decente, e combinando desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Sustainable development is a way to understand the world as a complex interaction of economic, social, environmental, and political systems. Yet it is also a normative or ethical view of the world, a way to define the objectives of a well-functioning society, one that delivers wellbeing for its citizens today and for future generations. (SACHS, 2015, p.11)⁴

Para o autor, novas formas de governança são peça chave na busca de um desenvolvimento sustentável e na resolução dos problemas sistematizados nos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*⁵.

Tais ideias de sustentabilidade, segundo Limonad, dado seu caráter

[...] inócuo e neutro, propicia a articulação de interesses diversos e de governos locais em diversos países [...] nesse sentido, as propostas de desenvolvimento sustentável e, por vezes, a ambientalização do planejamento têm um fundo comum, por assim dizer, instrumental que contribui para esvaziar em parte o sentido social da questão ambiental e para ocultar o caráter estratégico que o espaço social assume para a reprodução do capital na contemporaneidade. (LIMONAD, 2013b, p.138-9)

Com isso, continua Limonad, o

[...] consumo crescente do espaço, ao mesmo tempo em que propicia a manutenção e sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade, contribui para destruir a base de subsistência e de reprodução de grupos nativos originários. (*Ibid.*, p.125)

E o desenvolvimento deste sistema, na sua forma estrita, tem se mostrado incapaz de dar respostas satisfatórias, haja vista o surgimento de novas experiências cooperativas e autogestionárias, como indica José Ricardo Tauile, que, de outra forma, questiona o limite

⁴ O desenvolvimento sustentável é uma maneira de entender o mundo como uma complexa interação de sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos. No entanto, é também uma visão normativa ou ética do mundo, uma maneira de definir os objetivos de uma sociedade que funcione bem e que ofereça bem-estar aos seus cidadãos hoje e às gerações futuras. (tradução nossa)

⁵ *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (Sustainable Development Goals), baseados nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (Millennium Development Goals), e mais recentemente ampliado de 8 objetivos para 17. (Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acessado em 12/8/2018)

destas experiências expandirem-se já que fazem parte do mercado, representação máxima do capitalismo (TAUILE, 2001, p.258).

Nesse sentido devemos também discutir a sustentabilidade deste modelo de desenvolvimento, e trazer o social para perto desta discussão. Concordando com a inevitabilidade de se considerar a base econômica quando tratamos de melhoria de qualidade de vida, faz-se necessário, tal qual posto por Cristina Alencar (2017), um olhar mais acurado para o desenvolvimento humano, e neste caso mais próximo do seu território, do seu local, referindo-se à simplificação da complexidade do desenvolvimento humano à parametrização por índices quantitativos (a exemplo do IDH). Tal abordagem é traduzida pela autora como:

[...] processo histórico em que a humanidade enfrenta os problemas, que ela mesma se opõe, em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir. Considerada um processo, a apropriação dessa noção se distingue daquela que a torna um indicador de qualidade de vida. (ALENCAR, 2017, p.11)

Entre esta profusão conceitual, procuramos delimitar uma abordagem de desenvolvimento mais próxima ao seu sujeito e menos ao seu objeto, de forma a buscar um modelo que possibilite uma maior autonomia destes, ou que, no mínimo, os coloque em um patamar mais ativo no processo.

Um desenvolvimento mais humanizado e onde a qualidade de vida seja representada não apenas pela renda ou recursos que se dispõe, mas também em como as pessoas vivem, denotaria entender que o mero crescimento econômico não seja capaz de descrever o processo de desenvolvimento, em uma visão contrária às teorias desenvolvimentistas que pregam que tal processo pode ser representado na ênfase estruturalista e econômica.

Na visão de Amartya Sen (2010), um processo de desenvolvimento deve promover a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo estas agentes do seu desenvolvimento, onde a melhoria de vida importe tanto quanto ao crescimento econômico, e que as potencialidades dos indivíduos sejam fortalecidas. Tal enfoque contrasta com as visões de desenvolvimento que o identificam com o crescimento do PIB, aumento das rendas individuais, industrialização, avanço tecnológico ou modernizações sociais, que para o autor, podem ser meios para atingi-lo, dependendo das disposições sociais e econômicas (serviços de saúde e educação, por exemplo) e dos direitos civis (direito de participar das discussões e averiguações públicas), mas não são os fins, para onde a atenção dever ser dirigida a fim de expandir as **liberdades substantivas** dos indivíduos. (SEN, 2010)

Estas liberdades substantivas estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento e incluem as capacidades elementares de viver com dignidade. A pobreza econômica, a carência de serviços públicos e assistência social e a negação de liberdades políticas e civis podem, segundo o autor, vincular-se à ausência destas liberdades. Da mesma forma a relação empírica que as vincula podem fortalecer uma as outras.

Neste sentido, desenvolvimento é entendido pelo autor como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, com vital papel de uma diversidade institucional, que promoverá o acesso ao aumento de suas capacidades individuais.

Uma discussão sobre **desenvolvimento e território** onde está inserido este processo deve estar vinculada à análise das demandas socioeconômicas dos sujeitos envolvidos, individualizando-se de certa forma a leitura, e possibilitando o fortalecimento da sua autonomização com consequente potencialização dos seus territórios, combatendo os efeitos negativos da globalização da mesma forma que atraindo seus efeitos positivos.

Em uma visão mais contemporânea sobre o tema, Sergio Boisier (1999a; 1999b) propõe um processo de desenvolvimento onde as questões cognitivas, simbólicas, culturais, sociais, etc., ao interagirem potencializam e articulam as diversas formas de capital, intangíveis na sua maioria, e que podem colocar um território em “*um caminho virtuoso de desenvolvimento*”. (BOISIER, 1999, p.39)

Si el desarrollo es un resultado intangible, pues, entonces, los factores que lo gatillan también deben pertenecer a tal dimensión. El crecimiento económico, un resultado material, está principalmente asentado en factores de igual naturaleza, el capital económico en primerísimo lugar; el desarrollo, un resultado inmaterial o intangible, está por su lado, asentado en factores intangibles, en varias formas de “capital intangible”. Sin embargo, en la complejidad actual hay que matizar las afirmaciones o negaciones tajantes: el crecimiento económico también es empujado por factores no materiales y el desarrollo, por su lado, requiere de la base material del crecimiento. Todo esto no hace sino poner en evidencia la relación “rizada” entre ambos conceptos. (*Ibid.*, p.42)⁶

À luz de uma leitura onde a conquista destas liberdades individuais é promovida através da relação do sujeito com seu território, o autor discute a constituição de um *capital sinérgico*, ou

⁶ Se o desenvolvimento é um resultado intangível, então, os fatores que o acionam também devem pertencer a essa dimensão. O crescimento econômico, um resultado material, é baseado principalmente em fatores da mesma natureza, capital econômico em primeiro lugar; o desenvolvimento, um resultado imaterial ou intangível, é por outro lado, baseado em fatores intangíveis, em várias formas de “capital intangível”. No entanto, na complexidade atual, é necessário esclarecer as afirmações ou negações categóricas: o crescimento econômico também é empurrado por fatores não materiais e o desenvolvimento, por outro lado, requer a base material do crescimento. Tudo isso não faz nada além de colocar em evidência o relacionamento “encaracolado” entre os dois conceitos. (tradução nossa)

seja, a capacidade social de promover ações conjuntas e com fins coletivos, como força motriz do **desenvolvimento dos territórios**, no sentido da sinergia entre desenvolvimento e a capacidade de todo grupo social realizar a *engenharia* do seu próprio desenvolvimento. A produção de um processo de desenvolvimento através da articulação das diversas formas de capital encontradas em um território, salientando a importância da organização deste.

Sugiero denominar capital sinérgico a la capacidad social o, mejor, a la capacidad societal (como expresión más totalizante) de promover acciones en conjunto dirigidas a fines colectiva y democráticamente aceptados, con el conocido resultado de obtenerse así un producto final que es mayor que la suma de los componentes. Se trata de una capacidad normalmente latente en toda sociedad organizada. (*Ibid.*, p.42)⁷

Tal caracterização de um capital capaz de potencializar o desenvolvimento surge com maior facilidade, segundo o autor, “*em espaços "proxêmicos", espaços sociais em que predominam as relações de proximidade, e não em espaços "diamétricos" com grandes distâncias sociais.*” (*Ibid.*, p.51, tradução nossa)⁸

A importância da proximidade é reforçada por Ricardo Abramovay. Para ele, “*mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam*” e assim, formando um rico tecido social, organizado e integrado, é que se constitui a dimensão territorial do desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 2009, p.85-86)

A construção, e mais ainda a intensificação, das relações sociais localizadas permite, segundo o autor, construir em torno da valorização dos territórios uma “*comunidade de valores e de intenções*” (*Ibid.*, p.92), possibilitando assim seu desenvolvimento, sendo fundamental a organização de iniciativas que comecem a materializar a existência desta dinâmica territorial.

Entendemos, igualmente, que deve-se também humanizar a visão do desenvolvimento territorial, indo além de uma abordagem pragmática, além da “*racionalidade capitalista*”, segundo Cristina Alencar, indicando que embora seja inevitável considerar a base econômica

⁷ Sugiero denominar o capital sinérgico a capacidade social ou, melhor, a capacidade societária (como expressão mais totalizante) de promover ações conjuntas dirigidas a fins coletivos e democraticamente aceitos, com o conhecido resultado de obter um produto final maior que o soma dos componentes. É uma capacidade normalmente latente em toda sociedade organizada. (tradução nossa)

⁸ [...] en espacios “proxêmicos”, espacios sociales en los que prevalecen las relaciones de proximidad, más que en espacios “distémicos” con grandes distancias sociales. (BOISIER, 1999, p.51)

da qualidade de vida, a questão seria o “*condicionamento paradigmático que dá o diferencial dos projetos de desenvolvimento*”. (ALENCAR, 2017, p.35)

Se a abordagem econômica pode fazer parte de um processo de desenvolvimento mais humanizado dos territórios, em uma perspectiva dialética, qual seria o equilíbrio que evitaria um conflito entre o espaço vivido e o espaço concebido⁹? Caberia ao próprio sujeito tal definição, moldando eles próprios seus destinos, deixando assim de serem vistos como “*beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento*” (SEN, 2010, p.26).

Programas de desenvolvimento são aplicados por agentes institucionais de diversos âmbitos, constituindo-se assim de uma diversidade de abordagens processuais e metodológicas junto aos seus beneficiários. A formação deste tecido relacional, quando espacializado, formam os territórios. Estes são, assim, concebidos através da interação das múltiplas relações de poder, seja material, como o econômico-político, seja simbólico-identitário (HAESBAERT, 2007, p.27), poder este que se apresenta como uma representação das institucionalidades ou como parte intrínseca das relações, que “*se esconde atrás do Poder, nome próprio*”, como descreve Claude Raffestin (1993, p.52). A distribuição equilibrada destas relações, levando poder (com *p* minúsculo) para as comunidades seria condição inerente para uma autonomização destas, em um processo de (embora o termo já esteja desgastado) empoderamento.

Sergio Boisier sugere que a capacidade de organização social de uma região, que possibilite a promoção de ações em conjunto dirigidas a fins aceitos de forma coletiva e democrática (o qual ele denomina de *capital sinérgico*¹⁰), apoia a transformação do seu capital intangível em um sistema complexo, de maneira que o desenvolvimento se apresente como uma propriedade do próprio sistema, sendo razoável supor que este tipo de capital surja com mais facilidade em espaços sociais que prevaleçam as relações de proximidade, como também que há a necessidade de um agente impulsionador partícipe do governo regional. (BOISIER, 1999, p.51-52)

⁹ Henri Lefebvre lança mão de três distintas dimensões do espaço: o percebido, o concebido e o vivido. O espaço percebido, segundo o autor, se define pela prática espacial na sua materialidade que, no período moderno, ou seja, do período pós-revolução industrial até o presente, refere-se a uma estreita relação entre a realidade cotidiana e a realidade urbana. O espaço concebido são as representações do espaço, é o espaço imposto, dos discursos, das teorias, do ordenamento, das leis, dos planos e dos projetos implementados pelos tecnocratas. O espaço vivido são os espaços de representação, vividos através das imagens e símbolos pelos seus habitantes e usuários, é o espaço dominado e onde Lefebvre vislumbra a potência de transformação.

¹⁰ Segundo o autor o capital sinérgico é o elemento catalítico de outras formas adicionais de capital que devem interagir para gerar um caminho de desenvolvimento, sendo: capital natural, econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, cívico, humano e midiático (BOISIER, 1991).

Para trazer esta discussão mais próxima do nosso objeto, considero, como Marcelo Lopes de Souza salienta, que devemos nos ater a alguns fatores quando das generalizações e abstrações, e especialmente em dois:

[...] a escala da análise, onde devemos raciocinar considerando diferentes níveis ou escalas de análise dos fenômenos; e os limites da experiência pessoal do teórico, devendo-se ter consciência das limitações do alcance de suas explicações e, sobretudo, de suas sugestões de intervenção [...]. (SOUZA, 1996, p.16)

Esta referência se faz haja vista nossa busca de resposta à questão levantada (levando-se em conta as características contextuais do *locus* da pesquisa) que é saber ser possível promover o desenvolvimento socioeconômico através da autonomização e do fortalecimento de territórios tradicionais, e em nosso caso, tal resposta ser obtida à luz do recorte empírico adotado, tendo o desafio de associar desenvolvimento e cultura.

Entre tantos teóricos que discutem o tema, salientamos Marcelo Lopes de Souza e o conceito de territorialidade autônoma (CANTELMO e outros, 2015, p.361), Mauro Almeida que traz as questões de conflitos de terra (GUEDES, 2016), Rogério Haesbaert e o conceito de desterritorialização e a discussão sobre territorialismo (HAESBAERT, 2007), Robert Sack com sua visão de territorialidades (GODOI, 2014), Samuel Huntington e o “*choque de civilizações*” (CANTELMO, 2015, p.361), Paul Little e a cosmografia da territorialidade (GODOI, 2014).

Em Micheal Storper (1997) a busca pela territorialização do desenvolvimento tem um olhar mais econômico, pois há a dependência dos recursos territorialmente específicos, vinculando-se esta territorialização à vida econômica.

Wesley Cantelmo levanta a questão do embate entre a capitalização do território e a territorialização do capital, como diferentes abordagens a serem adotadas e também suas diferentes consequências, vigorando “*no ambiente das políticas de desenvolvimento construídas pelo estado, (...) na essência dos planos e projetos, a lógica dos agentes que possuem interesses nas formas de acumulação do circuito amplo da reprodução capitalista*”. (CANTELMO, 2015, p.366)

O autor, em seu texto, reflete sobre a estratégia de produção de territórios baseado no *circuito capitalista de reprodução*, o *território-mercadoria*, propondo o resgate da noção de territorialismo em contraponto com a usada para análise dos modelos de desenvolvimentos adotados no Brasil, que segundo ele trata-se de um “*territorialismo capitalista, em que forças*

competitivas de mercado são colocadas como alternativa única de sociabilidade”. (Ibid., p.366)

Com André Guedes (2016) percebemos um conceito de território enquanto espaço de vínculo identitário, e o descreve através da questão das demandas por terra e as demandas por território. Nesta última, o autor atrela às demandas *reivindicações identitárias e de direitos culturalmente diferenciados* e sendo assim um *lugar de vida*, enquanto as lutas por terra referem-se aos *direitos universais* associada a um *meio (e lugar) de produção*.

Em uma linha próxima a Guedes, Emília Godói constrói seu conceito de territorialidade vinculando em especial à disciplina da antropologia, e neste sentido reforça a relação do espaço com a relação social. A autora também salienta que

[...] territorialidade ou territorialidades não é algo que se possa entender sem estudar processos, isto é, é preciso ser contextualizada em relação ao momento histórico em questão, ao contexto físico onde ocorre e aos atores sociais envolvidos. (GODOI, 2014, p.11)

E em sendo um processo, lança mão do termo *‘territorializar-se’* que se dá em diferentes escalas e envolvendo distintos processos e significados. Com isso, reforça a necessidade de uma constância de pesquisa científica para *“investigar processos por meio dos quais grupos e pessoas acessam, apropriam, usam, controlam e atribuem significados a parcelas do espaço, transformando-as em território”*, pois para ela, território é um *“produto histórico”*. (Ibid., p.14)

Em Rogério Haesbaert o conceito representa uma delimitação espacial onde as relações interagem através das aproximações dos sujeitos no espaço, este materializado, seja ele físico ou virtual. O uso do território como expressão de poder, segundo o autor, pode ocorrer em qualquer sentido, desde que detentor do conhecimento do espaço, podendo conflitar ou aglutinar. (HAESBAERT, 2007)

Entendendo aqui a importância da materialização da territorialidade através dos objetos, precisamos salientar inicialmente uma diferenciação com que Emilio Poletto descreve por *‘recursos particulares’*, diferenciando

“recursos materiais, considerados os naturais ou construídos pelo homem, e dizem respeito a matérias-primas, equipamentos, insumos, mão-de-obra, entre outros, e podem ser encontrados em diversos lugares, tendo sua distribuição vinculada a fatores naturais e geográficos” (POLETTO, 2009, p.4),

e os

“recursos imateriais, mais complexos e que se originam de fatores históricos e sociais que interagem para criar uma determinada fonte de recursos que podem ser utilizados no processo produtivo (não necessariamente industrial)” (*Ibid.*, p.4).

Tal diferenciação é necessária no sentido de entender que quando tratamos de produção, estamos ampliando seu sentido, além da questão física e material.

Devemos também reforçar a questão do que Milton Santos fala como *‘uso dos territórios’*, perspectiva materialista da relação entre economia e espaço, não objetivando aqui definir um *‘lugar’* sobre critérios predeterminados, mas sim *“explorar o conceito de território como promotor do recurso específico e, portanto, como ator do desenvolvimento”* (PIRES, MÜLLER e VERDI, 2006, p.442).

Tal modelo de desenvolvimento, que tem sido denominado de **desenvolvimento local**, e que, segundo Emilio Poletto, pode ser encontrado em *“iniciativas pontuais (e mesmo setoriais) que contêm ingredientes de desenvolvimento (isto é, lidam com geração de trabalho e renda, ou com substâncias clássicas de desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural)”*. (POLETTO, 2009, p.4)

Para este autor novas abordagens de desenvolvimento tem sido formuladas e experimentadas, com o diferencial de serem intervenções territorializadas e não isoladas, gerando matrizes de projetos e ações contínuas, a partir da mobilização dos diferentes atores presentes nos territórios.

A temática do desenvolvimento local tem sido utilizada pelos agentes institucionais, em especial a partir dos anos 90, na perspectiva de um novo enfoque de desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com suas ações de desenvolvimento local através da formação de recursos humanos e construção de capital social, do fomento ao desenvolvimento produtivo e da concertação participativa dos atores locais. Desta forma estimulando a parceria entre os agentes governamentais, os representantes da sociedade e o mercado. (BNDES/PNUD, 2002)

Apresenta-se assim uma visão sistêmica de *“articulação sócio-institucional e sócio-produtiva para transformação dos territórios (...) capaz de criar bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada – social, ambiental, econômica e política”* (POLETTO, 2009, p.4), para tanto o território deve compreender um espaço institucional, social e cognitivo, e possuir sinais de identidade coletiva, capacidade de promoção de convergência em termos de

expectativas de desenvolvimento, e promoção da integridade econômica e social no âmbito local.

Entre as críticas ao modelo, Tânia Braga indica a redução da discussão à questão da escala e da proximidade, “*reforçando as lógicas do individualismo e do mercado, estando, portanto, longe de propor transformações profundas nas configurações espaciais*” (BRAGA, 2002, p.27). E continua:

Explícita aqui a preocupação de que o desenvolvimento local seja utilizado como retórica para ocultar intenções politicamente mais difíceis de serem aceitas pela população, como cortes nos gastos sociais. Implícita a preocupação de que o desenvolvimento local seja utilizado para justificar políticas que vão contra os interesses das comunidades em nomes das quais se diz estar trabalhando, reforçando os interesses das elites no poder. (*Ibid.*, p.28)

A autora salienta que não se devem generalizar tais críticas ao modelo. Ao existir estratégias locais distintas, guiadas pela lógica do mercado ou pela lógica solidária de contraposição aos imperativos capitalistas, apresentam-se indicativos de que “*o plano local possui alguma margem de manobra para iniciativas de promoção do desenvolvimento*”. (*Ibid.*, p.32)

Ao trazer a visão de desenvolvimento local enquanto *sistemas locais* onde o território possui não só uma dimensão espacial e geográfica, mas também relacional, Gerardo Silva e Giuseppe Cocco entendem tais redes enquanto um sistema produtivo. E indicam o trabalho cognitivo como força motriz de um desenvolvimento mais local, fortalecendo o conceito de um **território produtivo** enquanto processo de construção integrada entre cidadãos e instituições locais em busca de “*inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social*”. (SILVA e COCCO, 2006, p.168)

Os autores apresentam o conceito dos territórios produtivos enquanto modelo de inovação territorial, onde “*grupos de cidadãos produtivos e instituições locais estão empenhadas em promover os processos constituintes, com o objetivo declarado de alcançar metas mais ambiciosas de inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social*” (*Ibid.*, p.168). Tal abordagem, segundo os autores, permite o fortalecimento das relações sociais especializadas, isto é, os territórios, através de um movimento *bottom-up*, e nos apresenta uma modelagem de desenvolvimento local, formuladas e experimentadas no Brasil na segunda metade dos anos 90, trazendo “*a busca de uma intervenção territorializada onde não se trata apenas de realizar ‘um projeto’, no sentido usual, mas de gerar uma matriz de projetos e*

ações continuadas, a partir da mobilização dos diferentes atores atuantes e presentes nos territórios” (Ibid., p.229).

Utilizando-se deste entendimento de territórios produtivos, fazemos aqui um recorte quando se tem a questão da mercantilização da produção de bens simbólicos através da produção artesanal em comunidades tradicionais, caracterização esta de *‘bens com dupla face’*, segundo Pierre Bourdieu (2011, p.102), sendo uma de mercadoria e outra de significações, cujo valor cultural e mercantil subsiste independentemente. Tal dualidade entre mercantilismo e simbolismo se apresenta na história da produção artesanal quando a cultura material funciona como uma espécie de código, no sentido de fornecer informações acerca das pessoas e do mundo que as cerca, materializando as categorias da cultura. Trataremos desta questão no próximo subcapítulo.

Quebrando certa visão determinista da condição humana, com a possibilidade de somar o novo ao que se herda dos nossos ancestrais, devemos não desistir da tentativa de usar os recursos que temos para enfrentar as questões, buscando entendê-las e utilizando-as como ativos para mudança de uma realidade para melhor. E para isso, devemos utilizar da história e da cultura como proteção para uma possível imposição de uma agenda de modernização externa.

A história e a cultura são muito importantes para nos proteger de duas propensões opostas, extremas e negativas dos formuladores de políticas: acreditar que as sociedades não podem mudar ou acreditar que elas podem ser facilmente mudadas pela imposição da vontade de alguém. (SWCHARTZMAN, 2004, p.215)

Ao colocarmos a economia brasileira na *“arena da concorrência internacional”*, como descreve José Ricardo Tauille, trazemos como legado o agravamento da exclusão social e da pobreza. Segundo ele, *“a forma capitalista estrita parece cada vez menos capaz de dar uma resposta satisfatória a essa questão”* (TAUILLE, 2001, p.258).

A busca por novas soluções aos problemas socioambientais e alternativas de estratégias de desenvolvimento perpassa a priorização da utilização das potencialidades produtivas locais, segundo José Ricardo Tauile (2001), bem como a inovação e o estímulo de cooperação, segundo Sarita Albagli (2009).

Frank Moulaert e Farid Sekia faz uma revisão crítica dos *modelos de inovação territorial*, cujo termo utilizam para caracterizar os *“modelos de inovação regional no qual a dinâmica institucional local tem papel significativo”* (MOULAERT e SEKIA, 2003, p.291).

Growth and development factors such as human capital, local business culture and schooling system, infrastructure, quality of production factors and systems, and learning from the regional experience for renewed regional development (RATTI, 1992) were put in a context of territorial innovation dynamics. This was the beginning of a literature on territorial development and regional innovation systems (KAFKALAS, 1998) that is now almost 15 years old. (*Ibid.*, p.290)¹¹

Para estes autores, nos modelos de inovação territorial, a endogeneidade, fruto da combinação das dimensões econômica, sociocultural e política, geralmente recebe um forte ar econômico-determinista, referenciada por uma *imagem de crescimento dominante* (alta tecnologia produtiva, produção de novos serviços, capital intensivo para setores culturais, etc.) que seguem as forças do mercado global (*Ibid.*, p.297). Apresentam assim uma outra abordagem que a denominam *desenvolvimento de área integrada*. Esta, através das relações sociais de governança e da satisfação de necessidades até então não satisfeitas pelo mercado, “*rejeita a definição estreita da instrumentalidade da dinâmica institucional para melhorar a competitividade mercadológica de um território*” (*Ibid.*, p.299, tradução nossa).¹²

O crescimento de um processo de inovação poderia convergir para atender os anseios das questões sociais, tornando-se uma opção para o fortalecimento da autonomização através do empoderamento do olhar do sujeito e da valorização de seu contexto, apresentando novos elementos de resposta aos desafios específicos de cada região, podendo inclusive existir respostas múltiplas para um mesmo problema.

Entre as alternativas que se apresentam para um processo de desenvolvimento mais próximo do sujeito, trazemos para esta discussão o que se pode caracterizar como uma ferramenta de transformação social e sustentável: a **inovação social**.

O conceito é descrito por Nadine Richez-Battesti como um processo (mas também um resultado) centrado na participação e ancorada fortemente pelo território onde está inserida, sendo um sistema incluso e participativo.

L'innovation sociale apparaît comme la nouvelle solution susceptible de favoriser non seulement la croissance, mais aussi une forme de

¹¹ *Fatores de crescimento e desenvolvimento, como capital humano, cultura empresarial local e sistema escolar, infraestrutura, qualidade dos fatores e sistemas de produção e aprendizado da experiência regional para o desenvolvimento regional renovado (RATTI, 1992) foram colocados num contexto de dinâmicas territoriais de inovação. Este foi o início de uma literatura sobre desenvolvimento territorial e sistemas regionais de inovação (KAFKALAS, 1998) que tem hoje quase 15 anos. (tradução nossa)*

¹² [...] *rejects the narrowly defined instrumentality of institutional dynamics for the improvement of market competitiveness of a territory.*

partage de ses fruits plus équitable, voire de redéfinir les politiques sociales. (RICHEZ-BATTESTI, 2012, p.15)¹³

A inovação neste contexto surge, segundo a autora, através das iniciativas locais e coletivas, ascendente, não governamental e que visa a satisfação de necessidades humanas. A questão surge na década de 70 com a crise do fordismo e o compromisso social do pós-guerra, expressando a dificuldade das organizações estatais e do mercado em atender à renovação da questão social.

Segundo Richez-Battesti (2008), inovação social, tal qual a inovação tecnológica, pode surgir através de um produto, de um serviço ou de um processo, embora sejam diferentes em termos da sua tangibilidade, sendo a social pouco tangível. Esta é caracterizada em quatro eixos: a) favorecimento da emancipação e do empoderamento dos indivíduos; b) desenvolvimento de atividades abandonadas pelo mercado ou pelo governo; c) regras de cooperação apoiadas na parceria e reciprocidade; e d) mobilização e reprodução dos diversos recursos existentes.

Contrariamente às abordagens centradas no individualismo, aqui se propõe o desenvolvimento de uma abordagem coletiva inscrita no território a fim de mobilizar os seus integrantes e seus recursos possibilitando um processo de desenvolvimento mais democrático.

Um projeto de desenvolvimento territorial é essencialmente político, envolvendo atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e idéias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento.

De modo geral, um projeto territorial é guiado por uma atividade/ação dominante, quase sempre econômica (mas não exclusivamente) e, em torno ou além dela, articula outras atividades que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. O território-espaço de projeto não tem que estar restrito a limites municipais e não se restringe a uma única atividade/ação. Mas qualquer que seja a concepção dominante, território espaço de poder ou território-espaço de projeto, não se pode perder de vista a diversidade dos territórios. Eles possuem realidades e potencialidades diferentes, com contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que suportam possibilidades de ação dos agentes sociais engajados nas iniciativas que objetivam o desenvolvimento. (TONNEAU e CUNHA, 2005)

¹³ *A inovação social parece ser a nova solução que pode promover não apenas o crescimento, mas também uma forma mais equitativa de compartilhar seus frutos e até mesmo redefinir políticas sociais. (tradução nossa)*

Da mesma forma que Carlos Brandão (2007, p.191) nos apresenta a ideia de que “*essa diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva necessitam ser utilizadas como a grande potencialidade de que dispomos*”, acreditamos que seja possível um desenvolvimento local e mais sustentável sem que haja a destruição da “*base de subsistência e de reprodução de grupos nativos originários*” (LIMONAD, 2013b, p.125).

Tendo como base esta revisão dos conceitos de desenvolvimento que ora se apresenta, partimos em nossa análise de um modelo de desenvolvimento que possibilite a geração de novas opções de combate à pobreza e as desigualdades sociais tanto quanto o crescimento econômico, onde deve haver a promoção das capacidades e das liberdades individuais bem como do fortalecimento de uma territorialidade autônoma.

O território, tecido relacional espacializado segundo Rogério Haesbaert (2007), assume papel relevante em tal processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é no plano local que teríamos uma *margin de manobra* frente às estratégias guiadas pelas lógicas pró e contra mercado, tendo a dinâmica institucional local papel significativo na geração de novas soluções para os problemas que ali se apresenta, e, através da articulação das diversas formas de capital encontradas em um território, possibilitar um processo de desenvolvimento territorial, na linha proposta por Sérgio Boisier (1999).

Em um processo de integração entre cidadão e instituições na busca por *inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social*, guiado por ações de caráter econômico tanto quanto de benefício socioambiental, tem-se na **formação dos projetos territoriais e de sistemas de inovação territorial** (inclusivo e participativo) uma possibilidade de resposta às necessidades sociais locais não satisfeitas.

1.2. A identidade cultural não vista (ou mal vista) como atividade econômica

“Desenvolvimento é olhar para o futuro” segundo Ester Limonad (2013b, p.132), e é na busca por um desenvolvimento mais humano e amplo, mas que também apresente novas propostas, que nos fez notar aquela pequena comunidade santabrigidense, pois ali percebemos que seus integrantes conseguiram se manter presentes, frente à possibilidade do êxodo histórico para os grandes centros econômicos ou, como define Carlos Brandão (2007, p.93), para o “*centro de comando da acumulação*”, indicando o tradicional êxodo para a capital paulista, e, mais ainda, gerar novas possibilidades econômicas que os ajudaram a sobrepor as diversas agruras que a vida sertaneja apresenta.

Poderíamos dizer que no *locus* da pesquisa se constrói uma territorialidade própria, que para Emilia Godói (2014, p.8) são “*processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nessa ordem – sobre uma parcela do espaço que é transformada em território*”, pois percebemos ali uma visão de que em sua terra está o caminho de um futuro melhor.

Pretendemos trazer à luz desta leitura o fato de que tanto quanto devem ser preservadas estas características definidoras de um território, devem também ser estas potencializadoras de sua dinâmica social e econômica, fortalecendo suas expressões e práticas culturais.

Discutimos aqui um processo de inovação territorial em contextos produtivos através do deslocamento do papel da cultura para um agente indutor do processo, sendo ela um vetor de desenvolvimento territorial, o que nos traz a questão de como então podemos fazer esta ponte entre o uso e a preservação de um patrimônio cultural e ambiental presentes na região e as necessidades geradas por um contexto social e econômico de carências.

Segundo a UNESCO (2014) o sucesso das estratégias de desenvolvimento que visem a melhoria do bem estar humano depende do reconhecimento do seu contexto cultural.

In other words, since culture is intrinsic to society and permeates all aspects of life, it actually constitutes the environment in which development happens. [...] The cultural and creative industries, for example, generate incomes, employment and other economic benefits while at the same time providing an avenue for cultural fulfilment, both at the national and the local level. In this and many other ways

culture can be interpreted not just as an enabler but also as a driver of development processes. (UNESCO, 2014, p.9)¹⁴

Entender a cultura enquanto um aspecto da vida que apoiará o processo de desenvolvimento possibilitará a este maior efetividade haja vista estar mais próximo e melhor alinhado com seu objeto.

E para que possamos deslocar (ou recolocar) o papel da cultura para um patamar mais ativo em um processo de desenvolvimento precisamos posicionar o que entendemos por este “*plasma invisível*”, como define Leonardo Brand (2009).

Trata-se de um sistema que se correlaciona. Um sistema de conhecimentos (que como tal é mutável e que se amplia), de símbolos e significados (que constroem e fortalecem uma identidade) e de capacidades e hábitos adquiridos no convívio social. O termo se apresenta através de uma diversidade de significados: conjunto de valores, crenças, conhecimentos e costumes que caracterizam e diferenciam dos vários grupos humanos ou povos; como para as formas materiais em que valores, crenças e conhecimentos se expressam; ou mesmo como de cultivo, designando o ato de fazer crescer e multiplicar seres vivos (CARVALHO, 2011, p.44). Ou mesmo com definições que negam sua existência em si, havendo sim “*trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes, culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais*”. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p.17)

Em sua busca por uma teoria interpretativa da cultura, Clifford Geertz, no livro *A interpretação das culturas* (1989), nos apresenta o que ele chama de “*pantanal conceitual*”, ou seja, uma busca *tyloriana* sobre o tema, apresentada no livro *Mirror for Man*, de Clyde Kluckhohn (GEERTZ, 1989, p.14), onde o autor define cultura como: modo de vida; legado social; forma de pensar, sentir e acreditar; forma e abstração do comportamento; aprendizagem, orientações e regulamentações; história; mapa; peneira; matriz.

Nesta “*difusão teórica*” entende-se que não é uma pré-definição comprimida e padronizada que nos abrirá a cortina de um nebuloso caminho da definição sobre o tema cultura (embora Geertz entenda ser este um progresso), haja vista serem várias as direções a percorrer, mas sim quais escolhas faremos para com ela destrincharmos um caminho conceitual. (GEERTZ, 1989)

¹⁴ Em outras palavras, como a cultura é intrínseca à sociedade e permeia todos os aspectos da vida, na verdade constitui o ambiente no qual o desenvolvimento acontece. [...] As indústrias culturais e criativas, por exemplo, geram renda, emprego e outros benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que fornecem uma via para a realização cultural, tanto no nível nacional quanto local. Nesta e em muitas outras formas, a cultura pode ser interpretada não apenas como um facilitador, mas também como um direcionador de processos de desenvolvimento. (tradução nossa)

Para a UNESCO, a cultura é descrita em dois sentidos correlatos: a) um sentido funcional (“*um setor de atividade organizado que lida com as diversas manifestações - passadas e presentes - da criatividade intelectual e artística humana e compreendendo indivíduos, organizações e instituições responsáveis pela sua transmissão e renovação*”); b) um sentido antropológico (“*referindo-se ao modo de vida das pessoas - os diferentes valores, normas, conhecimentos, habilidades, crenças individuais e coletivas - que orientam a ação individual e coletiva*”). (UNESCO, 2014, p.10)

Partindo da premissa que **cultura** (e suas manifestações) estão em constante processo de mudança de significado (TRIGUEIRO, 2005), bem como que ela se apresenta de forma diversificada, a entendemos como um dinâmico “*sistema de conhecimentos*” (KESSING, 1974, p.77), um sistema de símbolos e significados onde seu “*status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais*”, sob o ponto de vista de David Schneider (LARAIA, 2002, p.63), ou mesmo que “*tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*”, como indica Edward Tylor (*Ibid.*, p.25). Assim, ao estudarmos cultura, estudamos então um sistema de códigos de símbolos partilhados pelos membros deste sistema, e de forma semiótica, são assim públicos e não privados, conforme indica Clifford Geertz (KESSING, 1974).

Entendendo-a então como um conceito dinâmico, não a aprisionando em um conceito estático, partimos para entender como ela ocorre, como ela é expressa e manifestada pela sua identidade, ou melhor, pelas suas *singularidades* (ALBUQUERQUE JR, 2007, p.21).

Identidade, na visão de Manuel Castells, é a fonte de significado e experiência de um povo, podendo esta ter seu significado construído bem como ser composta por múltiplas identidades. Em um contexto marcado por relações de poder, a identidade pode também ser formada a partir de instituições dominantes, quando esta é internalizada pelos seus sujeitos, construindo assim um significado¹⁵ baseado nesta internalização. (CASTELLS, 2008, p.22)

O autor propõe três formas de construção de identidade: a) *legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes em uma estratégia de manutenção da lógica de dominação; b) *de resistência*: criada pelos próprios sujeitos que se encontram em posição desfavorecida de

¹⁵ O autor entende significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”. (CASTELLS, 2008, p.23)

dominação; c) *de projeto*: quando utilizam de qualquer tipo de material cultural para construir uma nova identidade que busque uma transformação social. Há ainda uma dinâmica de identidades onde os sujeitos que dela fazem parte transitam (ou transformam-se) entre uma e outra. (*Ibid.*, p.24)

Para Castells o processo de globalização tecnoeconômica está sendo contestado e será transformado a partir de uma multiplicidade de fatores de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias. (CASTELLS, 2008, p.19)

A despeito de uma discussão sobre o fim da comunidade (pela urbanização ou pela suburbanização), ainda se apresenta a necessidade das pessoas se socializarem e interagirem em seus ambientes locais. Nesta linha de raciocínio, Castells afirma que estes ambientes, *per se*, não induzem um padrão de comportamento ou mesmo uma identidade distintiva, mas sim as pessoas tendem a um processo de agrupamento comunitário (oriundo de um processo de mobilização social) que, por conseguinte, gera um sentimento de pertença, uma identidade cultural. (*Ibidem*)

Rogério Haesbaert (1999; 1997) entende identidade como um conceito referido às coisas e pessoas, em uma relação a partir de *semelhanças* e *igualdades*, tendendo a caracterizá-la no campo das representações simbólicas a partir de sua base material.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2001) afirma que as identidades modernas estão sendo *descentradas*, deslocadas ou fragmentadas pela globalização, enfraquecendo as identidades nacionais frente o contato com outras culturas, sendo impossível mantê-las intactas. Outra questão discutida pelo autor é o da diferenciação como estratégia da globalização de mercantilizar a identidade local.

Stuart Hall entende a globalização, citando Anthony McGrew, como os processos que, atuando em uma escala global, atravessam as fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações, tornando o mundo mais interconectado, da mesma forma que criam uma tensão global-local.

À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. (HALL, 2001, p.74)

Nesta complexidade conceitual sobre identidade, Hall afirma que a identidade moderna está em transformação, e que se constitui hoje uma *crise de identidade*. A identidade do sujeito

sociológico (um dos três sujeitos os quais o autor se baseia ao conceituar identidade), que se projeta no mundo exterior das identidades culturais da mesma forma que internaliza seus significados e valores, está se tornando fragmentado frente a esta crise, tornando-se composto não só de uma identidade, mas de várias, por vezes “*contraditórias ou não-resolvidas*” (Ibid., p.12). Assim surge o sujeito pós-moderno, sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, assumindo diferentes identidades em diferentes momentos.

Entendemos, tal qual Delza Carvalho, que a identidade é um “*termo polissêmico relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, quanto à relação deste com a coletividade*”, e continua:

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial nos discursos geográficos tem possibilitado uma riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens e das territorialidades. (CARVALHO, 2011, p.64)

Na esteira do desenvolvimento dos significados e conceituações apresentam-se também diretrizes institucionais de orientação tanto de preservação da identidade cultural, como de transmissão dos valores materiais e imateriais inerentes ao patrimônio histórico cultural, tal qual o entendimento da UNESCO:

Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 1972).

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural foi definido (somente durante a Era Vargas) através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

O patrimônio de uma sociedade é composto por um sistema de símbolos, e como tal, deve ser preservada de forma a salvaguardar sua história, cabendo à comunidade, segundo a *Carta de Cracóvia*, a responsabilidade pela identificação e gestão deste patrimônio, portador dos seus valores comuns.

O patrimônio entrou de forma definitiva, nos últimos anos, na agenda das preocupações políticas, científicas e sociais do nosso planeta. A diversidade cultural e a conseqüente pluralidade de valores associados ao patrimônio, com os seus diferentes significados e conflitos de interesses que daí resultam, reflectem-se na actual amplitude conceptual da temática patrimonial. (CARVALHO, 2005, p.209)

Segundo Paulo Carvalho (2010, p.125), pelos documentos publicados desde meados do século XX, já há um “*alargamento da noção de patrimônio e a sua vinculação crescente ao território e aos cidadãos*”, onde as normas internacionais sobre patrimônio cultural, balizadas em quatro grande domínios (convenções, recomendações, resoluções e atos), orientam as ações dos agentes públicos de como atuar para que haja um maior envolvimento dos cidadãos ao seu legado histórico e cultural. Os valores inerentes ao patrimônio (econômico, artístico ou estético, e cognitivo ou de memória) fortalecem, segundo o autor, iniciativas de educação patrimonial e envolvimento da “*sociedade na compreensão da linguagem de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com os outros*”. (*Ibid.*, p.210)

Perfaz-se assim uma noção de patrimônio que vai do tradicional propriedade e transmissão para uma noção moral de patrimônio como uma tomada de consciência, ampliando sua escala do individual ao coletivo e ao território.

A visão equânime destes valores fará com que a sociedade não só compreenda a importância de seu patrimônio imaterial, mas também que dele se pode beneficiar social e economicamente, tornando-o um capital intangível, onde em conjunto com as ações materiais e estruturantes, serão ambas valiosas ao processo de desenvolvimento, fortalecendo o *capital sinérgico* de um determinado território, como indica por Sergio Boisier (1999).

De acordo com Zoran Roca (2002) o patrimônio econômico criado pelo homem corresponde aos objetos do ambiente feitos por ele e cujo objetivo é a produção, a distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis relacionadas com a satisfação das necessidades humanas físicas, as quais fazem parte da construção de uma identidade territorial. Na visão deste autor, a qual voltaremos mais a frente a tratar, a preservação e a promoção desta identidade tem sido aceita como condição para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

À riqueza de conceitos e entendimentos sobre o patrimônio cultural aliam-se os conceitos utilizados pela Economia da Cultura, como em Throsby (2001), para quem a definição de patrimônio é um tanto elástica, compreendendo leis, regulamentos, tratados e convenções que definem formalmente o patrimônio. Como parte integrante do capital cultural, o patrimônio representa uma forma de reunir a necessidade tanto dos agentes da cultura, para sua valorização, como dos economistas, ao estabelecer um método racional para sua valoração.

Segundo este autor, patrimônio cultural pode assim ser expresso através de uma série de valores: a) valor histórico: suas conexões históricas; b) valor simbólico: natureza do significado transmitido pelo objeto e seu valor para quem vê/consome; c) valor social: sua conexão com o outro e sua compreensão da natureza da sociedade em que se vive; d) valor espiritual: significado cultural para os membros de uma determinada fé; e) valor estético: suas características e influências estéticas.

Estas categorizações de valores não refletem o mercado regular onde os conceitos clássicos comandam as transações econômicas, entretanto, a utilização destes para a estimação de um possível valor econômico se torna indispensável para uma tomada de decisão política e/ou administrativa quanto ao um bem patrimonial público.

Para Paul Tolila (2007, p.28) a ciência econômica define a noção de mercadoria como meio da sua propriedade física, da data, do local disponível e dos acontecimentos que condicionam sua entrega, sendo também considerados bens privados, caracterizado pelo fato de ser exclusivo e rival no consumo. Com estes critérios, percebe-se que os bens culturais (os quais também chamaremos de ativos culturais) escapam desse modelo de mercadoria-tipo, e assim comportam-se como bens não exclusivos e não rivais no consumo. Esta complexidade cultural acaba por dificultar uma *'mercantilização absoluta'*.

José Carlos Durand, na introdução do livro *A Economia da Cultura* (BENHAMOU, 2007, p.11) diz haver uma relutância institucionalizada em reconhecer que as práticas culturais e os bens e serviços que dela resultam sejam precedidos por lógicas de interesse, inclusive (e sobretudo) o interesse econômico. Provocamos assim, como dito no início, o levante da possibilidade da promoção do desenvolvimento socioeconômico através da utilização destes ativos culturais, potencializando e fortalecendo territórios caracterizados por alguma produção baseada em práticas e expressões da cultura, e com isso possibilitando também o fortalecimento de uma *territorialidade autônoma*, indicada por Marcelo Lopes de Souza (1996, p.11).

A utilização de bens culturais como ativo econômico pode (e deve) ser melhor (re)vista de forma a possibilitar que, citando Cantelmo (2015, p.358), não só os dotados de condições privilegiadas utilizem o território como base de reprodução, mas também a cultura se apresente como uma possibilidade aos menos privilegiados, e assim tornar-se um trabalho produtivo. Frente ao problema da perda de uma memória histórica cultural promovida pela contemporaneidade, a utilização destes ativos culturais pode ser uma saída para preservação de nosso patrimônio material e imaterial, como também para o desenvolvimento de novas oportunidades de geração de renda.

Acreditamos que, de maneira geral, o elemento cultural e simbólico, ou melhor dizendo, os bens culturais, presentes em tais contextos, podem ser convertidos em ativos econômicos, capazes de dirimir, pelo menos em parte, algumas destas mazelas existentes, sem que haja a descaracterização da identidade cultural daquele contexto, entendendo-se aqui como identidade a relação do 'eu' com a sociedade (HALL, 2001, p.11).

É este sistema de símbolos e de significados, não observáveis por vezes, que entendemos fazer parte da expressão do indivíduo, sendo como “*um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço*” (LAGES, BRAGA e MORELLI, 2004, p.40) que atua na formação de suas territorialidades, as quais nos respaldamos na conceituação de Emilia Godói de que

[...] como processos de construção de territórios, recobrem, pois, ao menos dois conteúdos diferentes: de um lado, a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, e, de outro lado, os princípios de organização – a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos... A dimensão sociológica e, claro, simbólica, escapa ao entendimento da territorialidade, próprio do Estado, como sendo apenas uma “questão fundiária”[...] O território é, portanto, um produto histórico. (GODOI, 2014, p.9)

Em sendo um produto histórico, formado e em formação (ou processual, segundo Emilia Godói), recobre as dimensões sociais, simbólicas e físicas, e exprime “*uma relação entre pessoas*”, referindo-se “*à organização do espaço carregado de história*” (Ibid., p.13). Esta relação entre indivíduo e seu meio de referência, que pode ser manifestada em várias escalas geográficas (local, regional, estadual ou internacional), é expressa através de um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (LAGES, BRAGA e MORELLI, 2004; FLORES, 2013).

A construção de relações entre pessoas, símbolos e espaço, bem como entre tradição e movimentos sociais, fortalece os processos de mudança, sendo considerado por Murilo Flores

como “*processos de construção de territórios*” que interagem através de “*redes solidarísticas*”.

A possibilidade da estratégia de construção de territórios como forma de criar limites geográficos, socioeconômicos e culturais, que determinem uma identidade coletiva, que permita a valorização dos produtos do território a partir de sua própria identidade cultural, depende da construção de um processo de comunicação entre produtores e consumidores. (FLORES, 2013, p.95)

A formação de uma identidade territorial, para Murilo Flores, está “*enraizada em sua cultura, com seus limites definidos pelas ligações e entendimentos comunitários*”, e cuja definição perpassa a relação com outros territórios, de forma a se estruturar uma “*rede solidarística*”, citada anteriormente, e a relação com os atores demandantes dos saberes-fazer locais, expressão da identidade cultural destes territórios. Neste sentido, “*definir territórios também é um processo estabelecido através de relações de poder*” (Ibid., p.89).

As assimetrias das relações de poder e os conflitos de interesse entre as esferas pública e privada, os produtores, e os agentes locais e globais podem contribuir para “*minar seriamente as perspectivas de desenvolvimento sustentável aos níveis local e regional*” e para defasagem entre o discurso pró-identidade e o desenvolvimento territorial, como acontece em Portugal, segundo Zoran Roca (2002, p.3).

No entanto, apesar desta “mistura” de possíveis sentidos, a identidade territorial é frequentemente entendida como uma panaceia para a promoção do desenvolvimento sustentável, a nível local ou regional, na era da globalização da economia e da cultura. (Ibid., p.4)

Este autor entende identidade territorial como um conjunto de *fixos e fluxos espaciais* que caracterizam uma unidade territorial (como um lugar ou uma região) e que são determinadas pelas suas especificidades, tanto em termos de características da paisagem como dos modos de vida (Ibid., p.8-9). Estas características podem nos ajudar a entender tanto as eventuais ameaças que ali ocorrem como as oportunidades a serem aproveitadas para *(re)afirmação* de seus elementos identitários.

A aproximação de disciplinas modernas com as estratégias de desenvolvimento territorial, em especial de valorização das práticas e expressões culturais destes territórios, tem sido uma estratégia institucional de valorização do patrimônio material e imaterial local. Tal movimento, da mesma forma que traz à luz da sociedade representações da cultura, cria uma dinâmica de trocas de saberes e valores que, mesmo se propondo a respeitar àqueles valores e saberes locais, interfere na sua identidade.

A valorização dos territórios através de suas potencialidades e dos produtos da sua “*sociobiodiversidade*” é discutida por Lia Krucken, indicando importância tanto da dimensão socioambiental como a dimensão econômica dos produtos locais.

Os produtos da sociobiodiversidade são fortemente caracterizados por condições edafo-climáticas¹⁶ e pelo conhecimento que foi incorporado na sua história e produção. Portanto, devem ser compreendidos em seu contexto ambiental, cultural e social e representam um prolongamento da região de origem, do ecossistema, que também deve ter sua qualidade protegida e preservada. (KRUCKEN, 2009, p.73)

A autora propõe o uso do *design*¹⁷ como abordagem de inovação aplicada aos territórios, visando beneficiar simultaneamente produtores e consumidores localizados em uma determinada região geográfica, valorizando conjuntamente seu capital social como também seu capital territorial, em uma perspectiva duradoura e sustentável em longo prazo. (*Ibid.*, p.49)

Na linha proposta pela autora, o *design* se apresenta como uma ferramenta de agregação de valor econômico aos produtos e serviços locais, direcionando-os ao mercado consumidor. É um agente de intermediação entre os produtores culturais e o mercado, com uma proposta de melhorar a eficácia da comercialização, visando o desenvolvimento e a auto-sustentabilidade.

Instituições governamentais e paragovernamentais tem se utilizado de disciplinas como esta para fortalecer a discussão da valorização do patrimônio cultural, como na produção do artesanato tradicional, criando inclusive diretrizes institucionais para referenciar sua atuação.

Artesanato é conceituado por estas instituições como:

[...] toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (MDIC, 2012, p.12)

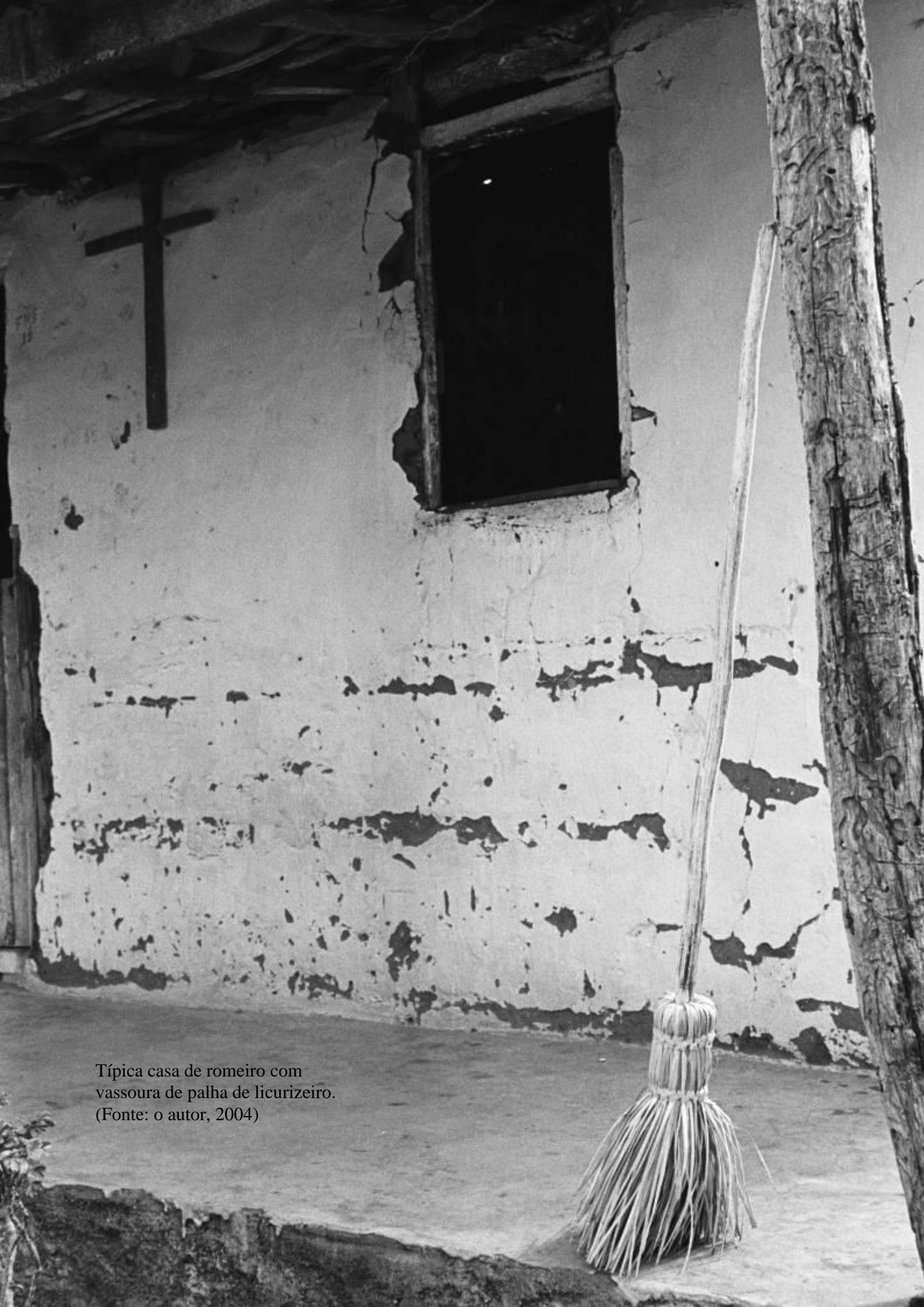
Esta manifestação da cultura brasileira, parte do objeto deste estudo, tem entre suas diretrizes de atuação institucional alguns documentos que as norteiam, tais quais: Plano Setorial do

¹⁶ “Por condições edafo-climáticas entendem-se as características da região referentes ao clima e ao solo”. (KRUCKEN, 2009, p.79)

¹⁷ Como uma ferramenta para inovação, o *design* aplicado a territórios se utiliza de sua diversidade de atuação, através de um olhar mais holístico para solução dos problemas. Entendendo *design* como um ato de projeto, e assim sendo, delineado por processos, possibilita um novo olhar para cada necessidade local problematizada, gerando assim possíveis soluções específicas e/ou individualizadas. Um processo de *design* territorial propõe na verdade um olhar específico para uma necessidade territorial mais ampla e diversa.

Artesanal (MINC, 2017); Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (MDIC, 2012); Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato (SEBRAE, 2010).

Buscaremos, a seguir, na leitura histórico-temporal de uma localidade com forte tradição cultural e que vem participando de diversas ações de construção territorial, como se apresenta um processo de desenvolvimento local que tem na identidade cultural e no contexto ambiental, representada pela produção do artesanato tradicional, sua matriz de geração de renda.



Típica casa de romeiro com
vassoura de palha de licurizeiro.
(Fonte: o autor, 2004)

Capítulo 2

O povoado de Morada Velha

Neste capítulo é feita uma análise diacrônica e sincrônica do contexto histórico regional da região estudada, abordando-se as características geoeconômicas e produtivas através do resgate histórico e descrição do bioma a que está inserido, bem como este autor se insere nesta discussão.

Entender este contexto é de certa forma, entender o porquê de se fazer uma análise das ações institucionais ali executadas, como também da atuação de um técnico de campo, integrante desta institucionalidade presente na região.

2.1. Objeto empírico estudado

Ao convivermos, de maneira indireta, através das visitas esporádicas no decorrer do período de 2004 a 2018, pudemos não ter entendido o real *algoritmo etnográfico* da comunidade estudada ao ponto de tornar-nos nativo de tal contexto¹⁸, mas acreditamos ter conseguido certa creditação que permitiu colher informações com maior fidelidade sem que houvesse a natural desconfiança do olhar estrangeiro a despeito do filtro do próprio olhar, mesmo sabendo que o sucesso no resultado é parcial, “*de segunda ou terceira mão*”, pois só o “*nativo faz a interpretação em primeira mão*”. Afinal, é a sua cultura. (GEERTZ, 1989, p.25)

Temos consciência de que não se trata aqui de um estudo antropológico de uma comunidade tradicional, mas acreditamos que a contribuição de um olhar próximo à etnografia, de sua proposta e seu ferramental, é de grande valia para o melhor entendimento de objetos de estudo em que se envolvam pessoas, pois, como indicado por Geertz, “*praticar a etnografia é estabelecer relações*” (*Ibid.*, p.15). Assim, embora como *não-antropólogo*, me valho do instrumental metodológico desta importante disciplina do entendimento humano, respeitando o limite disciplinar.

Esta pesquisa surge de uma necessidade do autor de consolidar o que tem ocorrido em uma comunidade tradicional após alguns anos de ações institucionais, observando-se assim quais impactos, positivos ou negativos, decorreram, trazendo-os a uma leitura mais crítica. Com isso, o estudo em campo se apresenta como peça importante na observação e registro dos

¹⁸ Como indica Clifford Geertz (1989) quando trata do processo de descrição das estruturas que compõem a cultura de um local.

dados e informações inexistentes, e que passam a servir de parâmetro para que novas pesquisas possam ser realizadas com um alicerce documental mais efetivo.

O estudo ocorre em um território tradicional e cheio de simbologias, sendo território entendido aqui na sua dimensão espacial e das relações (HAESBAERT, 2007; 2004), e considerado de maneira a tratar diferentes vertentes impressas nessa comunidade, tais como as relações sociais, econômicas e culturais, assim como seu contato com o meio ambiente, e cujas ações são orientadas “*pelo compartilhamento dos valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mais do que interesses de classe*” (BRANDÃO, 2007, p.45).

Como método de pesquisa, adoto aqui a realização de um estudo de caso, através de uma abordagem histórico-comparativa. Para tanto, e aproveitando-se dos registros documentais das ações ocorridas na região, buscou-se no levantamento bibliográfico, documental e iconográfico, o acesso ao histórico de ações e projetos executados pelas diversas instituições presentes na região, bem como resgate de depoimentos e relatos de campo, além da coleta de informações atualizadas através de análise de documentos e escuta dos integrantes da população local. De forma a reforçar a qualidade das informações coletadas, foram também resgatadas imagens do período, sendo estas editadas e selecionadas de forma a ilustrar e contextualizar este documento, além da utilização da cartografia (geolocalizada e ilustrativa), coletadas tanto em fontes eletrônicas como nos órgãos públicos locais, como apoio para visualização espacial da região estudada.

Buscou-se também informações que subsidiasse a análise de evolução socioeconômica, como dados de trabalho e renda, patrimônio atual e infraestrutura básica, e informações sobre sua atividade laboral, conhecimento adquirido e relações construídas, e, após consolidadas, confrontadas com dados socioeconômicos oficiais.

Assim, foram levantadas em campo informações junto aos integrantes daquela comunidade, realizado através da análise dos documentos existentes no acervo da sede da associação local, além de entrevistas espontâneas e observação participativa (**FIGURA 1**). Para tais escutas foi elaborado e aplicado um questionário próprio (**ANEXO 4**), onde os integrantes dos grupos pesquisados foram questionados sobre a sua situação econômica e sobre a infraestrutura existente no local. Este instrumento foi aplicado em integrantes da comunidade que trabalham com a atividade produtiva e que houvesse representantes das diversas gerações existentes no local.

Como sujeitos desta amostragem propositiva, foi selecionado entre os núcleos familiares¹⁹ encontrados na região, o núcleo mais ativo em termos da produção artesanal, estrutura familiar graficamente ilustrada mais adiante, e composto de 20 grupos familiares. A participação nas entrevistas foi voluntária, e levou em consideração questões de disponibilidade de tempo e local considerados adequados aos entrevistados, bem como sem especificar detalhes pessoais que pudessem expor características econômicas de suas realidades.

Figura 1: Imagens da etapa de levantamento em campo.



Fonte: o autor/2017-2018.

Uma vez que a observação se deu a partir de dados coletados durante quatorze anos de contato com o campo enquanto integrante das instituições que ali atuavam, e numa realidade que, durante o período, viveu um processo de continua transformação, cabe lembrar a relação construída com as pessoas entrevistadas, sendo que alguns destes conheceu-se ainda crianças e hoje já constituíram famílias.

¹⁹ Entende-se aqui como Núcleo Familiar, aglomerados humanos compostos por grupos familiares pertencentes a uma mesma raiz familiar, característica encontrada na região fruto do histórico de divisão dos lotes rurais nos anos de 50, conforme está descrito mais a frente no Subcapítulo 2.3. A comunidade de Morada Velha.

Inicialmente, através do resgate das interações realizadas no período de atuação junto ao grupo nos diversos projetos institucionais, foram revisitados diálogos através de entrevistas espontâneas filmadas, onde alguns integrantes eram questionados sobre suas percepções da ação e do processo a que estavam participando. Tais filmagens ocorreram, de forma esporádica, nos anos 2011, 2015 e 2017, sendo realizadas junto às lideranças dos grupos.

Para que tenhamos uma análise o mais precisa possível da sensibilidade financeira que grupos com este perfil possam ter, frente às inconstâncias e instabilidades econômicas que o país apresenta, precisamos entender qual o papel desta principal atividade produtiva no processo de desenvolvimento da comunidade. Para tanto, fez-se necessário a busca de números que representem a realidade ali presente, e com estes dados pudemos analisar, a luz das teorias de desenvolvimento, como a atividade pode contribuir na mitigação dos diversos problemas encontrados.

Tal busca por uma fidelidade das informações econômicas suscitou um minucioso trabalho de coleta de dados primários junto aos arquivos da Associação de Artesãos de Santa Brígida, realizado durante a atividade de pesquisa de campo. Nesta etapa foram analisados os documentos encontrados no acervo documental da associação, no seu espaço sede, e onde se observou não existir uma organização precisa destes, o que fez com que o trabalho de pesquisa também se prestasse para organização deste acervo documental, e desta forma, fosse facilitada a manutenção desta organização para os integrantes responsáveis pela gestão do grupo, o que observou ser uma dificuldade para estes.

Entre os documentos encontrados estavam: Livros Atas, Estatuto Social e outros documentos da fundação, Livros Caixa e talões de nota fiscal, impressos de mensagens trocadas com clientes, impressos e relatórios técnicos das instituições que ali atuaram, manuais e cartilhas técnicas com orientações diversas (manejo da matéria-prima, formação de preço, acesso a mercado, entre outras), pastas com contas (COELBA e EMBASA), e impressos de divulgação.

Para coleta de informações que subsidiasse o entendimento da evolução econômica daquele grupo foram utilizados o Livro Caixa, e de forma a se ter um cruzamento com outras informações, tabelas e relatórios deixados pelas instituições de consultoria técnica que trabalharam com o grupo questões como gestão associativa e controle de vendas, formação de preço e participação em eventos. Tais documentos foram encontrados sem uma organização precisa, como também com choques de informação entre o indicado nos impressos e o

registrado no Livro Caixa. De forma a se ter uma maior segurança na informação levantada, tomaram-se por base as informações registradas em Livros Caixa e talões de nota fiscal.

Por se tratar de atividade produtiva em um nível artesanal, sem uma organização formalizada e capacitada de gestão, o Livro Caixa é o documento utilizado no controle financeiro da organização deste perfil, e que deveria ser encaminhado *a posteriori* para o escritório de contabilidade. Já o talão de notas fiscais, embora em desuso frente a obrigatoriedade da implantação dos sistemas de escrituração digital, permitiu a leitura dos anos anteriores, haja vista a necessidade de emissão destas notas para comprovação dos pedidos de maior montante. As lacunas que por ventura iam se apresentando, eram cruzadas com demais documentos encontrados, e com isso, buscou-se perceber se houvessem informações de receita ou despesa não contabilizadas formalmente.

Outro fator que se percebeu foi a inconstância no registro de informações no seu principal documento financeiro, o Livro Caixa, havendo anos onde não foram registradas movimentações, embora o cruzamento deste com outros documentos (como informes de participação em feiras ou mensagens de email sobre encomendas) demonstrasse alguma possível venda efetuada. Preferiu-se desta forma manter a fidelidade com as informações constantes nos documentos mais formais, mesmo que o resultado apresentasse aquém da realidade.

O espaço de tempo entre o primeiro contato havido com a comunidade e a elaboração desta pesquisa decorre entre 2004 e 2018, o que implica em um tempo considerável de relação com o contexto pesquisado, e que possibilitaram observar as diversas nuances das mudanças ocorridas, as *situações sociais* de Max Gluchman, ocasiões especiais no trabalho de observação de campo e onde são coletadas e registradas grande parte do material (LIMA, 2012, p.370). E de forma a preencher todo o espaço temporal das relações institucionais construídas, e que impactam no levantamento dos dados e informações, optamos por estender tal recorte até o ano de 2000, quando se tem registro da primeira ação institucional na região envolvendo aquela localidade e a atividade laboral ali encontrada.

Assim, na análise histórica do grupo temos uma linha de tempo que se inicia em 2000, embora a formalização do grupo tenha ocorrido em 2002, não sendo encontrados dados econômicos formais relativos à produção artesanal do período de 2000 a 2002, e conseqüentemente não sendo possível levantar precisamente se houve movimentação

financeira de receitas até ali, embora ao analisarmos o acervo fotográfico do período, identificamos que já havia algum tipo de produção ocorrendo.

Cabe ressaltar que foram encontradas lacunas de informação registrada nos documentos utilizados como base para levantamento de dados, e em especial com relação a dados de despesas frente às receitas ocorridas, o que nos fez entender que tal informação seria insuficiente para uma análise mais apurada sobre este quesito, buscando assim outros meios de quantificar custos e despesas da produção e do grupo.

As informações colhidas na etapa de levantamento de campo foram sistematizadas e analisadas, podendo assim avaliar o processo de transformação que ocorre em um território, como o apresentado, onde são percebidos diferentes sujeitos como também relações sociais e institucionais.

Cabe também entender que a escolha deste povoado como objeto de estudo deve-se mais a percepção de que aquele grupo diferenciou-se do tradicional modelo comunitário da “*nação semi-árida*”, em especial pela sua relação com a cultura tradicional, ao uso dos recursos naturais e a consciência da multiplicação dos saberes.

Ao chegar à região, por volta de 2004, encontrava-se ali um povoado como tantos outros, moradores de casas com paredes de adobe, sem acesso a infraestrutura básica de cidadania, como energia e água encanada, e onde se percebida certa subserviência ao *de fora*, demonstrando uma privação das *liberdades substantivas* requerida para o desenvolvimento, segundo Amartya Sen (2010). Hoje percebe-se mudanças. Em termos de infraestrutura já se nota acesso a alguns serviços públicos essenciais (embora ainda não de todo), e em termos econômicos, nota-se que houve um aumento no acesso a bens de consumo (hoje todos tem TV, embora não tenham banheiro adequado). Um olhar mais apurado possibilitará um entendimento desta real evolução, bem como da possibilidade de que nível de desenvolvimento ali pode-se encontrar frente a tantos anos de interação com agentes externos.

Enquanto parte integrante das ações destas instituições, havia ali o papel de agente de interseção entre a realidade que aquele contexto apresentava e os interesses e abordagens institucionais, que possibilitou, a partir deste primeiro contato, outros, no decorrer do período aqui estudado.

A continuidade destas ações institucionais e do interesse demonstrado pela comunidade fez com que se crescesse o interesse no desenvolvimento da atividade produtiva ali encontrada,

bem como na agregação de novos grupos àquela atividade. Esta aproximação criou relações de amizade que até hoje se mantém.

A possibilidade de acompanhar, direta ou indiretamente, tais ações ocorridas junto aquele povoado pode nos municiar de informações as quais possibilitou uma análise sobre a sua evolução, bem como sobre o papel e interesses institucionais ali localizados.

2.2. O contexto territorial e geográfico

Para entendermos de melhor forma o contexto em que se apresenta o *lócus* desta pesquisa, devemos ampliar nosso olhar não só para uma visão do seu contexto geográfico, mas também no seu limiar histórico, haja vista, e como visto em outras regiões do sertão nordestino brasileiro, tratar-se da interação de diversas influências nos processos de desenvolvimento das comunidades ali encontradas.

2.2.1. O contexto socioeconômico

Percebemos esta interação de elementos regionais logo ao chegar ao município, onde além das características naturais do bioma semiárido, da caatinga, com seus solos rochosos e sua vegetação esparsa, deparamo-nos com a integração desta com as representações simbólicas de cunho religioso, e que contextualiza uma região onde a religiosidade se apresenta como motor e cimento aglutinador da estrutura antropológica de um sertão arcaico nordestino, como indica o historiador Nilton Freixinho (2003, p.63).

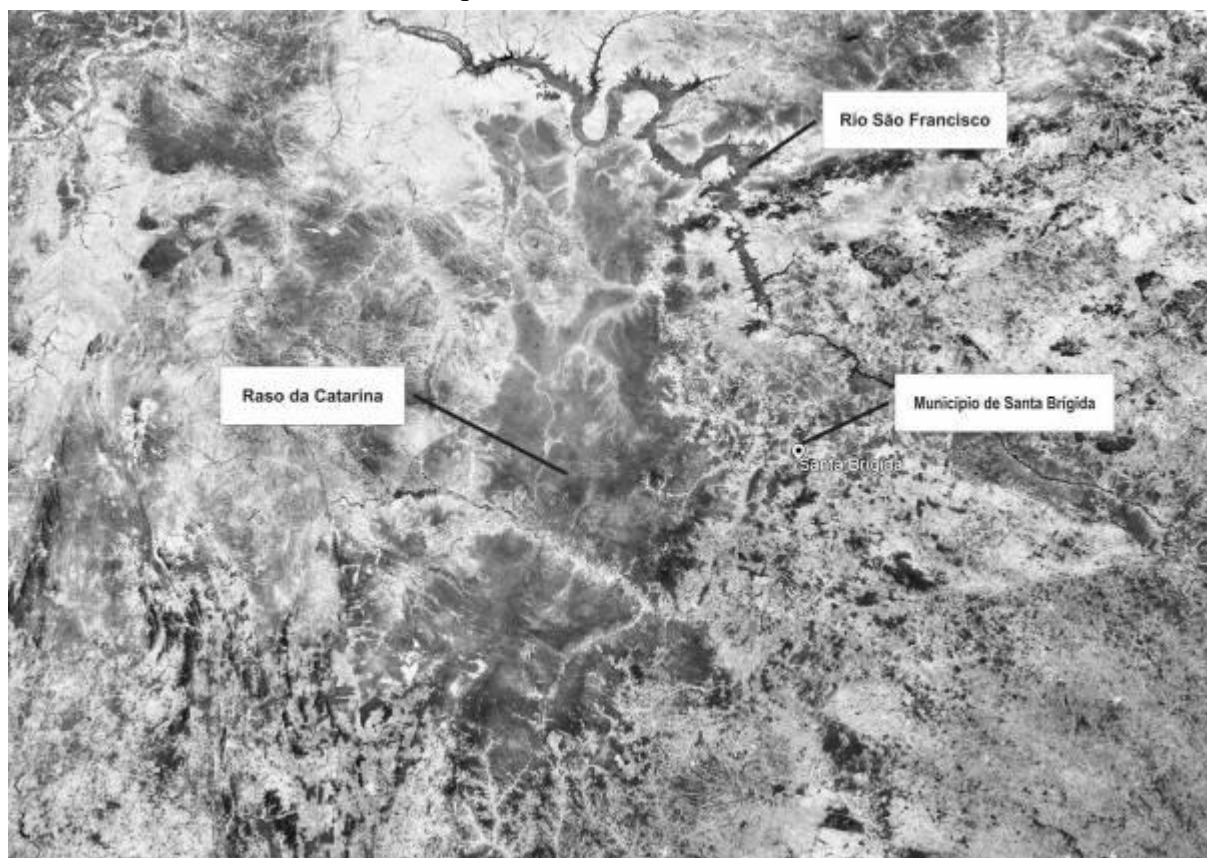
Para discorrer sobre a comunidade de Morada Velha, precisamos situá-la no seu contexto geográfico e cultural, localizando-a inicialmente no aspecto espacial. O povoado, localizado no nordeste do estado da Bahia, está situado a cerca de 10 km da sede do município de Santa Brígida (BA), na Microrregião de Paulo Afonso, área inserida no polígono das secas, e a cerca de 430 km da capital do estado (Salvador/Bahia). O Município fica à margem direita do Rio São Francisco numa distância de mais ou menos 30 km, próximo das divisas com os estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e margeado a oeste pelo Raso da Catarina. **(FIGURA 2)**

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no cenário nacional, a Bahia é o estado que obteve os melhores índices do país na redução da pobreza entre 2007 e 2013, com mais de dois milhões de pessoas deixando de fazer parte do grupo de pobres e extremamente pobres. A taxa de extrema pobreza da população baiana caiu de 10% para 6,5% no período e a taxa de pobreza passou de 21,7% para 10,4%²⁰. Segundo a pesquisa, houve um crescimento real de 33,9% na renda média da população baiana, passando de R\$ 837 para R\$ 1.121, no período. E o rendimento médio real mensal de todos os trabalhos, segundo nível geográfico, sexo e situação censitária teve um salto, para homens, de

²⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

R\$1.071,60 (2006) para R\$1.334,80 (2015) e para mulheres, de R\$870,70 (2006) para R\$1.080,60 (2015)²¹.

Figura 2: Mapa de localização de Santa Brígida, tendo acima o Rio São Francisco e à sua esquerda o Raso da Catarina.



Fonte: Google Maps/2018.

De forma a termos uma base de referência, tomaremos aqui tais índices municipais comparando-os com os nacionais (Brasil), com o estadual (Bahia) e com a capital baiana, Salvador. Por se tratar de um povoado municipal, a comunidade de Morada Velha não é identificada individualmente nos índices socioeconômicos tradicionais, não havendo assim como fazer uma comparação deste com os demais.

Com uma população hoje estimada em cerca de 15 mil habitantes²², Santa Brígida está em 256º lugar em tamanho de população no estado da Bahia. A maior parte desta população encontra-se na zona rural, distribuída em povoados e fazendas. Este perfil rural do município (63%) é contrário a tendência da capital baiana (0,03%), do estado (27,9%) e do próprio país

²¹ Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2231&Itemid=418

²² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba>. Acessado em 10/6/2018.

(15,6%), onde a maior parte da população encontra-se em área urbana. Em termos de percentual populacional de pobreza, o município de Santa Brígida possui um pouco mais da metade de sua população em estado de pobreza (51,8%) e extrema pobreza (30,3%). (TABELA 1)

Tabela 1: Perfil Demográfico

	População rural	População total	População urbana	% de extremamente pobres	% de pobres
SANTA BRÍGIDA	9.449	15.060	5.611	30,3%	51,8%
SALVADOR	733	2.675.656	2.674.923	4,0%	11,4%
BAHIA	3.922.011	14.016.906	10.102.476	13,8%	28,7%
BRASIL	29.830.007	190.755.799	160.925.792	3,5%	5,3%

Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acessado em 16/7/2018.

Na busca por parâmetros que nos indiquem algo mais do que evolução populacional e econômica, consideramos índices utilizados pelas instituições de pesquisa oficiais e que expressassem características relativas ao desenvolvimento socioeconômico regional, adotando-se o IDHM²³ e o Índice Gini²⁴.

Segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*²⁵, Santa Brígida está entre os cinquenta menores IDHM do estado, com índice de 0,546, o que já nos mostra fazer parte da sofrida vida sertaneja, ocupando a 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e 375º lugar na Bahia entre os 417 municípios do estado. A título de comparação, nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço)²⁶ (TABELA 2).

²³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, onde quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

²⁴ O Índice de Gini mede a desigualdade na distribuição de renda, em que o valor 0 (zero) indica total igualdade de renda e o valor 1 (um) total desigualdade de renda (uma pessoa detém toda renda e as demais pessoas do município não possui renda alguma).

²⁵ *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba>. Acessado em 10/6/2018.

²⁶ Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

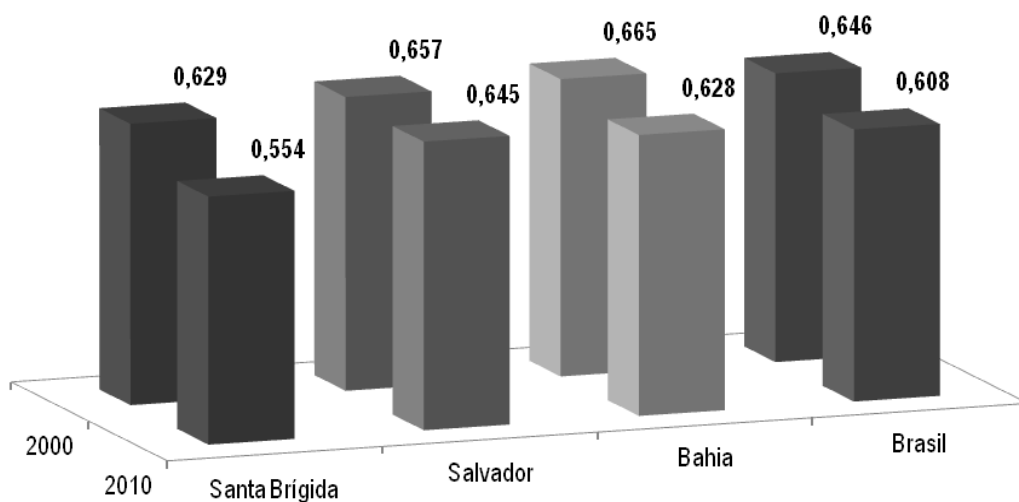
Vale ressaltar que o IDH é sintetizado por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, sendo que quanto mais próximo de 1 (um) for o valor do IDH, maior será o nível de desenvolvimento da cidade.

Tabela 2: Índices de Desenvolvimento

	<i>Índice de Gini</i>	<i>IDHM</i>
SANTA BRÍGIDA	0,55	0,546
SALVADOR	0,63	0,759
BAHIA	0,62	0,660
BRASIL	0,60	0,727

Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acessado em 16/7/2018.

Gráfico 1: Índice de Gini da renda domiciliar per capita



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010)

Já o outro índice utilizado para mensurar a qualidade do desenvolvimento da população, o Índice Gini, foi encontrado dados apenas dos anos 2000 e 2010, e da mesma forma, não foi encontrado dados relativos ao povoado. Na comparação feita com os dados existentes (**GRÁFICO 1**), encontramos uma variação negativa deste índice no âmbito nacional e estadual, Brasil com queda de 5,88% e Bahia com queda de 5,59%, já no âmbito municipal, Salvador também apresenta uma pequena queda (1,83%), ao contrário de Santa Brígida que apresenta uma queda maior que os demais (11,9%).

Com uma renda per capita de quase um quarto da mesma renda nacional, e quase um quinto da soteropolitana, a média do cidadão santabrigidense ‘sobrevive’ com cerca de R\$220,00 mensais, sendo que a população pobre e extremamente pobre sobrevive com uma média

aproximada de um décimo e um quarto deste valor. Esta mesma diferença se apresenta com relação ao grau de formalização dos maiores de 18 anos, com o baixo índice de opções de empregos formais na região e cujos rendimentos médios são bem abaixo da média estadual e nacional, chegando a ser um quinto do maior valor. (TABELA 3)

Tabela 3: Perfil dos rendimentos

	Renda per capita (R\$)	Renda per capita média dos extremamente pobres (R\$)	Renda per capita média dos pobres (R\$)	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais (R\$)
SANTA BRÍGIDA	220,77	31,87	61,39	52,4%	15,39%	282,57
SALVADOR	973,00	36,80	85,10	73,9%	67,16%	1.465,03
BAHIA	496,73	33,24	71,71	71,2%	42,91%	858,51
BRASIL	793,87	31,66	75,19	74,3%	59,32%	1.296,19

Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acessado em 16/7/2018.

Com uma realidade predominantemente rural e pobre, podemos perceber assim que se trata de um contexto municipal com bastantes carências sociais e econômicas, e que afloram ainda mais quando o comparamos com outros contextos, em especial o estadual. Cabe lembrar que estamos na região semiárida brasileira, e como tal, com peculiaridades naturais que tendem a potencializar os problemas sociais ali encontrados.

2.2.2. O contexto geográfico

O tipo climático dominante do município é de árido a semiárido, típico do sertão nordestino, onde reinam temperaturas entre 22° e 31°, chuvas escassas e mal distribuídas entre os meses de novembro e maio, com longas estiagens. Outro fator que fortalece a aridez geográfica da região é o fato de se encontrar ao lado do Pediplano do Baixo São Francisco, Chapada do Raso da Catarina, ecorregião²⁷ de cerca de 38.000 Km² de extrema aridez e escassez de água.

Por apresentar solos variados (registrando-se os planossolos, sódico eutrofico, areaias quartzosas álicas, solos litólicos eutrofos e distróficos) restringe sua aptidão agrícola à produção de gêneros alimentícios básicos, daí a explicação de não encontrarmos no município atividades econômicas com esta característica. (SEMEAR AMBIENTAL, 2009)

²⁷ Uma ecorregião ou região ecológica é uma área definida ecológica e geograficamente, menor que uma ecozona mas maior que um ecossistema. Ecorregiões geralmente cobrem áreas relativamente grandes de água ou terra e contém comunidades e espécies características dessa área delimitada geograficamente. A biodiversidade de fauna, flora e ecossistemas que caracteriza uma ecorregião tende a ser diferente da de outras ecorregiões.

Existe neste contexto uma região incluída no grupo das unidades de conservação de proteção integral, cujos objetivos primários restringem-se à preservação da natureza e à realização de pesquisa científica, permitindo somente a visitação com objetivo educacional. Trata-se da Estação Ecológica Raso da Catarina (ESEC Raso da Catarina). Segundo o *Plano de Manejo da Estação Ecológica Raso da Catarina* (PAES, 2008) a área foi implantada pelo estado da Bahia sobre terras decretadas como devolutas em processo de cessão levado a cabo pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior, com o objetivo de ali ser implantada uma unidade de conservação.

Em novembro de 1979, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) tomou posse dessas terras e instalou-se na área, porém, somente decretou-a como unidade de conservação em 1984, após sua inscrição como área devoluta federal na Secretaria de Patrimônio da União – SPU. [...] O reconhecimento de sua importância aconteceu em abril de 2006, quando a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reconheceu por meio da Portaria nº 131 a Estação Ecológica Raso da Catarina como uma das áreas prioritárias para a conservação e que compõe, juntamente com outras unidades de conservação, o Corredor Ecológico da Caatinga. (PAES, 2008, p.165)

A despeito de existir na região nichos ecológicos que se mantêm conservados, propiciando a sobrevivência de muitas espécies vegetais e animais, algumas das quais endêmicas, que encontraram refúgio nesse território de área em bom estado de conservação (diferentemente de outros ambientes de caatinga), esta região vem sendo bastante pressionada devido à baixa economia regional e à inexistência de fiscalização efetiva, com seus recursos naturais explorados de forma recorrente, sobretudo no seu entorno.

Do ponto de vista de importância biológica, a ocorrência de inúmeros endemismos e espécies raras e ameaçadas de extinção faz dessa unidade de conservação um elemento chave para a realização de pesquisas e investigações mais detalhadas sobre o bioma Caatinga e todos os elementos que o compõem. (*Ibid.*, p.177)

A cobertura vegetal da região é composta por uma savana estépica, caatinga do sertão árido e áreas de tensão ecológica (contato cerrado-caatinga-floresta estacional, contato cerrado-caatinga), com predominância da Caatinga. Esta última, vegetação típica do semiárido, já foi muito descrita na literatura como sendo pobre e de pouca importância biológica. No entanto, outros estudos e levantamentos realizados nas últimas décadas mostraram que esse bioma possui um considerado número de espécies endêmicas que devem ser consideradas como um patrimônio biológico de valor incalculável. É o único bioma exclusivamente brasileiro. Além da grande importância biológica, a vegetação da caatinga apresenta um potencial econômico

ainda pouco valorizado, e uma das representações desta vegetação com forte potencial econômico é a palmeira do Licuri (*Syagrus coronata*).

Figura 3: Distribuição geográfica do licuri no Brasil e localização da Área de Manejo em Santa Brígida



Fonte: AMARAL e outros, 2012 / elaborado pelo autor.

A palmeira do Licuri

Conhecida como a palmeira sertaneja (em termos de potencialidade) entre outras plantas, é também conhecida vulgarmente como aricurí, nicurí, ouricurí, urucurí, licurizeiro, coqueiro dicorí e coqueiro-cabeçudo. Percebe-se assim a importância que a palmeira do licuri tem no aspecto regional e ambiental ilustrada na **FIGURA 3**, onde podemos ver sua espacialidade. A região de ocorrência da palmeira do licuri vai do norte de Minas Gerais, porção oriental e central da Bahia até o sul de Pernambuco, incluindo os estados de Sergipe e Alagoas, sendo que parte encontra-se na região da caatinga semiárida brasileira, que envolve 13% do

território brasileiro, ou seja, mais que 82 milhões de hectares (embora quase metade já tenha sido antropizada).

Por ser totalmente aproveitável, é uma palmeira que vem sendo explorada de modo extrativista desde os tempos coloniais. O licuri apresenta diversos usos, sendo empregado na alimentação animal (caprinovinocultura e bovinocultura), alimentação humana, produção de artesanato, produção de cera, construção civil, indústria de cosméticos, fabricação de saponáceos e para manufatura de tintas, além de ter um alto potencial para fins ornamentais e para a produção de biodiesel.

Do licuri se extrai um grande número de produtos e subprodutos, que geram emprego e renda como: leite de coco, licor, óleo e farinhas para produção de biscoitos, pães, sorvetes, bolos, doces, entre outros. A palha da folha do licuri fornece matéria-prima de primeira qualidade para produção artesanal de cestarias, jogos americanos, porta-copos, espanadores, *sousplats*, porta-trecos, porta-joias, chapéus, vassouras, dentre outros. A casca dos coquinhos é utilizada como material ornamental em jardinagem e bijuterias. A amêndoa do fruto, rica em proteína, é consumida *in natura* e produz um óleo utilizado na culinária, similar ao óleo de coco. A amêndoa é também utilizada na fabricação de doces, como a cocada, de licores e do leite de licuri, especialidade da cozinha baiana. As castanhas podem também ser consumidas torradas. A torta, resultante da extração do óleo da amêndoa, é empregada na alimentação animal por ser bastante nutritiva, especialmente na alimentação de aves domésticas em substituição ao milho. O endocarpo que sobra da quebra do coco tem alto poder calorífico, podendo substituir a lenha em caldeiras e em aplicações similares e as qualidades nutricionais da polpa, equivalentes ao açaí, são de grande apelo comercial. O broto do licuri é adocicado e comestível, sendo uma ótima alternativa para os sertanejos durante as secas prolongadas do nordeste. A parte mais dura do broto pode ser recortada, seca, pisada e peneirada para ser utilizada na comida como farinha. Devido ao seu teor gorduroso, as folhas velhas são usadas para confecção de fochos para iluminação noturna. Muitos grupos indígenas do nordeste usavam a folha, antes de sua abertura, para trançar bolsas, esteiras, chapéus e abanos. É usada ainda na cobertura de casas. As folhas ainda podem ser usadas como forragem, já que a planta é bastante resistente à estiagem comum no semiárido nordestino, sendo, portanto, uma importante espécie forrageira para o gado na Caatinga. Em épocas secas, as folhas trituradas são dadas como ração para os animais. (AROUCHA e AROUCHA, 2013)

Licuri e a Arara

Neste quesito a importância do licuri merece um capítulo à parte. O fruto da palmeira é recurso indispensável para a sobrevivência da **Arara-azul-de-lear (FIGURA 4)**, espécie endêmica no semiárido baiano, considerada criticamente ameaçada até 2007, sendo incluída no Apêndice I da *Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção* (CITES) e na *Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* (MMA, 2003). Após a verificação de que sua população havia alcançado o número de 960 indivíduos, tal quadro melhorou um pouco, mas ainda é uma espécie classificada status de “*vulnerável*” (VU) na avaliação do estado de conservação das Aves da Caatinga. (AMARAL e outros, 2012, p.7)

Figura 4: Arara-azul-de-lear voando com cocos de licuri no bico.



Foto: Mark L. Stafford. (Fonte: AMARAL e outros, 2012)

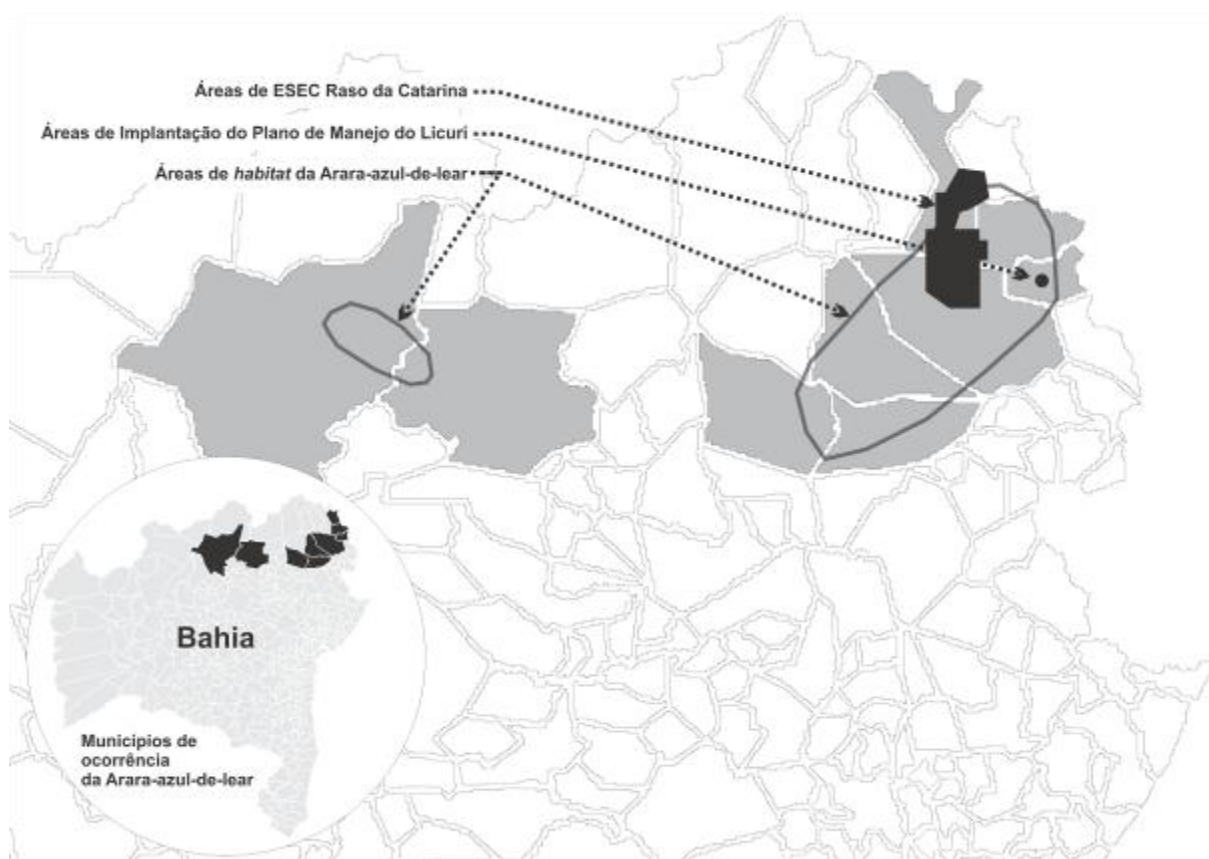
A espécie, endêmica da região, está inserida na extensão (e entorno) da ESEC Raso da Catarina²⁸, e pode ser encontrada nos municípios de Canudos, Jeremoabo, Euclides da Cunha, Paulo Afonso, Monte Santo, Santa Brígida e Paulo Afonso, em uma área de 9.033,69 km² (com indivíduos registrados também em Sento Sé e Campo Formoso ocupando a região

²⁸ A Estação Ecológica (ESEC) Raso da Catarina possui 99.772ha, distribuídos entre os municípios de Paulo Afonso (8,37%), Rodelas (31,39%) e Jeremoabo (60,24%).

limítrofe destes municípios, em uma área de 1.169,71 km²), como podemos observar na **FIGURA 5**.

Os coquinhos de licuri são seu principal alimento e a baixa disponibilidade do fruto pode ser fator limitante para o desejado aumento populacional dessas aves. Uma arara chega a comer 350 coquinhos por dia, daí a preocupação com a proteção dos sítios de alimentação (AMARAL e outros, 2012, p.29). Elas usam paredões de arenito como abrigo para repouso e reprodução e cujos ninhos localizam-se em duas áreas protegidas: uma no município de Canudos e outra em Jeremoabo.

Figura 5: Mapa ilustrativo do contexto ambiental da região.



Fonte: PAES, 2008; SEMEAR, 2009; IBAMA, 2011; AMARAL, 2017 (Elaborado pelo autor).

Todos os dias, ao amanhecer do dia, as araras voam cerca de 60 km se espalhando pela região em busca de alimento. Segundo o *Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-Azul-De-Lear* foram identificadas 37 áreas de alimentação, totalizando 4.711,92 ha, nos municípios de Paulo Afonso, Santa Brígida, Jeremoabo, Canudos e Euclides da Cunha.

Reverter as ameaças ao licuri, especialmente na área de ocorrência da Arara-azul-de-lear, compatibilizando a garantia do suprimento alimentar dessa espécie ameaçada com o uso sustentável da palmeira

nativa pelas populações humanas faz parte da estratégia de conservação de ambas as espécies. Embora a palmeira licuri não seja ameaçada, sofre forte pressão em virtude de atividades humanas, como o desmatamento, as queimadas, a mineração e a pecuária. A necessidade de realização de pesquisas e de implementação de ações de conservação da palmeira foi apontada com prioridade no Plano de Manejo da Arara-azul-de-lear (IBAMA, 2006), assim como foi objeto frequente de discussão em reuniões do Comitê Internacional para a Conservação e Manejo da arara. (*Ibid.*, p.57)

A maior área de alimentação identificada foi em Euclides da Cunha, representando 51% das disponibilidades, seguida de Canudos, Jeremoabo e Santa Brígida, onde podemos também observar a abrangência regional de ocorrência da espécie, englobando oito municípios baianos, sendo: Canudos, Jeremoabo, Euclides da Cunha, Paulo Afonso, Sento Sé, Campo Formoso, Monte Santo e Santa Brígida. Há relatos históricos de sua presença nos municípios de Curaçá e Uauá, mas não confirmadas. (*Ibidem*)

A Arara-azul-de-lear é uma espécie que só existe no sertão da Bahia. Sofria ameaça do tráfico para abastecer o comércio ilegal de animais, e também era ameaçada pela redução da disponibilidade do seu principal alimento que é o fruto do licuri, devido ao desmatamento das terras para a plantação de milho e feijão. Com a redução da disponibilidade do licuri, as araras passaram a se alimentar também do milho e isso gerou um conflito com os agricultores familiares, que passaram (não todos) a atirar nas araras para espantá-las de suas plantações, causando um alto grau de mortandade. Com esta situação imposta, a presença institucional se fortalece, em especial a de representantes das instituições de preservação ambiental.

Segundo o Projeto Arara Azul²⁹, o histórico de atuação institucional na preservação da espécie remonta o fim da década de 80, quando em 1989 a Fundação Biodiversitas deu início a um projeto para conservação da espécie, contemplando uma série de ações envolvendo censos, trabalhos de envolvimento e conscientização da comunidade, aquisição de um dos sítios de reprodução da arara situado na Fazenda Toca Velha, em Canudos (e hoje denominada ESEC Canudos), e um projeto-piloto de manejo de licuri, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em 1992, foi criado pelo *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* (IBAMA) o *Grupo de Trabalho Especial para Anodorhynchus leari* e, em 1997, o *Comitê Permanente para Recuperação e Manejo da Arara-azul-de-Lear* (CPRAAL), elaborando um plano de ação contemplando as principais

²⁹ Fonte:

<http://www.projetoararaazul.org.br/arara/Home/Outrosprojetos/ProgramadeConserva%C3%A7%C3%A3odaAraraAzuldeLear/tabid/322/Default.aspx>. (acessado em 24/7/2018).

ações emergenciais para conservação da espécie, sendo: monitoramento das populações em campo e o estudo do comportamento reprodutivo; recuperação e manejo do licuri e suplementação alimentar para as araras; intensificação da fiscalização; e continuidade das atividades de conscientização e envolvimento das comunidades locais no processo de conservação da Arara-azul-de-Lear.

Programa de Conservação da Arara-Azul-de-Lear e Manejo do Licurizeiro

A partir de 2001, com a implementação do *Programa de Conservação da Arara-azul-de-lear* pelo *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* (ICMBio), combatendo as ameaças à espécie como também envolvendo a sociedade na discussão do uso consciente da palmeira do licuri, sua principal fonte de alimentação, consolida-se, em 2006 (atualizado em 2012), o *Plano de Ação Nacional para Conservação da Arara-azul-de-lear*, fazendo parte deste plano além da conservação ambiental, a pesquisa e a geração de renda para as comunidades que vivem nas áreas de ocorrência (AMARAL e outros, 2012).

O *Centro Nacional de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres* (CEMAVE), em parceria com a *Associação Brasileira para Conservação das Aves* (PROAVES), com apoio do *Fundo Nacional do Meio Ambiente* (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo as ações de pesquisa *in situ* do *Programa de Conservação e Manejo da Arara-azul-de-Lear*.

Em 2006, através da parceria com o Instituto Arara Azul, realizou ações voltadas ao envolvimento das comunidades, através da educação ambiental e de projetos de geração de renda. A região de Euclides da Cunha foi a área escolhida para o desenvolvimento desse projeto, pois representa a maior parte da área de alimentação da espécie, sendo de primordial importância a implementação de alternativas que promovam a geração de renda para as comunidades locais, melhorando assim a sua qualidade de vida e conseqüentemente a conservação do ambiente necessário para a manutenção das populações das ararinhas, evitando que se busque no extrativismo predatório a solução para suas necessidades econômicas. Estas e outras ações que ocorrem tanto na região de Euclides da Cunha, como em Santa Brígida e Jeremoabo, tem utilizado o PAN da Arara-Azul-de-Lear como referência e desta forma contribuindo para a preservação da espécie e de seu bioma.

Como já dito, a principal ameaça para a espécie é a redução de sua área de alimentação, pois estão inseridos em locais aonde se verifica a presença humana espalhada pela zona rural de

cada município, daí a necessidade da proteção destas áreas e da conscientização das comunidades locais sobre a importância da preservação do meio ambiente para esta e outras espécies.

Esta mudança de uma mentalidade extrativista para uma preservacionista pressupõe também uma interação da discussão ambiental com a cultura local. Neste sentido, e reforçando que encontramos na região uma riqueza e diversidade em manifestações da cultura popular brasileira, precisamos entender como tais expressões da cultura se correlacionam.

Homem x Ararinha

O crescimento populacional humano na região é um dos principais problemas associados à perda da capacidade de suporte alimentar da arara, fazendo com que a espécie tenha que buscar outras novas fontes de alimentação, e em especial, o milho, cultura esta produzida para subsistência das famílias. Nos períodos de baixa produtividade de licuri as ararinhas atacam as roças de milho causando prejuízos aos pequenos agricultores que o utilizam para subsistência e para alimentar seus animais.

Com o crescimento da sua população e a oferta de licuris em baixa, gerando o aumento dos ataques às roças de milho, foi necessário o desenvolvimento de uma alternativa para evitar a mortalidade dos indivíduos ou a sua captura para a venda ao comércio ilegal, e que envolvia ações de sensibilização e educação ambiental junto às comunidades.

A despeito das ações mitigatórias para tal problema, como o *Projeto de Ressarcimento dos Danos às Lavouras Provocados pelas Araras-azuis-de-lear*, muitos agricultores abandonaram os plantios devido aos ataques das araras (AMARAL e outros, 2012, p.40), gerando uma constante tensão entre as comunidades e as instituições de preservação do bioma regional, governamentais e não governamentais.

Ao incluir o licurizeiro nas discussões de preservação e manejo das áreas de ocorrência da Arara-azul-de-lear é fortalecido o desenvolvimento de ações para sua conservação e uso sustentável, e que possibilitem não só a garantia de suprimento alimentar para a espécie, mas também a geração de soluções para sobrevivência das populações tradicionais, que tem no extrativismo de frutos e folhas da palmeira do licuri sua principal fonte de renda.

As principais ameaças aos licurizeiros detectadas em áreas de alimentação da Arara-azul-de-lear são: as criações de gado que utilizam das suas folhas e frutos para suplementação alimentar; o desmatamento feito para retirada de lenha, geralmente seguida de queimadas

utilizadas para limpeza de áreas agrícolas e de pastagem; as atividades de mineração para extração de calcário (utilizado para produção da cal).

De forma menos intensa, também são ameaças a atividade de retirada dos frutos utilizados para alimentação animal e humana, e para extração do óleo para indústria de cosméticos ou para a produção de biodiesel, e das folhas para produção de vassouras, chapéus e produtos de artesanato.

Este último item tem sido estudado de forma a buscar novos protocolos de extração que não acarretem problemas ao desenvolvimento da planta, como também possibilitem a manutenção daquela atividade produtiva, que é, além de econômica, uma expressão da cultura tradicional.

É fundamental que haja o incentivo e fomento ao cooperativismo e associativismo, seja na produção de artesanato ou na produção agrícola, garantindo a sustentabilidade deste ambiente. Embora o licuri apresente grande potencial de aproveitamento, é imprescindível que ações conjuntas de fiscalização, conscientização e educação ambiental sejam feitas com foco na conservação da Arara-azul-de-lear e no papel do licuri em todo esse processo. (*Ibid.*, p.76)

Frente às ameaças de antropização que a região descrita apresenta, uma série de ações são realizadas e que visam não só a proteção das fauna ali encontrada, mas também das áreas naturais ainda conservadas, diretamente relacionadas através da oferta de alimentação e prevenção à caça e ao tráfico.

Uma destas ações foi a elaboração da *Instrução Normativa nº 191* – IBAMA, editada em 24/09/2008, que objetivou proibir o corte e normatizar as atividades extrativas para fins de assegurar o uso sustentável dos recursos da palmeira licuri, regulamentando, assim, a exploração de frutos, folhas, cera e óleo. Dessa maneira, o Governo Federal atendia à recomendação de implementação de ações de recuperação e manejo da espécie proposta pelo Grupo de Especialistas em Palmeiras da IUCN³⁰, que ressaltava, já naquela época, a necessidade do estabelecimento imediato de ações de recuperação das populações senescentes do licurizeiro localizadas em áreas sujeitas à atividade pecuária. (*Ibid.*, 2012)

Dada sua grande importância para a economia e a subsistência do semiárido em 2009 foi elaborado o *Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do Licuri* (**FIGURA 6**), em uma iniciativa da unidade Paulo Afonso do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

³⁰ IUCN - International Union for Conservation of Nature (União Internacional para Conservação da Natureza) é uma organização civil dedicada à conservação da natureza criada em 1948 e composta por Estados soberanos, agências governamentais e organizações da sociedade civil (Fonte: www.iucn.org; acessada em 9/7/2018).

do Estado da Bahia (SEBRAE), através da parceria com a empresa de consultoria ambiental Semear Gestão Sócio Ambiental, sediada em Salvador, e construído participativamente com a Associação de Artesãos de Santa Brígida (AASB), com o objetivo de adequação e licenciamento ambiental da atividade artesanal à legislação vigente, através da sistematização das informações e do conhecimento tradicional dessa comunidade e a gestão do uso sustentável dos recursos naturais e proteção da cultura e da atividade artesanal baseada na fibra do licuri, embrião de uma futura reserva extrativista na região. (SEMEAR AMBIENTAL, 2009)

Figura 6: Produtor retirando palha de um licurizeiro conforme orientações do Plano de Manejo.



Fonte: o autor, 2004.

A otimização do uso dessa palmeira certamente contribuirá para a melhoria da qualidade de vida das populações do semiárido tanto com a utilização dos seus frutos na alimentação humana, como também para incrementar o desenvolvimento econômico através da geração de renda oriunda do artesanato que tem nas folhas do licuri sua matéria-prima principal. E apesar dos inúmeros desafios, as populações que habitam esses biomas têm aprendido a conviver com suas dificuldades de forma a tirar dele os meios de sua sobrevivência e desenvolvimento, reduzindo o êxodo rural. O aproveitamento integral do licuri, símbolo da cultura nordestina, é

um destes principais meios devido ao seu enorme potencial alimentício, ornamental e artesanal.

2.2.3. O contexto histórico-cultural

Conforme os relatos históricos, Lampião passava frequentemente pela região e por volta dos anos 30 trouxe (ou foi seguido) para o cangaço aquela que seria a primeira mulher a juntar-se ao bando, Maria Bonita, nascida Maria Déia de Oliveira em Malhada da Caiçara, área limítrofe do município de Santa Brígida, e casada na época com o sapateiro da cidade, José de Neném. (FONTES, 1998)

A região, em especial a área que envolve o Raso da Catarina, era utilizada pelo bando como forma de proteção e acoitamento, já que se tratava de uma região de difícil acesso e escassez de recursos, tornando inviável perseguições das volantes. Citando Ranulfo Prata, o escritor Oleone Coelho Fontes descreve esta região:

O Raso da Catarina é uma extensão de dezenas de léguas erma e inóspita como nenhuma outra, que fica encravada no âmago do nordeste baiano, entre Jeremoabo e Várzea da Ema” (...) É um deserto, e um deserto recretado de agressividade sem par, naquelas terras onde tudo é árido e adusto. Comparando-se-lhe à caatinga que a circunda, esbraseada e maninha, é um vergel, porque ainda possui o juazeiro de folhas virentes e cacimbas onde borbulham filetes imperceptíveis de água [...]. (*Ibid.*, p.240)

O Raso compreende cerca de 5.000 km² de planura desértica, situando-se ao sul/sudoeste de Paulo Afonso, prolongando-se por uns 70 km até Jeremoabo, sendo delimitado a oeste pelo leito do rio Vazabarris até Canudos. Santa Brígida, vizinha a Jeremoabo, encontra-se na periferia desta região, também sofrendo com sua aridez climática.

A fundação da cidade de Santa Brígida resulta de um processo de povoamento histórico do nordeste brasileiro, e que se inicia na segunda metade do Séc.XVII em consequência da formação das fazendas de gado, em especial destaque para a figura de Garcia D'Ávila, responsável pela maior área de terra desbravada no sertão brasileiro, e dos aldeamentos de índios promovidos pelos religiosos jesuítas preocupados em catequizá-los e aculturá-los dentro da nova sociedade (GONZALEZ, 1996, p.15).

Ainda segundo o historiador Olegário Gonzalez sobre o histórico de formação da cidade de Santa Brígida:

Em 1754, conforme relato do vigário Januário Jose de Souza Pereira, a freguesia de São José Batista de Jeremoabo, cujas terras pertenciam à Casa da Torre, possuía três povoações: o sitio de Jeremoabo, com 252 pessoas, sendo cinco deles brancos e os outros pardos, mestiços, índios e negros; a as demais povoações que eram aldeias indígenas. O restante do território era composto por 152 fazendas, dentre as quais situava-se o atual território do município de Santa Brígida. [...] Por volta de 1816, o território do atual município de Santa Brígida era conhecido como fazenda Itapicuru de Cima, uma sesmaria herdada por Joaquim José de Bonfim do português Antonio Manuel de Souza que lhe tomara por esposa a filha de nome Brígida. Durante uma viagem a Portugal, com seu esposo, Brígida falecera. Antonio Manuel de Souza decidiu morar lá definitivamente e entregou para o sogro suas terras na Bahia. [...] Por volta de 1940, Santa Brígida era apenas um pequeno povoado do município de Jeremoabo [...] composto por algumas dezenas de casas de barro cobertas de palha. A agricultura mal dava para a subsistência, e a pecuária concentrava-se na criação de caprinos. (*Ibid.*, p.16)

Ainda como distrito do município de Jeremoabo, o povoado não contava com um número considerável de moradores, e sua feira, índice da prosperidade de um povoado no sertão nordestino, era pequeníssima, insignificante, segundo a pesquisadora e antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Houve então, a partir de 1940, uma “*forte imigração de alagoanos, atraídos pela fama das boas terras e do trabalho abundante; vieram também algumas famílias de paraibanos, pernambucanos, sergipanos e até cearenses, mas o contingente forte veio de Alagoas*” (QUEIROZ, 1998, p.17). Na sua maioria eram alagoanos do município de Água Branca e de Mata Grande, bem como sergipanos de Propriá. Este movimento migratório possibilitou um incremento na população local naquele período, mas que no longo período de seca que ocorrera na região muitos destes, como também os nascidos na região, saíram a procurar meio de vida principalmente Rio de Janeiro e em São Paulo (*Ibidem*).

A história dos “conselheiros”, nas populações sertanejas, surge de um processo relativamente longo no tempo, segundo o historiador Nilton Freixinho. Apareciam “*beatos-místicos-leigos do interior do Ceará aos confins dos sertões da Bahia, e estes ‘tinham ‘plateia’ ávida de ouvir seus ‘conselhos’ quanto a normas de conduta terrena, com vistas ‘as benesses celestiais após a morte’*”. Através do pensamento de “*um fim próximo*”, proliferavam “*monges-conselheiros*” pelo nordeste, levando à “*histeria coletiva sertanejos sofridos e inculcos*”. (FREIXINHO, 2003, p.79)

Segundo o historiador e pesquisador santabrigidense Alcivantes Santana (2018) a história da chegada do Beato Pedro Batista começa numa segunda-feira, dia de feira livre na cidade de

Santa Brígida, pela manhã do dia 11 de junho de 1945, quando este chega ao Distrito de Santa Brígida, então ainda parte do município de Jeremoabo.

Pouco se sabe de seu passado, como diz o historiador, “*sua vida parece que se restringe a um culto e um vulto*”. Sabia-se apenas que Batista era filho de uma índia da aldeia de Murici (AL) que não tinha sobrenome e de um homem das famílias de Santana de Ipanema (AL), Rocha Wanderley. Sabe-se também que serviu o Exército em Pernambuco, durante a Guerra do Contestado (por volta de 1915), e no Paraná, sendo condenado e preso ao desertar do serviço militar, ficando seis meses presos, e após escapar, foi trabalhar como marinheiro e estivador nos portos do Rio de Janeiro, de Santos e Paranaguá (*Ibid.*, p.226).

De lá, por volta de 1942, após receber uma missão divina através de uma visão, retornou ao Nordeste, a fim de convencer as pessoas da necessidade de preparação para o fim do mundo. Assim inicia sua peregrinação, dando conselhos, efetuando curas e libertando pessoas de maus espíritos, tendo passagens duradouras em Alagoas, nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Mata Grande, e em Pernambuco, nos municípios de Águas Belas e Itaíba (GONZALEZ, 2004, p.42). Passando por Pernambuco, foi preso na cidade de Águas Belas dando ainda mais força à sua missão, provocando romarias à cadeia no intento de levar apoio e receber bênçãos. Também em Água Banca (AL) foi preso, tendo seu cabelo cortado e barba raspada dada sua semelhança com o líder de Canudos Antonio Conselheiro. Foi solto após solicitação de seus adeptos, na condição de ir em direção à Bahia. Na Bahia, após passar por Glória, distante 50 km de Santa Brígida, para esta se mudou. (GONZALEZ, 1996, p.19-21).

Após tanto peregrinar sem ser compreendido, sendo enxotado, perseguido e até preso, resolve então fixar-se em Santa Brígida. Com a notícia de que Pedro Batista havia instalado moradia, começou a vir romeiros dos estados de Sergipe, Pernambucano e Alagoas, elevando o número de moradores da cidade para 200 casas e 2.000 romeiros (SANTANA, 2018), e que vinham “*confiantes na esperança de uma nova vida agora sob liderança espiritual de um homem bom, enviado do céu para trazer a palavra de paz e amor do criador*” (GONZALEZ, 1996, p.16).

Sua missão, embora de evangelizar, também era voltada para atender as necessidades básicas do indivíduo, aconselhando-os também nas questões de produção de uma agricultura alternativa de convivência com a seca (SANTANA, 2018). Com este movimento de pessoas que vinham pedir sua bênção, alguma cura, ou mesmo de junto a ele instalar-se, sentiu a

necessidade de arrendar ou mesmo adquirir terras para que pudesse acomodar estes novos seguidores.

Surge assim um novo líder messiânico na Bahia, o “*Conselheiro que deu certo*”, como indica o título do documentário sobre a sua história, elaborado pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) em 1997³¹.

Afora este movimento messiânico em Santa Brígida ter similaridades com a história de Canudos, com Antonio Conselheiro, aqui houve aquiescência das autoridades locais, que como em todo o nordeste da época estava nas mãos dos grandes latifundiários, e na região mais precisamente na figura do Coronel João Sá³². Este também conhecido pela aliança com o Bando de Lampião, que como já dito, circulava pela região. (GONZALEZ, 1996, p.17)

Esta aproximação do Beato Pedro Batista com a liderança local era positiva para ambos os lados, resultando em uma convivência pacífica naquela região. Enquanto o Coronel João Sá reforçava sua força política através do aumento populacional causado pelas romarias, possibilitando-lhe assim maior poder político no âmbito estadual e federal, o Beato conseguia terra, ativo este que lhe proporcionaria aumento da produção de alimentos através da distribuição das terras junto aos romeiros que ali se assentassem.

Outro comparativo feito é a do Beato Pedro Batista com o Padre Cícero. Ainda segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998), além do fato de que parte dos romeiros deste último, após sua morte, terem sido convertidos em romeiros do Beato Pedro Batista, ambos afirmavam terem tido revelações de Deus e que impulsionaram suas vidas para pastorear fiéis, construindo cidades, foram cortejados por políticos, arrecadaram donativos e reverteram em benefícios à comunidade através da compra de propriedades rurais e da organização produtiva destas garantindo assim trabalho e renda para seus devotos, bem como votos para seus padrinhos políticos. Neste contexto, as tradicionais romarias características da devoção ao Padre Cícero em Juazeiro do Norte foram trazidas para Santa Brígida, em especial em junho, na festa de São Pedro, e em novembro, na comemoração da morte de Pedro Batista.

Segundo o estudo feito pela antropóloga, o município de Santa Brígida cresceu através da forte imigração dos alagoanos, atraídos pelas terras férteis e trabalho abundante; vieram

³¹ IRDEB-TVE-BAHIA. *Pedro Batista o Conselheiro que deu certo*. Salvador, 1997.

³² João Gonçalves de Sá, pecuarista e Coronel da Guarda Nacional. Prefeito de Jeremoabo (BA). Deputado Estadual, 1915-16 e 1927-28. Eleito Deputado Estadual Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD), 1947-51. Fundador e Vice-presidente do PSD (SANTANA, 2018).

também, embora em menor número, os paraibanos, pernambucanos, sergipanos e cearenses. Esta característica da presença do imigrante, em especial do alagoano, apresenta-se visível tanto nos costumes como no comportamento. Segundo a pesquisadora, é perceptível a quem chega a diferenciação do trajar, quando comparado os vestidos decotados e sem mangas dos “baianos”, com as mangas compridas dos “alagoanos”.

Mais diferenças são percebidas, como a não cooperação baiana no plano do trabalho, ao contrário da solidariedade do outro grupo, e a prática religiosa como a manutenção dos espaços e dos festivos, um diferencial dos alagoanos, ao contrário dos baianos que cultivam poucos hábitos de fé. A pesquisadora observa uma *“laicização dos divertimentos na comunidade baiana, que não se nota entre os alagoanos, conservando estes a maneira lúdico-religiosa coletiva de se distrair”* (QUEIROZ, 1998, p.20).

Tem assim um convívio no mesmo espaço geográfico, por vezes tenso, por vezes tolerante, de duas comunidades distintas *“vivendo segundo relações humanas básicas distintas; enquanto a comunidade alagoana desenvolve trabalhos e divertimentos na base da solidariedade de todos os membros que a compõem, na comunidade baiana vigora o individualismo para ambas as atividades”*. (Ibid., p.22)

Devido ao fato da localidade, no seu início, ser desguarnecida de representações de controle e administração, as regras sociais eram ditadas pela própria comunidade e reforçadas pela diferença que havia entre os dois grupos, “baianos” e “alagoanos”. Tal fato fez com que a figura do Beato Pedro Batista ganhasse força entre os “alagoanos”, que viam nele a figura de

[...] um chefe [...], líder espiritual, social, econômico e político da comunidade, grande conhecedor de assuntos religiosos, o homem mais poderoso economicamente falando, conselheiro para todas as ocasiões e todos os problemas, protetor nas horas difíceis, financiador nos momentos de aperto. (Ibid., p.21)

Percebe-se assim neste contexto, nuances das relações entre o envolvimento espiritual, fruto da presença de monges-conselheiros, agentes da cultura messiânica, e ali representada pela figura do *Beato* Pedro Batista, e o envolvimento político, em uma concepção de poder exercido pelo interesse de quem governa e de quem é governado, pois sua missão ia além de evangélica, voltando-se também para a satisfação das necessidades básicas do indivíduo, incluindo conselhos de vida social à partição de terra, em um processo de reforma agrária. (GONZALEZ, 1996; QUEIROZ, 1998; FREIXINHO, 2003; SANTANA, 2018)

Além de curandeiro Pedro Batista aconselhava uma agricultura alternativa de convivência com a seca, com o plantio de palmas, melancia forrageira e algodão, e na pecuária, a prática de criação extensiva de caprinos. (SANTANA, 2018, p.33)

A organização espacial proposta pelos agentes espirituais, e que agregam sujeitos que se correlacionam pelo amalgama subjetivo da fé, “(...) *motor e cimento aglutinador da estrutura antropológica do sertão arcaico nordestino*” (FREIXINHO, 2003, p.63), vai além da organização espacial institucionalizada, pois não se restringe às limitações municipais, já que a movimentação da população romeira expande tais limites regionais.

O fortalecimento do processo preservacionista do contexto ambiental, em especial do bioma caatinga e da fauna (representada pela Arara-azul-de-lear), também cria na região relações, por vezes conflitantes e por vezes interacionista, entre sua população e o meio ambiente, como observamos na produção artesanal baseada na palha do licurizeiro do Povoado de Morada Velha.

Acredito que estas camadas de territorialidades demonstram a riqueza, espacial e simbólica, do contexto pesquisado. Onde as interações de uso do espaço pelas relações de poder afloram, como também interagem entre si, criando uma *teia* de relações que por vezes fortalecem um processo de desenvolvimento que integra as dimensões sociais e ambientais (LIMONAD, 2013), e onde as tensões que se apresentam (institucionais, ambientais, econômicas e sociais) possibilitam que este processo trilhe um caminho de sustentabilidade que fuja do conceito do discurso dominante de apropriação do espaço, passando a um processo de construção equânime de sociedade, como propõe Ester Limonad (2013).

2.3. A comunidade de Morada Velha

Em Santa Brígida as peregrinações religiosas (seus cultos ou devoções) chamam a atenção pela força da mobilização social e pelo comportamento ritualístico da prática, assim como pelo teor de crenças e preceitos que estimulam aqueles que a elas se entregam (QUEIROZ, 1998).

Esta tradição também se apresenta nas representações simbólicas expressas através do artesanato, quando a técnica do entalhe da madeira é utilizada para produção de peças utilizadas nos cultos, como ex-votos, cruzes e banquetas, e o trançado da fibra da palha do licuri produz o tradicional chapéu do romeiro (**FIGURA 7**).

Estes artesãos fazem parte de uma geração nascida em uma época de grandes dificuldades sociais, que viram a força da fé originar uma cidade e, crescendo junto com ela, o fenômeno do êxodo do sertão. Santa Brígida foi um exemplo deste movimento.

O município é hoje formado por uma série de povoados, tais quais: Km 40, Km 42, Colônia, Bugi, Fazenda Ingazeira, Marancó, Bandeira, dentre outras. Em um destes povoados pudemos notar a presença não só das manifestações simbólicas citadas, mas do uso destas para além de seu propósito original: Morada Velha. Em uma faixa de terra com aproximadamente 2 km² situado a 10 km da sede do município, margeando a BA309, que liga o entroncamento da BR110 à sede do município, Morada Velha se apresenta como um típico povoado formado por uma pequena comunidade tradicional de pessoas com algum laço relacional. (**FIGURA 8**)

Entende-se que o que estamos denominando de comunidades tradicionais vai além da formação de relações caracterizada pelo alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo, como indica Myrian Baptista (1979, p.45), mas também uma forte tradicionalidade histórico cultural que serve de amalgama identitário para tal grupo.

Figura 7: Tradicionais romeiros de Pedro Batista tendo ao fundo a igreja onde são realizadas as cerimônias e mais ao fundo o “serrote” onde acontece a romaria da Semana Santa.



Fonte: o autor/2012.

Figura 8: Núcleo familiar de *Seu Manoel e Dona Rita* em Morada Velha.



Fonte: o autor/2018.

Como as pequenas localidades e povoados não possuem uma divisão territorial clara, bem como não há um censo que as categorize, tomou-se como base para quantificar sua população dados da ata de fundação da Associação Comunitária da Comunidade de Morada Velha (ADECOM), formada em 2004 (e hoje extinta), onde em sua lista de associados consta com 45 integrantes. Considerando que uma associação comunitária seja formada por representantes dos núcleos familiares existentes na localidade, e tomando por base dois adultos por família, no mínimo, temos uma estimativa de 90 moradores no povoado na época, número este que teve crescimento nos anos seguintes haja vista a ocorrência de novos casamentos e nascimentos.

Por se tratar de um povoado rural onde há um espraiamento natural dos seus habitantes, sua ocupação se dá através de pequenos aglomerados urbanos, dispostos em estruturas urbanas simples, com poucas ruas não pavimentadas e de traçado irregular, e que tem nas relações familiares seu amalgama.

[...] na ocupação do território compartilhado por todos, os artesãos estão organizados em unidades domésticas constituídas por grupos familiares que conservam o sentimento de uma origem comum. (LIMA, 2012, p.46)

No povoado de Morada Velha, destaca-se um destes núcleos familiares, que tem nas figuras de *Dona Rita* (Rita Gonçalves de Jesus Braga) e *Seu Manoel* (Manoel Vieira Braga) sua raiz central, pois através das atividades artesanais do trançado de palha e do entalhe da madeira, tem multiplicado seu saber para outras localidades, fortalecendo a atividade enquanto manifestação cultural e potencial atividade econômica. Além disso, tem promovido a prática da preservação do bioma local, através do manejo correto da palmeira do licuri como da promoção da preservação da Arara-azul-de-lear.

Os filhos e agregados de *D.Rita* e *S.Manoel*, em especial de seu filho *Zé de Rita* (José dos Santos Braga) e seu genro *Zé Valdo* (José Valdo Rosa, falecido em 2017), tornaram-se mestres artesãos naturais³³ ao difundirem suas habilidades produtivas, sendo o primeiro mestre artesão no trançado da fibra da palha do licuri, e o segundo no entalhe de madeira. Ambos têm dedicado suas vidas não só ao trabalho com a técnica e a preservação de suas matérias primas, mas também ao multiplicarem seus conhecimentos na sua própria

³³ Adoto aqui o título de mestre entendendo que tal título esteja institucionalizado e categorizado através da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro como "indivíduo que se notabilizou em seu ofício, legitimado pela comunidade que representa e/ou reconhecido pela academia, destacando-se através do repasse de conhecimentos fundamentais da sua atividade para novas gerações". (MDIC, 2012)

comunidade, ao capacitarem filhos e agregados, mas também junto às comunidades do entorno, dentro ou fora do município.

A história do povoado de Morada Velha, distrito do município, remonta os anos de 1950, quando do povoamento da região de Santa Brígida pelos romeiros vindos em busca de futuro melhor. A região tem forte relação com a questão espiritual messiânica, com a chegada do Beato Pedro Batista no ano de 1945, na época, distrito de Santa Brígida. Este, após instalar-se e ganhar fama de beato conselheiro, começou a atrair pessoas de diversas outras regiões que vinham na busca de uma liderança espiritual para uma vida melhor. Podemos dizer que Morada Velha foi formada através desta movimentação.

Segundo depoimento de *Seu Manoel*, seus pais haviam vindo de Alagoas (estado origem da maior parte dos romeiros que ali chegavam), mais precisamente de Caraíbas, perto da cidade de Água Branca, em 1958, quando ele próprio já tinha 8 anos de idade, na busca de tempos melhores e após ouvirem da chegada do *padrinho* Pedro Batista. Chegaram inicialmente na sede do povoado, após venderem suas terras e criações em Alagoas, e percorrerem a pé a distância até Santa Brígida,

[...] porque era tudo de pé, os animal carregado com as mercadoria, aqueles mais pequeno que não podia caminhar vinha muntado, os outro vinha caminhando. (B1, 29/6/2018)

Ao chegarem compraram duas das três casas do *alto* daquele povoado, uma para sua família e outra para a família do seu tio Miguel, irmão de seu pai, começando a trabalhar na roça após se instalarem.

Segundo Gonzalez (2004, p.78), Pedro Batista havia arrendado tarefas de terras e contratado agricultores entre seus romeiros para trabalharem nestas de acordo com as atividades a desempenharem (desmatamento, tirar madeira, destocar, limpeza da roça, construção de cercas, plantação e colheita), sendo pagos como trabalhadores comuns.

Apesar das dificuldades, Pedro Batista orientava os romeiros sobre qual tipo de cultura plantar, conseguindo aumentar a produção e assim organizar a comunidade, tornando-se um dos principais comerciantes da região.

[...] os daqui era esse que é de meu padinho, esse que hoje nós mora, que foi Colônia, ai quer dizer que ainda não era dele, tinha apalavrado, mas não tinha pagado ainda, mas o pessoal butava as roça. Ai, esses outro lá era dos baianos, os terreno que dá pra gente planta mandioca, planta legume, e lá no Batoque era dele, de meu Padrinho, ele comprou, era a fazenda dele. (B1, 29/6/2018)

As principais fazendas do Beato eram: Minuim, Santa Brígida, Ribeira do Batoque, Oliveira e Gameleira. Esta última era a mais valiosa, sendo avaliada na época por trinta mil cruzeiros, possuindo cerca de 5.000 hectares e situada no Km 40, perto da rodovia que liga Paulo Afonso a Jeremoabo. Esta fazenda foi cedida pelo Coronel João Sá para que os romeiros pudessem produzir algo, sendo vendida posteriormente ao Beato, por “valor irrisório”, embora não houvesse sido registrado tal venda. Isto gerou certa desconfiança por parte de Pedro Batista, fazendo com que esse recorresse ao Governo Federal para que fosse criado um núcleo colonial dentro de um programa governamental de reforma agrária que existia na época junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que tal colônia agrícola fosse dividida em 160 lotes e distribuídos a seus romeiros em um processo que poderíamos aqui denominar de assentamento agrário de iniciativa particular. (GONZALEZ, 2004, p.80-86).

Cabe aqui um fato curioso. Esta área negociada com proprietário de Jeremoabo era aparentemente de baixa qualidade, de “*sertão brabo*”, e que por não ter possibilidade de produzir, já que não havia água aparente, estava disponível para venda, sendo negociada a seiscentos mil reais na época. Conta-se que um romeiro, que cuidava da área em um período onde o terreno já havia sido apalavrado, mas ainda não havia sido pago e escriturado, ao buscar um local para prender um animal, achou uma brecha com “*uns pastinhos*” em um lajedo na área onde hoje é conhecida como Colônia, próximo ao Km 40, e ao bater um pau para amarrá-lo “*soberbou água*”. Ao ver aquele fenômeno, pegou o burro e seguiu para a sede do povoado para contar o ocorrido ao Pedro Batista. Este, ciente que “*valor da terra é água*”, orientou que não divulgasse aquele ocorrido a ninguém, e prontamente buscou logo arregimentar o valor pedido pelo proprietário e seguiu para Jeremoabo para fechar a venda e fazer a escritura, garantindo assim uma boa compra. Aquela área onde foi achado o veio d’água trouxe a possibilidade de sustentar toda a redondeza.

Quando o *Beato* Pedro Batista colocou a disposição do INCRA a antiga Fazenda Gameleira, para que fosse loteada e disponibilizada aos seus romeiros (*seu povo*, como gostava de dizer), a família de *Seu Manoel* vendeu a casa onde morava com a família em Santa Brígida e comprou um dos lotes, próximo a um local chamado Pau-Ferro, e como a área onde haviam comprado o terreno não tinha nome, e ficava já a uma distância de onde era chamado de Pau-Ferro, decidiram, junto com os outros que compraram lotes próximos, denominarem de Morada Velha:

Ai o povo disseram, bom, aqui é Pau-ferro agora daqui pra cá vamo bota o nome de Morada Velha. (B1, 29/6/2018)

Esta área, que se tornou conhecida como Morada Velha, compreende uma área de aproximadamente 3 km², e por se tratar de uma denominação não institucionalizada, não foi encontrado registro formal ou público de seus limites³⁴. Podemos assim definir seus limites através das indicações de seus moradores, que a definem geograficamente como: iniciando na Baixa do Mulungu e indo até a encruzilhada perto da “faixa” (linhas de alta estação que cruzam a pista), tomando como eixo central a pista da BA309, como podemos observar na **FIGURA 9**.

Figura 9: Perímetro estimado da área que compreende o povoado de Morada Velha.



Fonte: Google Maps (elaborado pelo autor).

Após seus pais comprarem aquele lote, ligou para *Seu Manoel*, que já tinha saído de casa, ou como disse, “*comecei a andar pelo mundo*”, ao completar quinze anos na busca de um “*ganhozinho*”, indo inicialmente para Alagoas e posteriormente para Sergipe, onde aos dezesseis anos casou-se com *D.Rita*, que então tinha quatorze anos. Ao receber a ligação de seu pai, este disse:

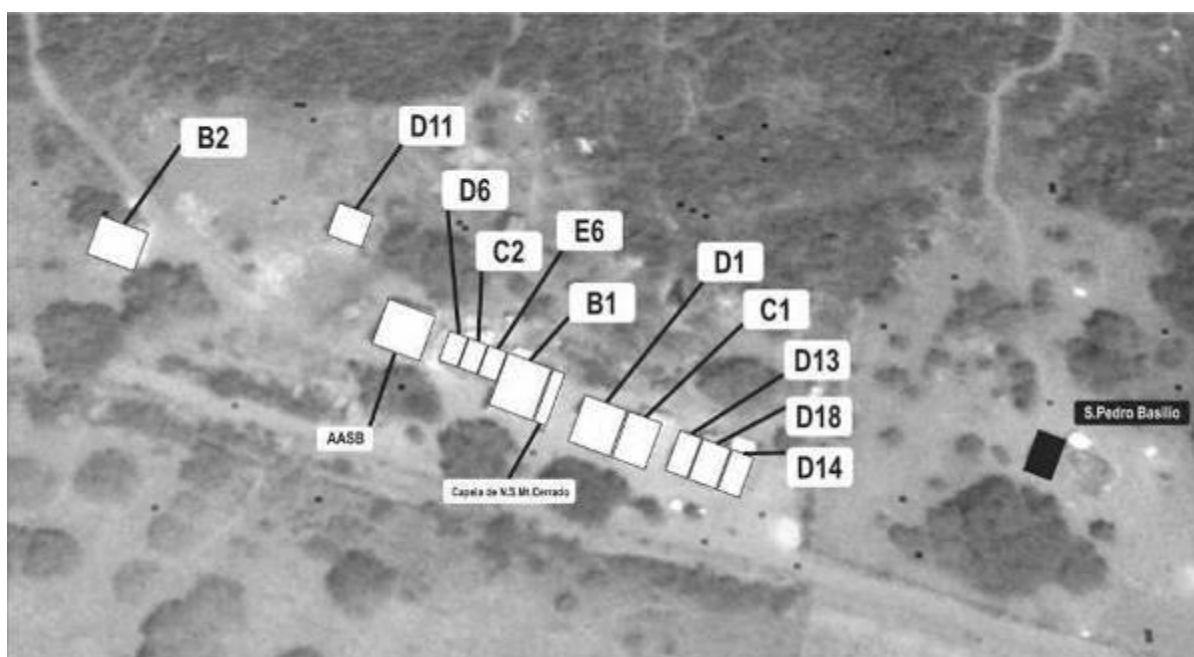
[...] vocês venham que eu peguei um terreno muito grande e eu não posso trabalha só, e é pra vocês, venham pra me ajudar a trabalhar.
(B1, 29/6/2018)

Com este chamado, venderam “*umas coisinha que tinha lá*” e montaram uma casa no novo terreno, junto com a casa de seus pais. Chegaram ele, *Seu Manoel*, *Dona Rita* e seu filho de um mês, *Zé de Rita*. Desde então ali se instalaram. Saindo, por vezes, para trabalhar fora, deixando ali sua família, mas sempre retornando, ao contrário de alguns de seus irmãos que

³⁴ Ao consultar a Secretaria de Planejamento e o posto local da COELBA, não foram encontradas informações formais sobre as delimitações dos povoados do município.

não se fixaram ali, indo “*prum canto outro pra outro*”. Com o passar do tempo, foram gerados novos filhos e estas novas famílias, mas que ali ainda mantinham sua base familiar e de moradia. Os terrenos de cada núcleo familiar foram herdados de acordo com as regras de sucessão de pai para filho, e a tendência é a de que, ao casar, o filho construa uma nova moradia para sua família no terreno (ou no entorno) dos seus pais. Hoje, neste núcleo familiar pesquisado, coabitam cerca de 30 pessoas, conforme podemos visualizar na **FIGURA 10**.

Figura 10: Núcleo familiar de *Seu Manoel e Dona Rita*.



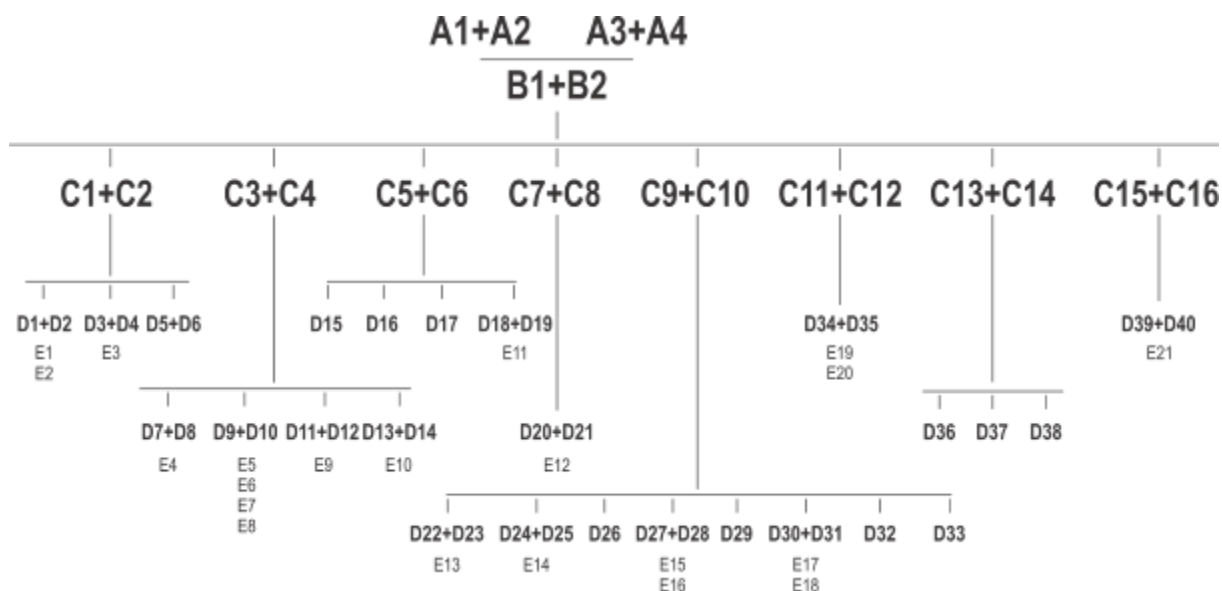
Fonte: Google Maps (elaborado pelo autor).

Segundo Ricardo Gomes Lima as estruturas de produção artesanais tem uma correlação direta com as unidades de residência familiar, e estas à estrutura genealógica territorial. Estas unidades residenciais são compostas por grupos domésticos que incluem parentes e não parentes, mas que vivem em um mesmo domicílio e tenham vínculos de parentesco, consanguíneos ou por união, não se encontrando, por outro lado, a presença de outras categorias relacionais, como serviçais ou agregados. De outra forma, o autor indica que estas estruturas não são estáticas, passando, durante a sua existência, por processos de desenvolvimento “*análogo ao ciclo de crescimento dos organismos vivos*” (LIMA, 2012, p.69), estando sujeitos a processos internos de mudança.

Para entendermos a estrutura relacional existente no território pesquisado cabe construir uma representação da estrutura familiar encontrada (**FIGURA 11**), entendendo assim que ali habitam familiares diretos e agregados de *Seu Manoel e Dona Rita*, bem como na

identificação dos sujeitos que ganharão destaque no decorrer da história da multiplicação dos saberes e formação de um território produtivo, tendo no trançado de palha e no entalhe da madeira suas matrizes técnicas.

Figura 11: Estrutura familiar encontrada no núcleo pesquisado de Morada Velha.



Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo em vista compor um quadro mais ilustrativo da realidade encontrada, a estrutura existente foi classificada através de uma codificação alfanumérica, sendo que as letras (A-E) representam a geração a qual cada núcleo residencial pertence, e os números o localiza na faixa de sua geração.

Pudemos perceber naquela estrutura familiar que parte dos seus integrantes adotou a atividade como seu meio de vida (B1, C1, C2, C4, D1, D4, D5, D6, D14, D18, E6), sendo que outros não adotaram, deslocando-se para outras regiões buscando outros meios de subsistência. Os que permanecem, seguindo um processo de transmissão de conhecimento natural, ensinam as novas gerações que adotam a atividade como meio de subsistência.

Dos que adotaram a atividade artesanal como meio de subsistência, a maioria possui o conhecimento do manuseio com a fibra do licuri ou com a madeira, muito em função das necessidades domésticas (por exemplo: a vassoura de palha para varrição dos terreiros), de produção (por exemplo: o chapéu para proteção do sol na lida do campo) ou espirituais (por exemplo: o entalhe de cruzeiros e ex-votos), mas também como uma opção para complementar sua renda.

Este conhecimento técnico, que tem sido transmitido de forma oral através das gerações sem um processo de aprendizado formal ou sistematizado, ganha uma posição de destaque e valorização com a inserção de agentes externos que virem naquele contexto possibilidades de melhoria da qualidade de vida para aquelas pessoas.

Ele [Zé Valdo] sempre dizia que um dia ia arrumar um jeito de trabalhar em casa, pra não ter de trabalhar pra ninguém, sempre dizia. E continuou arrumando uns pauzinhos, as primeiras coisinhas que ele fez foi esse negócio de promessas, o ex-voto, né. Foi fazendo, daí foi pedindo uns bracinhos, foi fazendo pé, a cabeça, pra fazer promessa. Através de D.Dalva, de Santa Brígida. Ela vinha ensinar a gente a costurar roupa, aí quando foi um dia que ela chegou, ele tava lá fazendo passarinhos, trabalhando lá, aí ela foi, chamou ele, conversou com ele, aí incentivou ele a fazer as peças, levar pra feira. Através dela que ajudou ele a fazer as peças e foi quem fundou a associação, ele junto com ela. A renda era só disso, não tinha outra não, era só isso. (C4, 5/8/2018)

Morada Velha apresenta-se assim com um pequeno espaço onde a pobreza natural do sertão nordestino, com relação ao baixo nível de renda, confronta-se com uma diversidade de elementos que poderiam suplantar esta realidade através da ampliação de suas capacidades, fortalecendo e oportunizando facilidades econômicas e sociais, algumas das liberdades instrumentais citadas por Amartya Sen (2010) como sendo constitutivas para um desenvolvimento mais humano.

2.4. Alternativas de fortalecimento da economia local

O trato com a natureza em contextos socioeconômicos como o do nordeste brasileiro sempre sofre com a tensão entre a atividade produtiva mantenedora da vida social e a necessidade preservacionista geradora de um capital ambiental para as próximas gerações. Tal tensão por vezes geram conflitos, da mesma forma que podem gerar um *pêndulo* norteador de caminhos para o desenvolvimento de soluções.

Encontramos no nordeste brasileiro um sistema econômico baseado na agricultura de subsistência (feijão, milho, mandioca, etc.) – sendo comum e preocupante o uso de agrotóxico em virtude dos danos que causam à saúde humana e ao ambiente –, e na pecuária extensiva (bovina, eqüina, asinina, caprina e ovina), com baixos índices de desenvolvimento técnico produtivo, causando danos à natureza.

Há, assim, uma necessidade de ações alternativas de desenvolvimento, em especial na produção econômica associada ao uso racional do seu ativo ambiental e apoiado por um manejo sustentável dos recursos naturais.

A busca por soluções que supram as necessidades do campo rural deveriam se basear no bom uso do seu próprio contexto, evitando que as externalidades interajam de forma negativa no seu cotidiano, mas da mesma forma, contribuam com novos conhecimentos para que tal uso ocorra alinhado com as noções de respeito à natureza. Tal equilíbrio é um dos grandes desafios que se apresenta hoje em dia, e que é expresso (ou pelo menos se tenta) através de um modelo de desenvolvimento local sustentável.

As novas funções da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo são discutidas por Ricardo Abramovay, partindo de um conceito de ruralidade de natureza territorial, cujas características giram em torno de três aspectos básicos: a relação com a natureza; a importância das áreas não densamente povoadas; e a dependência dos sistemas urbanos (ABRAMOVAY, 2009, p.26-27). O meio rural é, assim, um valor a ser preservado, segundo o autor.

Á medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover –, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade. (*Ibid.*, p.31)

Em contraponto, para James Lovelock já é tarde demais para tal desenvolvimento. Em sua Teoria de Gaia³⁵, onde a própria natureza regula a vida, ao interferirmos com nosso meio ambiente, violamos o meio ambiente de outras espécies. Como então pensar em soluções que respondam ao imediatismo social de comunidades nas zonas rurais do nordeste brasileiro, carentes do suporte institucional, e que tem na natureza sua principal fonte de subsistência? O próprio autor entende que uma área rural digna é compreendida por terras produtivas e comunidades que convivem com a Terra deixando amplo espaço para a natureza (LOVELOCK, 2006, p.143).

A convivência de respeito entre ser humano (comunidades) e natureza (meio ambiente) preconiza a integração de interesses, da tensão entre a preservação e a satisfação de necessidades. Tal jogo de poder deve ser equilibrado pela consciência de que ambos devem subexistir em conjunto, em um (eco)sistema.

A relação entre o ecossistema e o bem estar humano foi descrito no relatório *The Millennium Ecosystem Assessment*, publicado em 2005, por um lado como um ecossistema que oferece provisões das necessidades humanas (como comida e água), de regulações (como clima e fluxos de água, nitrogênio e oxigênio), de apoio (como os ciclos de nutrientes e de formação dos solos), e os culturais (ao ressaltar valores humanos, estéticos e religiosos, por exemplo), e por outro lado oferta os elementos constituintes do bem estar humano, como segurança, materiais básicos para vida, saúde, relações sociais e liberdade de escolha e ação. Segundo o relatório, ao protegermos a biodiversidade, protegemos o ecossistema, e conseqüentemente o que este pode oferecer ao bem estar humano. (SACHS, 2015, p.449-451)

Na perspectiva de desenvolvimento de Amartya Sen (2010) que a relaciona a melhoria da qualidade de vida com as liberdades e a expansão das capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que valorizam, precisaríamos tentar entender qualidade de vida para esta comunidade e como esta se relaciona com o âmbito regional.

Por não haver um entendimento mais amplo sobre o tema por parte dos integrantes do núcleo familiar pesquisado, buscamos trazer através dos levantamentos quantitativos indícios que pudessem sinalizar um processo de desenvolvimento mais humanizado, ou se houve apenas uma ampliação de sua capacidade, mas não de sua liberdade.

³⁵ “Teoria de Gaia: uma visão da Terra como um sistema auto-regulador constituído da totalidade dos organismos, rochas de superfícies, oceano e atmosfera estreitamente unidos como um sistema em evolução. A teoria vê esse sistema dotado de um objetivo: a manutenção do equilíbrio das condições de superfície para que sejam sempre as mais favoráveis possíveis à vida atual. Baseia-se em observações e modelos teóricos”. (LOVELOCK, 2006, p.155)

O desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. (SEN, 2010, p.29)

Recorreu-se assim a dados sobre a qualidade de vida dos integrantes da comunidade, tanto em termos de infraestrutura como em acesso aos bens de consumo, acompanhando a perspectiva do autor que considera um desenvolvimento humano também a acessos aos recursos necessários para um padrão de vida adequado (IVO, 2012). Para tanto, cruzou-se os dados encontrados nas fontes públicas censitárias com os mesmos dados colhidos *in loco* junto aos moradores do Povoado de Morada Velha.

Tabela 4: Infraestrutura básica na residência

	<i>% da população em domicílios com água encanada</i>	<i>% da população em domicílios com banheiro e água encanada</i>	<i>% da população em domicílios com energia elétrica</i>	<i>% de pessoas em domicílios com coleta de lixo</i>
MORADA VELHA	100,0%	82,0%	100,0%	9,0%
SANTA BRÍGIDA	53,1%	49,4%	85,4%	98,1%
SALVADOR	99,2%	95,1%	99,9%	96,6%
BAHIA	85,7%	77,6%	96,5%	95,4%
BRASIL	92,7%	87,2%	98,6%	97,0%

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br> (acessado em 19/8/2018).

Contextualizando a região inicialmente, em termos de infraestrutura, no Estado da Bahia, Santa Brígida está em 389º lugar entre os municípios com água encanada e banheiro com água encanada, 385º com domicílios com energia elétrica e 90º lugar em coleta de lixo³⁶. Na **TABELA 4** podemos observar como o Povoado de Morada Velha se apresenta frente aos dados regionais e nacionais, e com exceção da coleta de lixo, inexistente na zona rural do município, o percentual de ocorrência de água encanada (para consumo e banheiro) e de energia elétrica é superior a média regional e nacional.

Com relação aos bens de consumo existentes nas moradias (**TABELA 5**), fortemente citado como resultado fruto das ações institucionais na localidade, foram encontrados apenas dados no âmbito estadual, e mesmo estes mostram que, fora os bens relacionados à comunicação (internet, celular e telefone fixo), os demais tem ocorrência maior que o índice estadual.

³⁶ Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Tabela 5: Existência de bens duráveis nos domicílios

	<i>Fogão</i>	<i>TV</i>	<i>Geladeira</i>	<i>Internet³⁷</i>	<i>Celular</i>	<i>Telefone Fixo</i>
MORADA VELHA	100,0%	100,0%	100,0%	36,0%	73,0%	0,0%
SANTA BRÍGIDA	-	-	-	-	-	-
SALVADOR	-	-	-	-	-	-
BAHIA	98,9%	95,5%	94,7%	87,0%	86,9%	18,8%
BRASIL	-	-	-	-	-	-

Fonte: Boletim PNAD / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1809&Itemid=284 (acessado em: 14/3/2017).

Embora não tenham sido citados como um problema local na oferta dos demais serviços públicos básicos (segurança, saúde e educação), apenas educação foi possível mensurar comparando o povoado às demais escalas regionais (**TABELA 6**), e no qual percebemos a baixa escolaridade no local, muito em função de que apenas as novas gerações estão tendo acesso ao ensino público, serviço inexistente ou de difícil acesso na época da infância dos integrantes mais antigos.

Tabela 6: Ensino fundamental completo

	<i>% de 18 anos ou mais com fundamental completo</i>
MORADA VELHA	36,00%
SANTA BRÍGIDA	25,61%
SALVADOR	69,72%
BAHIA	46,07%
BRASIL	54,92%

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br> (acessado em 19/8/2018).

Notamos nos números acima apresentados que a realidade no Povoado de Morada Velha diferencia-se frente aos mesmos nas escalas espaciais maiores. Em termos de acesso aos serviços públicos básicos há uma mostra de que na maioria deles a localidade apresenta bons índices. Da mesma forma o acesso aos bens de consumo se apresenta também com bons índices além de terem sido salientados pelas falas dos integrantes da comunidade como algo que concretiza a melhoria da qualidade de vida no local.

Entendendo-se **qualidade de vida** no “*modo de vida como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que tem), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem*” (SEN, 2010, p.40), pôde-se perceber que a inserção da atividade produtiva e da consequente

³⁷ O acesso à internet relatados em Morada Velha são apenas via operadoras de serviço móvel.

ampliação da capacidade individual, a despeito do resultado deste processo ser mais voltado para o consumo interno, trouxe aos integrantes do Povoado de Morada Velha melhores condições das encontradas quando da chegada dos primeiros moradores.

Temos assim um cenário onde a renda média da localidade (auferida no levantamento de campo) é de 84% da renda média do Brasil e 302% maior que a renda média municipal³⁸, 55% dos integrantes da comunidade tem como sua principal fonte de renda alguma atividade produtiva, frente a 45% que tem nos programa de transferência de renda.

Acrescido a estes números que demonstram uma ampliação dos recursos existentes, auferidos no decorrer do período estudado e oriundos também da atividade produtiva ali fortalecida, temos nas falas auscultadas uma percepção de que a atividade, ali adotada como sua principal matriz econômica, independente da carência de outras oportunidades e das dificuldades sazonais, tem gerado impacto positivo na melhoria da qualidade de vida da população local.

Bem, a gente já conseguiu alguns benefícios, né, de, por exemplo, melhorar nossa estrutura familiar, a sede pra associação, e vários outros objetos que temos aqui pra trabalhar com artesanato, por exemplo, máquinas de costura, stand, birô, entre outros benefícios né, geladeira, televisão, uma bancada pra o corte da madeira. (C1, 22/7/2015)

Além do aumento da renda, podemos perceber no discurso das gerações mais novas que a atividade impacta também na melhoria de qualidade das relações interpessoais.

Desde os 11 anos que comecei a trabalhar com a confecção do artesanato. Achei muita melhoria assim, a proximidade das pessoas, de trabalhar em grupo, e na melhoria da renda também, melhorou bastante. (E6, 27/3/2017)

A despeito das melhorias de infraestrutura e de outros componentes da qualidade de vida terem demonstrado bons índices, fruto na sua maioria de externalidades não diretamente vinculadas com a produção artesanal, mas sim às novas políticas públicas de desenvolvimento de áreas desfavorecidas, como programas de energia, água e educação para os moradores de áreas rurais, percebe-se que entre as atividades econômicas encontradas em Morada Velha, a produção artesanal apresenta-se como uma atividade cujo retorno econômico se comprova como real e com possibilidade de crescimento, tanto em números relativos como em escalabilidade. É também visível que, no histórico desta evolução econômica, há uma

³⁸ Cálculos feitos em cima dos dados coletados em campo e cruzados com os do IBGE (Fonte: <http://atlasbrasil.org.br>)

tendência de crescimento no decorrer dos anos pesquisados, como poderemos observar nos dados apresentados mais a frente.

2.4.1. Buscando soluções no seu ambiente

Entendendo que a natureza é fornecedora dos recursos para manutenção da qualidade de vida do ser humano, o meio rural é aqui descrito como um sistema de vida que vai além do material, formando uma cultura de relação direta e/ou inspirada na natureza, e, conforme Cristina Alencar (2017), ao contrário de um conceito de ruralidade de esgotamento do padrão de desenvolvimento no qual nele não há possibilidade de se obter qualidade de vida, no referencial de uma cultura atrasada e a ser superada pela industrialização ou pela nostalgia do agro tradicional.

Como então integrar estes sujeitos, imersos no mundo rural, à uma apropriação do espaço natural sem que haja nem o efeito devastador do extrativismo predatório, nem a segregação econômica e subordinação à lógica capitalista? Acreditando que através do uso racional do que aqui chamamos de ativo ambiental, ou seja, os insumos provenientes da natureza, poderá de um lado potencializar as atitudes de preservação criando um maior apelo para o uso consciente e responsável da natureza, e por outro a geração de possibilidades de geração de renda e satisfação de necessidades sociais que evitem a busca de opções danosas ao meio ambiente.

Ao buscar em campo a relação daquelas pessoas com a extração de suas matérias-primas naturais, como também seu entendimento sobre a preservação ambiental, pudemos notar que tal relação ocorre inicialmente de forma autônoma e independente de critérios, como podemos observar nos depoimentos abaixo sobre como ocorreram as primeiras extrações.

Sobre a palha para tirar no licurizeiro não tenho lembrança que eles ensinaram não. A gente começou a tirar por conta própria. (C1, 5/8/2018)

Valdo foi lá, nós foi tirar palha, eu me lembro que ele foi e ensinou como é que tirava a palha e ai começou a fazer aqueles tirador de cozinha. Ele aprendeu só e daí passou pra nós. (C4, 5/8/2018)

A despeito de ser uma atividade extrativista e que poderia gerar um dano àquela espécie, inicialmente também já tinham alguma consciência da necessidade de preservá-la, garantindo assim o fornecimento de novos insumos.

A gente foi observando que se tirasse a palha do olho³⁹ não matava, mas ai atrasava o crescimento. (C1, 5/8/2018)

É reconhecido que no processo de preservação ambiental, a manutenção tanto da cobertura vegetal como da fauna que ali habita tornam-se importantes indicadores ecológicos da qualidade de vida natural existente, demonstrando os efeitos diretos do uso que o homem faz daquele espaço. Entender a riqueza e a diversidade de regiões como o semiárido baiano é de extrema relevância haja vista ali encontrarmos a caatinga, única grande região natural tipicamente brasileira, com seus limites inteiramente restritos ao território nacional (cobrindo 13% do território brasileiro), e reconhecida como uma das 37 grandes regiões naturais do planeta, conforme estudo realizado pela *Conservation International*. (PAES, 2008)

Em contraponto com a necessidade da preservação encontra-se a atividade produtiva baseada na natureza, em geral, de perfil extrativista. Nesta, um dos grandes desafios é, sem dúvida, o de construir diretrizes técnicas para boas práticas de manejo florestal. Com relação mais especificamente ao uso da palmeira do licuri como fonte de geração de renda, estudos têm sido feito de forma a garantir uma boa relação entre preservação e desenvolvimento socioeconômico. Tais estudos, realizados e em realização, tornam possíveis a criação de novos protocolos que orientam a atividade extrativista de forma a preservar o bioma regional, como a publicação de normas que regulem a extração dos insumos do licurizeiro.

A *Instrução Normativa N.º.191*, publicada em 24 de setembro de 2008 pelo IBAMA, além de proibir o corte do licurizeiro na sua área de ocorrência nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, dando diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico da palmeira licuri, orienta o uso de suas folhas e cachos para fins produtivos, tornando legal uma atividade tradicional da região, a produção artesanal do trançado da palha do licuri e da produção de alimentos do coquinho do licuri. (IBAMA, 2008)

Algumas outras legislações foram implantadas também no intuito de preservar a palmeira do licuri, entre elas temos: *Projeto de Lei Municipal n.º 04/2005*, do município de Antônio Gonçalves/BA, que cria a *Lei do Licuri Livre* ou *Lei do Ouricuri* que trata sobre sua preservação, extrativismo e comercialização, protegendo os licurizeiros e garantindo o livre acesso e o uso comum por meio de cancelas, porteiras e passadores aos catadores de licuri e

³⁹ Olho da palmeira são as folhas mais novas. Nunca se deve coletar o primeiro olho para não prejudicar o desenvolvimento da planta. (AROUCHA; AROUCHA, 2013)

suas famílias, “*que os exploram em regime de economia familiar e comunitária*” (Art. 2º Parágrafo Primeiro); *Lei Municipal 292/2014*, do município de Capim Grosso/BA, aprovada em 10 de setembro de 2014, dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de licuri no território do município; *Lei Municipal nº 767/2013*, do município de Mairi/BA, aprovada em 4 de julho de 2013, e que dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de licuri no território do município. (AROUCHA e AROUCHA, 2013)

O apoio institucional à atividade artesanal foi fundamental para o fortalecimento desta atividade produtiva, haja vista não haverem outros tipos de produção (agrícola ou não) na região, com exceção de pequenas produções de animais para uso e consumo doméstico (FIGURA 12).

Figura 12: Atividades produtivas encontrada em Morada Velha



Fonte: o autor (2007; 2017).

A construção de uma relação de harmonia entre o habitante das áreas rurais do nordeste brasileiro com o seu *habitat* é um dos desafios que se apresentam na busca de um desenvolvimento mais humano e sustentável. Segundo Cristina Alencar “*os sujeitos sociais que experienciam o rural produzem a vida material com diversas atividades além da*

agropecuária e com vivências significantes que formam uma cultura na relação direta e/ou inspirada na natureza” (ALENCAR, 2017, p.29).

Acreditamos que ao estarmos abertos a um novo olhar como também a integração das disciplinas, poderemos encontrar soluções mais efetivas para os dilemas tanto preservacionistas do meio ambiente como geradores de soluções para as agruras de um povo que sofre perante a falta de uma institucionalidade estruturante.

A produção material para reprodução da vida é uma preocupação das comunidades de produção artesanal, ao transformarem seu conhecimento em alguma atividade econômica. A terra, a princípio, é tida como principal provedora destas materialidades, tanto em termos de produção de uma agricultura de subsistência como na extração dos insumos para produção. Mas tal dependência é influenciada por uma série de internalidades e externalidades que afetam a geração dos resultados deste tipo de atividade econômica e laboral. Sejam internalidades intrínsecas ao espaço físico (escassez de água e terra não produtiva) e ao espaço social, com suas diferenças e contradições, sejam externalidades alusivas às ações institucionais e ao mercado (MURITIBA, 2008). A multiplicação das possibilidades de atividades produtivas apresenta-se como opção frente a escassez de atividades laborais, permanentes ou garantidas, conforme os dados demonstrados adiante.

O fato do trabalho não agrícola ter crescido mais que o agrícola nos países em desenvolvimento (ISLAM, 1997 *apud* ABRAMOVAY, 2009, p.24) reforça a noção de que a agricultura é parte, e não o todo, do desenvolvimento rural. A evolução da pluriatividade e o declínio da agricultura na ocupação e na geração de renda demonstra a necessidade e a possibilidade da existência de soluções para manutenção das pessoas do campo no seu próprio local, combatendo a “*subestimação do valor da ruralidade para as sociedades contemporâneas*”. (*Ibid.*, p.53).

Aqui não se pretende discutir a categorização de comunidades produtivas artesanais como integrantes do segmento de agricultura familiar, mesmo entendendo que possam fazer parte, nos interessa aqui a questão da diversidade de rendimentos possíveis de serem almejados utilizando-se sua base produtiva e laboral, a terra e seu saber.

Considerando aqui que esta **pluriatividade** consiste “*na execução de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral*” (ESCHER e outros, 2014, p.648), e que estão correlacionadas ao uso da terra como sua base produtiva principal (mas não única), entendemos que a atividade produtiva que ocorre no meio rural refere-se também, e

não só, à agricultura. Teríamos, ainda segundo o autor, uma categorização de tais atividades como agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas, e a interação destas, combinadas ao âmbito familiar residencial, geraria a pluriatividade.

Segundo o levantamento de Fabiano Escher sobre a categorização produtiva do setor rural brasileiro, e embora haja certas limitações frente à qualidade dos dados coletados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD) – que como o próprio nome já diz tratar-se de uma pesquisa amostral –, o estudo da pluriatividade no Brasil ocorre “*à medida que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças econômicas, espaciais e ocupacionais no mercado de trabalho*”, tendo o Projeto Rurbano desempenhado especial papel ao concluir que: a) a despeito da diminuição do emprego agrícola, a população rural ocupada cresce; b) a pluriatividade, os rendimentos não-agrícolas e os programas de transferência de renda tem papel importante na vida do setor rural; c) a aposentadoria ainda tem impacto maior que a pluriatividade; d) a associação da pluriatividade com menores índices de pobreza; e e) a não elevação do auto consumo na composição da renda familiar. (*Ibidem*)

Ainda segundo o autor, os estudos sobre a pluriatividade geralmente focalizam a agricultura familiar enquanto reação às adversidades sociais e econômicas, a despeito da atividade agrícola e das unidades pluriativas poderem ser ocupadas (e a pertencerem) por outros grupos sociais. O Censo Agropecuário 2006⁴⁰ demonstra que a composição da pluriatividade, embora podendo ser diversa no cenário da agricultura familiar, responde ainda pelo maior número de estabelecimentos⁴¹ pluriativos⁴². E em uma análise da formação da receita total destes empreendimentos pluriativos de agricultura familiar na região Nordeste, percebemos o peso que

[...] outras receitas do trabalho, mas das receitas de atividades não agropecuárias no caso da ANF (13,5%) e nas receitas de atividades não agropecuárias (14,2%) e, principalmente, nas receitas de aposentadorias e transferências governamentais (17,5%) no caso da AF, por ser ali onde se encontra a maior concentração de famílias consideradas “pobres” no Brasil, as beneficiárias mais aptas ao recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família e também

⁴⁰ O autor utiliza a classificação de Estabelecimentos Agropecuários como classificação também para Unidades de Agricultores Familiares, partindo da hipótese de que no levantamento realizado para o Censo Agropecuário 2006 os critérios que o IBGE utiliza para classificar tais estabelecimentos ainda não tenham sido atualizados.

⁴¹ Como o autor assim denomina aos núcleos produtivos.

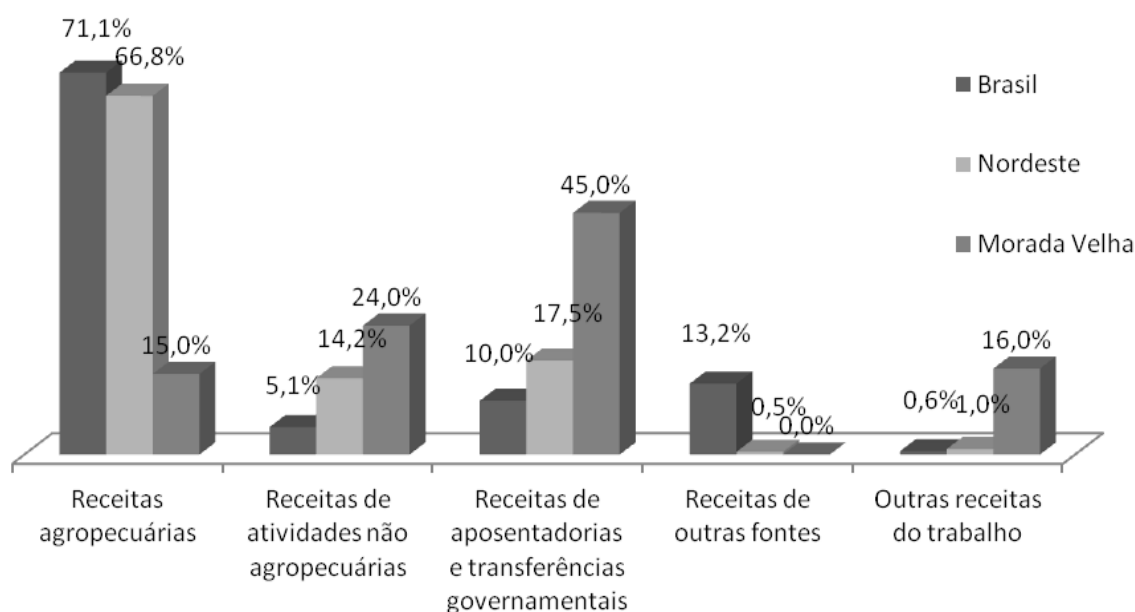
⁴² Na região Nordeste, dos 2.454.006 estabelecimentos agropecuários (47,41% do total do país), 907.489 (37%) são pluriativos, sendo que destes 752.040 (82,9%) são de agricultura familiar. (Fonte: Censo Agropecuário 2006 com tabulação especial realizada pelo IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acessado em: 27/10/2018)

aquelas onde o recebimento dos recursos de aposentadoria assume uma grande importância. (*Ibid.*, p.662-3)

Existe uma diversidade na composição da renda dos integrantes do setor agrícola rural nordestino, por outro lado as receitas oriundas dos programas de transferência de renda (seja Previdência Social Rural ou o Programa Bolsa Família) representam importantes incrementos aos que fazem parte deste mundo rural em situação de pobreza extrema (13,4% dos domicílios brasileiros, segundo o Censo Demográfico de 2010). Tal diversidade de receitas, somadas aos recursos enviados pelos que migraram e não contabilizados formalmente, chegam a impedir o “*declínio completo de pequenos municípios do nordeste*”, dando lugar a processos que podem gerar crescimento econômico, segundo Ricardo Abramovay (2009, p.114).

No contexto pesquisado há evidências da ocorrência de múltiplas fontes de renda, caracterizados de plurirendimentos, oriundas da atividade produtiva, seja agrícola ou não agrícola, como também de recebimentos líquidos de receitas não produtivas. Esta característica de diversificação de portfólio dos meios de vida é uma estratégia de melhoramento e estabilização de sua condição de vida. (ESCHER e outros, 2014)

Gráfico 2: Comparativo dos plurirendimentos dos estabelecimentos pluriativos segundo a Agricultura Familiar.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (“*tabulação especial*” realizada pelo IBGE); Levantamento de campo / elaborado pelo autor.

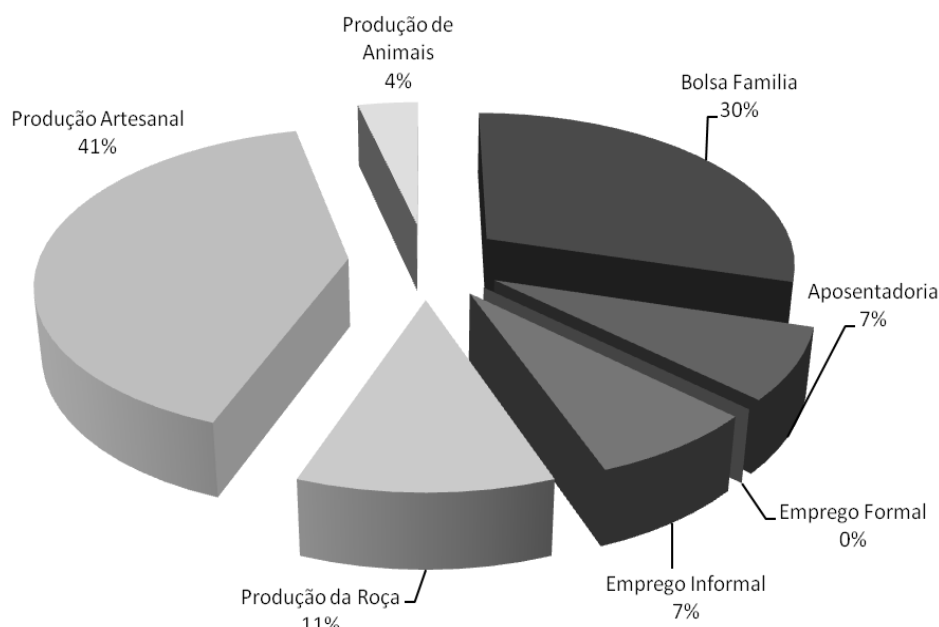
Através do **GRÁFICO 2** podemos notar também a presença de rendas oriundas de programas de transferência governamental (Bolsa Família e Aposentadoria Rural), que são importantes

no incremento da renda familiar local já que é uma fonte de renda fixa e mensal, garantindo segurança financeira independente do período. Já a principal fonte de renda, em termos financeiros, a produção artesanal, no gráfico enquadrado como *Receitas de Atividades Não Agropecuária*⁴³, tem a característica de ser variável e dependente, seja da natureza ou do mercado.

Morada Velha não difere do Nordeste enquanto local de múltiplas atividades produtivas e de geração de renda. Mas difere-se quando analisamos o peso de cada uma destas.

Das atividades econômicas encontradas no povoado a mais evidente é a atividade artesanal, conforme podemos observar nas visitas realizadas no local bem como na coleta de dados sobre as receitas familiares (**GRÁFICO 3**). Não há a presença de atividades de emprego formal, e alguns poucos executam atividades profissionais de maneira informal ou inconstante, como serviços de pedreiro ou professor. Poucos produzem alguma cultura agrícola ou de criação de animais para subsistência cujo excedente é por vezes comercializado, embora não haja uma produção agrícola ou pecuária formalizada, dada as dificuldades de manejo da terra e de água para irrigação.

Gráfico 3: Principais fontes de receita por família em Morada Velha.



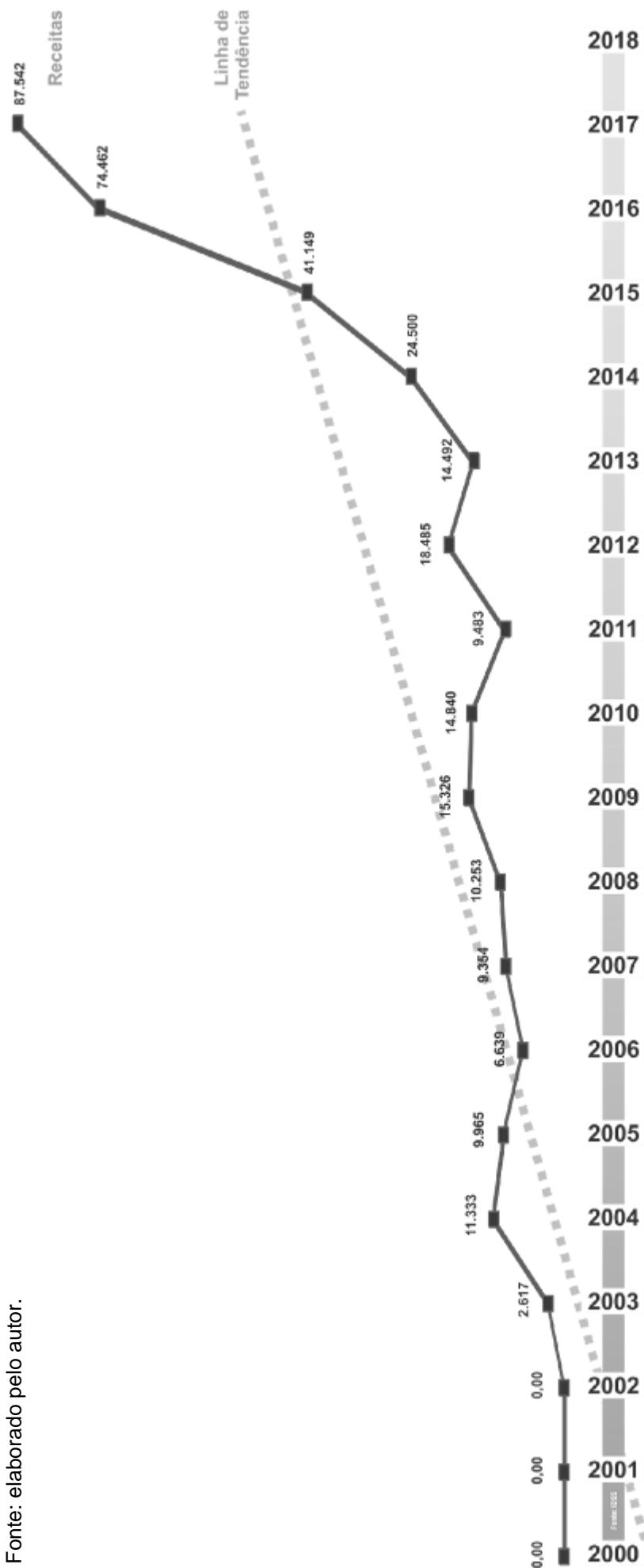
Fonte: Levantamento de campo (elaborado pelo autor).

⁴³ A atividade artesanal está enquadrada na categoria *Receitas de Atividades Não Agropecuárias*, segundo o Censo Agropecuário.

E nesta existência de pluri rendimentos, podemos perceber a importância que cada um destes representa para o cotidiano das famílias ali localizadas, como também a estratégia adotada por elas na busca de resolver o problema da sazonalidade de cada tipo de produção, e conseqüentemente receitas oriundas destas. Da mesma forma observamos a importância que a produção artesanal representa para geração de renda. Temos assim um contexto econômico onde se utiliza fortemente o conhecimento empírico do espaço produtivo, seja ele agroprodutivo, seja de produção artesanal em termos de atividade econômica.

Gráfico 4: Evolução anual de receitas brutas da AASB no período de 2000 a 2017

Fonte: elaborado pelo autor.



2.4.2. O impacto econômico da atividade artesanal

Fomos assim nos debruçar em como esta atividade produtiva impacta na vida das famílias ali residentes. Através do histórico dos rendimentos oriundos desta atividade, pudemos entender que existe um processo de fortalecimento e de alteração na composição daquela diversidade de rendimentos, e que chegou à este nível de representatividade.

No levantamento de informações realizado podemos entender a evolução da receita relativa à produção artesanal, ou seja, quais as entradas financeiras que ocorreram fruto da venda dos produtos artesanais em nome da Associação dos Artesãos de Santa Brígida, a partir do ano da sua formalização, e posteriormente organizados e sistematizados de forma a se ter uma melhor visualização da linha histórica. Observando o **GRÁFICO 4**, tal evolução apresentou uma linha de crescimento leve, mas constante, até o ano de 2013 quando apresenta neste ponto forte curva de crescimento, à qual buscaremos entender mais a frente, mas que no todo resulta em uma linha de tendência positiva de evolução financeira.

Na imagem que se apresenta, poderíamos salientar o que entendemos serem duas fases de evolução. A primeira, entre o período de 2002 e 2013 (considerando que entre 2000 e 2001 não haviam ações sendo realizadas junto ao grupo produtivo) quando as instituições começam a realizar ações de capacitações técnicas com vistas ao fortalecimento de uma fonte de geração de renda e acesso ao mercado, e onde temos uma pequena evolução representada pelos resultados econômicos auferidos com aquela atividade. E a segunda, a partir de 2013, quando os resultados econômicos ganham uma forte curva de ascensão.

A partir de 2002, fruto das ações das instituições presentes, a produção artesanal começa a ter projeção, tanto no âmbito local como estadual. Assim, através do apoio do SEBRAE Paulo Afonso, os integrantes do grupo começam a participar de eventos de comercialização em um mercado institucional, como feiras regionais, eventos em municípios vizinhos e em Salvador, ou mesmo na comercialização com pessoas que por ali circulam.

A inserção do Instituto Mauá neste processo torna-o um importante agente no incremento destas vendas institucionais, pois através de sua política de compra da produção artesanal baiana tem impulsionado a sustentabilidade econômica de seus produtores⁴⁴.

⁴⁴ Com o encerramento das atividades do Instituto Mauá, em 2017, um grande vazio atingiu os grupos que tinham ali a garantia de compras periódicas no ano.

A partir de 2007/2008, com a inserção da *Loro Parque Fundación* naquele contexto, e o fortalecimento de uma rede de produção com os dois novos grupos, a produção em Morada Velha se consolida, mantendo um ritmo de produção constante (limitado obviamente pela capacidade manufatureira individual de cada integrante). Este fato nos demonstra que a atividade também se consolida enquanto atividade econômica.

Notaremos que a partir de 2004 o grupo é capacitado e instrumentalizado para seu desenvolvimento produtivo e comercial, através das estratégias institucionais de abertura ao mercado consumidor, como também é orientado e fiscalizado para preservação do bioma regional.

Entre 2012 e 2013 ocorre a finalização de projetos e presença de agentes institucionais na região, como a MJB, a Ovebrand, a Semear Ambiental e a *Loro Parque Fundación*, havendo assim uma lacuna na presença de técnicos em campo, bem como da diminuição da presença institucional. O grupo naquele período apresentava apenas relação com o SEBRAE e a AGENDHA. Justamente neste período podemos notar uma inflexão na curva de receitas, ganhando maior projeção.

Em 2013 inicia-se uma curva de crescimento das receitas oriundas da atividade artesanal que sai da faixa dos R\$15mil/ano para a faixa dos R\$90 mil/ano em 4 anos, ou seja, um crescimento de aproximadamente 500%.

Tal incremento ocorre sem que houvesse a inserção de novos moradores ou formação de núcleos produtivos integrados, mas sim com a capacitação através da multiplicação do conhecimento técnico internamente, ou seja, com a integração na atividade artesanal dos jovens que ao atingir idade produtiva buscam ali sua sustentação econômica.

Alem disso, há também o fator relativo à organização produtiva, quando os artesões inserem no seu processo produtivo as orientações sobre otimização e gestão de processo, como escalabilidade, padronização, organização e ampliação de tempo de produção, controles administrativos e financeiros, entre outros conhecimentos que apoiam a melhoria de sua produção e fruto das capacitações técnicas provenientes das ações institucionais.

A participação do grupo neste mercado institucional, em especial nos eventos de integração entre produtores e representantes de lojas e agentes comerciais, fez com que se abrisse uma ponte de comunicação direta entre as duas pontas. Desta forma, o grupo começou a ter contato com os compradores, diminuindo (mas não excluindo) a participação dos agentes

institucionais na intermediação comercial, e abrindo um canal de comunicação direta através desta rede e dos novos canais de promoção implantados (site, material gráfico e redes sociais).

Convém também lembrar que no ano de 2017 uma das lideranças locais mais atuantes e um dos artesãos com maior capacidade produtiva, *Mestre Zé Valdo*, veio a falecer, deixando uma lacuna financeira para à sua família, que tinha nele seu principal mantenedor, embora esposa e filhos (estes já com famílias constituídas) atuem também com a produção artesanal.

Como os dados coletados em campo não chegam a detalhar a capacidade produtiva de cada integrante nem a receita individual mensal, haja vista haver uma venda associada, acredita-se que grande parte do sucesso no aumento das vendas tenha sido gerado pela capacidade dele em organizar a produção e formar equipe, além do empreendedorismo ao ir a diversos eventos e oportunidades de comercialização.

Entendendo aqui que receita bruta auferida refere-se a recebimentos na forma de ingressos monetários, e que o lucro em atividades produtivas artesanais não é uma categoria da composição do preço percebida ou inserida na maioria das vezes, teríamos que avaliar qual o custo de produção de tal atividade para que daí se possa definir o montante das respectivas despesas, e com isso, avaliar o desempenho econômico da atividade no recorte temporal proposto.

Figura 13: Equipamentos encontrados em Morada Velha.



Fonte: o autor (2003 / 2007).

As despesas encontradas na atividade artesanal da associação em Morada Velha são compostas na sua maioria por custos simples. Entre os custos operacionais encontramos despesas de postagem ou transporte, despesas de papelaria e impressão e despesas de manutenção de conta bancária. Já entre os custos de produção, encontramos despesas com energia elétrica e carroto para transporte de matéria-prima. Não identificamos despesas com

aquisição de materiais e equipamentos que, no perfil do grupo pesquisado e na maioria das vezes, são adquiridos fruto de parcerias com os agentes institucionais que com eles atuam ou são desenvolvimentos pelos próprios, como podemos observar na **FIGURA 13**.

Em termos de mão de obra, o tempo alocado em cada atividade/produto é remunerado de forma direta e sem um critério padronizado, sendo definido que de cada valor pago por peça, é retirado os custos operacionais e o custo do carreto para pegar a matéria-prima (caso tenha sido necessário), ficando o saldo restante como pagamento de mão de obra (sem a caracterização do lucro).

Na análise entre as entradas e as saídas não foi encontrado também a constituição de um patrimônio (em termos de bens), de um fundo de caixa para futuros investimentos ou de um estoque de produtos inventariado, e da mesma forma, a existência de algum passivo de dívidas a pagar⁴⁵ nem despesas de depreciação de maquinário/ferramenta. Com relação ao serviço de contabilidade necessário para os informes fiscais obrigatórios, este é feito por uma empresa situada na sede e que presta serviços para Prefeitura Municipal, que, por conseguinte, apoia à associação.

A incidência de impostos na atividade artesanal, conforme o Decreto Estadual Nº 5.444 (de 30/5/1996, no seu Art.15⁴⁶), é isenta da cobrança do *Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias* (ICMS), e dos impostos federais, por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, conforme a Lei nº 9.532/97 (alterada pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009). Com relação ao imposto municipal, geralmente incidido na emissão das notas fiscais, o *Imposto Sobre Serviço* (ISS) não é cobrado pela Prefeitura local, segundo depoimento do presidente da associação. Com isso, não encontramos incidência de nenhum imposto sobre o faturamento da associação, fruto das isenções fiscais concedidas ao seu perfil socioproductivo.

Como a composição destes custos de produção foge à lógica de custos tradicional (ou menos formal), buscaremos na receita auferida a base de nossa análise. Receita esta baseada na comercialização dos produtos cuja composição de preços leva em conta parâmetros como tempo de produção, custo de matéria-prima, e algumas despesas relativas à produção, ou seja, parâmetros de custos variáveis, acrescentando o único custo fixo encontrado, no caso, a eletricidade.

⁴⁵ No Livro Caixa observa-se que quando há algum valor devido em um mês, este é quitado logo em seguida ao próximo recebimento.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/geral/arquivos/download/ricms96.pdf> . Acessado em 16/8/2018.

Temos então a seguinte formulação de receita líquida individual obtida mensalmente: a partir dos preços constantes em tabela de preço, previamente elaborada pelo grupo e tomando como base o tempo de produção, é feito o montante a ser cobrado do cliente; do pagamento deste é abatido os custos indiretos com a encomenda (transporte, taxas, ou outros); deste saldo é retirado despesas de custeio fixo (eletricidade, manutenção de conta); o saldo restante é rateado entre os integrantes que participaram da produção dos itens (de acordo com a produção entregue) a título de recebimento líquido. Por tratar-se de uma contabilidade simples, sem muitas rubricas, a receita obtida com a atividade é quase de toda revertida para o pagamento da mão de obra.

O incremento na receita também é resultado dos valores cobrados nos produtos comercializados pelo grupo. Com a comparação dos preços de produtos similares encontrado na pesquisa de campo temos o que poderia ser um indício de uma relação mais equilibrada entre valorização econômica e simbólica, pois quanto mais valorizado simbolicamente o artesanato, maior seria o valor auferido pelo artesão em cada peça⁴⁷.

Na **TABELA 7** abaixo temos os percentuais de variação de preço encontrados, com variações entre 12% à 176%, salientando que não foi encontrado entre os outros produtos nenhum valor que indicasse diminuição de valor cobrado.

Tabela 7: Variação de preço dos produtos de Morada Velha.

Produto	Preço (2011)	Preço (2017)	Varição
SOUSPLAT (Kit c/2)	R\$ 22,00	R\$ 45,50	107%
PORTA JOIA (P)	R\$ 17,00	R\$ 19,00	12%
PORTA JOIA (G)	R\$ 22,00	R\$ 60,70	176%
PORTA TRECO (M)	R\$ 28,00	R\$ 45,50	63%
PORTA TRECO (G)	R\$ 33,00	R\$ 60,70	84%
COBRE BOLO	R\$ 40,00	R\$ 45,50	14%
BOWL (M)	R\$ 20,00	R\$ 38,00	90%
BOWL (G)	R\$ 22,00	R\$ 50,10	128%

Fonte: levantamento de campo.

Este aumento do valor cobrado reflete-se (ou é reflexão) das análises e melhorias feitas no processo produtivo da comunidade, nas ações realizadas pelas instituições e descritas no

⁴⁷ A comparação só foi possível de realizar entre os anos 2011 e 2017, pois só nestes anos foi encontrada tabelas de preço que pudessem subsidiar uma comparação precisa, da mesma forma foi feita entre produtos similares, haja vista haver mudanças nas linhas de produtos encontradas nas tabelas.

próximo capítulo, como oficinas e assessorias técnicas de organização do processo produtivo e de gestão administrativa financeira que possibilita o aumento da escala de produção e otimização dos custos de produção, além de um processo de valorização do aspecto simbólico daquela atividade produtiva, percebido inclusive na apresentação dos produtos (**FIGURA 14**).

Figura 14: Diferença nas linhas de produtos de Morada Velha.



Fonte: elaboradas pelo autor (2004 / 2007 / 2017).

2.5. Histórico do fortalecimento da atividade artesanal

Historicamente o artesanato da palha do licuri em Santa Brígida era produzido individualmente, por herança cabocla da miscigenação com os índios *Pancararés* presentes na região, para venda na feira local, sendo composto basicamente de cestos, abanadores, vassouras, esteiras e chapéus, para trabalhadores rurais e romeiros, feitos sem muito apuro de qualidade. Esta produção, a despeito de sua grande riqueza cultural, não se convertia em resultado que pudesse melhorar as condições sociais e econômicas daquela comunidade, tendo que seus moradores buscar outras opções por vezes fora dali, causando um êxodo que fragmentava aquelas famílias.

A partir de **1999** o SEBRAE, baseado em um redirecionamento estratégico que buscava impactar nos pequenos negócios para reduzir desigualdades regionais e sociais no país, iniciou uma série de projetos denominados como *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* (DLIS), e que a partir destas ações nasceram os Fóruns de DLIS, cujo objetivo era o da valorização do “*protagonismo local, as pessoas, organizações e poderes constituídos na região*”, e como resultado teriam “*o reconhecimento do capital humano e social local, o nascimento de organizações do terceiro setor e produtivas, o reconhecimento internacional e o trabalho nos potenciais arranjos produtivos locais*”. (SEBRAE, 2003b)

Assim, em **2001**, o SEBRAE executa o *Projeto Xingó*, que durante 30 meses desenvolveu atividades por meio da promoção do capital humano, social, produtivo e econômico, organizando os produtores em torno de eixos produtivos identificados por atividade de vocação local. Este projeto contou com a parceria dos governos estaduais e municipais, dos Fóruns de DLIS, do governo federal (através de programas como Comunidade Ativa), da Rede Sol, do Instituto Xingó (com a convergência de sete Universidades e mais o CNPq), da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), do Banco do Nordeste, além de uma série de organizações do terceiro setor, e abrangeu 30 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe ao longo do Rio São Francisco, todos afetados com a construção das hidroelétricas da CHESF Xingó, Paulo Afonso e Itaparica. (*Ibid.*)

Apesar do município de Santa Brígida não estar às margens do rio, foi inserido no projeto devido ao seu perfil socioeconômico, além da constante migração em busca de trabalho nas áreas de construção das barragens. E assim, começou a fazer parte daquelas ações que tinham

como objetivo específico o fortalecimento da produção artesanal local e a conquista de novos mercados, e que incluíam o intercâmbio com outros grupos produtivos mais maduros, formação de agentes de desenvolvimento local, estabelecimento de relacionamento com o IBAMA para replantio do licurizeiro e construção de unidades produtivas.

Através de uma parceria entre o SEBRAE e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL)⁴⁸, nos anos de 2002 a 2004, foram realizadas atividades de desenvolvimento do artesanato nos municípios de Paulo Afonso, Santa Brígida, Jeremoabo, Rodelas, Curaçá, no âmbito do *Projeto SEBRAE Xingó*. As atividades estavam inseridas nas ações de capacitação em organização da produção, e foram executadas através do centro de resultados de artesanato da Agência Paulo Afonso do SEBRAE, sendo operacionalizadas pelo IEL / Programa Bahia Design⁴⁹ e financiadas pelo Programa Via Design do Núcleo de Inovação e Acesso à Tecnologia do SEBRAE, que nasceu da necessidade de contribuir para que as micro e pequenas empresas se tornem competitivas através da inserção do design no processo produtivo. Assim, o Design foi utilizado na melhoria do processo produtivo, diminuindo custos de produção, melhorando a estética e a qualidade dos produtos, respeitando-se a identidade cultura dos artesãos e valorizando a produção local.

Nesta ação, foi organizado um grupo de profissionais que atuavam em áreas distintas do design para que pudessem trazer seus diversos olhares a este novo contexto, haja vista a disciplina não ser vista como adequada para aquela atuação, fruto de sua origem vinculada com o processo industrial. Esta equipe, coordenada pelo Prof. Dr. Henry Benavides, do Programa Bahia Design, foi uma das primeiras ações (senão a primeira) no Estado de trazer as ferramentas de desenvolvimento produtivo para o contexto da produção artesanal tradicional.

Após realização de uma pesquisa de campo onde foram também coletadas informações sobre o contexto cultural e ambiental da região, foi elaborada uma sistematização técnica daquele contexto produtivo, permitindo que cada objeto catalogado tivesse sua memória e suas características preservadas, de forma a servir como referencial no tempo bem como servir como guia para perpetuação do saber técnico e produtivo.

⁴⁸ Centro de pensamentos estratégicos do Sistema FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia), O IEL implementa iniciativas voltadas à capacitação empresarial, através de cursos e seminários, fomentando a criação de novas empresas, a partir de incubadoras de base tecnológica, e prestando serviços de busca, análise de informação, consultoria tecnológica, além de desenvolver avaliação de gestão empresarial de serviços, através da Rede de Tecnologia da Bahia (RETEC). Trabalha, ainda, na difusão do conceito de qualidade e incentivando a prática de design como fator de competitividade.. (Fonte: <http://www.fieb.org.br/IEL>)

⁴⁹ Programa criado para atender os segmentos: têxtil, confecções, tecidos estamparias, couros e calçados, metalurgia, movelaria, joias e bijuterias, e etc.; prestando consultoria para solucionar problemas relacionados ao desenvolvimento de produtos. (Fonte: <http://www.fieb.org.br/IEL>)

Em **2004**, na sede do município, foi realizada uma oficina participativa com representações dos principais núcleos produtivos naquela época: Morada Velha (núcleo com maior número de integrante; Km 40 (núcleo satélite de Morada Velha já que é formado por parentes e onde há a ocorrência de técnicas de pontos distintos, como no Bugí onde a artesã D. Ana confecciona chapéus de voltas com a fibra em trança); Sede (hábeis no ponto, dominam a didática para repassar seu saber a novos integrantes); e Calaço (com habilidade única de desfibrar a folha do Licuri à mão). Além destes principais núcleos foram identificados também artesãos que moram nos povoados do Bandeira, Bugi, Ingazeira e Colônia e que tem no artesanato sua principal fonte de renda e seus produtos respondem a demanda local, mantendo seu espírito utilitário original (colheres de pau, vassouras e cestos em ponto aberto para feira, cangas para carro de boi, bancos etc.).

Estas ações iniciais geraram a produção da primeira linha de produtos que serviu de base para o desenvolvimento de muitos outros produtos, elaboradas posteriormente, e que possibilitaram o desenvolvimento do núcleo produtivo de Morada Velha como núcleo *mater* em um processo natural de multiplicação dos saberes técnicos.

Um fator que foi visto como importante para o fortalecimento da identidade do grupo enquanto detentor de referências culturais importantes era a necessidade de um símbolo que os representasse, um símbolo que comunicasse quem eles eram. Com este objetivo, foi realizada uma oficina de construção participativa da identidade visual daqueles produtores, onde os artesãos opinaram sobre os valores culturais e as imagens que melhor identificariam os produtos e a região. A grande variedade de pássaros da caatinga foi retratada na imagem de um galinho de campina (pássaro comumente encontrado no local) flutuando no caule de uma palha de lícuri (matérias-primas utilizadas no trabalho artesanal), gerando o símbolo que até hoje é utilizado pelos seus integrantes, demonstrando ter havido uma identificação e uma apropriação daquele resultado.

Em **2004**, como resultado das ações de resgate e organização da produção artesanal, foi desenvolvido o primeiro catálogo de produtos dos artesãos de Santa Brígida, onde neste, por ser o primeiro, deveria ir além do que demonstrar os produtos, mas sim demonstrar a força da cultura local, concretizada nos produtos ali expostos. Tal publicação acabou servindo de referência para tantos outros elaborados posteriormente, pois além de sua função de resgate e manutenção das representações culturais locais, foram construídos de forma participativa e com visão que ia além à função comercial.

Também em agosto de **2004** o grupo participou do *Encontro Internacional de Negócios de Artesanato*, promovido pelo SEBRAE Bahia, e realizado no Centro de Convenções da Bahia.

A partir de **2005** um novo agente institucional é inserido nas relações com a comunidade de Morada Velha, a ONG Associação Movimento João de Barro (MJB)⁵⁰, através de seu integrante, o economista George Arapiraca, convidado pela Agência Paulo Afonso do SEBRAE para realizar atividades de organização e capacitação voltadas a gestão associativa, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável, como meio de fomentar a organização setorial e sua inserção no mercado para a geração de renda.

Entre as ações de fortalecimento da atividade produtiva realizadas pelo SEBRAE no decorrer do ano de **2007**, em conjunto com uma empresa de consultoria em Design Social, a Overbrand, está o desenvolvimento de uma nova linha de produtos denominada de *Coleção Encantada* (em função de sua inspiração surgir da serra de mesmo nome existente na região). Neste período, novas artesãs foram inseridas no grupo, enquanto outras mais antigas saíram, mostrando assim também uma dinâmica de rotatividade em grupos artesanais.

Dentre as que entraram, destacam-se as artesãs da localidade de Araújo, situada a 24 km da sede do município, sendo capacitadas por uma das artesãs originárias do primeiro núcleo, *D. Branca* (Sra. Maria de Siqueira Nascimento), e que em pouco tempo dominaram a técnica do trançado do licuri com qualidade e comprometimento, tornaram-se uma das forças produtivas da região junto com o núcleo de Morada Velha (**FIGURA 15**).

Em paralelo, e de forma a criar uma estrutura de produção com um espaço equipado segundo as demandas da comunidade da Morada Velha, com maquinários e instrumentos para fortalecer o trabalho artesanal, o MJB articulou com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), através do seu *Programa Elos*, um contrato para construção de mais uma unidade de produção, que seria a terceira no território, além das já construídas em Fazenda Caritá e Monte Alegre em Jeremoabo (BA), sendo inaugurada em abril de **2008**. (JOÃO DE BARRO, 2015)

⁵⁰ A Associação Movimento João de Barro (MJB) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, apartidária, sediada em Salvador, fundada em 06 de maio de 1990 por profissionais liberais que pretendiam empreender ações voltadas para o desenvolvimento social e ambiental no Estado da Bahia, e cuja missão é promover a formação de pessoas, organizações e redes focadas em processos participativos de gestão social, na direção do desenvolvimento local sustentável. (JOÃO DE BARRO, 2015)

Figura 15: Integração dos artesãos das localidades de Morada Velha e Araújo.



Fonte: o autor/2017.

Outra ação de desenvolvimento técnico que houve no mesmo período foi a inserção de cores na produção, devido à necessidade de diferenciação dos produtos em fibra natural, presentes em outras regiões do país. Foi então realizada uma oficina de produção e tingimento, onde uma técnica-artesã vinda de outro estado capacitou o grupo a pesquisa e produção do próprio corante, de forma natural e com insumos locais, evitando assim o uso de produtos químicos, bem como não inserindo insumos não endêmicos na região. Foi gerada assim uma série de cores naturais utilizadas até hoje e um novo conhecimento de pesquisa prática de busca de novos insumos naturais, que gerou (e gera) uma constante produção de novos corantes.

Com relação ao manejo do licuri para uso no setor do artesanato, o SEBRAE de Paulo Afonso elaborou em **2009**, através da parceria com a empresa de consultoria ambiental Semear Ambiental, sediada em Salvador, o *Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do Licuri*, construído participativamente com a Associação de Artesãos de Santa Brígida, e com o objetivo de adequação e licenciamento ambiental da atividade artesanal à legislação vigente, através da sistematização das informações e do conhecimento tradicional dessa comunidade e a gestão do uso sustentável dos recursos naturais e proteção da cultura e da atividade artesanal

baseada na fibra do licuri, embrião de uma futura reserva extrativista na região. (SEMEAR, 2009)

O grupo produtivo vai ganhando assim autonomia no seu processo produtivo, desenvolvendo novos produtos através tanto da sua evolução técnica quanto da interação com os agentes institucionais que ali circulam, sendo também convidados para transmitirem o conhecimento desenvolvido à outras comunidades, em um processo de multiplicação do saber técnico.

2.5.1. O processo de multiplicação dos saberes

Estas ações de trocas de conhecimento, ou o que aqui denominaremos também de trocas de saberes, surgem de forma não integrada a um processo de desenvolvimento regional, mas sim como uma ação pontual de capacitação técnica, onde a absorção de um conhecimento técnico, objetivo inicial, é sobreposto por um processo de construção de uma coletividade, e onde o processo de aprendizagem, além da transferência do conhecimento, adquire papel de criador e fortalecedor de relações.

Momentos de trocas de conhecimento técnico entre comunidades produtivas criam uma ambiente de fruição de conhecimento extremamente rico e onde a técnica (e o produto) tornam-se mediadores de realidades distintas. Ricardo Lima vai além em sua análise do artesanato, considerando-o sujeito mediador entre mundos sociais distintos:

A noção de “mediação” tem sido empregada especialmente para explicar o papel de indivíduos que, ao transitar entre “mundos sociais” (Becker, 1977 e 1982) distintos fazem a ponte entre eles e, se não abole as fronteiras, pelo menos neutraliza, tornando menores as distancias sociais existentes. (LIMA, 2012, p.354)

O grupo produtivo de Morada Velha tem demonstrado um papel importante como mediador no fortalecimento de uma rede, trazendo algum dinamismo socioeconômico para as novas comunidades que se integram à este novo conhecimento técnico, como também o fortalecimento das características culturais da região.

Inicialmente, embora já houvesse na região algum conhecimento do manuseio do trançado do licuri, haja vista ser região de grande ocorrência da espécie, tal conhecimento não estava sendo utilizado de forma a trazer algum benefício àqueles detentores do saber nem tinha sido motivo de agregação entre as comunidades.

Foi necessário que agentes externos trouxessem mediadores que, através de trocas culturais (ou integrações culturais), se criasse um ambiente onde tal saber pudesse fruir de maneira mais intensa. Desta forma o núcleo produtivo de Morada Velha tornou-se um importante agente multiplicador e potencializador de uma rede de trocas de saberes na região

Com a presença da Arara-azul-de-lear, e conseqüentemente de algumas instituições nacionais e internacionais que atuam com a questão ambiental, a *Loro Parque Fundación*⁵¹ (através de sua interlocutora regional na época, a bióloga Simone Tenório) teve acesso ao trabalho desenvolvido na comunidade de Morada Velha e entendeu que o que ali foi feito poderia ser compartilhado com as outras comunidades da região, em especial as comunidades situadas nas áreas de presença da *ararinha*, e mais especialmente naquelas áreas onde estas comunidades poderiam se tornar parte integrante de um processo de conscientização da preservação da natureza, já que nos programas da Fundação, embora focados na preservação do licuri e na Arara-azul-de-lear, havia também o estímulo ao protagonismo das comunidades na conservação da espécie e, para isso, nada melhor que envolver estas através do trabalho, da ocupação dos agricultores familiares e da geração de renda.

Inicialmente essas entidades convidaram os artesãos de Morada Velha para capacitar um grupo de pessoas, interessadas na arte do trançado da palha do licuri e do entalhe em madeira, no município de Euclides da Cunha, no **Assentamento Serra Branca**. Posteriormente, com o envolvimento do SEBRAE através da agência de Paulo Afonso, em conjunto com a agência de Euclides da Cunha, que já tinham uma vasta experiência nas atividades de mobilização e organização destes grupos, começaram a mobilizar as pessoas, tendo em vista que estes já haviam demonstrado interesse, dando continuidade na formação deste novo grupo produtivo.

A noção de uma rede associativa vinculada à atividade produtiva artesanal do trançado da palha do licuri inicia-se entre **2008 e 2009**, em uma articulação entre a PROAVES, com apoio da *Loro Parque Fundación* e do CEMAVE/ICMBio, e o SEBRAE, iniciou-se a implantação de um *Programa de Geração de Renda* para a comunidade do povoado de Serra Branca, no município de Euclides da Cunha.

A definição de atuação junto ao povoado de Serra Branca foi devido a sua localização, próximo ao local de dormida das Araras-azul-de-lear dentro da área de ocorrência da espécie, seguindo as diretrizes de planejamento do *Plano de Ação Nacional para a Conservação da*

⁵¹ A Fundação Loro Parque (*Loro Parque Fundación*), com sede situada em Tenerife, foi fundada em 1994 com a missão de conservar espécies de cetáceos e seu habitat através da educação ambiental, pesquisa aplicada e atividades de conservação e apoio às comunidades onde se encontram as espécies.

Araras-azul-de-lear, tendo como objetivos de envolvê-las e capacitá-las em ações de geração de renda, autogestão de seus processos produtivos e noções de cidadania, aliadas à conservação do licuri.

Inicialmente essas entidades convidaram os artesãos de Santa Brígida para capacitar um grupo de pessoas interessadas na arte do trançado da palha do licuri e do entalhe em madeira, no município de Euclides da Cunha, na comunidade de Serra Branca. Posteriormente, envolveram o SEBRAE de Paulo Afonso e, como esse já tinha uma vasta experiência nas atividades de mobilização e organização destes grupos, a técnica Carmen Reis foi convidada para coordenar as ações do SEBRAE/BA, juntamente com o técnico do SEBRAE de Euclides da Cunha, Cláudio Vieira. Depois de reunião entre as instituições, começou a mobilização dos grupos no sentido de estender a atividade para aquela região, tendo em vista que o grupo produtivo havia demonstrado interesse e capacidade. (JOÃO DE BARRO, 2015, p.43)

Neste período o MJB, enquanto entidade contratada pelas instituições citadas, realizou ações de intercâmbio técnico, acompanhando o processo de levar os mestres artesãos do povoado de Morada Velha, em Santa Brígida, para capacitaram os artesãos de Serra Branca na técnica de trançado da palha do licuri, iniciando aí um processo de multiplicação regional de um saber tradicional como estratégia de desenvolvimento das comunidades com características naturais similares.

Posterior ao primeiro contato entre as duas comunidades, outras instituições se aproximaram deste novo grupo produtivo, como o Instituto Mauá, que por sua vez contratou a *overbrand*, para realizar o desenvolvimento de novos produtos, embora ainda sem um olhar de integração entre estes dois grupos produtivos.

A ação de multiplicação do conhecimento parece ter alcançado um bom resultado, pois Serra Branca passou a produzir em questão de poucos meses, seguindo a linha de produtos desenvolvidos anteriormente na comunidade de Morada Velha (*sousplats*, cestos, jogos americanos, etc.). De forma a se preservar as identidades de cada local, e utilizando-se das técnicas de corantes naturais repassadas em capacitação específica, foi criada uma cartela de cores próprias de cada localidade e que utilizavam de sementes e cascas encontradas em cada local.

A partir dessa troca de conhecimentos com os integrantes de Morada Velha, as artesãs e artesãos de Serra Branca desenvolveram seu próprio estilo e os próprios modelos de peças, sem deixar de produzir os mesmos itens de Morada Velha, permitindo assim o atendimento de pedidos maiores. Posteriormente formalizaram o seu estatuto, fundando a *Associação dos*

Artesãos de Lear de Serra Branca (AALSB) e iniciaram trabalhos em conjunto com a *Associação de Artesãos de Santa Brígida* (AASB).

Na sequência das atividades em Serra Branca, em 2010, o Instituto Mauá⁵² tomou conhecimento da formação desse novo grupo produtivo no município de Euclides da Cunha procurando os parceiros envolvidos na atividade, entre eles o MJB e a *Loro Parque Fundación*, de forma a avaliar de que forma poderiam se inserir neste processo de qualificação produtiva. Neste encontro, o Instituto Mauá toma conhecimento das demandas deste grupo e inicia ações de desenvolvimento da produção e de novos produtos, ainda focado em cada grupo isoladamente, mas com uma visão interna da necessidade de se trabalhar o território como um todo. Com isso, foi iniciado o processo de qualificação do grupo produtivo de Serra Branca pelo Instituto Mauá, e conseqüente inserção de seus produtos no seu quadro de produtos comercializados.

No ano de **2010**, através da Rede Bodega, iniciativa da Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA)⁵³, a AASB participou pela primeira vez da FENEARTE⁵⁴ e já levando em conjunto produtos do novo grupo produtivo parceiro, Serra Branca, tendo tido muito boa aceitação. De fato, foi relativamente rápido o processo de internalização das técnicas de produção artesanal pela comunidade de Serra Branca.

Ainda em **2010**, o ICMBio, ao reunir-se com o SEBRAE/Paulo Afonso e outros parceiros para ser apresentado o *Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do Licuri* de Santa Brígida, propôs que mais uma comunidade pudesse ser inserida neste processo de capacitação similar à Serra Branca, o **Assentamento Chuquê**, assentamento do INCRA situado no município de Jeremoabo, na BR 235. O Assentamento Chuquê foi constituído após ação do INCRA de Sergipe na desapropriação daquela área, onde as pessoas já habitavam e que com a construção da BR e o interesse do dono da área em vender, formou-se um grupo que montaram as barracas na beira da estrada e limite do terreno, habitando ali por três anos,

⁵² O Instituto Mauá (*Instituto de Artesanato Visconde de Mauá*), hoje extinto, tinha por finalidade executar as ações de preservação, incentivo, promoção e divulgação do artesanato baiano extinto, que hoje é executada pela Coordenação de Fomento ao Artesanato (CFA) da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). (Fonte: <http://www.setre.ba.gov.br>)

⁵³ A AGENDHA (*Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia*), criada em 2002 com sede em Paulo Afonso (BA), atua prioritariamente na região Nordeste, interagindo ao nível local, estadual, regional, nacional e internacionalmente, através de várias linhas de ações socioambientais. (Fonte: <http://www.agendha.org.br>)

⁵⁴ *Maior feira de promoção e comercialização de produtos artesanais da América Latina, gerando mais de R\$ 40 milhões em vendas, é realizada no mês de julho de cada ano e sediada na cidade de Olinda (PE).* (Fonte: <http://www.fenearte.pe.gov.br>)

até que formalizasse o processo de desapropriação. O ICMBio promove assim a reunião dos mestres de Santa Brígida, os artesãos *Zé Valdo* e *Zé de Rita* com a comunidade do Chuquê, a qual também ainda nada produzia como artesanato naquele momento, visando o repasse do conhecimento sobre a produção artesanal local, a exemplo do que ocorreu em Serra Branca.

Em **2011**, a Loro Parque Fundación, em parceria com a SAVE Brasil⁵⁵ e o Instituto Arara Azul⁵⁶, alocaram recursos para a viabilização da capacitação em gestão associativa e desenvolvimento sustentável, através da aplicação da metodologia do MJB na comunidade do Chuquê, ação esta que contou também com o apoio do programa de ação social da TAM Linhas Aéreas. Com a capacitação deste novo grupo produtivo, já se conformava uma estrutura de rede associativa baseada naquela atividade produtiva artesanal e cujas características sociais, econômicas, geográficas e naturais tinham semelhanças que possibilitava ao grupo um interesse no fortalecimento de relações entre si.

Inicialmente, somente Morada Velha e Serra Branca se reuniam mensalmente. O artesão José Amilton (Nêgo) de Euclides da Cunha ia para Morada Velha e o artesão José de Rita ia para Serra Branca. Logo, um ou dois representantes de uma associação se reunia na comunidade da outra associação. O Chuquê passou a fazer parte desse conjunto quando os mestres da Morada Velha começaram a interagir com essa comunidade para ensinar a fazer o trabalho artesanal. Assim a comunidade do Chuquê foi paulatinamente sendo integrada às outras duas, dando forma ao Polo da Palha do Licuri, na medida em que sua capacidade de produção, qualidade e organização começaram a tomar corpo. (JOÃO DE BARRO, 2015, p.45)

Em **2012**, a *Associação dos Artesãos de Lear do Chuquê* (AALC) é então formalizada, e através da continuidade das ações até julho de 2013, já se visualizava o princípio da formação de um polo produtivo tendo o licuri como insumo principal. De 2011 a 2013 o peso maior das ações se deu com o grupo de Serra Branca, com algumas atividades de monitoramento realizadas em Morada Velha pelo MJB.

Inicialmente, somente Morada Velha e Serra Branca se reuniam mensalmente. O artesão José Amilton (“Nêgo”) de Euclides da Cunha ia para Morada Velha ou o artesão “*Zé de Rita*” ia

⁵⁵ A Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem um foco especial na conservação das aves brasileiras. Faz parte da aliança global da BirdLife International presente em mais de 100 países e compartilha suas prioridades, políticas e programas de conservação, trocando informações, conhecimentos e experiências, para implementar os objetivos globais da aliança no âmbito nacional, adequando-os às necessidades do cenário brasileiro. (Fonte: <http://www.savebrasil.org.br/>)

⁵⁶ O Instituto Arara Azul, é uma organização não governamental, de direito privado e sem fins econômicos, tendo como principal finalidade, a promoção da conservação ambiental. O Instituto vem desenvolvendo projetos, de proteção ambiental, com este objetivo, como o Projeto Arara Azul, desenvolvido há 26 anos no Pantanal, mantendo as populações viáveis de araras azuis (*Anodorhynchus hyacinthinus*), a médio e longo prazo em vida livre no seu ambiente natural, assim como outros projetos que os convidamos a conhecer. (Fonte: <http://www.institutoararaazul.org.br>)

para Serra Branca. Logo, um ou dois representantes de uma associação se reunia na comunidade da outra associação. A comunidade do Chuquê foi paulatinamente sendo integrada às outras duas, dando forma ao que viria a se denominar de Polo da Palha do Licuri, na medida em que sua capacidade de produção, qualidade e organização começaram a tomar corpo.

A partir de **2012** começaram a ocorrer encontros de lideranças de cada comunidade para discussões de assuntos comuns, tais como: qualidade, padronização, possibilidades de mercado, extração da matéria prima, preços, regras de funcionamento do Polo, estatutos, dentre outros, até que em meados de **2013** os trabalhos do ICMBio, da *Loro Parque Fundación*, do Instituto Arara Azul, do SEBRAE e do MJB foram interrompidos por falta de recursos financeiros disponíveis.

Tal interrupção, embora tenha ocorrido antes da maturação necessária à integração e internalização da proposta de um polo produtivo coletivo, não afetou a continuidade da produção nos dois novos grupos produtivos, Serra Branca e Chuquê, implantando ali nova fonte de geração de renda, bem como não afetou a manutenção da relação destas com o núcleo de Morada Velha, criando relações de trocas e de integração, como a criação de uma tabela de preço comum, evitando possíveis concorrências internas, e a elaboração de um regimento interno permitindo assim melhor compreensão das regras de convivência. Percebe-se assim que a disseminação do conhecimento produziu efeitos positivos na criação de novas oportunidades e na geração de renda nestas comunidades.

No ano de **2013**, através de uma chamada pública do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Economia Solidária, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, o MJB acessa recursos que visam “*apoiar redes no âmbito da economia solidária, que organizem de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas nos elos de consumo, comércio, produção e/ou serviço, e redes sociais formadas por atores da economia solidária*”⁵⁷ (JOÃO DE BARRO, 2015), onde propõem a formação da *Rede Solidária do Polo da Palha do Licuri*, com objetivo de fortalecimento de um polo produtivo, fomentando e apoiando o desenvolvimento das suas comunidades artesanais, através de um processo autogestivo, com ênfase nos fundamentos da economia solidária, do comércio justo, empreendedorismo social, no manejo ecológico e sustentável da sua matéria-prima (o licuri)

⁵⁷ Fonte: http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/ArquivosPDF/edital_01_2013.pdf

aliado à preservação da espécie endêmica em perigo de extinção (a Arara-azul-de-lear), ao mesmo tempo, através da parceria com uma empresa de consultoria, incorporando a disciplina do Design Social, voltados para o melhoramento, inovação e inserção desta produção artesanal nas diversas redes de economia solidária, bem como, na ampliação da visibilidade deste artesanato, visando a busca de novos mercados, fortalecendo a geração de emprego e a distribuição de renda das comunidades beneficiárias e região.

Traz também na sua proposta a vinculação da produção deste polo à atividade turística, através dos projetos governamentais e paragovernamentais, como mais uma forma de expansão dos níveis de comercialização do artesanato, e onde incentivar-se-ia indiretamente a economia local, a competitividade, o profissionalismo e a melhoria da qualidade dos produtos artesanais, bem como do atendimento e serviços voltados para cadeia do turismo regional.

No projeto foram realizadas ações de capacitação técnica dos processos produtivos, consultoria de gestão fortalecendo os processos administrativos das associações, articulação institucional com diversos parceiros e atores (tais como o Instituto Arara Azul, SEBRAE e Prefeituras de Euclides da Cunha e Jeremoabo), e acesso a mercado através da participação em eventos. Neste projeto também é elaborado o *Plano de Manejo do Licuri da Comunidade do Chuquê*, importante contribuição para o processo de preservação e gestão das áreas de presença da palmeira, e em consequência do bioma.

O projeto, iniciado em 2015, sofreu uma interrupção nos anos de 2016 a 2017, devido ao processo de contingenciamento econômico do Governo Estadual frente à crise econômica e política que se instalara no país, interrompendo o pagamento das parcelas que financiavam a iniciativa, sendo retomado em 2018, após insistência da ONG na importância do projeto para o desenvolvimento regional e setorial.

Em **2016**, através de outro chamamento público promovido pelo Fundo de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado, o MJB acessa recursos para o fortalecimento da transmissão do conhecimento técnico artesanal através do *Projeto Saberes de Mestre*. Este tinha como objetivo a realização de ações de intercâmbio e trocas de saberes culturais entre mestres artesãos e integrantes das comunidades, visando à preservação da cultura tradicional de práticas artesanais, desenvolvendo e praticando a cultura da cooperação, a interação prática e a integração social, fortalecendo assim a Rede do Polo da Palha do Licuri.

O projeto previa o compartilhamento dos saberes dos mestres artesãos, como principais representantes destas comunidades, multiplicando as técnicas artesanais e conhecimentos

adquiridos, potencializando o desenvolvimento da econômica gerada com a produção e a comercialização da produção artesanal do território. Teve um papel importante na multiplicação dos saberes entre os integrantes dos grupos produtivos, muitos destes recém-inseridos nos grupos e que ainda não tinham recebido as orientações dos mestres artesãos, apenas dos integrantes mais habilidosos daquelas comunidades. Igualmente, ao possibilitar a ida dos Mestres *Zé Valdo* e *Zé de Rita* às comunidades de Serra Branca e do Chuquê, reforçou-se a integração entre todos, que muitas vezes só se viam ou falavam em eventos ou só por comunicação virtual (**FIGURA 15**).

Figura 16: Mestre Zé Valdo interagindo com artesãos do Assentamento Chuquê.



Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Vale um destaque especial para este projeto que foi a última interação presencial que o Mestre *Zé Valdo* teve com os integrantes dos núcleos produtivos de Chuquê (Jeremoabo/BA) e Serra Branca (Euclides da Cunha/BA) devido a seu súbito falecimento em setembro de 2017, causando grande comoção entre os artesãos, mas de outra forma, e como dito no evento de integração do projeto, em outubro de 2017, a sua ausência fará também com que haja maior integração, com todos se apoiando para não deixar o legado morrer.

Agora, com a separação de *Zé Valdo*, muita gente queria desistir, parar, aí, já chegou, já tá no limite. Não, é agora que tem que continuar, e eles, todo mundo: - não tem que parar, tem que continuar. (José dos Santos Braga, 29/6/2018)

Assim, os grupos que fazem parte do *Projeto Polo da Palha do Licuri* continuam na sua luta para, através da produção artesanal com a palha do licuri e com o entalhe de madeiras caídas, buscando soluções aos problemas sociais e econômicos que a vida no semiárido proporciona. Continuam também a serem convidados a ações de promoção e comercialização, inclusive fora do estado, interagindo com os atores institucionais que buscam naquelas realidades público beneficiário para suas ações de mitigação de problemas, sejam ambientais, sociais, culturais ou econômicos.

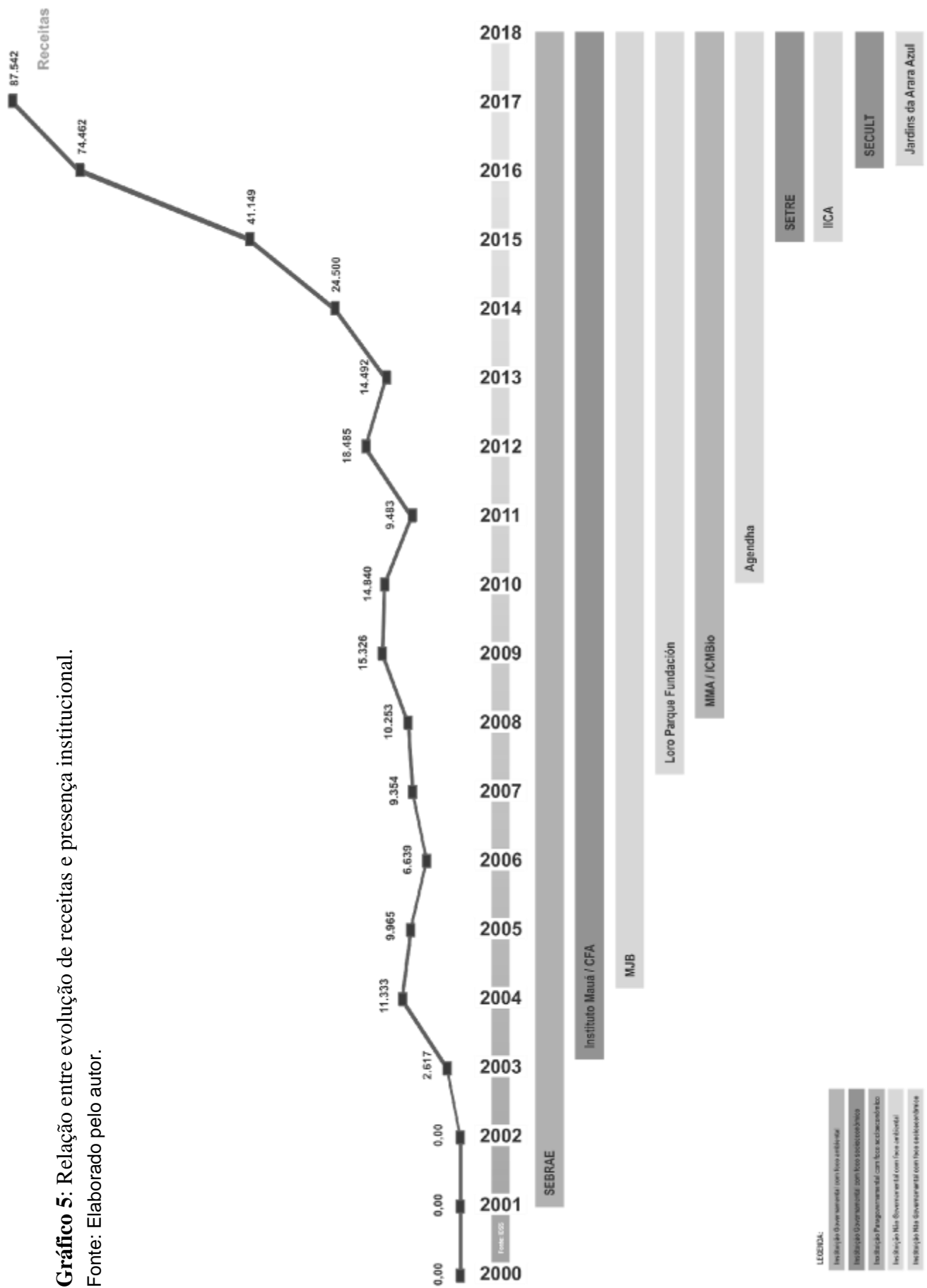
Uma característica deste processo de transferência de conhecimento entre os grupos é a formação de lideranças técnicas entre seus integrantes, fruto da sua habilidade natural, pré-conhecimento ou maior interesse na atividade, o que também gera na atividade produtiva o surgimento de relações de poder. Tais relações são expressas mais visivelmente através da interação no processo produtivo, no “*modelo tradicional da socialização pela qual a aprendiz tinha seu trabalho revisto, complementado e finalizado pela mestra*”. (LIMA, 2012, p.417)

Outra característica deste processo de trocas é a de não haver um interesse no domínio criativo do desenvolvimento de novas peças. São sempre compartilhadas as ideias e testes feitos, em um “*sistema de troca de informações*” onde se reserva apenas o direito de crédito da autoria da primeira peça, sendo por vezes utilizado o nome deste artesão á peça desenvolvida (peça de fulano, por exemplo). (*Ibidem*)

Percebemos assim que há uma formação de uma rede baseada na atividade artesanal do trançado do licuri e onde as trocas e transferências de saberes são fatores que fortalecem a ligação entre seus integrantes, criando uma territorialidade que os caracteriza e os define, territorialidade esta que também caracteriza a formação de um território produtivo cuja base é um saber tradicional perpetuado justamente pelo processo de transmissão cultural provocada pelos agentes institucionais ali presentes.

Gráfico 5: Relação entre evolução de receitas e presença institucional.

Fonte: Elaborado pelo autor.



2.5.2. O papel das Instituições

Anteriormente pudemos notar a evolução econômica através do incremento produtivo da atividade artesanal, sendo que tal evolução foi acompanhada de um histórico de ações institucionais voltadas para o aprimoramento produtivo e da instrumentalização do grupo para que tivessem melhor capacidade de acessar o mercado consumidor, oportunizando-lhes papel ativo na conformação de seus destinos no que concerne a geração de soluções que combatam a pobreza econômica, em um processo de fortalecimento do que Amartya Sen chama de liberdades instrumentais, liberdades estas que contribuem para “*a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente*”. (SEN, 2010, p.58)

Para que se possa entender como as ações destes agentes institucionais interagem com a questão econômica, cruzamos os dados das receitas auferidas no período entre 2000 e 2018, analisados anteriormente, com o histórico da presença das instituições junto à comunidade, criando assim um *overlay* entre as duas informações (**GRÁFICO 5**).

Como citado anteriormente, embora a curva de evolução das receitas não apresente uma constância linear na sua curva de crescimento, nota-se uma mudança de seu ritmo a partir de 2013, ganhando mais força. Mas podemos notar que antes deste ponto a ampliação da presença institucional apresenta-se *pico* a partir de 2007 quando instituições de diferentes abordagens começam a se relacionar com a região. Daí levanta-se uma questão sobre a causa da forte inflexão ocorrida no ano de 2013 ter sido gerada frente a ampliação da presença institucional ou fruto de uma fase inicial de fortalecimento das capacidades individuais ocorrida durante os onze anos (2002-2013).

Em termos de presença institucional, podemos perceber a existência do que aqui denominaremos de categorias de institucionalidade: as instituições públicas, privadas ou mistas cujo papel no desenvolvimento social e econômico se reflete nas ações de capacitação técnica (produtiva ou de gestão) que promovam a geração de renda; as organizações governamentais ou do terceiro setor que atuam na preservação do meio ambiente, forte componente das dinâmicas locais; as organizações do terceiro setor que, através de suas visões de desenvolvimento social, atuam junto com as organizações sociais locais na geração de soluções específicas.

A presença desta diversidade de intenções e interesses cria uma *dinâmica de conflitos*, citada por Cantelmo (2015), ou seja, um jogo de tensões institucionais no qual a comunidade local

encontra-se no meio, sendo absorvida pelos diversos objetivos apresentados em cada início de interação.

O Sebrae

Entre os integrantes das instituições públicas e/ou mistas, o SEBRAE aparece como agente mais constante no histórico apresentado. Na verdade, pelo levantamento realizado, estaria até antes do recorte temporal utilizado, haja vista ter sido responsável pela estruturação da Associação de Artesãos de Santa Brígida através das ações de sensibilização e organização produtiva durante o *Projeto Xingó*. Posteriormente seu papel atravessaria outros projetos, mas com a visão de organizar tecnicamente e empresarialmente para que pudessem acessar o mercado de forma mais competitiva, com a proposta de criar uma autonomia econômica.

Criado em 1972, inicialmente como um órgão governamental denominado Centro Brasileiro de Assistência Comercial à Pequenas Médias Empresas (CEBRAE) e atuante em todos os estados brasileiros realizando programas que atendiam o empresariado na área tecnológica, de crédito, mercado e de treinamento. Posteriormente tornou-se uma entidade associativa de direito privado sem fins lucrativos, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que embora desvinculada da administração pública federal, tem caráter público por utilizar recursos parafiscais. É uma instituição voltada para o empreendedorismo através do despertar e do desenvolver o seu “*potencial empreendedor, de maneira a melhorar sua qualidade de vida e a de sua comunidade*” (WICKERT, 2006, p.25). Sua atuação é baseada na articulação institucional criando ambientes de parceria pública e privada, e na utilização de um quadro em empresas de consultoria técnica credenciadas para prestação de serviços em áreas diversas.

Segundo o *Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais* (SEBRAE, 2003a) o papel da instituição neste contexto regional tem forte influência no direcionamento dos projetos identificados, e muito em função do seu direcionamento estratégico de dinamização da economia local e conexão com o mercado. Antes voltada para um atendimento individualizado, ampliou sua atuação de forma a englobar todas as dimensões e variáveis externas ao ambiente do negócio, incluindo os elos que possam formar uma cadeia produtiva, buscando, através da formação de uma rede de parcerias, iniciar um processo de empreendedorismo de forma a reverter os problemas situacionais de cada região, criando “*um ‘campo’ de construção de consensos para viabilizar os interesses dos atores sociais articulados por um pacto ou compromisso*” (*Ibid.*, p.10).

Entendendo desenvolvimento local enquanto “*política de organização e empoderamento de uma determinada comunidade para identificar, criar e gerir iniciativas de desenvolvimento econômico, social e ambiental*”, sua atuação então só tem sentido dentro de um processo de desenvolvimento integrado e compartilhado com redes locais e onde as dimensões empresariais, sociais e institucionais sejam levadas em consideração tanto quanto a econômica. Assim, seu objetivo principal é o “*incremento do protagonismo local, ou seja, a constituição e o fortalecimento das redes de atores locais capazes de liderar o processo de mudanças*”. A espacialização desta rede é, para a instituição, parte do “*o jogo colocado pelo processo dominante – a globalização*”, entendendo este jogo como uma oportunidade, não somente como uma ameaça, e “*está sempre ligado à ideia de domínio coletivo*”. (Ibid., p.10)

Com este entendimento, o SEBRAE tem atuado em regiões urbanas e rurais em vários estados brasileiros, e onde o papel de seu corpo técnico, seja diretamente ligados à instituição ou seja através de seu corpo de consultores terceirizados, tem enorme importância na aplicação de suas diretrizes, sendo interlocutor e, por vezes, tradutor desta estratégia de desenvolvimento local para os sujeitos dos diversos contextos onde atua.

O SEBRAE, presente na região aqui pesquisada desde 2000, tem atuado através de uma proposta de desenvolvimento local baseado no protagonismo das pessoas, sendo que a partir de 1999 a instituição integrou à sua estratégia de atuação a promoção do *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)* no Brasil, que, através dos Fóruns DLIS, fortalece o protagonismo local, as pessoas, organizações e poderes constituídos nas regiões.

Esta proposta forma-se a partir do *Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local*, estruturado a partir do Programa de Emprego e Renda (PRODER) cuja atuação localiza-se em localidades com menor presença de ações empresariais de menor porte, que, por conseguinte, gera o que a instituição denomina de *Territórios de Baixa Densidade Empresarial*.

O Programa SEBRAE Desenvolvimento Local busca despertar e incentivar o empreendedorismo, apoiar e expandir micro e pequenos empreendimentos individuais e coletivos já existentes, indicar novas oportunidades de negócio e criar ambientes favoráveis ao surgimento de novos empreendimentos que gerem empregos ou ocupações produtivas, renda e riqueza para as populações de localidades com baixos índices de desenvolvimento. (SEBRAE, 2013b, p.2)

Desta estratégia nascem projetos como o: *Projeto Managé* (na Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana/RJ); *Projeto ProCariri* (na região do Cariri paraibano); *Projeto de Desenvolvimento Setorial de Agronegócios na Região do Vale do Jiquiriçá* (BA); *Programa*

Zona da Mata (englobando os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe); e o *Programa Xingó* (na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco).

O *Projeto SEBRAE Xingó* que abrangia 30 municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia, áreas do sertão nordestino afetadas pela construção das hidroelétricas de Xingó, Paulo Afonso e Itaparica. Deste projeto iniciou-se uma atuação junto às comunidades estudadas nesta pesquisa, embora não estivessem localizadas na região entorno da bacia. E desde então a instituição vem realizando e aplicando o que denomina de *produtos de capacitação*, como ações de capacitação técnico-produtiva e de gestão associativa, no fortalecimento das ações de comercialização, apoiando na instrumentalização do grupo e na participação deste em eventos e feiras de promoção e venda, e no fortalecimento da integração destes grupos em redes, na tentativa de criar um tecido econômico produtivo autossustentável.

O Instituto Mauá

Tendo seu papel baseado na articulação com outras instituições, no segmento do artesanato o SEBRAE buscou uma parceria com a principal entidade de fomento do setor no âmbito estadual. O antigo *Instituto Mauá*, hoje Coordenação de Fomento do Artesanato (CFA), órgão responsável pelo setor artesanal junto ao Governo do Estado através da SETRE, inicia sua atuação junto àquele grupo a partir das ações do SEBRAE, ao apoiar as capacitações de aprimoramento das técnicas artesanais como também na comercialização dos produtos ali gerados nas lojas situadas em Salvador/BA e nas feiras e eventos estaduais e nacionais. Tal interação ocorre até o momento, tendo se mantido constante a despeito das mudanças ocorridas na instituição como nos cortes de seu orçamento.

Através da presença destas instituições, públicas em seus princípios, foram agregadas ao processo de desenvolvimento daquele grupo produtivo outros agentes, como a Overbrand, Movimento João de Barro e a Semear Ambiental.

A Overbrand

A primeira, Overbrand, empresa privada de consultoria em Design Social (da qual este autor fez parte), iniciou sua interação através dos seus integrantes, consultores das duas instituições citadas anteriormente, cabendo a esta a capacitação e o desenvolvimento técnico daquele grupo, gerando, através de um processo de construção participativa de novas linhas de produto.

O melhoramento técnico-produtivo dos seus produtos possibilitou um acesso mais direto à uma série de contatos comerciais e que resultaram no aumento das encomendas e das consequentes receitas. Por se tratar de um processo de desenvolvimento participativo e que agrega a história e a cultura do local, a inclusão da disciplina do Design Social pôde ser entendida como um processo de inovação social multidisciplinar, já que interage com as outras disciplinas as quais o grupo teve acesso.

O MJB

Entre estas outras disciplinas está a de autogestão associativa, pregada pela Associação Movimento João de Barro (MJB), na qual os integrantes daquele grupo são incentivados à independência e autonomia da gestão de sua coletividade produtiva, criando em conjunto as soluções para os problemas que lhes afetam e construindo os instrumentos que lhes permitirão crescer enquanto grupo.

A presença dos técnicos desta organização privada de fim social (em especial a de seu integrante George Arapiraca), junto aos integrantes da comunidade permitiu ao grupo ganhar confiança nas tomadas de decisão, como também na construção de novos objetivos, entre eles, o de formação de novos núcleos produtivos o que acabou se constituindo um polo produtivo que tinha no artesanato seu elo.

O MJB chega àquele contexto através das suas consultorias realizadas em grupos produtivos similares onde aplicou sua metodologia de gestão associativa, sendo convidado pelo SEBRAE a atuar naquela região. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e sem fins lucrativos, fundada em 1990 por profissionais liberais que pretendiam empreender ações voltadas para o desenvolvimento social e ambiental no Estado da Bahia. Com a missão de *“promover a formação de pessoas, organizações e redes focadas em processos participativos de gestão social, na direção do desenvolvimento local sustentável”*, atua em parceria com diversas entidades públicas e privadas, *“buscando alternativas de novos arranjos sociais, novas formas de relações e de parcerias que possam aportar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de seus projetos e do público com o qual trabalha”*. (JOÃO DE BARRO, 2015, p.10)

A instituição desenvolveu sua metodologia para *Capacitação Sequencial em Gestão Associativa e Desenvolvimento Sustentável*, tendo como base a grande demanda existente quanto a conhecimentos relacionados à gestão profissional e a práticas associativas, sobretudo

no âmbito das pequenas associações e cooperativas de agricultores, artesãos, pescadores, marisqueiras, dentre outras, compostas por pessoas de baixa escolaridade e renda. A metodologia enfoca temas fundamentais da gestão, como funções, processos e ferramentas básicas da administração, transitando do planejamento até a avaliação dos projetos ou ações realizadas. No âmbito comportamental, busca-se o desenvolvimento da prática de posturas favoráveis ao associativismo à cultura da cooperação e ao equilíbrio dinâmico das relações humanas, especialmente nos ambientes produtivos rurais.

Sendo credenciada do SEBRAE para realização de consultorias técnicas nas áreas de associativismo e cooperativismo, tem atuado em conjunto com a Overbrand desde 2004. Tal interação ocorre inicialmente em regiões distintas, sem que houvesse uma correlação específica entre elas, agregando-se aos poucos a noção de formação de parcerias e alianças.

Importante salientar que a presença do MJB na região é antiga, tendo já conhecimento daquelas comunidades e relações estabelecidas com as mesmas. Outro fator de interesse para esta pesquisa é o fato de que um dos técnicos integrantes do MJB ter participado de todas as ações que relacionam o MJB e as comunidades desde sua primeira interação, em 2004, conforme ilustrado no *timeline* de ações institucionais apresentado anteriormente.

Percebe-se assim que embora o objetivo do MJB seja, conforme sua descrição institucional, “*gestão associativa e desenvolvimento sustentável, tendo como base pedagógica o construtivismo e a teoria sócio-crítica*”⁵⁸, ao agregar outras instituições e parceiros aos seus projetos, sua atuação se amplia para o fortalecimento das ações de acesso a mercado, de desenvolvimento técnico e de preservação do meio-ambiente. E justifica suas ações pelas limitações de recursos e equipamentos, se fazendo necessário apoiar estas comunidades, trabalhando assim para evitar os baixos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida, como também para que os elementos constitutivos identitários não sejam descaracterizados ou reinventados sem levar em conta as culturais locais.

A Semear Ambiental

Uma outra empresa privada que, em conjunto com estas duas últimas citadas, interage com o grupo produtivo no seu início, é a Semear Ambiental⁵⁹. Empresa privada de consultoria ambiental que, convidada pelo SEBRAE, aproxima-se do processo de desenvolvimento

⁵⁸ <http://www.movimentojoaodebarro.org.br/>

⁵⁹ <http://www.semearambiental.com.br/>

daquele grupo através das demandas ambientais que a atuação naquele contexto apresenta, e juntos desenvolvem o *Plano de Manejo do Licuri em Santa Brígida*, primeiro no estado e que possibilitou alguns avanços não só em termos normativos do setor, mas também em termos de interação desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, diminuindo a forte tensão que há entre os dois setores.

A questão ambiental tem forte presença nas ações institucionais na região, dados os motivos já citados. Tal força comprova-se através da presença das organizações governamentais ou do Terceiro Setor que atuam com a preservação do meio ambiente, entre elas a *Loro Parque Fundación*, em parceria como o Instituto Arara-azul, e o ICMBio, através do Centro Nacional de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE).

A Loro Parque Fundación

A primeira, a *Loro Parque Fundación*⁶⁰, que se aproxima da região através de projetos de preservação da Arara-azul-de-lear, realizando ações de educação ambiental e envolvimento da comunidade no *Programa de Conservação e Manejo da Arara-azul-de-lear*, inicialmente através da Associação Brasileira para Conservação das Aves (PROAVES) e posteriormente com a SAVE Brasil. Junto com o Instituto Arara Azul, realizou ações voltadas ao envolvimento das comunidades, através da educação ambiental e de projetos de geração de renda e da implementação de alternativas que promovam a geração de renda para as comunidades locais, melhorando assim a sua qualidade de vida e conseqüentemente a conservação do ambiente necessário para a manutenção das populações das ararinhas.

O ICMBio

A segunda é o ICMBio, que através do *Programa de Conservação e Manejo da Arara-azul-de-lear*, realiza atividades de cativeiro e campo visando à manutenção de uma população genética e demograficamente viável em sua área de ocorrência, e que através do CEMAVE, em parceria com a PROAVES, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve as ações de pesquisa *in situ* do programa.

Um terceiro tipo de agente institucional que se apresenta no contexto pesquisado são as organizações do Terceiro Setor que, através de suas visões de desenvolvimento social, atuam junto às organizações sociais locais na geração de soluções específicas, tendo também papel

⁶⁰ <http://www.projetoararaazul.org.br/arara>

de fomentador do respeito e bom uso do meio ambiente junto às comunidades rurais no entorno das áreas de conservação.

A AGENDHA

Uma destas instituições é a Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA)⁶¹, sediada em Paulo Afonso (BA). A instituição tem realizado um trabalho de orientação sobre as boas práticas para o extrativismo do licuri através de oficinas e materiais educativos, que além de tratar do manejo da coleta das folhas e frutos (coquinhos) do licuri, e também dos cuidados com os ecossistemas e as plantas, leva orientações de como padronizar os procedimentos para promover a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica da atividade. Sua atuação junto com o grupo produtivo se intensifica com o apoio à estes na participação de eventos, regionais e nacionais, fortalecendo a comercialização de seus produtos.

As orientações para o manejo do licurizeiro representam uma síntese do conhecimento acumulado por extrativistas e pesquisadores visando garantir a manutenção do equilíbrio ambiental e a conservação da espécie, mas também contribuir para a melhoria da qualidade e do volume da produção e tornar a atividade mais segura para os extrativistas. (AROUCHA e AROUCHA, 2013, p.7)

A entrada deste novo agente institucional, a partir de 2010 e presente até o momento atuando junto aos grupos produtivos, fortaleceu a atividade neles desenvolvida. A *Rede Bodega* tem como proposta a constituição de uma rede de organizações produtivas (associações e cooperativas) que coletam, cultivam, criam e beneficiam produtos da sociobiodiversidade (vegetal e animal) e comercializam na perspectiva de relações justas e solidárias, incentivando o consumo saudável e sustentável. É uma iniciativa de comercialização do que afirma ser *Produtos da Sociobiodiversidade*, ou seja, “bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da agrobiodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhora de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem”. Tal iniciativa possibilitou que os grupos produtivos tivessem acesso à grandes eventos nacionais e internacionais ligados ao tema da diversidade, tais como: Exposição de Econegócios Nordeste, em Fortaleza (CE); XI FENEARTE, em Olinda (PE);

⁶¹ <http://agendha.org.br/>

Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, em Brasília (DF); BioFach América Latina e ExpoSustentat, em São Paulo (SP); Rio+20, no Rio de Janeiro (RJ); Terra Madre, em Portugal.

Não menos importantes, existe a presença de outras instituições com papel menos ativo na região, desenvolvendo ações pontuais relacionadas com a atividade produtiva e a geração de receita, de forma isolada ou em parceria com as demais instituições citadas.

A COELBA

A COELBA aproxima-se da região através de uma articulação do SEBRAE buscando parceria para melhor estruturar os núcleos produtivos apoiados pela primeira. Com seu *Projeto Elos – Energia Local Organizada e Sustentável*⁶², a COELBA constrói novos núcleos produtivos das comunidades situadas em áreas onde há algum início de organização produtiva, como Morada Velha (Santa Brígida/BA). A iniciativa reúne parceiros da iniciativa privada, Governos Estadual e Federal, organizações não governamentais e comunidades para implementação de projetos que estimulem o uso produtivo da energia, promovendo o aumento de renda e o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes da Bahia atendidas pelo Programa Luz para Todos.

O Programa Semear

O IICA, apoiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executa na região o *Programa Semear Internacional*⁶³, que possibilitou a sistematização das ações realizadas em Morada Velha e nas outras duas novas comunidades que trabalham com o trançado da fibra do licurizeiro, Chuquê e Serra Branca. O *Semear Internacional* é um programa de gestão do conhecimento em zonas semiáridas do Nordeste do Brasil, cujo objetivo é facilitar o acesso a saberes, inovações e boas práticas que possam ser adotados e replicados pela população rural para melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento sustentável e equitativo da região. O programa foi criado para atuar como um programa catalisador desses diferentes saberes, trabalhando a gestão do conhecimento de forma integrada em três áreas temáticas estratégicas: Inovações produtivas e tecnológicas; Recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas; e Negócios rurais.

⁶² <http://www.servicos.coelba.com.br/Documents/Balanco%20Socio%20Ambiental%202006.pdf>

⁶³ <http://portalsemear.org.br/>

O Projeto Jardins da Arara de Lear

O Projeto *Jardins da Arara de Lear*⁶⁴, uma iniciativa privada de empreendedores e pesquisadores não locais recentemente inserido no contexto pesquisado, inicia na região uma ação que tem na preservação e conservação das áreas de alimentação da espécie sua principal missão. Baseando-se nas ações inseridas no *Plano de Ação Nacional da Arara-Aul-de-Lear*, tem realizando ações de fortalecimento econômico, educação ambiental e comercialização da produção artesanal.

A EMBRAPA

A presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se dá de forma mais direta no contexto desta pesquisa através do *Projeto Bem Diverso*⁶⁵ que visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável da biodiversidade e de sistemas agroflorestais (SAFs), de modo a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida. O Bem Diverso é fruto da parceria entre Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

A SECULT

A SECULT se insere neste contexto através da iniciativa do MJB em parceria com a Overbrand em inscrever um projeto de intercâmbio de conhecimentos no *Edital Territórios Culturais 2016*, com apoio financeiro do Governo do Estado, através do Fundo de Cultura, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Cultura da Bahia. Assim, em 2017, o *Projeto Saberes de Mestre*⁶⁶ ocorre na região integrando o conhecimento de Morada Velha às comunidades de Chuque e Serra Branca, reforçando ainda mais a ligação entre elas. Com oficinas teóricas e práticas, o projeto tinha como foco a melhoria da qualidade técnica e aumento do grau de competitividade dos produtos, potencializado o desenvolvimento da produção e comercialização do artesanato da região. Vale ressaltar que neste projeto houve o último contato do Mestre Zé Valdo com os demais integrantes daquele polo produtivo.

⁶⁴ <http://www.araradelear.com.br/>

⁶⁵ <http://www.bemdiverso.org.br/>

⁶⁶ <http://www.movimentojoaodebarro.org.br/fazemos/32/projetos/>

2.5.3. Análise das atuações institucionais

Tal diversidade (e intensidade) destes agentes institucionais tem no fortalecimento daquele território o objetivo de suas ações, independentemente do meio (econômico, técnico ou ambiental) a ser utilizado, criando um ambiente de tensão de interesses onde a comunidade se apresenta como objeto da ação. À luz de uma leitura de território descrita por Wesley Cantelmo de ser este formado por uma *produção relacional* envolvendo aspectos da vida humana, material e cultural, podemos perceber assim a possibilidade de uma *complexa dinâmica de conflitos* existentes na região, entendendo conflito aqui como um estado decorrente da ocorrência concomitante de exigências e demandas por vezes antagônicas ou excludentes.

Essa dinâmica de conflitos é alimentada por diversas estratégias de produção de territórios, que, por vezes, podem ser extremamente agressivas e excludentes entre si. (CANTELMO e outros, 2015, p.359)

Por outro lado, tal dinâmica provoca um jogo de tensões e interesses que por serem antagônicos em determinado momento (a tensão entre o preservacionismo ambiental frente à necessidade de implantação núcleos produtivos que utilizam insumos naturais, por exemplo) de certa forma geram um efeito positivo no processo de desenvolvimento socioeconômico do local, tendendo-se a manter um caminho onde nem um nem outro lado prevaleça, mas buscando-se uma forma de construção conjunta, organizada ou orgânica.

[...] é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. (BRANDÃO, 2007, p.200)

Percebemos também que tal tendência de resolução de conflitos ocorre de forma orgânica e sem um prévio planejamento, como também ocorre oriundo de alinhamento técnico das equipes que atuam em campo, o que demonstra o papel do técnico de campo no delineamento das ações e dos resultados.

Percepção dos Sujeitos

Outra questão que também se apresenta é como tais tensões são apercebidas pelos sujeitos sociais inerentes às ações que realizam estes agentes institucionais. Para tanto, busco respostas deste entendimento junto à própria comunidade, a despeito do incremento de uma atividade produtiva, baseada no saber de uma técnica artesanal, se apresentar, em números,

como uma possibilidade de desenvolvimento econômico frente aos fracos índices que caracterizam a região.

Foram assim resgatados registros de interações com a comunidade nos anos de 2011, 2015 e 2017, reforçados pelo levantamento de campo realizado nesta pesquisa, nos meses de julho e agosto de 2018, onde se tentou extrair as percepções sobre as mudanças ocorridas no período estudado.

No conjunto destas escutas percebe-se que o grupo, embora tenha acompanhado e participado das ações institucionais ocorridas na localidade, haja vista terem sido ações que se utilizaram de metodologias participativas (e aqui não discutirei a qualidade de participação destas), não há uma memória firmada sobre estas, registrando-se as mais recentes ou as mais constantes. Já as mais antigas ou não se tem registro, perdendo-se na memória dos participantes, ou se tem vagas lembranças. Devemos lembrar que estamos tratando de um núcleo familiar onde encontramos ativos representantes de quatro das cinco gerações (sendo a quinta ainda jovem e não ativa economicamente).

No resgate de um histórico sobre como a inserção da atividade artesanal no local, é descrito pelos seus integrantes mais antigos, fruto da segunda geração que ali se instalou, a dura realidade da região, carente de oportunidades desde a chegada dos primeiros colonos. Nas palavras de um destes moradores do núcleo familiar pesquisado, sua família já chegou ali sendo alertada das dificuldades.

Ai meu padrinho disse: bom, vocês querem vir, agora, o seguinte é esse, quem vier pra aqui não venha pensando em pegar riqueza não, se é de trazer uma carga de dinheiro, traz uma carga de paciência, que aqui é um lugar de sofrimento. (B1, 29/6/2008)

Como explanado anteriormente, muitas destas famílias que ali se instalaram, vieram em função de demandas pessoais, buscando na fé, representada ali pelo Beato Pedro Batista, apoio espiritual para suas vidas. Estas famílias, depois de estabelecidas, tiveram que buscar soluções de manutenção de vida frente à necessidade de manterem-se neste *lugar de sofrimento*.

Um dos integrantes da geração seguinte aos primeiros que ali se instalaram teve papel fundamental na inserção do artesanato como atividade que pudesse suprir suas necessidades econômicas. Trata-se do Mestre *Zé Valdo* (C3).

Segundo sua esposa (C4), como a região não possibilitava a família opções de renda (o solo não era bom e, não havia grande oferta de emprego, seja público ou privado) uma das soluções encontradas na época pelas famílias era o êxodo rural para os grandes centros urbanos (São Paulo, em especial). Segundo ela, tal opção não estava entre as escolhas do seu marido.

Ele sempre dizia que um dia ia arrumar um jeito de trabalhar em casa, pra não ter de trabalhar pra ninguém, sempre dizia [...] e continuou arrumando uns pauzinhos. As primeiras coisinhas que ele fez foi esse negócio de promessas, o ex-voto, né! Foi fazendo, daí foi pedindo uns bracinhos, foi fazendo pé, a cabeça, pra fazer promessa. (C4, 5/8/2018)

Esta iniciativa individual (e até intrépida) demonstrava certo tino empreendedor daquele integrante, ao buscar seu suporte econômico em uma produção artesanal não valorizada (o entalhe em madeira), como diz sua filha.

O povo daqui diz que a gente somos desocupado, que não tem o que fazer. (D10, 15/2/2011)

A insistência dele na escolha da atividade artesanal, como no seu aprimoramento técnico, fez com que outras pessoas começassem a enxergar ali possibilidades concretas de resultado, e não só as pessoas próximas, integrantes daquele núcleo familiar. E aí pudemos perceber uma primeira aproximação externa com demonstrações de interesses no desenvolvimento daquele local, não só da atividade produtiva mas também das pessoas. O relato de C4 cita o papel de uma senhora da sociedade santabrigidense, que apoiava as comunidades da zona rural a se desenvolverem através de alguma atividade técnica.

Através de Dona Dalva, de Santa Brígida, ela vinha ensinar a gente a costurar roupa, aí quando foi um dia que ela chegou, ele tava lá fazendo passarinhos, trabalhando lá, aí ela foi, chamou ele, conversou com ele, aí incentivou ele a fazer as peças, levar pra feira. Através dela que ajudou ele a fazer as peças e foi quem fundou a associação. Ele junto com ela. (C4, 5/8/2018)

Pudemos confirmar tal participação através da Ata de Fundação da Associação de Artesãos de Santa Brígida (AASB), de 22 de fevereiro de 2002, onde consta a participação da Sra. Maria Dalva Cavalcante Monteiro, reunindo mais de trinta pessoas da região interessadas na atividade artesanal. A fundação desta associação possibilitou àquelas pessoas uma representatividade institucionalizada que fez com que outras instituições começassem a *enxergar* aquela localidade.

Quando questionados sobre a aproximação destes agentes externos, um dos integrantes da nova geração (D11), diz:

Na minha opinião eles querem na parte deles ajudar, eles falam em fazer projetos [...] para que futuramente estes projetos se tornem tipo [...] que a gente ande com as nossas próprias pernas, eu acho que é isso que eu entendo [...] no momento acho que eles [...] nós somos capazes, mas só com a nossa ajuda eu acho que não vai adiante. Eu acho com isso eles [...] a ajuda deles são fundamental. (D11, 29/6/2018)

Como observado anteriormente, entre as instituições que primeiro se aproximaram da localidade, já organizada enquanto associação, está uma instituição paragovernamental (ou mista), o SEBRAE, e como pudemos observar no *timeline* mostrado anteriormente, inicia uma aproximação com a região no ano 2001 e se mantém próxima, realizando ações pontuais e esporádicas, até o momento.

Para demonstrar o que percebemos em termos de ausência de um registro memorioso do histórico das interações institucionais com os integrantes daquela localidade, questionamos sobre o que se lembram das ações que o SEBRAE fez na localidade:

Rapaz agora ai você me pegou porque foi várias coisas. Por exemplo, SEBRAE foi um que eu não sei o que foi que tanto que o SEBRAE investiu aqui na região. Tanta coisa que não nem sei [...]. (C1, 29/6/2018)

Outras instituições se mostraram presentes com o objetivo de apoiar na comercialização dos produtos artesanais, como a AGENDHA e o Instituto Mauá.

Ao questionarmos sobre a participação da primeira, uma organização do Terceiro Setor cujo objetivo é o desenvolvimento social das comunidades do nordeste brasileiro, nota-se que tal interação tenha sido marcada no grupo mais para as ações de acesso a mercado.

AGENDHA também apoio muito aqui, principalmente quando tinha a BODEGA⁶⁷ que promovia feiras eventos encontros. E até hoje ainda tá apoiando porque quando a gente precisa de apoio eles dão. (C1, 29/6/2018)

Já com relação ao Instituto Mauá há hoje uma dúvida sobre a permanência de sua atuação, antes muito presente no apoio à participação dos grupos nas feiras e eventos setoriais, como

⁶⁷ A Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma Caatinga é uma rede de organizações produtivas que coletam, cultivam, criam e beneficiam produtos da sociobiodiversidade (vegetal e animal) e comercializam na perspectiva de relações justas e solidárias, incentivando o consumo saudável e sustentável. (Fonte: www.agendha.org.br/bodega)

também na compra esporádica de produtos, já que com a extinção do órgão e no aguardo de sua reestruturação⁶⁸ houve uma forte redução nas suas ações junto ao grupo.

Entre as organizações do terceiro setor presentes junto à localidade, o MJB, através da captação de projetos via editais públicos ou da sua contratação por instituições como o SEBRAE, tem mantido relação com a comunidade desde 2004 criando uma forte relação de proximidade com os integrantes daquele grupo conforme demonstrado no depoimento abaixo.

O MJB é um dos que até hoje ainda apoia a gente e não sei nem o quanto tudo que tem aqui o MJB tem dado. (C1, 29/6/2018)

A presença desta instituição no histórico daquele grupo produtivo é importante para entendermos os direcionamentos que ocorreram no seu desenvolvimento, culminando na criação de uma rede de interação entre outros grupos produtivos, a ser descrita mais adiante.

Embora entre as instituições categorizadas anteriormente como organizações governamentais ou do terceiro setor que atuam na preservação do meio ambiente e que identificamos terem realizado algum tipo de ação na região, a única lembrada foi a *Fundación Loro Parque*, muito em função de sua representante na região, a bióloga Simone Tenório, mas que pelo comentário de um dos entrevistados, podemos notar como a questão da sazonalidade das ações institucionais se apresenta.

Só passou aqui beijou e foi se embora [...] ali é cara [...] Simone foi em que mesmo? Em tudo também. Várias coisas aqui foram através do [...] a gente tem os pés fincado no chão através do Loro Parque. (C1, 29/6/2018)

Alguns integrantes do grupo comentaram sobre os resultados que a comunidade entende ter conseguido com as ações realizadas por estas instituições e sobre a multiplicação da atividade produtiva artesanal. Entre os depoimentos de integrantes mais antigos, que participaram do processo de inserção da atividade artesanal na sua realidade, a possibilidade de acessar algo que antes era mais difícil, como bens de consumo, aparece como resultado mais presente.

No início foi difícil, mas depois melhorou bastante. Fizemos muitas parcerias [...] antes eu não tinha meu dinheiro, e quando começou a trabalhar no artesanato, ganho meu próprio dinheiro. E o que eu quero comprar pra mim eu compro quando trabalho nas minhas peças. Melhorou nesse sentido que a gente arrumou o que fazer, a trabalhar. (D10, 15/2/2011)

⁶⁸ Com a extinção do Instituto Mauá e a conversão das ações de preservação da política de promoção e de incentivo do artesanato baiano para a Coordenação de Fomento ao Artesanato (CFA), as ações de comercialização e qualificação, antes realizadas pelo Instituto Mauá, estão atualmente em processo de transferência, via edital público, para organizações sociais que tenham interesse nesta atividade, sendo financiada pelo Poder Público, mas deixando de ser executada por seus representantes.

Bem a gente já conseguiu alguns benefícios, né! De, por exemplo, melhorar nossa estrutura familiar, a sede pra associação, e vários outros objetos que temos aqui pra trabalhar com artesanato, por exemplo, máquina de costura, stand, birô, entre outros benefícios né! Geladeira, televisão, uma bancada pra o corte da madeira [...] porque depois que a gente começou a trabalhar com o artesanato a gente já conseguiu comprar outras coisas, né, como eletrodoméstico pra dentro de casa, melhorar nossas casas, ampliar mais um pouco, entre outras coisas. (C1, 7/2015)

Já entre integrantes da geração mais nova, que cresceram em um ambiente que a atividade já existia como base do sustento familiar, temos uma percepção onde aspectos mais subjetivos se apresentam, como a questão da coletividade e da qualidade de vida.

Desde os 11 anos que comecei a trabalhar com a confecção do artesanato. Achei muita melhoria assim, a proximidade das pessoas, de trabalhar em grupo, e na melhoria da renda também, melhorou bastante. (E6, 30/6/2018)

Rapaz, o que é que mudou é que quando a gente começou aqui aonde a gente trabalhava era um casebrezinho pequeno, de barro, e hoje nós temos uma [...] uma sede bem vistosa, a vista do que era antes, eu acho que mudou uns 70% do que era antes e do que e hoje, de parte positiva. (D11, 29/6/2018)

Questionados sobre quais pontos negativos os integrantes entendem como fruto da interação com estas instituições, muitos não conseguem identificar ou então atenuam.

Negativa [...] acho que não. Acho que não tem como eles estarem mais presentes do que [...] acho que a parte negativa é [...] acho que não tem não. Poderia melhorar mais se eles estivessem mais presentes, mas tem mais comunidades para eles estarem presentes. Eles não podem tá aqui todo momento. (D11, 29/6/2018)

Haja vista as ações ocorridas junto à comunidade terem entre seus objetivos o desenvolvimento, seja ele social, econômico ou ambiental, e que provavelmente estiveram na fala de seus interlocutores, buscamos observar nas falas dos integrantes do grupo o que eles hoje entendem sobre tal conceito. Desenvolvimento então surge como sinônimo de crescimento, em especial representado pela evolução física.

[...] desenvolvimento é tudo aquilo que está sempre crescendo, desenvolvendo [...] muito complexa as palavras, difícil de sair [...] desenvolvimento é tudo aquilo que eu acho que esta se expandindo, crescendo, aprendendo, isso é desenvolvimento. Por exemplo, quando uma criança, quando ela é pequena, quando ela vai crescendo, aprendendo, aquilo é desenvolvimento. Eu entendo como desenvolvimento, uma comunidade ela tá crescendo, ela tá se desenvolvendo. (D11, 29/6/2018)

Desenvolvimento é tudo aquilo que a gente adquire no dia a dia, né! Com o trabalho da gente, com o esforço, com a dedicação. Eu acho que é tudo que você adquire através da dedicação, seu trabalho, seu movimento. (C1, 29/6/2018)

O processo de integração dos primeiros artesãos com os mais novos através dos processos e trocas de saberes motivou-nos a buscar o entendimento do grupo sobre este processo de multiplicação de conhecimento. Algumas características de tal processo foram salientadas nas escutas dos seus integrantes.

A primeira, que aqui denominamos de *curva de evasão*, onde as etapas iniciais de formação de grupos produtivos contam com um número de participantes grandes, ansiosos por soluções para problemas no geral econômicos, e que no decorrer do processo de capacitação, vai diminuindo, frente ao processo técnico demandar um trabalho manual que para alguns pode ser cansativo ou às vezes tedioso, além de também demandar o tempo natural do trabalho com insumos naturais, não se tratando de um processo mecânico fordista onde são máquinas que produzem a peça final.

Começou em uma casa lá, numa casa que tem lá. Mas a primeira reunião foi em um bar [...] apareceu gente que não se sabe de onde saiu tanta gente. Ah, eu quero, eu quero [...] quando viram o trabalho que era sério mesmo, que era [...] oxe, quando a gente terminou [...] foi pra mais de 50 pessoas que aparecerem, que queriam. Quando a gente terminou, tinha 4 pessoas na madeira, era 4 ou 5, e 12 ou era 13 na palha. O resto vazou todo mundo. De todo jeito que a pessoas que aprenderam, que quiseram continuar tão lá, as pessoas, né, algumas se afastou, mas, é isso. E não foi diferente não em Água Branca, em Jeremoabo, no Chuquê. (C1, 29/6/2018)

Esta evasão gera uma preocupação entre os integrantes dos grupos já formados, que veem a necessidade de buscarem novos artesãos para que consigam aumentar sua produção.

Arrumar mais gente pra trabalhar [...]. A gente vai, dá o curso, pra ver se cria aquele grupo de pessoas. No início até que tem muita gente, mas depois desiste [...] (D10, 15/2/2011)

Sim, já tem pessoas ai que sabe trabalhar, agora não querem dar continuidade, entendeu. Tem pessoas que sabe, que já sabe fazer. Na Colônia tem um bocado de gente que faz, aqui na Morada Velha tem um bocado de gente que aprendeu a fazer, mas é aquele negócio, querem ganhar dinheiro de imediato, aquele negócio, quero dinheiro é pra já, não e para amanhã não, é pra já. No artesanato você sabe [...] (C1, 29/6/2018)

Outra característica percebida nas falas dos integrantes que participam das trocas de saberes é a disponibilidade altruística para transmitirem o conhecimento adquirido, demonstrando certa empatia destes para com os integrantes dos grupos novos.

Tinha gente demais quando a gente chegou lá. Foi eu e Zé Valdo, foi nós dois só. Ele com a madeira, e eu com a palha. Quando eu cheguei lá, eu falei que não tenho condições não de trabalhar com esse bando de gente [...]. Muita gente. Tinha pra mais de 25 pessoas querendo trabalhar com a palha do licuri. Ai Valdo olhou assim e disse – vamo dar um jeito. Vamo atender todo mundo. Eu lhe ajudo, você me ajuda. (C1, 29/6/2018)

Entendemos assim que o processo de transmissão do conhecimento técnico ocorre ainda através da oralidade e das motivações pessoais, tanto do detentor do conhecimento como o aprendiz interessado, processo natural da atividade artesanal. Estes multiplicadores, aqueles mais hábeis e que dominam todo o processo produtivo, a despeito de possuírem certo poder pelo conhecimento, mostram-se abertos à externalizarem tal poder.

A formação de uma rede de trocas possibilitou a aproximação do grupo de Morada Velha aos outros novos grupos produtivos como também possibilitou a certos integrantes destes grupos tornarem-se mediadores com outros “mundos sociais”. (Becker, 1977 *apud* LIMA, 2012, p.354)



Momento de trocas
entre artesãos.
(Fonte: o autor, 2017)

Capítulo 3

Formação de um território produtivo

Segundo Claude Raffestin (1993), um território é formado a partir de um espaço apropriado concreta ou abstratamente por um determinado ator que ali realiza um programa, em qualquer nível, e tal apropriação, estendida para controle, usos e atribuição de significados, segundo Emilia Godói (2014), exprime a relação das pessoas com a organização daquele espaço. Assim, entende-se que a definição de um território também é um processo estabelecido através de relações de poder (FLORES, 2003) e território produtivo como uma modelagem de desenvolvimento local baseado na dimensão produtiva destes territórios (SILVA e COCCO, 2006).

Nesse sentido, a formação de um contexto produtivo estruturado em uma rede de interações institucionais e de integrações de saberes consolida-se em um território não definido geograficamente pela institucionalidade, mas que vai se conformando como tal através das ações destas e das relações com a natureza e com o capital cognitivo existente representado pelo conhecimento de manejo e de convivência com o bioma local.

O projeto de desenvolvimento de um território produtivo denominado *Pólo da Palha do Licuri* expressa sua identidade enquanto representação física do contexto socioeconômico, mas ainda não se apresenta como uma representação da identidade de seus integrantes, embora dele façam parte.

Assim, a formação deste território, não institucionalizado, mas formado por ações institucionalizadas, e que tem em seus objetivos o fortalecimento local através de bases econômicas e produtivas, expressa uma territorialidade formada através de relações de poder cujas intenções, a despeito de esboçarem a construção de uma ambiência independente e autônoma, ainda permanecem com o movimento de direcionamento centrado nas decisões internas de cada representação institucional, ainda que em conjunto com os sujeitos do processo.

3.1. Inovação e territórios

A geração de alternativas que possibilitem a autonomia de comunidades, em especial as que estão em áreas com poucas alternativas econômicas, seja através de trabalhos formais ou através da geração de renda utilizando o que lhes oferece a vida naquele momento, é algo que

se busca nas diversas ações realizadas em prol de um desenvolvimento local. Em sendo tal busca feita de forma consorciada, agregando-se forças, somando-se visões, construindo parcerias, ganhará mais possibilidades de sucesso.

A formação de redes socioculturais demonstra ser um caminho inteligente para a conquista da cidadania cultural. Essas redes caracterizam-se por propiciar um ambiente de discussão e de participação baseados na autonomia e na integridade de seus membros. (BRANT, 2009, p.38)

E mais ainda se ela for construída com uma perspectiva de uma abordagem *bottom-up* para o desenvolvimento econômico e social (SILVA e COCCO, 2006, p.160), onde as soluções surjam através da análise da própria necessidade, e oriundo dos próprios necessitados, como também se utilizando dos ativos locais, sejam estes materiais ou imateriais, acredita-se que o resultado destas sejam mais efetivas.

A construção de soluções de forma consorciada deve buscar a participação e o fortalecimento da autonomia local, onde a energia e a informação sejam diluídas, que segundo Claude Raffestin (1993) estão intimamente ligadas e sempre presentes na formação das relações de poder (econômico, social, cultural ou político).

Surge então a proposta de estruturar modelos de arranjos produtivos que agreguem o território e os sujeitos que ali se encontram e fazem parte. Tais modelos são amplamente estudados quando se trata de desenvolvimento local em seus diversos contextos, dos *distritos industriais* de Alfred Marshall ao fortalecimento do *trabalho cognitivo* das comunidades criativas de Richard Florida, sem esquecer a formação dos *clusters* de Michael Porter e dos *sistemas produtivos locais* dos economistas franceses.

Emilio Poletto (2009) trata do tema ao descrever a dimensão territorial do desenvolvimento através da formação de territórios produtivos. Um contexto de cooperação entre os atores locais formando redes de fluxo que controlam o território, associado à utilização de um conhecimento tácito do território criam “*um círculo virtuoso de inovação e cooperação*”, formando estes arranjos produtivos locais, e que dinamizam o processo de desenvolvimento local.

Em uma análise crítica sobre a construção de uma cidadania através de um modelo de desenvolvimento local, Paolo Gurisatti discorre sobre como o Brasil tem se posicionado em termos buscar soluções para um problema que se apresenta no país por longo tempo: a pobreza e a desigualdade social. Segundo o autor, na maior parte dos modelos e planos de

desenvolvimento local, embora o uso do recurso local, físico ou imaterial, seja a fonte matriz de estruturas manufatureiras que buscam fugir da produção de *commodities* e de mercadorias de baixo valor agregado, o processo de participação social não é elevado a uma posição de um sujeito mais ativo.

O mais impressionante resultado de vinte anos de comprometimento em âmbito nacional (e também internacional) para organizar o desenvolvimento local no Brasil, em que lideram instituições nacionais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) etc., é justamente o fato de que os indicadores econômicos estão melhorando rapidamente, ao passo que a integração e a justiça social não avançam na mesma proporção. (GURISATTI, 2006, p.156)

O descolamento entre o processo de geração de renda e o conseqüente desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o aumento da participação popular, possibilitando uma diminuição nas desigualdades sociais, não tem estado presente nos resultados da implantação dos modelos convencionais de aglomerações produtivas e desenvolvimento local.

Na primeira década do ano 2000 o governo brasileiro tentou promover a importância do desenvolvimento local como futuro para o país, e no fortalecimento dos territórios produtivos como modelo de desenvolvimento que combinasse aumento de renda e crescimento social através das redes sociais e da econômica local. Embora houvesse o interesse político na busca de solução para tal problema, não havia um contexto que permitisse o desenvolvimento de tal modelo e a sua implantação, buscando assim uma *tropicalização* de modelos existente.

O “território produtivo” vem se tornando um conceito fundamental na era da globalização e do trabalho cognitivo. Além da lógica da mera descentralização administrativa dos Estados nacionais/regionais, grupos de cidadãos produtivos e instituições locais estão empenhadas em promover os processos constituintes, com o objetivo declarado de alcançar metas mais ambiciosas de inovação técnica, desenvolvimento econômico e melhoria social. (*Ibid.*, p.168)

Em se tratando de uma modelagem de desenvolvimento local que se baseia na dimensão produtiva dos territórios, faz-se necessário além de uma forte mobilização dos seus integrantes decidindo democraticamente suas vocações (URANI e outros, 2006), maior densidade territorial, refletida não apenas no quantitativo de instituições presentes, mas também na “*expressão qualitativa dos relacionamentos funcionais e do grau de coesão em prol de objetivos comuns*” (VARAS, 2006).

Entendendo, tal qual Juarez de Paula, que desenvolvimento “*é um fenômeno que resulta das relações humanas*”, torna-se importante observar que a qualidade das relações existentes no território será condicionadora dos resultados de um processo de desenvolvimento local. Segundo o autor, para o fortalecimento destas relações é necessário a formação de redes, estas entendidas como “*um tipo de organização não-vertical e não-centralizada*”, de atores locais, de cidadãos, de protagonistas das mudanças (DE PAULA, 2004, p.79). Nas redes ausentes de um protagonista central, a conjunção de seus pontos possibilitaria uma maior democratização da informação circulante, conformando assim um “*espaço dos fluxos*” (ALBAGLI, 2004, p.35).

Outrossim, a necessidade de acarinhar e promover a identidade tem sido aceita como uma condicionante para o desenvolvimento econômico e social sustentáveis de Portugal, ou, como José Carlos Albino (*apud* ROCA, 2002) sugere,

[...] a identidade deve ser operacionalizada como um recurso de desenvolvimento... [e a] ... estratégia do desenvolvimento local deve basear-se na análise da tipicidade ancestral como meio de encorajar a evolução de novas inovações a nível local. (Ibid., p.5)

Trazendo para discussão que tal busca poderia apoiar a geração de novos modelos e de novas vias para o desenvolvimento local, à distinção de outras vias já exploradas, o processo de individualizar o pensamento de busca de soluções aparece então como uma iniciativa que apresenta um novo elemento de resposta aos desafios específicos de cada região, como indica, por exemplo, a experiência do Programa LEADER, com suas ações inovadoras de desenvolvimento local em Portugal.

Seu histórico remonta ao fim da década de 80, onde surgem as primeiras *Associações de Desenvolvimento Local* (ADL), à emergência dos movimentos de desenvolvimento local, quando a União Europeia apresenta um programa de iniciativa comunitária chamado Programa LEADER (*Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural*)⁶⁹, em uma abordagem *bottom-up* com vista ao desenvolvimento rural. A abordagem LEADER articula-se no âmbito territorial, ao mesmo tempo em que permite que indivíduos, comunidades e empresas se juntem para projetar e implementar estratégias de desenvolvimento local. Como resultado, entre outros, é ressaltado a “*consciência da*

69 “[...] lançado em 1991, foi aprofundado e alargado em 1994-1999 e 2000-2006 através de um significativo reforço financeiro e de uma maior participação dos territórios e das populações rurais”. (CARVALHO, 2007, p.73)

ruralidade e dos valores locais em uma sociedade cada vez mais global e homogenizada”. (OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER, 2003)

Este programa, desenvolvido e aplicado para aquele contexto específico, o rural português, traz uma visão de desenvolvimento onde o respeito às tradições e seus saberes podem conviver com uma visão de inovação aplicada ao desenvolvimento rural local possibilitando um incremento econômico aliado à manutenção e a preservação das pessoas no campo. E a formação e a institucionalização de fóruns de integração se apresentam como estratégia de fortalecer o processo ao dar voz aos sujeitos de tais contextos.

Outro exemplo que ilustra a discussão é o *Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos* criado pela ONG Atelier Mar na Ilha de Santo Antão, em Cabo Verde (África), capitalizando as suas experiências nos domínios da investigação, práticas de desenvolvimento e cultura. O projeto foi desenhado nos pressupostos de que a construção de saberes e práticas faz-se em interação da equipe técnica com a população, e na reflexão/ação/reflexão, traduzindo-se num enriquecimento diversificado e coletivo. O envolvimento de toda a comunidade e o bom relacionamento entre todos os parceiros é outro pressuposto fundamental para o sucesso do projeto.

Assumindo a criatividade como um recurso renovável e inesgotável, com o amadurecimento da experiência foram surgindo mais realizações, tendo os componentes do projeto focado em eixos como: a educação não formal e formal, e a formação; a criação de alternativas de emprego baseadas na valorização dos recursos endógenos; a investigação e o desenvolvimento de materiais e tecnologias que utilizam recursos locais. (ESTRELA, 2010)

Tais exemplos, oriundos de experiências distintas e que tem no olhar local sua base de busca de soluções para os problemas existentes, adotam estratégias inovadoras nas suas abordagens de desenvolvimento de territórios.

O papel da institucionalidade no processo de organização de uma territorialidade voltada à atividade produtiva faz-se visível pela intensidade (e diversidade) das ações destas na região pesquisa, em especial as ações realizadas pelo SEBRAE e pelo MJB. Como descrito no capítulo anterior, ambas atuam em conjunto desde o ano de 2004, sendo o MJB credenciada do SEBRAE para realização de consultorias técnicas nas áreas de associativismo e cooperativismo, inicialmente em ações regionalmente individualizadas, e em seguida, em ações de agrupamento das comunidades bem como de articulação com os novos agentes institucionais que vão se inserindo naquele contexto com suas iniciativas próprias.

As estratégias e formas de atuação destas instituições tiveram forte influência na organização de uma ambiência produtiva que aglutinou as comunidades presentes nas áreas de suas atuações. Podemos perceber, outrossim, que a proposta de formação de um território produtivo nasce de forma orgânica, e vai se expandindo no decorrer das interações institucionais que vêm na atividade produtiva baseada no insumo ambiental um ativo a ser potencializado nas suas ações e interesses institucionais próprios.

No mapa ilustrado (**FIGURA 17**) estão indicados os locais onde se fazem presentes (ou se fizeram, haja vista a descontinuidade de suas ações) as instituições citadas anteriormente, e que tem nos projetos relacionados com o manejo do licurizeiro seu elo comum. Notamos que na região que compreende os municípios de Euclides da Cunha, Jeremoabo, Santa Brígida e Paulo Afonso, tem a atuação em conjunto do MJB e do SEBRAE. Também em Santa Brígida e em Cansanção outras instituições surgem atuando nas mesmas áreas. Já nos municípios mais a oeste desta região, ou seja, Canudos, Monte Santo, Itiúba, Caldeirão Grande, Pindobaçu e Campo Formoso, o SEBRAE tem atuado sem a presença do MJB, mas em conjunto com outras instituições diversas.

A despeito da diversidade de institucionalidade presente e do longo período de atuação dos seus diversos representantes, não houve a constituição de um espaço onde as diversas ações pudessem ser organizadas em uma linha estratégica comum. Percebemos de outra forma uma regionalização de atuação em função de suas diretrizes e estratégias de atuação institucionais, por vezes com superposição de ações ou com ações regionais próximas, mas que não se alinham.

Este espaço para alinhamento de interesses daquela diversidade institucional poderia consolidar um espaço de governança local, contribuindo para geração de instrumentos e formas de ação coletiva e princípios de coordenação, bem como subsidiando a elaboração de políticas públicas, como indica Francesca Petrella e Nadine Richez-Battestti:

Governança local como processo de estruturação de compatibilização de diferentes modalidades de coordenação entre os atores geograficamente próximos, com vistas a responder problemas produtivos, ou, mais amplamente, de realizar um projeto coletivo de desenvolvimento. Em outros termos, um processo e construção de uma proximidade institucional necessária a realização de uma proximidade organizacional entre atores geograficamente próximos. (PETRELLA e RICHEZ-BATTESTTI, 2010, p.59)

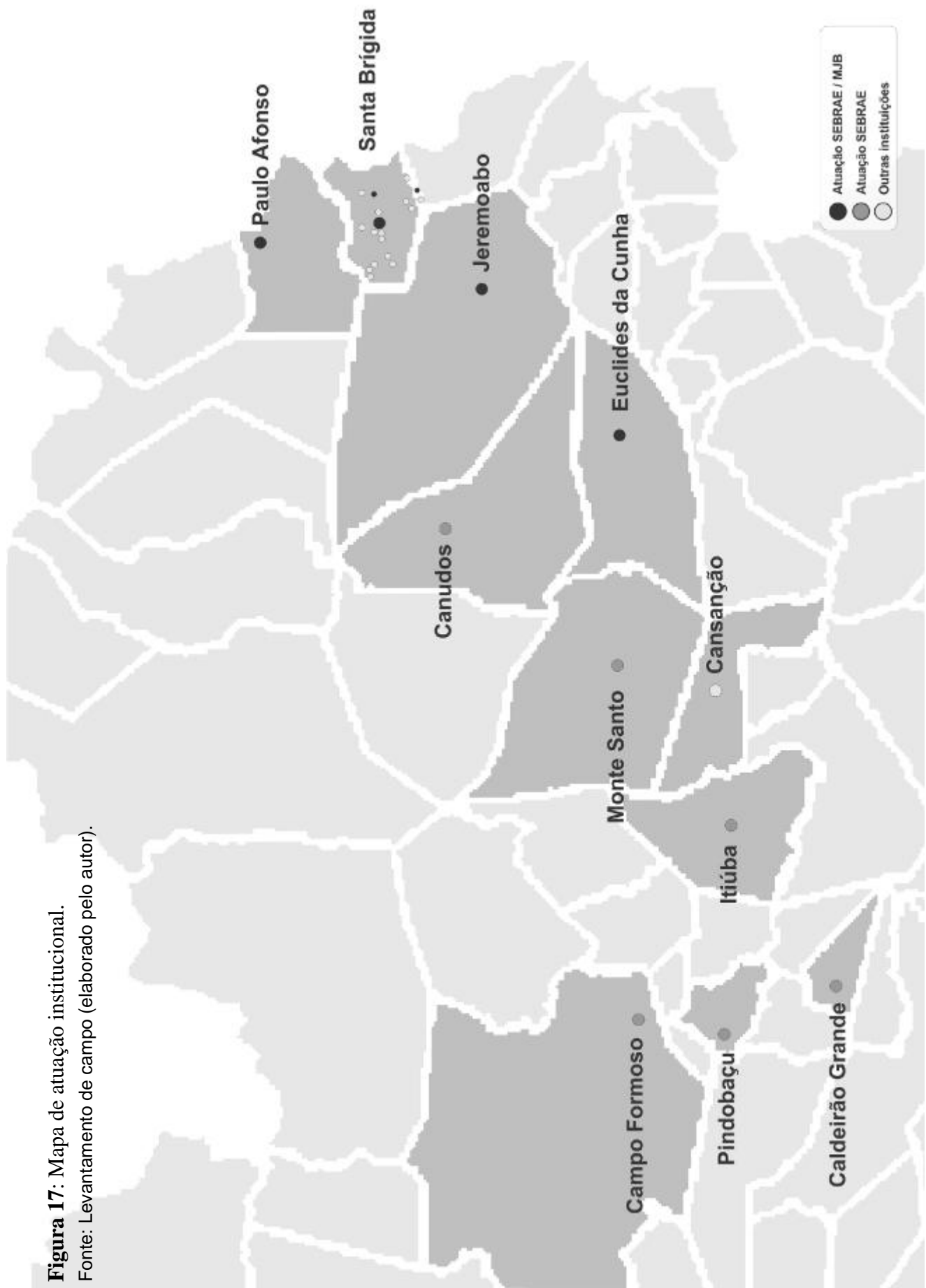
Entre as comunidades que fazem parte dos municípios onde o SEBRAE e o MJB atuam, ou seja, comunidades dos municípios de Euclides da Cunha, Jeremoabo, Santa Brígida e Paulo Afonso (esta última com uma participação menor que as demais), ocorreram iniciativas para formação de um grupo de governança com representantes das comunidades envolvidas e das instituições presentes, no qual pudessem ser discutidas e executadas ações de fortalecimento daquela região e tendo na sua matriz produtiva seu elo de ligação.

Tais encontros começaram a ocorrer desde 2012, onde representantes das instituições e das comunidades encontravam-se para discutir assuntos comuns, tais como qualidade, padronagem, possibilidades de mercado, extração da matéria prima, preços, regras de funcionamento deste polo produtivo, estatutos, etc.

Embora a constituição destes momentos tenha como proposta a formação de um grupo de governança de um território produtivo, cuja proposta recebe o nome de Polo da Palha do Licuri, sua organização ainda é muito vinculada à presença das instituições. Percebe-se isto mais explicitamente quando da interrupção das atuações das instituições na região, fruto do encerramento de projetos ou falta de verbas⁷⁰, e onde se percebe a ainda falta de maturação deste projeto, não chegando a internalizarem-se enquanto uma coletividade autônoma, embora a integração técnico-produtiva entre as comunidades tenha criado uma relação de interação entre elas, percebida através de algumas ações que já começaram a ocorrer, como a formação de uma tabela comum de preços para os produtos das associações, bem como foi elaborado um regimento interno entre as comunidades de Santa Brígida e de Euclides da Cunha para permitir uma melhor compreensão das regras de convivência.

⁷⁰ Em meados de 2013 os trabalhos do ICMBIO, da Loro Parque Fundación, do Instituto Arara Azul, do SEBRAE, do MJB e da Overbrand foram interrompidos no nível de campo por falta de recursos financeiros disponíveis.

Figura 17: Mapa de atuação institucional.
Fonte: Levantamento de campo (elaborado pelo autor).



3.2. Polo da Palha do Licuri: territorialização através da cultura

Como vimos na contextualização anterior de nosso recorte geográfico, tratamos aqui de uma territorialidade formada por dimensões sociais, simbólicas e físicas, que se conforma sobre uma parcela do espaço através de um processo de construção, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados, não necessariamente nessa ordem. Este processo de construção de territórios merece destaque, segundo Emilia Godói, pois “*confere ao território um caráter plástico, isto é, em permanente conformação*”. (GODOI, 2014, p.8-9)

Considerando que um território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais sujeitos sobre determinado espaço, conforme indica Vinicius Lages (2004), como também, segundo Murilo Flores, que sua “*identidade está fortemente ligada aos aspectos culturais expressos nos saberes-fazer locais e que colocam esse território em comunicação com outros indivíduos e grupos*” (FLORES, 2003, p.90), a experiência que aqui apresentamos, a da formação de um território produtivo cuja base é sua matriz cultural e ambiental, nos faz acreditar em uma noção territorial que vai além de limites geográficos, mas que tenham em sua territorialidade a matriz de sua conformação, e uma dinâmica social e econômica que “*permita a valorização dos produtos do território a partir de sua própria identidade cultural*”. (Ibid., p.95)

Identidade, na visão de Manuel Castells, é a fonte de significado e experiência de um povo, podendo esta ter seu significado construído como também ser composta por múltiplas identidades. Em um contexto marcado por relações de poder, a identidade pode também ser formada a partir de instituições dominantes, quando esta é internalizada pelos seus sujeitos, construindo assim seu significado⁷¹ baseado em tal internalização. (CASTELLS, 2008, p.22).

Buscamos assim identificar neste processo de construção do território o papel da dimensão simbólica, dimensão esta descrita aqui como um “*conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por num determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade*”, e como este se relaciona com a dimensão econômica, ou seja, como “*formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização*”. (LAGES, BRAGA e MORELLI, 2004, p.27)

⁷¹ O autor entende significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”. (CASTELLS, 2008, p.23)

Para tanto, utilizamos como suporte de entendimento desta correlação a produção material baseado no trabalho imaterial, característica do “*trabalho vivo, que existe como processo e como ato, no compartilhamento de informações e linguagens*”, e cuja socialização, distinto das dinâmicas de exclusão e captura, corresponde à territorialização do desenvolvimento. (SILVA e COCCO, 2006, p.220)

Esta socialização, que ora se apresenta através da perpetuação dos saberes e fazeres locais, é a mola propulsora de um processo de construção de um território onde o trabalho material e imaterial se encontram. E é pela transmissão dos conhecimentos adquiridos empiricamente e através das gerações que este território vem se conformando através do *Projeto Pólo da Palha do Licuri*.

Este projeto de arranjo produtivo apresenta-se como um processo de organização setorial e territorial, em uma tentativa de reunir comunidades produtivas que desenvolvem produtos com a mesma matéria-prima, a partir do aumento da capacidade produtiva regional, construindo uma relação de consciência de coletividade e respeito de suas diferenças, mas coesas nas suas visões de respeito e preservação do meio ambiente e de buscas conjuntas a problemas sociais e econômicos.

Na região semiárida baiana a formação de um território produtivo aparece como uma interessante alternativa de inserção social, ocupação, geração de renda, fortalecimento da autoestima e da identidade cultural da região, visto que estas comunidades convivem em plena zona rural e no coração da caatinga baiana, onde são pouquíssimas as oportunidades de empregos fixos.

Tal proposta surge inicialmente como uma alternativa técnica para solucionar inicialmente problemas de escala de produção e aumento de comercialização. Com o decorrer do tempo e das ações, incorpora-se à proposta questões de preservação cultural, gestão associativa, preservação ambiental, aumento de autoestima, melhoria de infraestrutura e educação ambiental.

Após o início da inserção da técnica artesanal do trançado do licuri e a formação de um grupo produtivo de artesanato tradicional de trançado e entalhe de madeira, bem como deste grupo se mostrar ativo após alguns anos, outras ações que visavam o crescimento e ampliação da atividade são propostas, em especial ações relativas ao possível impacto ambiental que a atividade pudesse causar ao bioma regional.

Este processo ocorre sem uma organização ou governança formal, não havendo assim um planejamento estruturado, o que faz com que lacunas ocorram e que afetem a dinâmica deste processo. Outra característica é o fato de ser uma proposta que se inicia através de agentes externos, técnicos de campo das ações institucionais que se aproximam daquele contexto criando relações duradouras revertidas na continuidade de projetos ali executados.

Como descritos em capítulo anterior, entre os anos de 2008 e 2009 foi elaborado (e implementado) o *Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do Licuri* no município de Santa Brígida. O documento gerado tinha como objetivo a adequação e o licenciamento ambiental da atividade artesanal desenvolvida pela Associação dos Artesãos de Santa Brígida, conforme a legislação vigente, e visava a gestão do uso sustentável dos recursos naturais existentes na região, disciplinando o manejo das retiradas das folhas da palmeira, cujas fibras são utilizadas na produção artesanal, preservando em longo prazo a fonte desta matéria-prima.

Esta ação teve grande importância para o fortalecimento da proposta de um território produtivo na região, pois demonstrava existir na proposta um respeito à preservação do meio ambiente alinhado que questões de geração de renda e preservação cultural. Tanto que a partir da implantação deste plano, e da percepção e sensibilidade das instituições que atuam com a preservação ambiental, representada pelas equipes de campo do CEMAVE/ICMBio e o IBAMA, foi publicada uma *Instrução Normativa 191*⁷² permitindo a adequação ambiental legal das atividades desenvolvidas por comunidades como a de Santa Brígida, e que repercutem nas outras regiões, acabando assim com o problema da ilegalidade ambiental da retirada da palha do licuri, problema este que afligia a comunidade com receio de serem ‘pegos pelo IBAMA’, haja vista estas palmeiras estarem em área de presença da Arara-azul-de-lear (SEMEAR AMBIENTAL, 2009). Posteriormente ações pontuais apoiadas pelo IBAMA e ICMBio ocorreram de forma a fortalecer o conhecimento adquirido, criando um protocolo mínimo com diretrizes técnicas e recomendações para o manejo da espécie.

Tal conjunção de ações ocorrem inicialmente de forma pontual, com ações de projetos independentes, não articulados entre si, mas que no decorrer do tempo e das interações pontuais, consolidam uma ideia de formação de um território produtivo que possibilitasse o desenvolvimento de oportunidades econômicas para as comunidades que estivessem nas áreas

⁷² Instrução Normativa IBAMA nº 191 de 24/09/2008, proíbe o corte do licuri (*Syagrus coronata*) nas áreas de ocorrência natural desta palmeira nos Estados que especifica, até que sejam estabelecidas normas de manejo da espécie. (Fonte: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/INO191-240908.PDF>)

de ocorrência da Arara-azul-de-lear, criando assim uma ambiência de apoio à preservação do bioma. De forma gradual houve as integrações entre as comunidades, que foram recebendo as capacitações técnicas vindas dos artesãos mais capacitados, como também de capacitações de gestão associativa realizadas pelas instituições.

Com relação ao crescimento dos integrantes deste arranjo, podemos perceber na linha de tempo (**GRÁFICO 6**) que o crescimento ocorre basicamente em três etapas até o momento.

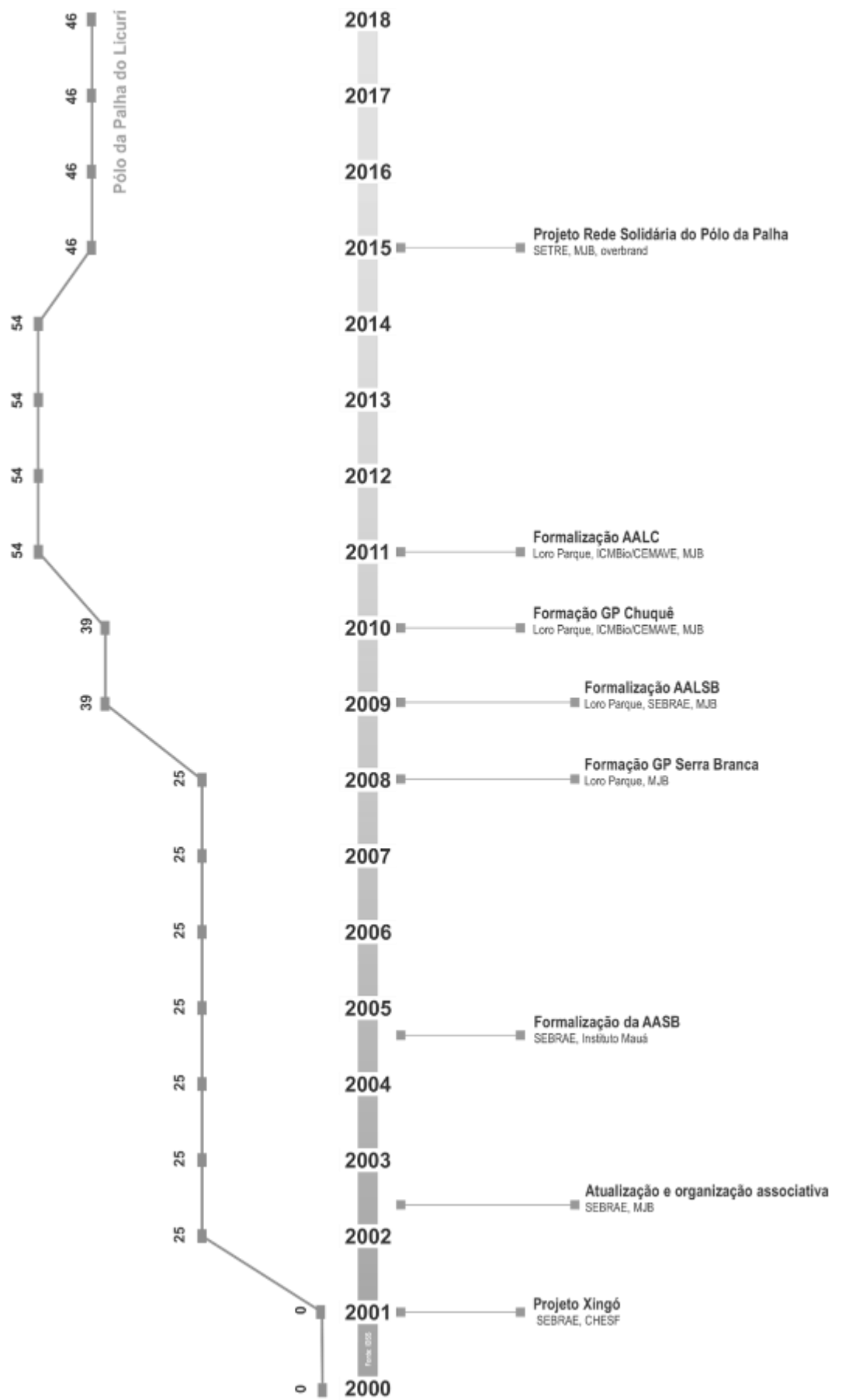
Na primeira, fruto da formação inicial de um grupo produtivo de artesanato durante a execução do *Projeto SEBRAE Xingó* em 2000, e onde foram capacitados 25 pessoas na técnica do trançado de palha do licuri no município de Santa Brígida, e onde o povoado de Morada Velha destaca-se pelo seu maior número de participantes como pelo domínio da técnica. Após a primeira capacitação técnica, foram realizadas novas atividades de repasse técnico entre outros povoados do município, agregando-se aí novos integrantes. Também identifica-se o incremento da técnica do entalhe de madeira caída entre as técnicas produtivas. Hoje a comunidade, junto com outra comunidade de Araújo, integra o núcleo produtivo ainda ativo, sendo constituído de 19 artesãos.

Em uma segunda etapa, com o repasse feito pelos artesãos mais experientes do povoado de Morada Velha ao povoado de Serra Branca, em Euclides da Cunha, e onde são formados inicialmente 20 artesãos, que se organizam e posteriormente formam a Associação de Artesãos de Lear de Serra Branca (AALSB), hoje constituída de 12 integrantes. Nesta etapa já se percebe haver uma integração entre os dois grupos, mas de forma esporádica e através das ações das instituições na região.

No que aqui chamamos de uma terceira etapa, há a integração de outros grupos, fruto do sucesso da transmissão dos saberes entre as duas comunidades anteriores, Morada Velha e Serra Branca. Através de projetos institucionais, é proposto a formação de um novo núcleo produtivo no Assentamento Chuquê, em Jeremoabo, sendo realizada uma oficina de capacitação feita pelos artesãos de Morada Velha, e onde são capacitados novos artesãos.

Gráfico 6: Linha temporal de crescimento dos integrantes do Projeto Pólo da Palha do Licuri

Fonte: elaborado pelo autor



Seguindo o modelo de organização aplicado nos dois grupos iniciais, este novo grupo é provocado a se formalizar, constituindo assim a Associação de Artesãos Arara Azul de Lear de Chuquê (AALC), hoje com 15 integrantes.

A partir do ano de 2015, os mestres artesãos de Morada Velha, são convidados pela Prefeitura Municipal de Santa Brígida para realizarem capacitações nas escolas municipais da zona rural, em um programa de qualificação técnica, e onde são feitas pequenas oficinas técnicas junto com os alunos de 14 comunidades rurais daquele município, embora ainda não se tenha conhecimento da formação de núcleos produtivos nestes povoados.

Este último movimento de capacitação de novos artesãos na região não tem um direcionamento para formação de novos produtores e de geração de renda, mas sim de preservação cultural através da apropriação de uma técnica tradicional, sensibilizando os jovens estudantes da importância da preservação ambiental e da possibilidade de terem através da cultura e da natureza possibilidades futuras de atividade econômica.

A proposta de formação deste território produtivo abrange hoje os municípios baianos de Santa Brígida, de Jeremoabo e Euclides da Cunha, sendo composta diretamente por 86 pessoas, além das comunidades onde estão sendo realizadas ações de capacitação técnica pela Prefeitura Municipal e ainda não chegaram a formar núcleos produtivos ativos. Na tabela abaixo (**TABELA 8**) detalhamos a composição dos núcleos produtivos e seus integrantes, sendo que os números têm variado frente às dificuldades e oportunidades individuais que surgem na vida dos seus integrantes.

Tabela 8: Grupos / povoados capacitados pelos integrantes de Morada Velha

Município	Grupo / Povoado	# Integrantes	Status em 2018
<i>Grupos ativos</i>			
Santa Brígida	Morada Velha	19	Grupo inicial. Grupo organizado e produzindo.
	Sede	22	Grupo inicial acabou. Formação de novos artesãos.
	Araújo	10	Grupo esparso, mas produzindo junto com Morada Velha
Euclides da Cunha	Assent.Serra da Chapada	20	Grupo organizado e produzindo.
Jeremoabo	Assent.Chuquê	15	Grupo organizado e produzindo.
<i>Comunidades capacitadas</i>			
Santa Brígida	Barriguda		Formação de novos artesãos.
	Ingazeira		Formação de novos artesãos.
	Minuim		Formação de novos artesãos.
	Riacho Fundo		Formação de novos artesãos.
	Bují		Formação de novos artesãos.
	Marancó		Formação de novos artesãos.
	KM 40		Formação de novos artesãos.

Km 42	Formação de novos artesãos.
Colônia	Formação de novos artesãos.
Burí	Formação de novos artesãos.
Canabrava	Formação de novos artesãos.
Projeto Esperança	Formação de novos artesãos.
Macambira	Formação de novos artesãos.
Bandeira	Formação de novos artesãos.

Fonte: Levantamento de campo.

Assim, de certa forma organicamente, os grupos começam a se integrar, embora ainda sem uma visão de um coletivo, mas sim, de um arranjo produtivo de interesse comercial, como veremos nos depoimentos adiante.

Tal crescimento de integrantes de um arranjo tendo como base uma matriz produtiva única começa a consolidar-se, ainda de forma não institucionalizada como um território produtivo. Esta consolidação é refletida através de uma produção integrada e de ações de comercialização conjuntas, como, no âmbito dos agentes institucionais presentes, em uma ação de desenvolvimento territorial através da preservação ambiental e da geração de oportunidades econômicas expressas através dos documentos técnicos gerados pelas suas intervenções.

Visto desta forma poderíamos entender que haveria uma sinergia de entendimento da proposta entre os sujeitos integrantes deste. Buscou-se assim junto aos sujeitos beneficiários destas ações saber qual o entendimento destes sobre a proposta. E através do resgate de depoimentos dos integrantes do núcleo produtivo de Morada Velha, feitos no decorrer as atividades dos projetos realizados entre os anos de 2015 e 2018, podemos perceber algo como um estreitamento do entendimento da proposta de um polo de desenvolvimento territorial.

Uma das principais lideranças do local, *Zé Valdo* (C3), mestre artesão que trabalha com esculturas em madeira de umburana caída e primeiro presidente da Associação de Artesãos de Santa Brígida, entende como sendo a proposta do *Polo da Palha do Licuri* uma forma de incremento produtivo voltado para o mercado.

Na minha opinião, o polo da palha é a maneira mais fácil que a gente encontrou, é, de ter produção, mais, de ter volume de produção, pra atender a demanda do cliente que tá querendo fechar com a gente, algum mercado, uns lojistas de um porte maior, e está querendo fechar com a gente e a gente tem dificuldade. E fazer [...] fechar este pedido [...] por que a produção que a gente tem é pequena [...] a gente teve a ideia [...] a ideia do polo é crescer o numero de peças pra poder a gente dar conta da demanda. (C3, 27/5/2015)

Outra liderança local, *Zé de Rita*, atual presidente da *Associação de Artesanato de Santa Brígida* (AASB) e mestre artesão que trabalha com o trançado da palha do licurí, tem uma visão do PPL como uma formação de uma coletividade produtiva visando o atendimento das demandas de mercado.

PPL é mais um parceiro que veio ajudar. É como se fosse uma cooperativa que veio pra abrir novas portas [...] PPL é um grupo que se divide em 3 comunidades que tamos trabalhando unidas para suprir as necessidades dos nossos clientes [...] acredito que seja isso, um grupo de associações. (C1, 29/6/2018)

As lideranças fazem parte da primeira geração de produtores da localidade, que por sua vez formaram novos integrantes nas técnicas artesanais, criando uma opção econômica para os moradores da localidade, muitas vezes familiares ou agregados. Entre os integrantes das gerações mais novas, quando questionados sobre seu entendimento do que seria o *Polo da Palha do Licurí*, entendem que além da questão de aumento da escala de produção e consequentemente incremento de renda, existem valores subjetivos a serem considerados.

O que eu entendo por polo da palha é um grupo de 3 comunidades no qual procuram um objetivo que é melhora do nosso trabalho, ou seja, melhora que eu digo é união para [...] pra poder, como é que diz, segurar propostas, pra que vem pra gente, pra gente conseguir fazer, e proteger mais a questão do, da arara, como tipo conscientização de derrubada de coqueiro, que é o alimento da arara azul. Bom é isso. E o que eu entendo, né. (E7, 29/6/2018)

Fomos buscar também no entendimento dos outros sujeitos do processo de formação deste polo, nas duas outras comunidades, Serra Branca (em Euclides da Cunha) e Chuquê (em Jeremoabo) seus entendimentos sobre o *Polo da Palha do Licurí*.

Para os integrantes do grupo produtivo de Serra Branca, em Euclides da Cunha, Jucileide dos Santos (presidente da Associação dos Artesãos de Lear de Serra Branca), Genildo Santos e José Amilton, o *Polo da Palha do Licurí* tem um significado voltado para a questão da coletividade e do processo de trabalhar em conjunto.

A gente tem mais oportunidades, mostrar mais qualidade nas nossas peças, ter mais conhecimento de outros colegas, dividir dúvidas e procurar concertar o que está errado. (Jucileide dos Santos, 05/8/2018)

É nossa rede solidária, com as três comunidades. Não é Serra Branca, Santa Brígida e Chuquê individual. Pólo é polo. São as três juntas. (Genildo, 05/8/2018)

O meu pensamento quando foi criado o polo é um conjunto de, tipo uma família, como se fosse tudo da mesma comunidade. Eu diria que

o polo hoje, o meu pensamento é justamente isso. A gente poder produzir mais, a gente ter um padrão de qualidade excelente, cada vez mais, porque quanto mais pessoas diferentes, mas uma única finalidade. O meu pensamento é esse. Que a gente possa atender o cliente, que a gente possa ter condições de escoar, cada vez mais ter produção para comercializar. Porque numa pequena comunidade única, ela por mais que seja 100% de produção, por mais que seja 100% de qualidade, ela não ver dar conta das demandas. Então o objetivo do polo é a gente ter alinhamento de, como disseram ai, alinhamento de contato, de dialogo entre as comunidades. A gente te se comunicando. O objetivo do polo é comunicação, justamente isso, porque são comunidades diferentes, mas que a gente tá trabalhando o produto e a gente tem que ter aquela comunicação pra não correr o risco de se cometer erro de tamanhos, de cores diferentes, porque assim o artesanato hoje não é uma maquina pra você colocar lá e vai sair igual a de todos, mas tá alinhar, aproximar o mais possível, o mais próximo possível as peças, tanto as peças que as meninas começaram a fazer, os pássaros [...] a gente tentar aproximar o Maximo possível as peças uma das outras. E também a gente aproximar as pessoas das outras comunidades com o mesmo fim que é gerar alguma renda. (José Amilton, 05/8/2018)

Já para Fabiano Lima, artesão do entalhe de madeira e presidente da Associação de Artesãos de Lear do Chuquê, em Jeremoabo, o entendimento da proposta de um polo volta-se para o fortalecimento da atividade econômica como elo de fortalecimento dos grupos.

O Polo da Palha do Licuri significa fortalecer o artesanato e intercâmbio entre as associações, produzir mais, com melhorias nos produtos e poder atender a todas as demandas. (Fabiano Lima, 27/5/2015)

Entre os agentes institucionais atuantes na região, procuramos saber do técnico George Arapirada, representante do MJB, que atua com os grupos desde seu início e que tem papel importante no dinamismo das ações que lá ocorreu, sendo por vezes agente de campo executor de atividades de capacitação e por vezes agente institucional articulador de ações de fomento e desenvolvimento da proposta. Para este, que também é sujeito do processo, a proposta de formação de um polo produtivo é uma ação processual e inovadora, que permita agregar outros setores econômicos além do artesanato.

Então o *Polo da Palha do Licuri* ele é esta reunião, esta tentativa, do MJB junto com seus parceiros (Overbrand, SEBRAE, SETRE e Governo do Estado), que visa, a partir deste experimento, quem sabe desenvolver uma célula de desenvolvimento territorial nesta região, com o artesanato, envolvido também na questão do turismo local, como oportunidade de trocas de saberes, de levar este saber hoje que já é intrínseco desses grupos para outras regiões do estado onde nós temos o licuri, a matéria prima. O *Polo da Palha do Licuri* é todo esse processo. (George Arapiraca, 11/10/2018)

Percebe-se assim que a despeito da atividade produtiva executada pelos artesãos pressupor valores como respeito ao meio ambiente e a coletividade, a questão de aumento da escala de produção para incremento de renda, ou seja, valores relacionados com o mercado são mais fortes no entendimento da formação de uma organização de trabalho coletivo. Eles se veem, enquanto organismos associativos locais, ainda não integrados entre si, fazendo parte de um processo pontual, não só em termos de objetivo, mas na construção de uma coesão social que possibilite seu fortalecimento e os apoie na busca de uma melhoria de qualidade de vida mais ampla, que vá além da econômica.

Como essas comunidades estão localizadas nas áreas de ocorrência da Arara-azul-de-lear, o licuri passou a ser não apenas importante para essas aves, mas também para as comunidades, desenvolvendo uma produção do artesanato de palha com consciência ambiental, especialmente no que concerne ao licuri e as ararinhas azuis. Este elo de ligação oriundo das características ambientais presentes entre as comunidades, pouco citados pelos seus interlocutores, os conecta, criando o que Manuel Castells (1999, p.79) denominou de uma “*identidade distintiva*”.

Em um movimento que surge das ações institucionais presentes, o grupo é provocado a buscar construir uma representação visual que os represente, os diferenciando dos demais, a despeito de terem um elo de ligação citado.

Tal distinção é percebida através das representações simbólicas utilizadas como manifestação de sua identidade enquanto grupo, apoiando-se nos seus próprios meios. Por exemplo, da madeira de umburana caída e reaproveitada são produzidas réplicas da fauna local para decoração e objetos. Em Morada Velha, cujo símbolo definido pelo grupo de forma participativa em 2004, é o Galo de Campina, ave típica da região e que é a representação mais característica daquele núcleo produtivo, embora produzam outros representantes da fauna local, como a garça, o nambu e a própria ararinha. Já em Serra Branca, o símbolo definido pelo grupo por volta de 2009-2010, é a Arara-azul-de-lear, sendo a representação simbólica mais utilizada na sua comunicação e na sua produção. No grupo produtivo formalizado mais recentemente, Chuquê, o Tatú-Bola é o principal elemento escolhido e entalhado pelos artesãos, mesmo sendo a ararinha um elemento bastante presente na região.

Durante o período de 2015-2016 foi sugerido aos três grupos que escolhessem como gostariam de ser representados, na conformação deste território produtivo, sendo definido que

a Arara-azul-de-lear os representaria, como inspiração e como apoio à causa ambiental (FIGURA 18).

Figura 18: Imagem dos produtos e dos símbolos.



Fonte: elaborado pelo autor.

Há, assim, um vínculo muito forte com a questão das representações físicas de elementos simbólicos dos contextos das comunidades estudadas, bem como um entendimento de que a integração das comunidades participantes desta proposta de um território produtivo tem uma vinculação não só com esta representação física, expressa pela sua produção artesanal, mas com a questão de suprimento das necessidades econômicas através da comercialização desta produção, percebendo no mercado uma saída para seus problemas sociais e econômicos.

Embora tenham buscado uma forma de expressarem visualmente sua identidade (através de provocações externas) e que esta representa a formação de uma coletividade integrada por valores sociais, culturais e ambientais, seus integrantes ainda não percebem a força social e política da construção desta coletividade atrelada à melhoria da qualidade de vida e cidadania.

3.3. Os desafios e conquistas desta proposta

Em uma sistematização do processo de consolidação do *Projeto Pólo da Palha do Licuri*, explanado anteriormente, pudemos notar que há uma evolução nos dados colhidos tanto em termos econômicos como de integração, institucional ou espacial. Tal evolução se apresenta em termos de crescimento da receita obtida através da comercialização dos produtos artesanais, da diminuição de saída e ingresso de novos integrantes, da formação de novos artesãos, da aproximação e articulação entre os agentes institucionais, e da abertura de novas frentes de comercialização.

No recorte temporal de 18 anos (2000-2018) adotado nesta pesquisa, e frente às crises econômicas e políticas que o país tem passado, o fortalecimento desta atividade produtiva, em um contexto socioeconômico como o semiárido brasileiro, demonstra certa evolução.

Mas uma questão se apresenta como a ser acompanhada com atenção. Como pudemos perceber, a aproximação de agentes institucionais teve papel importante nesta curva de evolução dos parâmetros encontrados. Estes chegam através de seus *discursos de desenvolvimento* direcionadas a objetos específicos, o que, segundo Ester Limonad, substitui o tradicional colonialismo por uma “*manifestação histórica concreta da capacidade do pensamento hegemônico de cada período em fazer aparecer e prevalecer uma visão, a sua*”. (LIMONAD, 2013b, p.128-130)

Buscou-se, assim, o confronto entre os resultados concretos deste período de interação agentes/sujeitos de forma a perceber como tal relação se apresenta tanto em termos dos parâmetros definidos como indicadores de resultados sociais e econômicos, como em termos de percepções dos sujeitos frente a tal interação.

Nesta busca por uma parametrização que pudesse formar uma base de demonstração da evolução anual de indicadores sociais elaboradas através uma leitura periódica do contexto pesquisado (algo difícil de ser conseguido haja vista não se ter dados sociais de regionalidades como distritos e povoados), valemo-nos, da análise de dados que refletissem duas características distintas, mas que se inter-relacionam.

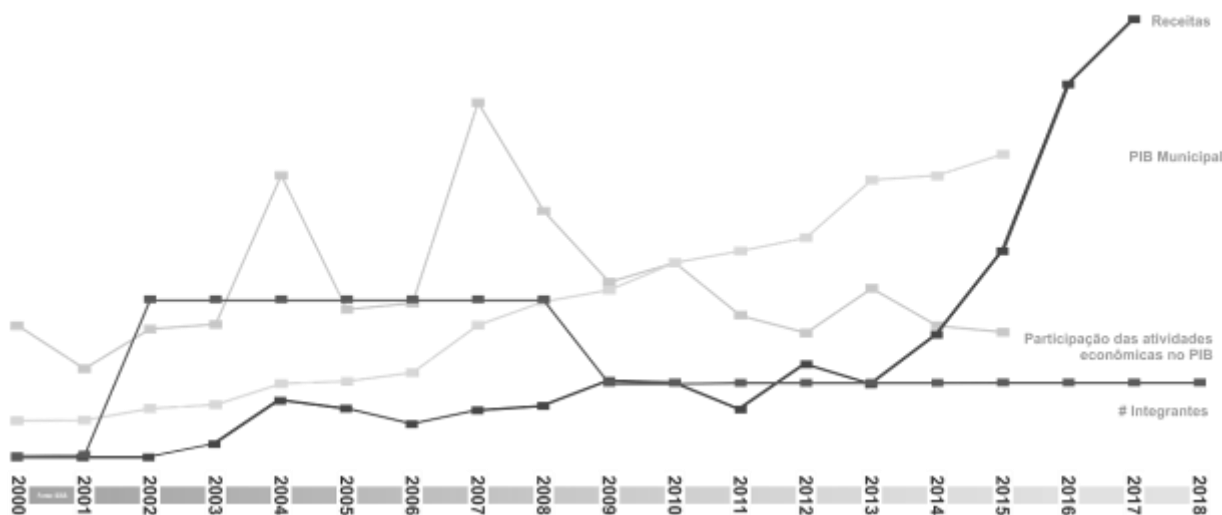
O primeiro tipo, endógeno à realidade do território, tem relação com a evolução ocorrida na receita auferida com a produção artesanal, no decorrer do período de 2000 a 2018, dados estes colhidos através da leitura dos livros caixa e dos registros da associação comunitária, e

também na observação dos integrantes dos grupos produtivos, moradores da região que foram capacitados pelos integrantes mais antigos e que tem buscado na atividade artesanal uma oportunidade de trabalho e renda.

O segundo tipo de dado colhido, este exógeno à realidade dos integrantes da região, embora indiretamente os envolva, são os dados secundários estatísticos, provenientes do IBGE e com recorte temporal que vai de 2000 até 2015⁷³, havendo neste um recorte setorial da participação das atividades econômicas no PIB municipal. Entre as atividades econômicas do PIB municipal utilizou-se o segmento agropecuário como setor que pudesse se correlacionar com a atividade artesanal, haja vista tratar-se de uma atividade ali executada com esta característica, salientando o fato de no município do setor da agricultura e pecuária tradicional não ser uma atividade de forte representação na econômica local⁷⁴.

Tais dados quantitativos, que podem nos apresentar uma movimentação anual através de dados mensuráveis, foram confrontados com o histórico da participação institucional junto aos integrantes do *Polo da Palha do Licuri* no decorrer do período pesquisado de 2000 a 2018.

Gráfico 7: Gráfico comparativo da evolução anual dos indicadores coletados



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁷³ A base de dados municipais do IBGE vai até o ano de 2015.

⁷⁴ Entre os dados pesquisados no IBGE, apenas no Censo Agropecuário de 2006, na categoria de Agricultura Familiar, foi encontrada citação da atividade artesanal como componente da categoria econômica, e naquele ano, representando apenas 0,07% da receita obtida pelos estabelecimentos pesquisados na Bahia. (Fonte: Perfil da Agroindústria Rural no Brasil (IPEA) / Censo Agropecuário 2006 (IBGE))

No **GRÁFICO 7** podemos então visualizar o confronto entre tais informações coletadas, salientando que os dados quantitativos coletados devem ser relativizados, de forma a se fazer uma comparação de ritmo e dinâmica de suas evoluções anuais.

Em termos econômicos podemos perceber neste *timeline*, a despeito do crescimento do PIB no município de Santa Brígida ter apresentado ritmo de crescimento, a participação da produção no setor agropecuário manteve uma tendência não linear de baixa, indicando que a atividade não teve representatividade no crescimento da economia municipal.

Considerando que a atividade da produção artesanal na região é realizada nas comunidades situadas na zona rural e que, a luz do conceito de pluriatividade, trata-se de uma especificidade da agricultura familiar (ESCHER e outros, 2014), e também, sendo uma atividade informal e de difícil mensuração no Censo Agropecuário, ao levantarmos as receitas obtidas com a comercialização desta tipologia produtiva podemos perceber um ritmo de crescimento relativamente constante, com uma alta nos últimos cinco anos.

Esta correlação nos mostra que embora a atividade artesanal não esteja inclusa nos dados oficiais censitários, representa, naquele contexto, uma fonte de receita de grande importância para o povoado, a despeito da atividade econômica da zona rural municipal apresentar indicativos de queda, ali representada pelo segmento agronegócio na composição do PIB local.

Outro ponto a se analisar é a correlação entre o crescimento das receitas com a atividade artesanal e a capacidade produtiva do local. Tomando como base, através da comparação na curva de integrantes com a curva de receitas, que tal incremento econômico tem uma relação com o desenvolvimento da capacidade produtiva daquele grupo, pois como toda atividade artesanal, trata-se de uma atividade manual, o crescimento do ingresso de receitas provém de características como: fortalecimento daquele grupo enquanto núcleo produtivo; com um processo de organização técnica, fruto de capacitações e assistências recebidas por instituições; com sua organização enquanto ente associativo, e conseqüente estruturação legal administrativa; e com sua consciência coletiva, de agregação e formação de novos integrantes.

Da mesma forma este crescimento tem relação com a participação institucional na região, que cresceu e se diversificou no decorrer do período pesquisado, como podemos perceber na parte inferior do gráfico, ampliando suas capacidades técnicas e de comunicação, bem como inserindo-os em um mercado institucional.

Categorizamos anteriormente estes agentes institucionais em três tipos: os vinculados à preservação ambiental, as instituições governamentais e paragovernamentais, e as organizações do terceiro setor vinculadas a projetos socioeconômicos. Nesta diversidade de perfil institucional ocorre uma tensão natural (e por vezes óbvia) entre o agente preservacionista e o agente desenvolvimentista, com seus interesses antagônicos e que se utilizam de um discurso do desenvolvimento sustentável, como podemos observar nas descrições das principais instituições presentes:

- **SEBRAE:** O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada que promove a competitividade e o **desenvolvimento sustentável** dos empreendimentos de micro e pequeno porte⁷⁵.
- **MJB:** A Associação Movimento João de Barro (MJB), é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, a nível federal, com titulação também de Organização Social – OS, a nível estadual (Bahia), sem fins lucrativos, apartidária, sediada em Salvador, Bahia, fundada em 1990, formada por profissionais liberais e multidisciplinares (agronomia, administração, advocacia, economia, engenharia, psicologia, dentre outros) com o objetivo de promover, apoiar, elaborar, coordenar e executar projetos e ações voltados para o **desenvolvimento local sustentável**⁷⁶.
- **Loro Parque Fundación:** Nossa missão é conservar as espécies silvestres e seus habitats, por meio de **educação ambiental**, pesquisa, programas de criação responsável e atividades desenvolvidas com as comunidades locais. Papagaios e cetáceos são nossos embaixadores da natureza nesta área⁷⁷.

⁷⁵ Fonte: <http://sebrae.com.br>

⁷⁶ Fonte: <http://movimentojoaodebarro.org.br>

⁷⁷ Fonte: <http://loroparque-fundacion.org>

- ICMBio: A missão do Instituto Chico Mendes é proteger o patrimônio natural e promover o **desenvolvimento socioambiental**⁷⁸.
- AGENDHA: A Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, **Desenvolvimento Humano e Agroecologia**, criada em 2002, foi oficialmente institucionalizada como Organização Não Governamental em 22 de setembro de 2003, com sede em Paulo Afonso/BA, atuando prioritariamente na região Nordeste, interagindo ao nível local, estadual, regional, nacional e internacionalmente, através de várias linhas de ações socioambientais, ecofeministas e de incidência em políticas públicas, com uma equipe multidisciplinar para desenvolver diversas iniciativas tanto no meio urbano quanto rural, especialmente junto aos Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar⁷⁹.

Tais agentes levam suas visões desenvolvimentistas para as ações que desenvolvem, e através desta diversidade de discurso propõem uma transformação do estado das coisas, configurando um discurso de poder, segundo Ester Limonad (2013b). Tais visões e abordagens de desenvolvimento das instituições encontradas na região pesquisada têm sua base na preservação e no empreendedorismo econômico ligados ao meio ambiente, esvaziando o sentido social da questão ambiental e assim viabilizam a

[...] instrumentalização da ideia de sustentabilidade para a preservação ambiental, em consonância com os interesses hegemônicos [...] pois, a ambientalização da questão social, entendida aqui como a incorporação da dimensão ambiental a teoria social crítica (Lopes, 2006, p.34), ao envolver, a um só tempo, instituições internacionais, Estados nacionais, diferentes esferas de poder e distintos agentes e atores sociais, cada qual com interesses e concepções próprias, permite sua complexificação em diversas escalas. (LIMONAD, 2013a, p.126-130)

Neste cenário resta aos sujeitos sociais, sem meios de comando ao uso do seu território, a adaptação, frente aos agentes presentes, dotados de condições privilegiadas que usam o

⁷⁸ Fonte: <http://icmbio.gov.br>

⁷⁹ Fonte: <http://agendha.org.br>

território como base de sua reprodução, tornando o uso do território um contexto relacional. (CANTELMO, 2015)

O confronto destes *poderes* na região pesquisada ocorre não só na relação agente/sujeito, mas também nas relações agente/agente. Por se tratar de uma atividade produtiva que se utiliza da matriz ambiental como insumo, as instituições que atuam com uma visão mais preservacionista tensionam o território para uma manutenção da natureza e para uma exploração menos extrativista. De outra forma, as instituições cuja visão tende para o desenvolvimento sócio econômico buscam novas soluções que se utilizam do patrimônio ambiental e cultural local como insumo produtivo.

A conflitualidade de interesses tendo por referência o território e a assimetria das relações de poder entre as esferas pública e privada, os pequenos e grandes produtores e os agentes locais e globais relacionados com a mudança ambiental, social, econômica e cultural, contribuíram para minar seriamente as perspectivas de desenvolvimento sustentável aos níveis local e regional. (ROCA, 2002, p.3)

Percebemos que tal tensão gera um ambiente no qual os *dois lados da corda* mantém um equilíbrio que até então tem gerado resultados positivos, tais como a atualização das normas de uso e manejo das áreas do licurí, a manutenção da atividade do artesanato tradicional local como atividade econômica principal, o aumento da participação destes sujeitos sociais em ambientes de discussão, fixação das pessoas no local, entre outros.

Como toda tensão é dinâmica, ainda são identificados pontos a serem analisados e mantidos atentos pelos diversos sujeitos deste processo.

A ampliação dos núcleos produtivos e dos seus integrantes gerará (e demandará) o aumento da escala de produção. Como consequência far-se-á necessário o acesso a uma quantidade maior de matéria-prima como também uma melhor organização produtiva. Com relação à necessidade maior dos insumos produtivos, foram identificadas a implementação de áreas de manejo encontradas em dois dos três núcleos já instalados, bem como ações de educação ambiental executadas pelas instituições ali atuantes, como ICMBio, AGENDHA e MJB. Já a organização do processo produtivo tem sido acompanhada por instituições como SETRE e SEBRAE, através de suas ações de monitoria produtiva e capacitações técnicas, salientando, entretanto, a problemática da inconstância destas ações por problemas de recursos ou políticos.

Com o aumento da capacidade produtiva fruto do crescimento das vendas, em especial fruto as ações promocionais institucionais, existe a preocupação de ocorrência de problemas como estrangulamento da produção, haja vista sempre existir uma capacidade máxima de produção fruto da atividade manual. O equilíbrio entre capacidade de produção e demanda do mercado é algo que se deve exteriorizar, para que haja a aderência do mercado consumidor às características daquele tipo de produção, que se vincula às diretrizes do Mercado Justo⁸⁰ e do Consumo Consciente⁸¹, sem que haja perda do aspecto artesanal e tradicional daquela atividade produtiva.

Da mesma forma que há um aumento da produção também há o aumento dos valores cobrados, e mais ainda, da formação de preços mais justos e condizentes com os custos de produção e seus valores simbólicos, em uma relação mais equilibrada entre a valorização econômica e a simbólica. Esta expressão econômica dos produtos também demanda uma aproximação com mercados que os valorizem como também da eliminação de intermediadores comerciais com estes novos mercados.

Ricardo Gomes Lima entende que uma das formas de preservação das representações culturais como o artesanato brasileiro é através da sua interação com novos mercados que entendem e valorizam suas características.

Ao contrário do receio manifestado pela poeta e folclorista [Cecília Meireles], de que o processo de industrialização mundialmente crescente viesse a concorrer para o desaparecimento da forma artesanal de produção dos objetos, a análise do presente caso evidencia a existência de nichos na sociedade contemporânea urbana em que o artesanato pode encontrar espaço para existir, o que revela como mundos altamente industrializados prosseguem demandando produtos artesanais. (LIMA, 2012, p.424)

Um aumento da demanda necessitará também de uma melhoria no processo de transporte, por se tratar de uma produção local em áreas carentes de infraestrutura logística, afora o fato do custo inerente ao processo de transporte, tais como frete e embalagem.

A preservação de uma atividade cultural tradicional e a sua manutenção através das gerações tem sido um desafio contemporâneo, pois com o advento das novas tecnologias, o saber-fazer pode ser relegado a um segundo plano, frente ao *ready made*. Da mesma forma

⁸⁰ Trata-se de um movimento social e uma modalidade de comércio internacional que busca o estabelecimento de preços justos, bem como de padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovendo o encontro de produtores responsáveis com consumidores éticos. (Fonte: <http://brfair.com.br/>)

⁸¹ Consumo consciente ou responsável significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos, animais e não provoque danos ao meio ambiente. (Fonte: <https://www.akatu.org.br/>)

que uma linha tênue surge entre preservação que a mantém reclusa e a sua mercantilização que a joga na lógica de mercado. Neste sentido o aumento da publicização dos grupos e de sua produção apresenta-se como uma contribuição para tal preservação e até fortalecimento.

O isolamento, esse sim, produziria seu desaparecimento, razão que se soma à falta de incentivo à produção, ao baixo valor dos objetos no mercado regional e à dependência e subordinação das louceiras aos donos dos barreiros e aos compradores de sua produção. (*Ibid.*, p.424-5)

A proposta da organização de um território produtivo ainda está em processo de consolidação, embora já apresente resultados reais.

Com relação às relações de poder existentes no contexto pesquisado, percebe-se que não há um reconhecimento efetivo deste arranjo produtivo pelas instituições presentes, a despeito de ser este mesmo arranjo um fruto de suas ações. O fato de ainda não ser uma iniciativa formalizada tem gerado certa invisibilidade institucional, pois as instituições não enxergam o PPL enquanto ente formal, mas sim as associações que dele fazem parte.

Figura 19: O artesão *Zé Valdo* em conversa com comprador de São Paulo durante uma de suas viagens de multiplicação de saberes.



Fonte: O autor (2017)

Isto acaba por enfraquecer o coletivo, e em alguns momentos, privilegiando algum dos sujeitos integrantes do polo, em especial as lideranças produtivas e os mestres artesãos. Tal

situação tem gerado uma dinâmica de enfraquecimento contrária aos bons resultados do trabalho coletivo.

Por outro lado, podemos identificar resultados conquistados pelos integrantes deste processo. Em especial a questão do aumento da autonomização social, embora ainda muito vinculada ao processo comercial.

A participação de integrantes dos grupos produtivos em eventos de comercialização, como feiras e rodadas de negócio, faz com que estes ganhem experiência e abram canais de comunicação direta com o mercado consumidor, evitando desta forma agentes intermediários, o que poderia direcionar ou interferir no processo de interação. Tal contato faz com que os integrantes destes grupos ganhem autonomia e experiência relacional, interagindo em novos meios sociais, como pudemos observar nas interações realizadas com suas lideranças (**FIGURA 19**).

A inserção de integrantes dos grupos produtivos em outros *mundos sociais* faz com que haja a natural ampliação da interação com novos atores sociais. O que antes era um objeto representativo da atividade cotidiana torna-se assim um veículo de integração entre diferentes mundos.

Sua produção já não mais se orientava para o autoconsumo e para cobrir as necessidades de consumo local e regional. Passou-se a viver num mundo mais amplo, coberto por uma rede de atores sociais muito mais diversa, integrada por indivíduos por vezes desconhecidos das artesãs. (LIMA, 2012, p.432-3)

Com isso há também o crescimento da conscientização e valorização do seu saber, antes desvalorizado com sendo uma produção de segunda linha, o que também era refletido na baixa qualidade desta produção.

Aferindo preços baixos aos objetos que faziam, subordinadas à relação desigual com agentes sociais, como fazendeiros e compradores, que as aviltava, as mulheres refletiam essas condições nas peças que modelavam, muitas vezes descuidadamente, mal pintadas e mal queimadas. As motivações resultantes das vendas realizadas no mercado nacional, os novos preços conseguidos nessas vendas, o valor que perceberam ser atribuído aos objetos que modelavam são fatores que contribuíram para que buscassem aperfeiçoar o ofício, criando peças cuja qualidade tornou-se, sem dúvida, maior. (*Ibid.*, p.407-8)

O aumento do preço de venda da produção, como vimos nos dados anteriormente apresentados, fortalece este processo de valorização da produção artesanal local. Ao haver uma percepção da valoração externa frente ao aumento da qualidade e apresentação em

mercados que demandam produtos com estas características, os preços dos produtos são reajustados considerando não apenas seu custo ou valor de uso, mas também seu valor percebido⁸².

Por vezes, ao ser introduzido no mercado nacional, o objeto artesanal adquire o valor de bem cultural, valor que lhe é agregado, em especial quando esta introdução se faz em espaços como museus e galerias, sob a forma de exposições e não mais em feiras ou mercados. (*Ibid.*, p.443)

O uso da tecnologia tem trazido maior individualização das pessoas, caracterizando um mundo de relações *tão perto - tão longe*. Mas podemos notar no convívio entre os integrantes do território que esta mesma tecnologia que afasta o próximo, naquele contexto regional aproxima o distante. Em um dos momentos de reunião entre integrantes do polo ficou decidida a criação de um *grupo de Whatsapp* para facilitar o problema de comunicação entre eles. Desta forma foi criado o grupo e todos os artesãos que fazem parte dos grupos produtivos foram ali inseridos, além de alguns representantes das instituições de atuação mais constante. Tal ferramenta hoje é a principal forma de comunicação entre os três grupos, haja vista a maioria não ter acesso a telefones fixos nem sinal de celular, mas na maioria das vezes tem sinal de *wi-fi*.

Através da participação de eventos e da promoção de momentos de interação dos integrantes do *Polo da Palha do Licuri* com outros grupos produtivos, tem havido uma ampliação das redes de contato entre artesãos. Pudemos identificar um exemplo deste processo quando do convite feito para o Artesão *Zé de Rita*, de Santa Brígida, fazer um repasse técnico com um grupo da zona rural do município de Itiúba (BA) em 2017, situado fora da região pesquisada, embora ainda dentro das áreas de incidência do licurizeiro. Estas novas relações construída entre territórios distintos fortalece uma maior autonomização dos sujeitos inseridos em projetos de desenvolvimento local.

Outro fator que fortalece um tecido social cujo elo é a atividade produtiva artesanal é a realização de oficinas técnicas nas escolas municipais, o que vem ocorrendo desde 2015 no município de Santa Brígida, quando o Artesão *Zé de Rita*, de Morada Velha, foi contratado pela Prefeitura Municipal para ministrar oficinas de trançado de licuri para os jovens das comunidades da zona rural.

⁸² *Analisando as tabelas de preços utilizadas pelo grupo de Morada Velha em 2017 e 2011, notamos o aumento do valor do mesmo produto. Por exemplo, o Porta-Treco Médio aparece com preço de R\$ 45,50 (2017) e R\$ 28,80 (2011). Já a Cesta de Frutas (Bowl) Grande aparece com preço de R\$ 50,00 (2017) e R\$ 22,00 (2011).*

Neste cenário de crescimento e fortalecimento da atividade artesanal na região, um evento tem se destacado neste atual momento, e que aqui poderemos apenas contextualizar, haja vista estar em andamento. Trata-se da formalização de uma relação comercial com um grande varejista nacional do setor de decoração, a loja TokStok⁸³, que fez uma encomenda de 4.450 peças de diferentes modelos, cujo montante financeiro gira em torno de R\$ 60.000,00.

Esta rede tem tido encontros com representantes do *Polo da Palha do Licuri* desde 2005, mas o grupo não conseguiu fechar encomendas até então, seja por não terem capacidade produtiva seja por não terem produtos com o perfil da rede. No primeiro semestre de 2018, durante uma rodada de negócios promovida pelo SEBRAE e pela SETRE, houve a formalização deste pedido.

A inserção dos grupos produtivos no cenário varejista nacional demandaria uma mudança na atual estrutura do polo, já que as exigências operacionais para comercializar com aquele agente são maiores, seja de organização administrativa seja de logística, embora tenham o varejista tenha aceitado a capacidade produtiva do grupo e os preços ofertados.

Atualmente o grupo tem se deparado com problemas como: adequação ao sistema de embalagem e rotulagem próprios do varejista; busca de opções de transporte com custos acessível; adequação do regime contábil da associação para possibilitar a atividade comercial; alinhamento dos modelos encomendados, de forma a haver uma padronização entre as distintas produções (as encomendas foram divididas entre os grupos de acordo com cada capacidade produtiva). De forma a apoiar os grupos neste processo, há o acompanhamento de um representante do MJB, incentivando e orientando para que não percam esta oportunidade.

Rapaz, eu acho assim, se todo mundo abraçar a causa, vai ser bom pra gente. Porque a gente vai ter ai uma loja, posso dizer fixa, pra gente ir entregando material. Uma venda constante. No momento ainda não, é a primeira negociação, mas é que eu to sabendo que quando eles fazem a primeira sempre ficam fazendo mais. É uma primeira, uma segunda, terceira. Se for como eles fizeram lá com o pessoal da cerâmica, eles venderam bastante tempo lá pra Tokstok. (José dos Santos Braga “Zé de Rita”, 5/8/2018)

O acompanhamento deste processo poderá subsidiar uma nova pesquisa (ou a continuidade desta) no estudo sobre as mudanças que ocorrem ao se alçar patamares de relações como também comerciais. Podendo ser este um *ponto de mutação* ou uma barreira no desenvolvimento do *Projeto Polo da Palha do Licuri*.

⁸³ A Tok&Stok surgiu em 1978 e está presente em diversos estados do Brasil, com lojas distribuídas em várias cidades brasileiras, a Tok&Stok é referência em móveis e decoração no Brasil. (Fonte: www.tokstok.com.br)



Integrante dos novos grupos produtivos.
(Fonte: o autor, 2017)

Considerações finais

Perceber a beleza e a diversidade do Brasil não é difícil ao observarmos as paisagens, as manifestações culturais, seu povo. De outra forma, como pode um país tão diverso em beleza e em manifestações e não ser rico em qualidade de vida.

Um processo de desenvolvimento deve entender e incorporar esta diversidade na busca de soluções para os problemas que se apresentam. Da mesma forma que pode gerar o crescimento econômico, outros resultados devem concomitantemente ser almejados, trazendo o melhor para o local e os que ali habitam.

Desenvolvimento, enquanto processo, é dinâmico. E um desenvolvimento local é único, específico, possuindo, portanto características próprias.

Este estudo de caso nos apresenta uma comunidade com raízes tradicionais da cultura nordestina. Trata-se de uma comunidade produtora de uma técnica de artesanato tradicional situada no semiárido nordestino e com fortes raízes culturais no *sertão arcaico*, onde possivelmente desenharíamos um cenário (com certo pré-conceito) de um espaço vivido com baixa qualidade, tanto de vida como de resultados do seu saber.

Mas mesmo as comunidades situadas nos longínquos do Brasil já possuem alguma relação com os avanços da modernidade, tanto em termos de seus aspectos positivos como negativos.

A aproximação com representantes desta modernidade tem possibilitado a criação de novas dinâmicas de vida nas comunidades. Estes agentes de mudança, representantes de uma institucionalidade que busca levar *sonhos de mudança* através de seus discursos e estratégias desenvolvimentistas, tem cada vez mais forte papel mudança da qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Ao mergulharmos na realidade da região pesquisada pudemos observar tanto a beleza que ali existe, explícita ou implícita, e observar os anseios e desejos dos que ali habitam, que neste mundo globalizado, aproxima-os de outras realidade.

Os principais indicadores utilizados para avaliação regional de desenvolvimento sinalizam que a região pesquisada está entre as mais carentes no Brasil, com índices extremamente baixos. Mas a despeito deste retrato de carências e necessidades, encontramos nesta comunidade certa qualidade de vida, representada tanto pela estrutura onde seus integrantes vivem como de acesso e circulação com outras realidades.

Tal realidade é possibilitada através de uma atividade que tem sido continuada por gerações e que possui uma forte relação emotiva, o artesanato tradicional do entalhe de madeira e do trançado da palha do licurizeiro, que representa a principal atividade produtiva e uma das principais fontes de geração de renda local. Através dela pudemos perceber uma evolução econômica no decorrer do período pesquisado, sendo acentuada nos últimos sete anos do recorte histórico proposto.

O resultado extraído das falas daqueles indivíduos aponta que eles querem viver com dignidade utilizando o que o local os possibilita. Da mesma forma querem também ter acesso ao que a globalização oferta, almejando o conhecimento e o novo, anseiam por uma riqueza, não só a econômica, mas a da vida, seja através de uma busca espiritual ou pela atividade produtiva. Buscam manter sua riqueza histórica, suas manifestações e sua identidade, suas tradições.

A tradição permeia a cultura. Está viva. Mostra-se presente no cotidiano através dos objetos usuais do dia a dia, da espiritualidade do seu povo e suas manifestações. Ela está ativa e presente no dia a dia daqueles indivíduos.

E em sendo ativa, poderíamos dizer então que é um ativo? Acreditamos que sim. Ela pode ser uma possibilidade para dar suporte a um processo de desenvolvimento, que apoiaria o crescimento econômico, como também seria suporte para solução de problemas que se ali apresentam. Afinal ela está ali, viva e perene, e principalmente, é deles.

Instituições perceberam que este ativo é algo a ser utilizado como objeto para suas estratégias de desenvolvimento social e econômico. Com suas visões e abordagens específicas, as instituições, de diferentes categorias, tornaram-se presentes naquela região, ofertando possibilidades de soluções.

Devemos também fazer notar que estes agentes institucionais têm também suas visões de ideal, que por vezes se somam, mas também se chocam entre si, a exemplo do desenvolvimento econômico proposto por certos agentes, ao chocar-se, em alguns momentos, com a preservação ambiental proposto por outros.

Esta tensão provocada por abordagens diversas cria uma dinâmica pendular onde os sujeitos que dela são objetos se encontram. Percebemos a manifestação do que as relações de poder existentes podem fazer ao observarmos o movimento que estes sujeitos são compelidos a fazer, ora em uma direção onde a preservação ambiental é o seu norte, e no qual regras e

normas são adotadas para que se respeite o meio ambiente frente a possibilidade do desenvolvimento acabar com a natureza, ora quando estes agentes institucionais buscam nas suas matrizes históricas e culturais soluções para manutenção dela própria, como se estas fossem estáticas e devessem se manter assim. Ou mesmo quando o desenvolvimento deve oferecer soluções ao crescimento econômico, e para tanto, cultura e meio ambiente são suas matrizes de solução.

Tal posição onde a comunidade é posta faz com que ela sinta a necessidade de ter acesso a novas ofertas de conhecimento, a necessidade de estar próximos a estes agentes que lhes oferta. Cria-se assim uma dependência da presença destes agentes, uma dependência da institucionalidade como meio para alcançarem seus fins.

Na mesma linha de tempo que se percebe uma evolução econômica, percebe-se também a ampliação da presença institucional, levando suas visões de desenvolvimento e provocando àquelas comunidades a evoluírem suas capacidades individuais. Uma variedade de possibilidades para que se acessem condições de liberdade são ofertadas por esta pluralidade de agentes institucionais, e que se mostra crescente no decorrer da linha do tempo. Estas chegam na forma de projetos de autonomização, embora tenham atuado na maioria das vezes com ações de capacitação produtiva e acesso a mercado.

Alguns destes projetos tem se mostrado mais efetivos e longevos que outros, com resultados mensuráveis, embora em todos se possa confirmar que a presença institucional é fundamental para sua continuidade bem como que pode ser visível sua presença nos resultados incorridos.

Um destes é o projeto denominado *Polo da Palha do Licuri* que se propõe como um exemplo de processo de construção horizontal, onde os sujeitos são provocados a participar das decisões. Estes participam da construção de um território sem fronteiras físicas, espacializado em uma região que compreende municípios com problemas sociais e ambientais similares, mas fortalecidos por uma territorialidade arraigada através dos saberes de técnicas tradicionais. Trata-se de uma iniciativa institucional de união das comunidades para um processo de gestão associativa e de trabalho integrado e coletivo com vistas ao crescimento da produção e acesso a novos mercados, associado à preservação do bioma local, e utilizando de disciplinas de inovação produtiva.

A despeito de ser este um fruto de suas ações institucionais, notou-se que não há um reconhecimento efetivo do *Projeto Polo da Palha do Licuri* por parte de todos os agentes institucionais ali presentes. Pudemos entender, assim, a proposta construída através de uma

soma de ações de outros projetos, desarticuladas inicialmente, e que tinham o interesse do desenvolvimento econômico baseado na atividade produtiva, embora com um olhar no respeito ao meio ambiente e a cultura, aproximando metodologias de autogestão e Design Social.

A comunidade de Morada Velha tem tido papel essencial na construção deste território. Com uma visão de fortalecimento da coletividade, democratizam sua maior riqueza: conhecimento. Este processo de crescimento coletivo esbarra por vezes no desinteresse de algumas comunidades em evoluir naquela atividade produtiva, buscando outras soluções mais imediatas para seus problemas. Mesmo assim, tem contribuído para que outras comunidades em situação similar (ou pior, em certos aspectos), desenvolvam sua autonomia através da constituição de uma rede de trocas, que da mesma forma que potencializa arranjos produtivos, pode também ser estratégia do fortalecimento de tecidos sociais incrementado pelo aumento das capacidades individuais.

Percebemos assim uma característica particular no *lócus* de nossa pesquisa, característica esta inerente ao ser humano, mas que tem se perdido no processo de globalização onde o conhecimento é cada vez mais publicizado e acessível, tornando-se uma riqueza econômica. O altruísmo. Chamamos aqui de altruísmo entendendo que daqueles indivíduos não se pode ser cobrado mais do que a perpetuação local do conhecimento. Caberia aos próprios agentes institucionais, que lhes provocaram a busca de uma mudança, o papel de levar tal provocação a outros locais. Mas o que se encontra naquele local é um conhecimento adquirido e construído, que poderia ser mantido recluso para seu próprio benefício, mas que é amplificado para além de sua comunidade.

O saber e o conhecimento técnico têm sido transmitidos através de gerações, permanecendo ativo e gerando resultados, além de agregar novos conhecimentos provenientes das parcerias firmadas através de projetos com os agentes institucionais. A atividade também tem integrado comunidades, que vão se relacionando e aos poucos ampliando as trocas de conhecimento, a nível local e regional, além de fortalecer a integração da atividade produtiva com a preservação do bioma regional.

Aquela técnica produtiva trouxe a possibilidade de geração de renda, sendo assim um capital adquirido. Seja entre os moradores da própria comunidade ou pelos encontros e provocações feitas pelas instituições ali presentes, os artesões tem participado de diversas ações de multiplicação e aprimoramento do saber. Em uma rede de troca de saberes, o conhecimento

produtivo tem sido passado não só pelas gerações, em um processo de manutenção das manifestações culturais locais, mas para outras comunidades, fronteiriças ou não.

Uma rede onde a atividade produtiva os une e fortalece. Onde se é proposto que naquela atividade que preserva a natureza, mas também gera renda, busque-se as soluções para suas dificuldades. Esta rede que os une, cria uma territorialidade própria, que permeia camadas como as suas manifestações da identidade cultural, o meio ambiente e seu bioma, os interesses econômicos através daquela atividade produtiva, os interesses sociais na busca de independência e fortalecimento de seu papel enquanto cidadão até então pouco (ou não) visto.

A tradução empírica do resultado destes projetos de desenvolvimento é expressa através de materialidades construídas e objetos das intenções nele contidas, mas também de aspectos subjetivos de difícil definição e materialização, e esta dificuldade em parametrizar resultados subjetivos gera uma problemática da mensuração real dos impactos de processos de transformação social. Índices já institucionalizados se mostraram inadequados para retratar o que ali existia, dada a sua amostragem mais ampla, não sendo possível uma diferenciação da diversidade local existente.

Utilizando-se dos parâmetros encontrados, possíveis de serem levantados e analisados, tentamos responder nosso questionamento inicial do papel da cultura como vetor de desenvolvimento e fortalecimento de um território.

Ao observar a evolução econômica presente em um estudo longitudinal das receitas obtidas com a produção artesanal, e comparadas com outras atividades econômicas passíveis de uma representação histórica, percebemos que houve um impacto positivo naquela comunidade.

Os diversos (em quantidade e em categoria) aspectos subjetivos presentes neste processo de evolução socioeconômica, como a preservação ambiental, o fortalecimento da identidade cultural regional, a produção de uma rede de trocas e as articulações institucionais conquistadas, fortalecem tal percepção.

Entendemos que ali se apresenta o resultado de um processo de desenvolvimento local, que se inicia em um movimento vertical de relações de poder e é convertido em um movimento horizontal de trocas com apropriação (ou poderíamos dizer em um empoderamento) de conhecimento, construindo um território fortalecido pelas relações econômicas baseadas nos saberes e potencialidades locais, em especial pelas representações da cultura regional que permeia a vida cotidiana e que se mantém ativa nas dinâmicas sociais e econômicas.

A cultura assume então um papel mais ativo no processo de desenvolvimento e no fortalecimento de territorialidades, e desta forma contribui na formação de territórios produtivos, como o que ali se encontra.

Em um processo de participação real, que não legitima interesses dominantes, onde os sujeitos *sentam em uma mesa redonda, sem cabeceiras*, as ações demonstram aumento da participação individual nas tomadas de decisão aliadas à criação de oportunidades que apoiam o desenvolvimento local, embora ainda se configure a existência de relações de dependência com estes agentes externos, a despeito do espaço proporcionado para sua autonomia.

Percebemos também a implantação de uma ambiência que permite a possibilidade empreendedora local, não no sentido capitalista da palavra onde o negócio sobrepõe a sociedade, mas no sentido de se ter liberdade de agir utilizando-se de suas capacidades, ampliadas em um processo de desenvolvimento endógeno, que se utiliza das potencialidades locais, sejam sociais e/ou culturais (imateriais), sejam econômicas e produtivas (materiais), e concorrendo com a lógica desenvolvimentista hegemônica e exógena.

A ampliação da participação dos sujeitos neste processo amplia também suas capacidades, podendo fazê-los autores de suas histórias, fortalecendo-os enquanto co-agentes na definição de critérios e na tomada de decisão, quando não agentes indutores de processo, saindo do movimento vertical, *top down e botton up*, para um movimento horizontal, *side by side*.

Sabemos que em um processo de empoderamento local por meio de suas manifestações culturais existem demandas que não serão atendidas sem a ampliação de suas outras liberdades substantivas, mas é um primeiro degrau (ou mesmo mais de um) que se alcança. Devemos assim fortalecer, através de sua visualização e incentivo, o *chão de terra batida* desta escada para o seu desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ADORNO, Theodor. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.); SACHS, Ignacy (prefácio). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004.
- _____. **A nova centralidade do imaterial e o desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série, São Paulo, v.5, n.1/2, p. 104-116, jan./dez. 2009.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EdiuFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/4/Teorias%20e%20politicadas%20cultura.pdf>. Acessado em 9/1/2019.
- ALENCAR, Cristina Maria Macedo. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**. Curitiba: CRV, 2017.
- AMARAL, Andreza Clarinda Araújo *et al.* **Plano de ação nacional para a conservação da arara-azul-de-lear**. 2.ed. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-arara-de-lear/pan-arara-azul-de-lear.pdf>>. Acessado em 10/6/2018.
- AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lins; AROUCHA, Maurício Lins. **Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável do Licuri**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013. 92 p.
- BAPTISTA, Myrian V. **Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.
- BENHAMOU, Françoise. **A economia da Cultura**. São Paulo: Ateliê, 2015.
- BRAGA, Christiano; LAGES, Vinicius; MORELLI, Gustavo (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.
- BRAGA, Tânia M. **Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, n.5, maio/2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>. Acessado em 27/5/2018.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Unicamp, 2007.
- BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Petrópolis, 2009.
- BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, novembro/1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p39>. Acessado em 3/6/2017.

_____. **Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 1999. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2189/S9860432_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 10/1/2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** (Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da República federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acessado em 17/10/2018.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Instrução Normativa nº 191** (24/9/2008). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0191-240908.pdf>. Acessado em 9/7/2018.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico da palmeira licuri (*Syagrus coronata*). Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/licuri.pdf>. Acessado em 10/6/2018.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia da Cultura – MCULT. Plano Setorial do Artesanato – 2016-2025. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC / Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.obecdf.org/index.php/component/k2/item/35-baseconceitualartesanatobrasileiro>. Acessado em 17/10/2018.

CANTELMO, Wesley; LOBO, Carlos; GARCIA, Ricardo A. **Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil**. Cadernos Metropolitanos, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 355-370, Nov/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3403>. Acessado em 10/1/2018.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. **A valoração da paisagem: uma reflexão do espaço concebido, percebido e vivido**. 2011. 364 f. Tese de Doutorado em Geografia – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5434>. Acessado em: 02/01/2019.

CARVALHO, Paulo. Turismo cultural, patrimônio e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades? In: **Turismo Cultural, Territórios e Identidades**. Portugal: Edições Afrontamento, 2010. p.123-140. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319443417_Turismo_Cultural_Patrimonio_e_Politicas_Publicas_em_Territorios_Rurais_de_Baixa_Densidade_Eixos_Vertebradores_de_Revitalizacao_e_de_Construcao_de_Novas_Identidades. Acessado em 17/10/2018.

_____. **União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural**. Cadernos de Geografia, nº26/27, 2007-2008, Coimbra, FLUC, p.67-76. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Carvalho36/publication/311582995_Uniao_Europeia_politicas_publicas_e_desenvolvimento_rural/links/584eedec08ae4bc899397dc8/Uniao-Europeia-politicas-publicas-e-desenvolvimento-rural.pdf. Acessado em: 17/10/2018.

_____. **Patrimônio cultural, ordenamento e desenvolvimento: Uma nova visão e valorização do território.** Cadernos de Geografia, n°24/25, 2005-2006, Coimbra, FLUC, p.209-216. Disponível em: <https://dl.uc.pt/bitstream/10316.2/40335/1/Patrimonio%20cultural%2C%20ordenamento%20e%20desenvolvimento.pdf> . Acessado em: 17/10/2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (trad. Klauss B. Gerhardt). São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10.ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: <http://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf> . Acessado em 2/8/2018.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização.** Juiz de Fora: RBERU, v.12, n.1, 2018. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>. Acessado em 28/9/2018.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.** Estudos Avançados, n.15, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>. Acessado em 12/8/2018.

DE PAULA, Juarez. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.); SACHS, Ignacy (prefácio). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

DEATON, Angus. **A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade** (trad. Marcelo Levy). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social, As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa** (seleção de textos de José Arthur Giannotti / tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura *et al*). 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ESCHER, Fabiano *et al*. **Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006.** RESR, Piracicaba, vol. 52, n°04, p.643-668, Out/Dez 2014, impressa em Janeiro/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n4/a02v52n4.pdf>. Acessado em 17/9/2018.

ESTRELA, Maria Miguel. **O envolvimento da população na redução da exclusão e na extensão da proteção social. Desenvolvimento Comunitário de Lajedos. Cabo Verde.** Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2005.

FLORES, Murilo. **A construção social de territórios e a globalização.** Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v.1, n.1, p.87, Agosto/Dezembro. 2003.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIXINHO, Nilton. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade: trajetória e usos do conceito**. Raízes, v.34, n.2, jul-dez /2014.
- GONZALEZ, Olegário Miguez. **Pedro Batista: líder messiânico de Santa Brígida**. Salvador: EGBA, 1996.
- GRUMEWALD, Rodrigo de A. **Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos**. Revista Anthropologica, ano 7, v.14 (1 e 2), 2003.
- GU, Jing; KITANO, Naohiro. **Introduction: Beyond Aid: The Future of Development Cooperation**. IDS Bulletin, vol. 49, n. 3, Julho/2018. Disponível em: www.ids.ac.uk. Acessado em 9/8/2018.
- GUEDES, Victor. **El concepto de cultura y educación**. 1987. Disponível em: <http://www.paideiaescuelalibre.org/Textos%20y%20articulos.htm>. Acessado em: 17/9/2018.
- GURISATTI, Paolo. Processos constituintes no Brasil: rumo a uma nova cidadania. In: Silva, Gerardo; Cocco, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia, Ano IX, n.17, 2007. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acessado em 11/5/2018.
- _____. **O Mito da desterritorialização econômica**. Revista GEOgraphia, Ano VI, n.12, 2004. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13478/8678>. Acessado em 11/5/2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- IVO, Anete B. L. **Paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago/2012.
- JOÃO DE BARRO, Associação Movimento. **A gestão associativa e design social no polo da palha do licuri: uma experiência sócio-produtiva-ambiental no semiárido baiano**. Associação Movimento João de Barro, 2015. 71p.
- KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.
- LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.); SACHS, Ignacy (prefácio). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.
- LIMA, Ricardo Gomes. **O povo do Candéal, caminhos da louca de barro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.
- LIMONAD, Ester. **Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento**. RBEUR v.15, n.1, p.125-138, Maio/2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174>. Acessado em 30/3/2017.
- _____. **A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 123-142, Jan/Jun/2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15819>. Acessado em 8/10/2017.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia** (tradução Ivo Korytowski). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MOULAERT, Frank; SEKIA, Farid. **Territorial Innovation Models: A Critical Survey**. *Regional Studies*, Vol. 37.3, p. 289–302, 2003. Disponível em: <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk>. Acessado em 9/1/2019.

MURITIBA, Maria Jocélia Souza. **Luta pela terra, reforma agrária e territorialização: produção de espaços para trabalho e vida. Itaetê/Bahia. 1997-2007**. 2008. 259 f. Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador.

PAES, Maria Luiza Nogueira. **Plano de manejo: Estação Ecológica Raso da Catarina**. Brasília: IBAMA, 2008. 326p.

PANSANI, Clóvis. **Pequeno dicionário de sociologia** (livro eletrônico). Campinas: Autores Associados, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8574964069>. Acessado em 1/9/2018.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, 2003.

PIRES, Elson L.S; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. **Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**. *Geografia*, Rio Claro, v.31, n.3, p.437-454, Set/Dez, 2006. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/sem_elson.pdf. Acessado em: 25/6/2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Sociologia e folclore: a dança de S.Gonçalo num povoado baiano**. 2.ed. Salvador: EGBA, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acessado em 18/7/2018.

RICHEZ-BATTESTI, Nadine, *et al.* **L'innovation sociale, une notion aux usages pluriels: quels enjeux et défis pour l'analyse?** *Innovations* 2012/2, n.38, p.15-36. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-innovations-2012-2-page-15.htm>. Acessado em: 17/9/2018.

_____. **Innovation sociales et dynamiques territoriales. Une approche par Le proximité (L'expérience des banques coopératives)**. *Marché et organisations* 2008/2, N.7, p.36-52. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-marche-et-organisations-2008-2-page-36.htm>. Acessado em: 17/9/2018.

ROCA, Zoran; OLIVEIRA, José Antonio. **Paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento**. Trabalho apresentado no VIII Congresso da Geografia Portuguesa: "Repensar a Geografia para Novos Desafios: Competências. Disponível em: http://apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/019.pdf. Acessado em 9/1/2019.

SÁ, Xico. **Nova geografia da fome** (texto, Xico Sá; fotografias, U.Dettmar). Fortaleza: Tempo d Imagem, 2003.

SACHS, Jeffrey. **The age of sustainable development**. Columbia University Press, 2015.

SANTANA, Alcivandes Santos. **O messianismo de Pedro Batista e a cultura popular em movimento**. 2.ed. Paulo Afonso: Oxente, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

SEBRAE. **Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Julho/2003. Disponível em: <http://bis.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=675>. Acessado em 28/9/2018.

_____. **Revista A gente constrói**. Projeto SEBRAE Xingó. Julho/2003. 16p.

_____. **Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em Territórios de Baixa Densidade Empresarial**. 2ª versão. Julho/2003. Não publicado.

_____. **Catalogo de Santa Brígida**. Paulo Afonso, 2005. 36p.

_____. **Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato** / Durcelice Cândida Mascêne; Mauricio Tedeschi. Brasília: SEBRAE, 2010.

SEMEAR AMBIENTAL. **Plano de manejo sustentável para extração da fibra do licurí (Syagruss coronata)**. Semear Gestão Sócioambiental, Salvador, 2009. 69 p. Não publicado.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** (tradução Laura Teixeira Motta). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial**. Revista Território, 1, 1996.

STORPER, Michael. Territories, Flows and Hierarchies in the Global Economy. In: Cox, Kevin R. **Spaces of Globalization: reasserting the Power of the local**. New York: The Guilford Press, 1997.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

THROSBY, David. **Economics and Culture**. Cambridge, United Kingdom: University Press, 2001. Disponível em: <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam031/00063072.pdf>. Acessado em 17/9/2018.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas** (tradução de Celso M. Paciornik), São Paulo: Itaú Cultural Iluminuras, 2007.

TONNEAU, Jean Philippe; CUNHA, Luis Henrique. **Pesquisas em desenvolvimento territorial no semiárido**. Revista Raízes, Campina Grande, Vol. 24, n. 01 e 02, p. 45–53, Jan/Dez, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264841345_PESQUISAS_EM_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_NO_SEMI-ARIDO. Acessado em 17/9/2018.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. Comunicado apresentado no Seminário Nacional de Políticas

Públicas para as Culturas Populares. Brasília, Fev/2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.pdf>. Acessado em 12/1/2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Culture for Development Indicators: Methodology Manual**. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://www.unesco.org/creativity/cdis>. Acessado em 29/3/2017.

_____. **World Report: Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue**. Paris, França: UNESCO, 2009. 420 p. Disponível em www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity. Acessado em 19/9/2018.

_____. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Paris, França: UNESCO, 1972. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage>. Acessado em 29/3/2017.

URANI, André *et al.* Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: Silva, Gerardo; Cocco, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

VARAS, Guillermo Sáez. Da produção territorial de bens à produção territorial de serviços: sobre os distritos turísticos na Itália. In: Silva, Gerardo; Cocco, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

WICKERT, Maria Lúcia Scarpini. **Referências Educacionais do SEBRAE: versão 2006**. Brasília: SEBRAE, 2006. 130p.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global** (trad. Marie-Anne Kremer). 2a ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

Anexos

Anexo I: Histórico de Interação com o Contexto

Fonte: levantamento de campo (imagens do autor).

Oficina de capacitação técnica promovido pelo SEBRAE e pelo IEL (2003).



Características iniciais do local de produção do trançado de fibra (2003).



Características iniciais do local de produção do entalhe em madeira (2003).



Primeiras interações das instituições com o grupo (2003).



Produtos tradicionais de madeira encontrados na região (2003).



Produtos tradicionais de fibra encontrados na região (2003).



Participação no Encontro Internacional de Negócios de Artesanato (2004).



Inserção de técnicas de
preparação de corantes
naturais (2005).



Inauguração do novo
espaço de produção
(2008).



Oficinas de
desenvolvimento
produtivo com inserção
do Design Social (2007).



Implantação do Plano de Manejo do Licuri, em Santa Brígida (2008).



Primeiras oficinas de multiplicação do saber artesanal (2009).



Participação na Feira do Empreendedor (2012).



Grupo produtivo de Morada Velha com inclusão de novas gerações (2015).



Participação em feira nacional de comercialização artesanal (2016).



Premiação no Prêmio TOP100 Artesanato (2016).



Projeto de multiplicação de saberes promovido pela SECULT e realizada pelo MJB (2017).

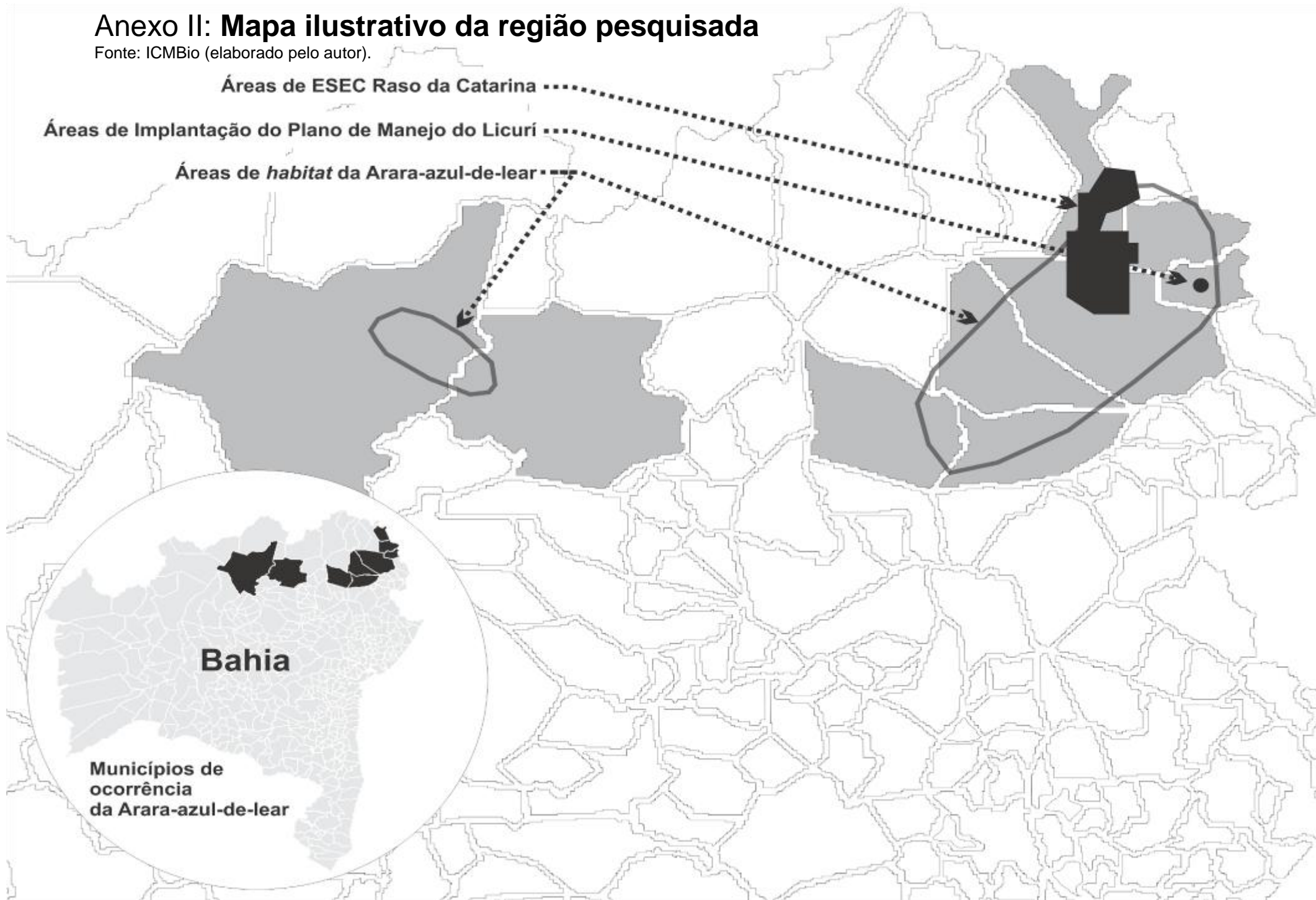


Articulação comercial com a rede varejista TokStok (2017)



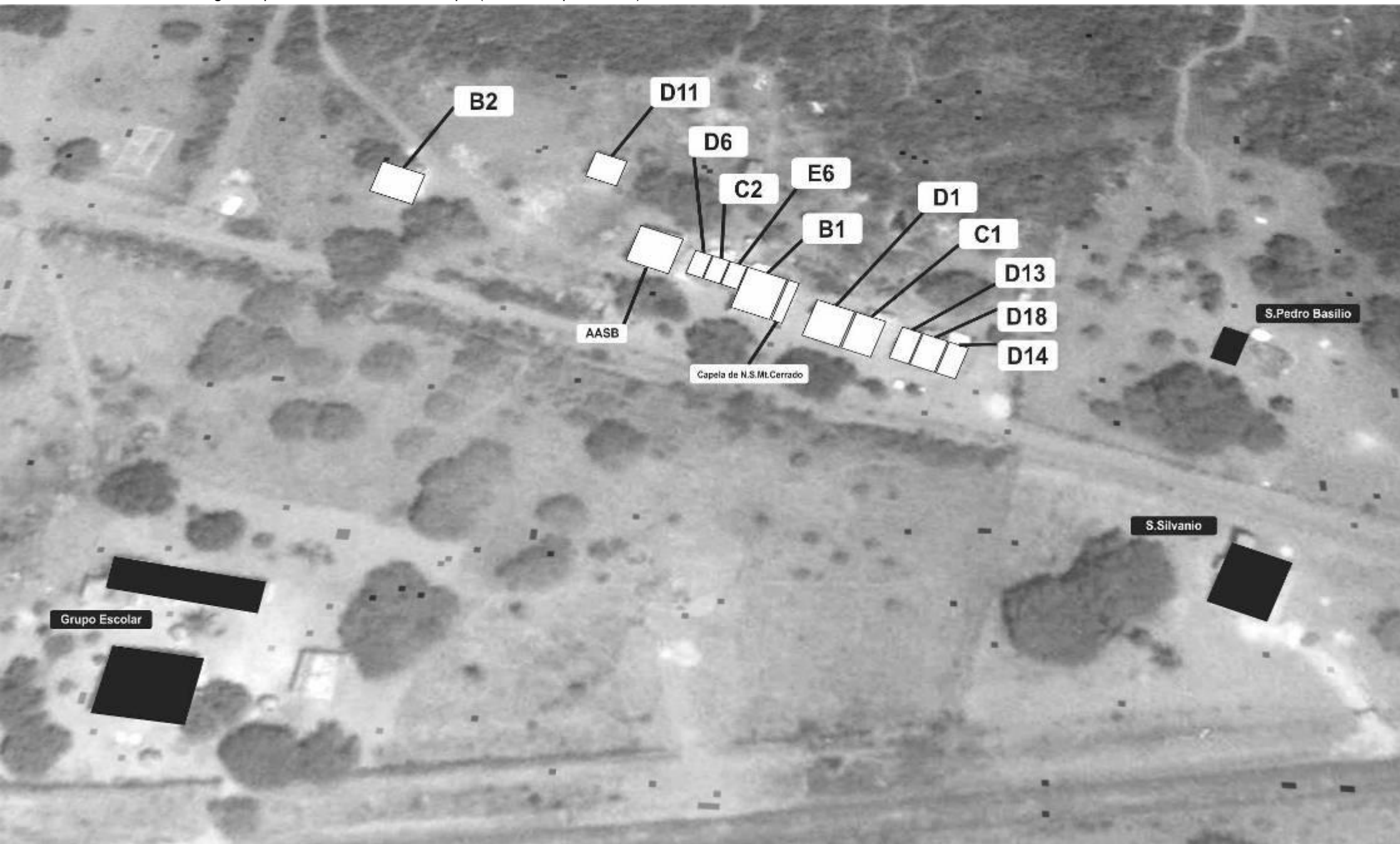
Anexo II: Mapa ilustrativo da região pesquisada

Fonte: ICMBio (elaborado pelo autor).



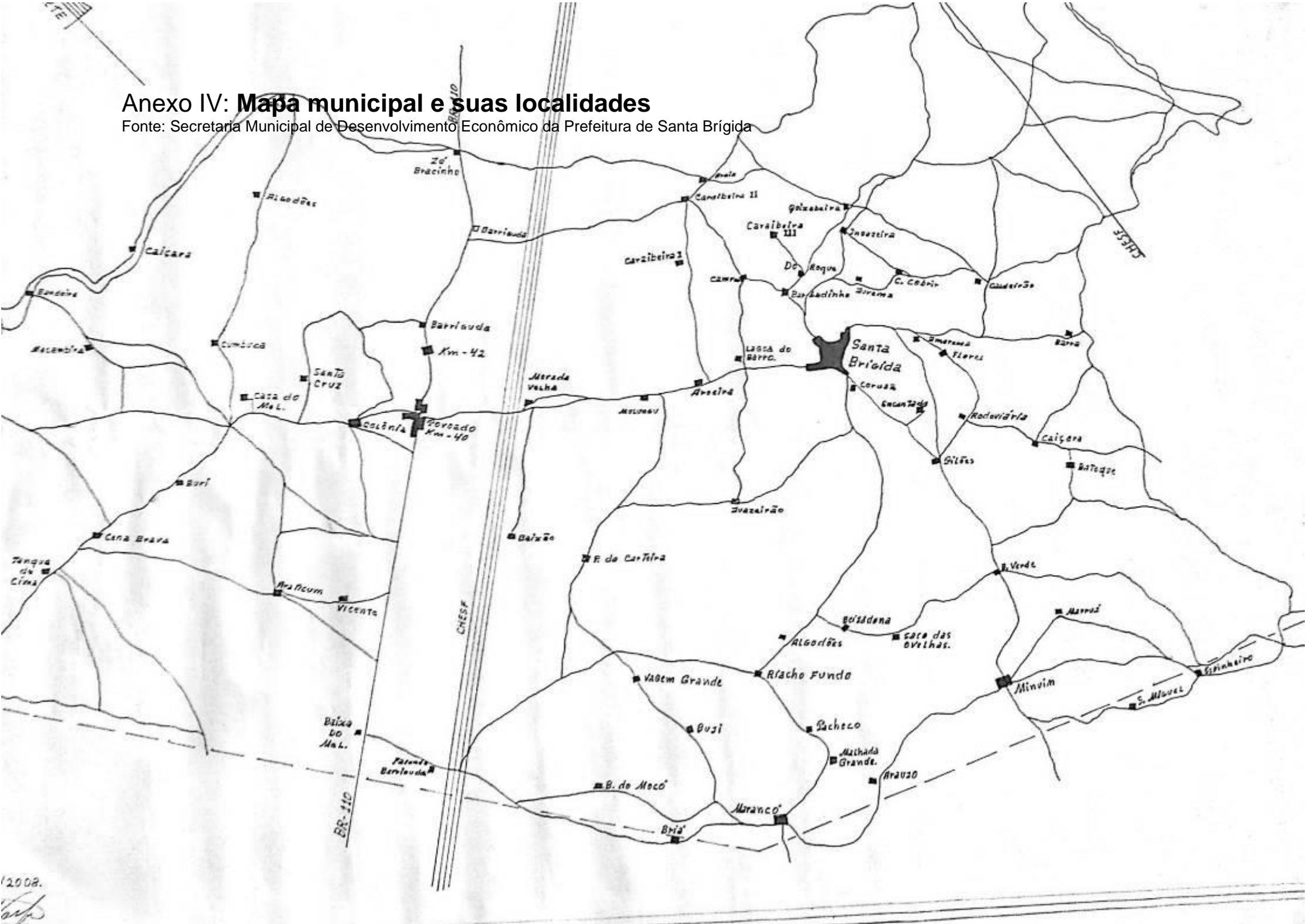
Anexo III: Mapa de localização das moradias em Morada Velha

Fonte: Google Maps / levantamento de campo (elaborado pelo autor).



Anexo IV: Mapa municipal e suas localidades

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Santa Brígida



Anexo V: Questionários das entrevistas realizadas

Apêndice B

Dados pessoais e familiares;

- a) nome;
- b) idade;
- c) estado civil;
- d) número de filhos;
- e) religião;
- f) nível de escolaridade;
- g) ocupação profissional;
- h) local de residência;
- i) renda mensal;
- j) origem(ns) da renda mensal;
- k) posse de automóvel;
- l) patrimônio mobiliário.

Qual a população local no período;

- a) em 2000:
- b) em 2017:

Quais atores institucionais tiveram relação;

•

Quanto e o que foi investido na comunidade;

•

Como se mediria o crescimento social e econômico da comunidade;

•

Quais outras fontes de renda existentes;

•

Quais bens a comunidade possuía e foram adquiridos no período;

- a) em 2000:
- b) em 2017:

Qual o consumo elétrico em 2000, 2005, 2010 e 2017;

- a) em 2000:
- b) em 2005:
- c) em 2010:
- d) em 2017:

O que se entende por desenvolvimento;

•

Autorizo o uso destas informações para fins do projeto de pesquisa CULTURA E TERRITÓRIOS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DE MORADA VELHA NA FORMAÇÃO DO PÓLO DA PALHA DO LICURÍ, do aluno Mario Bestetti Costa, orientado pela Profa.Dra.Laila Nazem Mourad, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, obedecendo às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos e assegurando a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não serão utilizadas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Data.....Assinatura

Apendice C

1. Marcar se possuir: (marque o campo correspondente)

Casa Própria	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Casa Alugada / Moradia com alguém	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Banheiro	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Energia	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Telefone Fixo	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Celular	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Água encanada	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Esgotamento Sanitário	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Roça (Terreno de produção)	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Água para produção (irrigação)	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Meio de Transporte (Carro/Moto)	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Coleta de Lixo	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
TV	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Internet	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Geladeira	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Som	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Emprego Formal	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Vida Digna	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Saúde	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Segurança	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Educação	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO
Bolsa Família / Aposentadoria / BPC	SIM	NÃO	Satisfatória	SIM	NÃO

2. Só sairia dali por que motivo?

3. Renda: (marque o campo correspondente)

Tipo	Até R\$ 200	De R\$ 201 a R\$ 500	De R\$ 501 a R\$ 1.000	Acima de R\$ 1.000
Bolsa Família				
Aposentadoria				
Seguro-Saúde				
Emprego Formal				
Emprego Informal				
Comércio				
Produção da Roça				
Produção de Artesanato				
Produção de Criação				
Outro				

4. Dificuldades na produção: (marque o campo correspondente)

Conhecimento de produção		Conhecimento de gestão	
Conhecimento financeiro		Problemas com documentação	
Ferramentas		Problemas relacionados à natureza	
Dinheiro para investir		Transporte para produção	
Espaço para produzir		Transporte para venda	
Local para venda		Comunicar com o consumidor	

5. Despesas: (marque o campo correspondente)

Tipo	Até R\$ 50	De R\$ 51 a R\$ 100	De R\$ 101 a R\$ 500	Acima de R\$ 500
COELBA				
EMBASA				
IPTU				
Telefone				
Aluguel				

Data: ___/___/2018 Nome:.....Assinatura: